

RICARDO RAMOS RUGAI

DISSERTAÇÃO DE MESTRADO:

**O ANARQUISMO ORGANIZADO: AS CONCEPÇÕES E
PRÁTICAS DA FEDERAÇÃO ANARQUISTA URUGUALA
(1952 –1976)**

UNIVERSIDADE ESTADUAL DE CAMPINAS

UNICAMP
BIBLIOTECA CENTRAL

UNICAMP
BIBLIOTECA CENTRAL
SEÇÃO CIRCULANTE

RICARDO RAMOS RUGAI

**O ANARQUISMO ORGANIZADO: AS CONCEPÇÕES E PRÁTICAS DA
FEDERAÇÃO ANARQUISTA URUGUAIA (1952 –1976)**

Dissertação de Mestrado apresentada ao
Departamento de História do Instituto de
Filosofia e Ciências Humanas da Universidade
Estadual de Campinas sob a orientação do Prof.
Dr. Claudio Henrique de Moraes Batalha.

Este exemplar corresponde à redação
final da Dissertação defendida e
aprovada pela Comissão Julgadora
em 26 / 02 / 2003

BANCA

Prof. Dr. Claudio Henrique de Moraes Batalha (orientador)

Prof. Dr. Michael McDonald Hall

Prof. Dr. Hector Saint Pierre

Profa. Dr. (suplente) Sidney Chalhoub

Profa. Dr. (suplente) Marcelo Ridenti

02/2003

UNIDADE	80
Nº CHAMADA	UNICAMP
	R84a
V	EX
TOMBO EC/	63113
PROC.	124/03
C	☐
D	☒
PREÇO	R\$ 11,00
DATA	15/04/03
Nº CPD	

CM00182175-8

610 10 287823

R84a

Rugai, Ricardo Ramos

O anarquismo organizado : as concepções e práticas da
Federação Anarquista Uruguaia (1952-1976) / Ricardo
Ramos Rugai. -- Campinas, SP : [s.n.], 2003.

Orientador: Claudio Henrique de Moraes Batalha.
Dissertação (mestrado) - Universidade Estadual de
Campinas, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas.

1. Anarquismo e anarquistas - Uruguai. 2. Movimento
operário - Uruguai. 3. Guerrilhas. 4. Ditadura e ditadores.
I. Batalha, Claudio Henrique de Moraes. II. Universidade
Estadual de Campinas. Instituto de Filosofia e Ciências
Humanas. III. Título.

RESUMO

A dissertação examina as idéias e práticas político-sociais da FAU (Federação Anarquista Uruguaia) entre 1952 e 1976. Esta organização anarquista atuou desde a década de 50 até meados dos anos 70 no Uruguai com forte incidência no movimento operário, estudantil e na luta armada desenvolvida naquele país através da OPR-33, participando ativamente do combate à ditadura uruguaia. Caso raro de presença anarquista significativa nos movimentos sociais depois dos anos 30 na América Latina, a FAU procurou atualizar idéias e práticas libertárias por um lado e retomar aspectos do anarquismo bakuninista, malatestiano e expropriador perdidos ao longo da trajetória libertária no século XX.

RÉSUMÉ

La présente dissertation propose un examen des idées et des pratiques politico-sociales de la FAU (Fédération Anarchique de l'Uruguay) entre 1952 et 1976. Des années 50 jusqu'aux années 70, cette organisation a eu une forte incidence sur le mouvement ouvrier, auquel on ajoute les organisations des étudiants et les guérillas à travers l'OPR-33, dans la lutte contre la dictature uruguayenne. Cette organisation constitue un exemple rare de la présence anarchiste dans les mouvements sociaux latino-américains depuis les années 30. En essayant d'actualiser les pratiques libertaires, la FAU reprend quelques aspects de l'anarchisme bakouniniste, malatestien et expropriateur, qui se sont perdus au long de la trajectoire libertaire du XXe.s.

Agradecimentos

Esta parte da dissertação normalmente é bastante enfadonha para aqueles que não estiverem diretamente envolvidos com o autor do trabalho ou participaram de alguma forma desta pesquisa. O autor que aqui escreve deve confessar que quase sempre ignorava esta seção na leitura de teses e dissertações alheias. No entanto, é neste curto espaço que tenho a oportunidade de sinceramente agradecer a todos aqueles - e foram muitos - que contribuíram para que esta dissertação fosse levada adiante e concluída. Tarefa difícil, realizada em meio a lutas, perdas e vitórias.

Antes de mais nada agradeço à minha irmã, minha “grande família”, sempre presente. E à minha mãe pela herança de força e luta pela vida.

Agradeço ao meu “irmão” da baixada, Ricardo “Troglo”, que mesmo sem discutir muito este trabalho ajudou em muito aquele que o escreveu; a meu outro “irmão” Andersom, o “animal”, que também ajudou muito nas suas idas e vindas; aos “cumpadis” da baixada, sempre trocando idéias e ajudando de alguma forma: Hugo, Fabiano, Guilherme e o entusiasmante Jorge.

Aos camaradas de São Paulo que ajudaram com opiniões, algumas revisões, auxílios de última hora: Amir, Marisa, Caru, Ângelo e Lucas. Agradeço também pelas conversas noturnas com os camaradas Julinho, Dênis, João Flávio, Mogly, João Leonel, Rejane, Théo, Magoo, Joãozinho Luis, Jadir, e a todos os que conviveram e habitaram o “311” nos

últimos anos, ajudando a amadurecer as idéias deste projeto e de seu autor. Também não posso deixar de mencionar a “estrela” que com silêncio e brilho me ajudou a seguir na noite que foi a reta final desta pesquisa.

Não poderia deixar de lembrar e agradecer ao primeiro professor que estimulou esta pesquisa, ainda na época de graduação na USP, Prof. Werner Altmann; ao Prof. Elias Thome Saliba, que através dos cursos de teoria da história e dos respectivos trabalhos, indiretamente também contribuiu; ao meu orientador na Iniciação Científica, onde este projeto começou a se esboçar de fato, Prof. José Carlos Sebe Bom Meihy.

Agradeço à FAPESP pelo apoio financeiro, sem o qual eu dificilmente realizaria esta pesquisa e aos “anônimos” pareceristas que também contribuíram para acertar os rumos do trabalho.

Agradeço aos professores e colegas da linha de pesquisa “Trabalho, Política e Movimentos Sociais” da UNICAMP, que com suas indicações bibliográficas e de fontes, opiniões e críticas contribuíram neste trabalho.

Agradeço ao Prof. Claudio Henrique de Moraes Batalha pela orientação ao longo da pesquisa e especialmente pela compreensão e paciência que teve com este orientando muitas vezes atribulado por outros problemas.

Agradeço aos membros do Coletivo Luta Libertária, em especial Alex e Ronaldo, que sempre apoiaram este trabalho, criticaram, sugeriram alterações e fizeram com que ele fosse um pouco menos individual. Não posso deixar de mencionar o companheiro Bruno, que no Uruguai abriu às portas para esta pesquisa e a valoroso setor da militância anarquista, que não se dobrou ao ceticismo e luta dia-a-dia por socialismo e liberdade.

Vai também um enorme agradecimento aos atuais militantes da FAU, Juan Pillo, Veronica, Marina e, em especial a Juan Carlos, que sempre me receberam de braços abertos e confiaram nesta pesquisa ao abrir documentos e histórias até pouco tempo inéditos para um pesquisador brasileiro, aqui vai “un gran salut” a todos da FAU!

Agradeço também aos companheiros com os quais vivi e trabalhei por vários anos antes de entrar na universidade; tempos de SENAI, de fábricas, oficinas, de tornos, fresas, soldas e retíficas; pessoas com as quais aprendi muito do que guardo comigo hoje: um companheirismo que não é palavra vazia e um certo ódio de classe à injustiça, sentimento valioso do qual não pretendo me desfazer.

Por fim, gostaria de dedicar este trabalho aos militantes da FAU mortos ou “desaparecidos” na luta contra a opressão. Foi desse sangue generoso e desta dignidade que se nutriu a história da FAU. Mas também dedico a todos aqueles que lutam dia-a-dia nos mais variados locais deste país e das mais variadas formas, pessoas que sequer sabem da existência de nossa pesquisa, que provavelmente nunca entraram ou entrarão na academia. Acaba aqui uma etapa, em breve iniciaremos outra sem a qual todo este trabalho não tem sentido: a socialização.

Sumário

Introdução - pág. 1

Anarquismos – pág. 2

O ressurgir anarquista e a imagem que ficou – pág. 4

A influência do anarquismo bakuninista na FAU – pág. 11

A presença de Malatesta no Uruguai e a influência “organicista” – pág. 20

O movimento operário e o anarquismo uruguaio no final do século XIX – pág. 26

Capítulo I - Formação do anarquismo uruguaio e correntes precursoras da FAU, 1905 – 1952 - pág. 37

Movimento operário e anarco-Sindicalismo: a FORU - pág. 37

Batlle, o movimento operário e o anarquismo - pág. 50

O anarquismo expropriador no Uruguai – pág. 66

Descenso do anarco-sindicalismo e divisão do movimento operário uruguaio – pág. 85

A crise de 29 e a resistência à ditadura de Gabriel Terra – pág. 90

A “redemocratização” forçada de Baldomir e a resistência à estatização sindical – pág. 106

A recuperação econômica e o “decênio glorioso” – pág. 113

Capítulo II - Do processo de formação da FAU à clandestinidade, 1952-1967 - pág. 119

A conjuntura do início dos anos 50 – pág. 119

A articulação do movimento anarquista e o comitê Pró-FLU (Federação Anarquista Uruguaya) – pág. 128

O racha da FAU em 1964 –	pág. 135
O impacto e a polêmica sobre a Revolução Cubana na esquerda uruguaia –	pág. 146
A conjuntura em 1964 –	pág. 154
A afirmação da FAU como organização política anarquista (partido) –	pág. 156
A FAU como organização específica –	pág. 164
Ação direta a todos os níveis: uma linha permanente –	pág. 170
O embrião do nível militar –	pág. 171
Atuação no nível de massas –	pág. 174
A Organização Latino-americana de Solidariedade, OLAS, e o diário <i>Época</i> –	pág. 183

Capítulo III - Da clandestinidade sob a “ditadura constitucional” ao preâmbulo do

Golpe Militar: 1968-1973 - **pág. 191**

Objetivo e Estratégia –	pág. 196
Uma “etapa nacional” e o Poder Popular –	pág. 204
Concepção de nível militar, a OPR-33 –	pág. 206
Concepção de nível de massas –	pág. 213
O giro da política econômica com Pacheco –	pág. 218
Funcionando e crescendo na clandestinidade –	pág. 223
1968 –	pág. 226
Formação da ROE –	pág. 229
As eleições de 1971 e o advento da Frente Ampla –	pág. 240
Ações da OPR-33 em 1971 –	pág. 248
A escalada repressiva de 1972 e a queda do MLN (Tupamaros) –	pág. 249

Capítulo IV - A FAU diante da ditadura militar, o refluxo da organização e o exílio:

1973-1976 – pág. 261

Primeiros meses de 1973: esperando os “militares nacionalistas” e Papai Noel – pág. 261

27 de junho: chega o golpe militar, a greve geral e a resistência popular – pág. 269

CNT: avaliando a derrota – pág. 279

A tentativa de cooptação sindical: um anarquista da FAU ministro do trabalho? – pág. 281

Neo-liberalismo, apoio a Franco, Pinochet, Arpartheid e “nacionalismo” como ideologia –
pág. 284

A FAU operando desde Buenos Aires e golpe militar de 1976 na Argentina – pág. 287

Conclusão - pág. 295

Fontes e Arquivos - pág. 301

Bibliografia - pág. 307

Introdução

O interesse por este projeto surgiu em setembro de 1996. Estava no Uruguai e, meio por acaso, acabei participando de um encontro que comemorava os 40 anos de fundação da FAU, Federação Anarquista Uruguiaia. Até aí nada de surpreendente. O anarquismo sempre foi algo que atraía minha atenção e já conhecia razoavelmente o anarquismo brasileiro. Entretanto, para a minha surpresa, o anarquismo com o qual me deparei no Uruguai possuía um caráter extremamente diferenciado em relação ao que era para mim “o anarquismo”. Esta foi minha primeira impressão, estava diante de algo instigante, diferente daquilo que até então eu mesmo concebia como anarquismo.

Logo a seguir, mais surpresas. A FAU tinha sido uma organização anarquista que se manteve ativa, militante, durante a década de 60 e 70, ao contrário de Brasil e Argentina (e da América Latina em geral), onde o anarquismo, como força política-social, praticamente desaparecera. E mais ainda, a FAU se mantém ativa até os dias de hoje, tendo sido reconstruída a partir de 1985 com o fim da ditadura no Uruguai.

O que mais chamou-me a atenção não foi propriamente a existência de anarquistas no Uruguai, embora bem reduzidos eles ainda existem no Brasil também. Despertava interesse o fato de que o anarquismo no Uruguai não se manteve vivo apenas através de uma ou outra publicação, de um Centro de Cultura, ou mesmo em teses universitárias ou comunidades “alternativas”. No Uruguai o anarquismo manteve uma militância de fato, nos bairros, nos sindicatos e no meio estudantil, junto ao povo, junto aos trabalhadores.

A referência comparativa com o anarquismo brasileiro era inevitável, uma vez que foi justamente dela que partiam as surpresas. O anarquismo uruguaio então revela-se um caminho

para, indiretamente, entender o próprio desenvolvimento do anarquismo no Brasil e consequentemente a formação do sindicalismo e dos movimentos sociais em nosso país. Isso tudo foi o início para uma série de questionamentos e, foi com base neles que se iniciou este projeto de pesquisa. Com o passar do tempo as interrogações avançaram para outros campos. Como se situou o anarquismo dentro da esquerda uruguaia? Que tipo de diferenças este anarquismo guardou em relação a outros “anarquismos”? Podemos falar num “anarquismo uruguaio”? Enfim, há uma série de outras questões que se abriram dentro deste rico material de pesquisa, e que necessariamente tiveram que ficar de lado ou serem tratadas com menos profundidade do que seria desejável devido a exiguidade do tempo e os limites de uma pesquisa de mestrado. De uma maneira geral a questão que tento responder com esta pesquisa é: Porquê foi possível a continuidade do anarquismo no Uruguai?

Anarquismos

Para começar a responder esta questão o tema da pesquisa acabava de alguma maneira ele próprio fornecendo pistas e, em certos casos, exigências metodológicas. A primeira delas é que a postura teórica que necessariamente assumi desde o início foi a de considerar a existência de “anarquismos” e não de anarquismo. Esta distinção é de fundamental importância, pois sem levá-la em conta não seria possível avançar um milímetro sequer na pesquisa.

Seguindo neste rumo, e aprofundando o estudo dos autores clássicos do anarquismo, bem como das formulações das variadas correntes anarquistas, começa a se penetrar em sua lógica própria e estabelecer um diálogo bem diferente do que seria ao se tratar de outras teorias revolucionárias. Deve-se fazer a ressalva de que o estabelecimento das diversas

distinções entre os autores clássicos por si só não garante nada. As pessoas comuns vão chamar de anarquistas algumas pessoas ou de anarquismo um determinado tipo de prática, não por seguir aquilo que é ou não de fato anarquismo, mas principalmente por aquilo que de alguma forma ficou conhecido como anarquismo.

O próprio nome anarquismo já denota alguma coisa diferente de marxismo, trotskismo, maoísmo, leninismo, etc. Fica evidente que não há uma referência pessoal, autoral. Logo de início esta colocada a impossibilidade de se estabelecer um centro, uma paternidade para o anarquismo. Pode-se até recuar no tempo e buscar autores que são considerados fundadores do anarquismo: Godwin, Proudhon, Stirner, etc. Mas este é um procedimento bem perigoso. Muitos destes autores sequer utilizaram o termo anarquista e, em muitos casos, a denominação foi aplicada por outros. Alguns, como Stirner, eram liberais radicais e, mesmo Proudhon pouco utilizou a palavra anarquia, preferindo sempre se autodenominar socialista. Tarefa bem menos complexa seria discutir o que é o marxismo, onde pelo menos há um referencial autoral definido, muito embora possamos discutir as derivações todas do marxismo.

Partidários da ação direta violenta e pacifistas, idealistas e materialistas, individualistas e coletivistas, revolucionários e reformistas, tudo isso se encontra dentro do que se conhece como anarquismo. Figuras bem distintas cabem no anarquismo: De Makhno e Durruti que valorizavam a solidariedade e a unidade de ação disciplinada do coletivo; até Max Stirner, liberal radical e ultra-individualista; todos podem ser considerados anarquistas. Qual deles foi mais ou menos anarquista? É uma pergunta sem resposta porque é uma pergunta sem sentido. Cada qual foi anarquista dentro do que concebia e se propôs. Porém aqui interessa-nos o anarquismo que teve algum impacto social e não discutir quem foi mais ou menos anarquista.

Para definirmos nosso terreno é necessário precisar os termos e não ficarmos somente presos a palavra anarquismo, que por ser muito aberta não define muita coisa. Se não podemos definir o anarquismo em si, podemos definir com muito mais precisão o anarquismo bakuninista, mutualista, coletivista, comunitarista, terrorista, sindicalista, comunista, individualista. Para isso existem referências claras e precisas. Um anarquista individualista jamais será ao mesmo tempo bakuninista, um espontaneísta não poderá estar de acordo com Malatesta, um idealista jamais poderá concordar com o materialismo de Kropotkin e um pacifista incondicional não poderá gostar muito de Durruti e Mackhno e assim por diante.

Sobre todas esta gama de diferenciações internas ao próprio anarquismo parece reinar um silêncio, fruto de abordagens superficiais e distorcidas que precisam ser entendidas dentro do contexto histórico do ressurgimento do anarquismo no cenário político e na academia, onde os interesses políticos muitas vezes estão presentes.

O ressurgir anarquista e a imagem que ficou

Devido às suas características o anarquismo da FAU tem sido caracterizado de uma maneira diferenciada em relação ao que se conhece como anarquismo na maioria dos países latino-americanos. Isso realmente tem procedência, uma vez que o anarquismo uruguaio tem especificidades que não se encontram no Brasil e Argentina por exemplo.

Mas é preciso bastante cuidado na hora de interpretar esta diferença, sob o risco de se construir uma visão equivocada sobre a FAU. Normalmente se interpretam as particularidades da FAU como resultado de um processo caracteristicamente uruguaio. Até este ponto nada de problemático. O problema se inicia quando se caracteriza este anarquismo como algo

“inovador”, como um anarquismo que se distancia do anarquismo original, uma exceção, quase um não anarquismo.

Este procedimento é exatamente o que pretendemos evitar. Se cairmos nele estaremos assumindo implicitamente que existe “o” anarquismo, uma tradição anarquista pura, que existe um padrão. Esta seria uma visão que lança por terra qualquer historicidade dentro do próprio anarquismo, reduzindo a sua diversidade a um denominador único, desenraizando-o dos processos históricos concretos nos quais se forjou; enfim; reduz o anarquismo às suas manifestações mais imediatas e aparentes, e quase sempre os autores que assim procedem reduzem o anarquismo às suas próprias concepções, e estas quase sempre fundadas em suas impressões, quase nunca recorrendo a história.

Podemos dizer que grande parte das especificidades do anarquismo uruguaio devem-se mais a raridade de suas concepções na América Latina do que propriamente a qualquer originalidade da FAU. As concepções teóricas de fundo da FAU baseiam-se em grande parte em Malatesta e Bakunin. Ora, no Brasil estas correntes anarquistas pouca expressão tiveram, apesar de ambos serem bastante conhecidos nominalmente e através de textos publicados na imprensa anarquista e operária, as propostas concretas, estratégias e formas de organização de Bakunin e Malatesta tiveram pouquíssima expressão real. A consequência histórica disso é que o referencial de anarquismo aqui construído baseia-se em outras correntes. Logo, quando se fala num anarquismo que contém outros elementos, isso aparece como “não anarquista” ou pelo menos como um anarquismo não puro e esta postura é encontrada no próprio meio libertário.

Dentro deste contexto a pesquisa sobre a FAU percorreu um caminho que nos obrigou a revisitar boa parte da história do próprio anarquismo, e acabou se tornando, indireta e

inevitavelmente um resgate de correntes libertárias marginalizadas dentro do próprio anarquismo. É assim que acabamos caindo na necessidade de desconstruir a imagem que se tem do anarquismo, para que seja possível reconstruir a história do anarquismo uruguaio.

As dificuldades que se levantam são em grande parte produto das imagens construídas historicamente sobre o anarquismo. Nesse sentido, fontes oficiais, o Estado, inimigos e adversários políticos, exerceram importantes papéis, inclusive os do campo socialista. Mas não pretendemos parar por aí. Os próprios anarquistas contribuíram de várias formas para a criação destes preconceitos, se não diretamente ao menos indiretamente, fornecendo as bases a partir das quais se fortaleceram preconceitos e distorções.

A retração do anarquismo no movimento social – cada vez mais acentuada a partir da década de 30 - à sua redução a círculos fechados e que se limitaram às discussões de caráter cultural ou teórico, afastando-se da prática, por acaso não vieram a facilitar os trabalhos de deturpação e omissão? Ao retirar-se do cenário das práticas sociais o anarquismo contribuiu de maneira decisiva para a sua própria deturpação. Fica evidente que um anarquismo incapaz de oferecer respostas práticas e concretas no movimento social acaba se fragilizando também teoricamente na medida em que as idéias perdem sua referência na realidade. A imensa redução da militância anarquista também contribuiu para que a imagem do anarquismo fosse homogeneizada e reduzida a imagem de uma corrente dentre as várias existentes; neste processo mesmo que existam diversas correntes dentro do anarquismo a realidade acaba determinando a imagem de anarquismo que se formará com base na existência concreta de tal ou qual corrente.

Percebemos que as análises sobre o anarquismo em geral são bastante marcadas, como seria de se esperar, pelos posicionamentos ideológicos dos autores. O fato disso estar

consciente ou não para o autor, não importa muito. A reflexão sobre o próprio anarquismo foi prejudicada durante muito tempo por diversos fatores. Em primeiro lugar, os períodos de governos autoritários, quando o anarquismo foi colocado na clandestinidade, configuraram um grande e duradouro empecilho para este debate. Em segundo lugar, sempre existiu um processo de distorção do anarquismo, por parte de outras correntes políticas hostis, como é o caso de boa parte das correntes que se reivindicam marxistas, variando logicamente o teor da crítica de acordo com o caráter da corrente. Isso tudo fez com que o anarquismo de um modo geral, em meio a este bombardeio crítico, tomasse uma posição defensiva ou de contra-ataque. Nesse contexto, a discussão teórica e histórica cedeu espaço à discussão de fundo político. Não que as discussões não devam ser políticas - pois elas certamente sempre o são - mas o que parece ter ocorrido é que a história servia apenas de pretexto para se efetivar uma crítica ou, em muitos casos, um ataque político.

A transformação destas questões históricas numa ferramenta política, colocava as coisas sempre em termos de uma disputa. Nesse quadro, era natural que os campos se dividissem entre pró e contra, alimentando um maniqueísmo político. Dentro dessa situação, fazer uma avaliação histórica que concluísse com um 'erro', seria como abrir campo ao adversário e admitir uma fragilidade, o que é impensável num "combate". Além disso, o "exílio" militante de um grande número de anarquistas contribuiu para reforçar a tendência à formação de uma memória algo mitificada sobre o passado de lutas. Distantes da prática, as lembranças tendem a resgatar o passado de uma maneira seletiva, e dentro deste passado as lutas do movimento.

Dessa forma, tendeu-se a constituir uma espécie de "mito purificado" sobre o período de maior força do anarquismo. Durante muito tempo foi necessário sair em defesa do

anarquismo, foi necessário mostrar o sucesso econômico das coletividades na Espanha, o sucesso de disciplina e organização das milícias anarquistas, enfim, mostrar como o anarquismo foi eficaz no sindicalismo, etc. Estes fatos foram omitidos durante muito tempo, excluídos da “história oficial” e quando foram postos a público causaram surpresa para muitos.

Por outro lado, esse resgate histórico se omitia de tocar em pontos delicados para o anarquismo, estes eram deixados na sombra ou, no máximo, explicados por causas exteriores ao próprio anarquismo como por exemplo, pelas “condições históricas” que exigiam tal e qual postura, ou então pelas “manobras insidiosas” dos comunistas e socialistas. Entretanto, não se respondia a uma pergunta capital: porque, em diversas ocasiões, o anarquismo foi derrotado? A pergunta dificilmente era respondida. Neste caso, jogar a explicação para motivos exteriores ao anarquismo de pouco adiantava, pois apenas abria margem para novas interrogantes, como, por exemplo: Por que o anarquismo não foi capaz de perceber e reagir contra estas forças?

Era um modelo explicativo, também ele com uma finalidade político-propagandística, que acabaria por revelar suas contradições internas e transformar-se em seu avesso, isto é, desacreditar o próprio anarquismo enquanto alternativa plausível. O anarquismo parecia perfeito demais para ser verdadeiro a se crer nas exposições que dele faziam os próprios anarquistas. E nada mais longe de se tornar algo concreto no dia-a-dia do que uma teoria perfeita. O anarquismo mostrava-se de uma tal forma, que parecia impossível resgatá-lo para a atualidade; e, se por um lado, conseguia-se fazer com que muitas pessoas o admirassem, raramente se conseguia que estas mesmas pessoas - que liam e estudavam muitas vezes apaixonadamente os episódios da história do movimento anarquista - enxergassem nele mais que uma belo ideal para os dias de hoje. Era dessa forma que a tentativa de resgatar o

anarquismo como algo historicamente viável, terminava por condená-lo à eternização enquanto idéia e imobilização enquanto prática social. Como numa bola de neve, a ausência da autocrítica anarquista foi matando o próprio anarquismo e este, quanto menos vivo, tornou-se mais incapaz de realizar esta necessária autocrítica.

O anarquismo voltou ao cenário político sobretudo em virtude de duas coisas: o fracasso e a desilusão com a URSS e os acontecimentos de Maio de 68, na França. Dessa forma, o que foi resgatado não foi propriamente o anarquismo de tradição proletária, ligado à 1ª Internacional e ao anarco-sindicalismo, mas uma nova forma de anarquismo. Ressurgiram muito mais os elementos críticos negadores do pensamento anarquista, que foram usados no arsenal crítico que tinha como alvo o dogmatismo dos partidos comunistas, do que propriamente o anarquismo enquanto projeto alternativo para a sociedade.

A consequência histórica disso é que os novos conhecedores do anarquismo, especialmente a partir da segunda metade do século XX, o concebiam como antítese absoluta do marxismo. Não quero dizer com isso que o anarquismo não seja oposto ao marxismo em muitos aspectos, mas em uma série de outros aspectos existem convergências. O fato de que o anarquismo reduziu consideravelmente seu grau de penetração social, sobretudo após a derrota na Revolução Espanhola e o descenso do sindicalismo revolucionário e anarco-sindicalismo na América Latina, também contribuiu para este desconhecimento, e como já mencionamos, deu margem às posteriores distorções com as quais ressurge o anarquismo.

Assim sendo, as várias negações que se produziram com força a partir dos anos 60, apareceram em forma de negações absolutas. Ao se negar a organização burocrática, caiu-se no outro extremo, o do espontaneísmo e o da ausência total de organização. A rejeição ao determinismo mecânico do fator econômico transformou-se em negação dos fatores sócio-

econômicos, como determinantes de grande importância. Da desconsideração da cultura, da arte e das mudanças comportamentais, o eixo de muitos movimentos se deslocou quase que totalmente para o campo cultural e comportamental.

Foi dentro deste caldo cultural que ressurgiu o anarquismo. Não é de se estranhar que palavras como: classe, materialismo, dialética, proletariado, organização, partido, vanguarda, entre outras, apresentem-se para muita gente como termos de um “jargão marxista”. Isso reflete, por um lado, o desconhecimento histórico do anarquismo; mas reflete também a grande ausência histórica do anarquismo nas últimas décadas, o que contribui para que, na prática, muitos conceitos e termos que eram próprios dos libertários ou então “patrimônio” comum de quase todas as correntes socialistas, aparecessem como “marxistas”, porque na realidade foram encarnados concretamente por esta corrente nas últimas décadas. É possível então entender muito do caráter da historiografia que resgatará o anarquismo a partir deste período. É uma historiografia que é profundamente marcada por este contexto histórico e que mesmo quando resgata a história do anarquismo já o faz mediada pelo caráter com que renasce este anarquismo.

Optamos por desenvolver nesta introdução um pouco das concepções bakuninistas e malatestianas que tanto influenciaram a FAU, sobretudo no campo das concepções organizativas. O motivo fundamental desta opção é evitar um possível excesso de digressões teóricas e históricas ao longo dos capítulos, nos momentos em que trataremos das concepções próprias da FAU. Antecipamos então a caracterização de alguns dos mais fortes referenciais da FAU.

A influência do anarquismo bakuninista na FAU

A influência transitou por dois caminhos, de um lado veio da própria história do anarquismo e do movimento operário uruguaio, influenciado pelo bakuninismo ainda no século XIX, de outro lado a influência chegou através de textos teóricos e históricos do próprio Bakunin recuperados e amplamente discutidos no interior da FAU em seu processo de formação.

Historicamente foi no período de predomínio bakuninista que o anarquismo chegou ao Uruguai ainda na década de 1870. É uma vertente anarquista totalmente distinta da que predominou no Brasil por exemplo, além de chegar ao Uruguai cerca de duas décadas antes em relação ao Brasil, uma que em 1872 foi fundada a seção uruguaia da Associação Internacional dos Trabalhadores (AIT). A seção teve uma sede pública¹ e publicou *El Obrero Federalista*, aquele que provavelmente foi o primeiro periódico claramente libertário de Montevideú.² Um dos impulsionadores da seção foi Carlos Sans, que trabalhara junto a Farga Pelicer na AIT espanhola. Este último, além de membro da AIT, foi militante da Aliança da Democracia Socialista de Bakunin (trataremos da Aliança logo a seguir). A esta altura tratava-se já da chamada Internacional Anti-autoritária, fundada no congresso de Saint-Imier, após a cisão da AIT original, pelos que se alinharam com Bakunin contra Marx. Esta AIT tinha como centro Chaux de Fonds, na região do Jura na Suíça, onde a influência bakuninista sempre foi forte.

A seção da AIT criada em Montevideú não se tratou, como é comum em certos casos, de um pequeno grupo de pessoas que inventou uma sigla, publicou um periódico e escreveu

¹ Situada na atual Calle Florida, citado em RAMA, Carlos Maria; CAPPELLETTI, José Angel. *El anarquismo en America Latina*. Caracas, Ayacucho, 1990. p. LXIII.

² RODRIGUES, Edgar. *Universo Ácrata*. Florianópolis, Insular, 1999. p. 163.

algumas cartas, sem grandes relações com o movimento real da classe trabalhadora. A concorrência aos atos públicos era boa e o “Manifesto aos Trabalhadores de Montevideú”, editado em 1875, pela seção internacionalista foi muito bem acolhido entre os trabalhadores. O grupo de militantes da seção uruguaia se identificava claramente com as idéias de Mikhail Bakunin. O contato com a Europa também foi constante, encontram-se cartas endereçadas ao Congresso de Berna da Internacional em 1876. Neste mesmo ano a seção se converteu na “Federación Regional de la República Oriental del Uruguay”. É interessante notar que a seção uruguaia, e depois a federação regional, integraram a Internacional por meio da federação espanhola.³ A esta altura, a Federação Regional já contava com muitos filiados. A federação montevidéana, que era parte da Federação Regional contava com “6 ofícios organizados; com 5 seções e com 2 mil sócios permanentes”.⁴ Uma das principais lutas era pela redução da jornada de trabalho para oito horas.

Muitas das resoluções e orientações gerais da Internacional, cujo centro funcionava em Chaux-Aux-Fonds (Suiça), tiveram forte influência no conjunto das ações destas primeiras federações, isto também refletiria mais tarde nos documentos fundamentais da futura FORU.⁵ Existe no *El Boletim Jurassiano* de 23 de abril de 1877, órgão da Internacional, menção sobre a aceitação dos internacionalistas de Montevideú no Congresso de Verviers, na Bélgica.⁶ Este vínculo com a Internacional ocorreu quase simultaneamente em distintos países e a coordenação destas atividades foi feita pela militância anarquista vinculada à esta Internacional sediada na Suiça e que seguia sua atividade com vigor e capacidade organizativa. A Internacional denominada anti-autoritária funcionou independentemente

³ TOURON, Lucia Sala de; LANDINELLI, Jorge. “50 Años del Movimiento Obrero Uruguayo” In: CASANOVA, Pablo Gonzalez. Historia del Movimiento Obrero en America Latina. v. 4. 1984. p. 252.

⁴ Todas as citações traduzidas do espanhol são de responsabilidade do autor da dissertação.

depois do racha produzido no Congresso de Haya em 1872. Muitas vezes se menciona esta Internacional como algo que, depois da cisão, rapidamente se tornou inoperante. Mas, de fato, sua influência organizativa se manteve por vários anos e teve boa incidência em vários países europeus e da América Latina.⁷

São raros os trabalhos em que se aprofunda a discussão do bakuninismo, ficando-se quase sempre numa visão parcial e única sobre os textos de Bakunin. Este desconhecimento faz com que a idéia de partido ou organização revolucionária pareça estranha e alheia ao anarquismo. Esta compreensão nos é duplamente importante; pois, por um lado, influenciou diretamente na formação do movimento operário uruguaio; por outro, muitas destas idéias foram retomadas e postas em prática pela FAU décadas depois, o que foi um dos motivos para muitos anarquistas a qualificarem de “inovadora” ou “anarco-leninista”, alguns com sinal positivo, mas a maioria recriminando totalmente. Falaremos deste tema ao longo dos capítulos.

Compreender apenas parte daquilo que propunha Bakunin não necessariamente contribui para compreender o que era de fato a proposta bakuninista. Pelo contrário, conhecer apenas parte da orientação teórico-política de Bakunin pode nos levar a enganos e erros crassos. Portanto, uma noção global do bakuninismo é um requisito para entendermos suas propostas políticas mais concretas sem que as tomemos como incoerências ou contradições. Sinteticamente podemos dizer que a chave para o entendimento do bakuninismo é perceber

⁵ Federação Operária Regional Uruguaia, central anarco-sindicalista uruguaia que trataremos no capítulo I.

⁶ RODRIGUES, Edgar. *Op. Cit.* p. 164.

⁷ RAMA, Carlos Maria. *Historia del movimiento obrero y social latinoamericano contemporaneo*. Buenos Aires/Montevidéu, Palestra, 1967. p. 47 a 92.

que para ele existiam diferentes níveis de atuação: em linhas gerais, um nível público, de massas; e outro clandestino, de vanguarda.⁸

Sem ter consciência desta distinção, a maioria das pessoas e estudiosos é levada a enxergar apenas um dos prismas do bakuninismo e ao generalizar um dos aspectos particulares do bakuninismo, tornando-o absoluto, implicitamente expurgam outros prismas como algo estranho ao próprio bakuninismo. É desta forma que podemos encontrar nos escritos de Bakunin tanto textos que exaltam a espontaneidade, quanto textos que nos falam sobre a necessidade de disciplina e unidade de ação. Aparentemente é uma contradição. Quando se leva em conta os diferentes níveis que propunha Bakunin isso ganha sentido.

Bakunin concebia a Internacional de maneira diferente de Marx. Para ele, esta deveria ser uma organização socialista e revolucionária de massas, isto é, ser capaz de abrigar em seu seio um grande número de pessoas. Para isso, não deveria professar princípios políticos ou anti-religiosos de maneira ostensiva:

“(...) a Internacional é um espaço sumamente favorável e necessário para a organização revolucionária, mas não é a organização revolucionária em si. A Internacional admite em seu seio, sem distinção de crenças políticas e religiosas, a todos os trabalhadores honrados com a única condição de que aceitem, com todas as suas conseqüências, a solidariedade na luta dos trabalhadores contra o capital burguês, explorador do trabalho. Esta é uma condição suficiente para separar o mundo dos trabalhadores do mundo dos privilegiados, mas insuficiente para dar ao primeiro destes mundos uma orientação revolucionária. Os fundadores da Associação Internacional procederam com suma sabedoria ao eliminar desde o primeiro momento da Associação todos os assuntos políticos e religiosos. Não há dúvida nenhuma de que não careciam de opiniões políticas e anti-religiosas bem definidas, mas se abstiveram de incluí-las no programa, pois sua finalidade principal estava antes de tudo em reunir as massas operárias de todo o mundo civilizado dentro de uma ação comum.

⁸ Termo utilizado pelo próprio Bakunin.

Necessariamente tiveram que buscar uma base comum, uma série de princípios simples a respeito dos quais todos os operários - fossem quais fossem suas idéias políticas e religiosas, com tanto que se tratasse de operários sérios, quer dizer, de homens duramente explorados e sofredores - estivessem de acordo. Se houvessem desfraldado a bandeira de algum sistema político ou anti-religioso, longe de reunir a todos os operários da Europa, os dividiriam mais ainda. Se por acaso a simples palavra ateísmo houvesse sido incluída no estandarte da Internacional haveria podido a Associação reunir em seu seio sequer duas centenas de aderentes? Todo mundo sabe que não. E não porque o povo seja realmente religioso, e sim porque acredita sê-lo, e haverá de seguir acreditando enquanto uma boa revolução social não lhe proporcione meios para acabar com estas aspirações ilusórias.”⁹

Algumas passagens deste trecho causam ainda hoje muita estranheza para pessoas que se acostumaram a ver em Bakunin um defensor intransigente do ateísmo. Esta rejeição do ateísmo no âmbito da Internacional exemplifica uma das questões que só pode ser compreendida levando-se em conta o conjunto da concepção de Bakunin, caso contrário a impressão que se tem é de incoerência. O caráter da Internacional deveria, para Bakunin, permitir uma pluralidade de correntes políticas que colocariam suas idéias à prova constantemente e, se por acaso, ocorresse de alguma delas sobressair, dirigiria a Internacional pelo convencimento e influência, não pela imposição. Portanto, a Internacional, não seria um partido com princípios únicos obrigatórios como queria Marx, o que, segundo Bakunin, afastaria as massas do seu interior e limitaria sua influência. Por outro lado, não se limitaria a ser um simples “sindicato”¹⁰, que se preocuparia somente com as questões econômicas mais imediatas, uma vez que se definia como socialista e revolucionária.

Na concepção de Bakunin, a Internacional seria uma organização combativa de massas. Mas Bakunin não considerava isso suficiente para impulsionar uma revolução:

⁹ BAKUNIN, Mikhail. *Escrito Contra Marx: conflitos na Internacional*. Brasília, Novos Tempos, 1989. p. 59-60.

“A Internacional prepara os componentes da organização revolucionária, mas não a organização revolucionária em si. Ela os prepara para a luta pública e legal dos trabalhadores solidários de todos os países contra os exploradores do trabalho - capitalistas, proprietários e empresários industriais - mas nunca vai mais além. A única coisa que faz fora esta obra, por si só tão útil, é a propaganda teórica das idéias socialistas entre as massas operárias, o que é uma obra igualmente muito útil e muito necessária para a preparação da revolução das massas.”¹¹

Bakunin via o que, para ele, seriam os limites da Internacional, para além dos quais ela certamente não avançaria, a menos que fosse impulsionada por uma minoria organizada em partido, a Aliança. Entretanto, a Aliança estaria a serviço da Internacional e não o inverso, isso garantiria, na visão dele, que a massa não fosse usada pelo partido, como acontecia com os partidos tradicionais e autoritários:

“A Aliança é o necessário complemento da Internacional. Mas a Internacional e a Aliança, ainda quando têm a mesma finalidade, ao mesmo tempo perseguem objetivos diferentes. Uma tem a missão de agrupar as massas operárias, os milhões de trabalhadores, através dos diferentes países e nações, através das fronteiras de todos os estados; a outra, a Aliança, - tem a missão de dar a estas massas uma orientação realmente revolucionária. Os programas de uma e de outra, sem que de modo algum sejam opostos, são diferentes pelo grau de seu respectivo desenvolvimento. O da Internacional, se o tomamos com toda a seriedade que exige o caso, contém o germe, mas só em germe, todo o programa da Aliança. O programa da Aliança é a explicação última do programa da Internacional.”¹²

Quanto ao caráter da Aliança expresso nos textos de Bakunin, é interessante notar que ela desmente uma série de críticas ao anarquismo que se tornaram *senso-comum*, como a disposição anti-organizativa. Não é apenas a “visão popular” em relação ao anarquismo, uma vez que inúmeros textos e obras de autores acadêmicos estão permeados por esta visão, de

¹⁰ O termo evidentemente não era usual na época.

¹¹ MUÑOZ, François. *Bakunin: antologia*. Montevideu, Recortes, 1986. p. 42.

uma forma ou de outra. Também a palavra anarquia não era utilizada com frequência, e, algumas vezes, o próprio Bakunin fez uso do termo no sentido negativo:

“Não pensem que eu estou advogando em prol da anarquia absoluta nos movimentos populares. Uma anarquia como essa não seria nada mais que a completa ausência de pensamento, de finalidade e de conduta comum, e necessariamente haveria de desembocar em uma impotência geral. Tudo o que existe, tudo que é viável se produz dentro de certa ordem, que lhe é inerente e que demonstra o que há em si.”¹³

O modo como Bakunin é apresentado tem muito a ver com estas questões, mas é interessante notar como ele próprio concebia a atuação de uma organização revolucionária:

“O que devem fazer agora as autoridades revolucionárias? Que devem fazer para estender e organizar a revolução? Não devem fazer a revolução por decreto, não devem impô-la às massas. Devem provocá-la nas massas. Não devem impor às massas uma organização, seja a qual for, mas sim promover sua organização autônoma de baixo para cima, devem trabalhar em silêncio, com ajuda da influência individual sobre os indivíduos mais inteligentes e influentes de cada localidade, afim de que esta organização se adeque, na maior medida possível, a nossos princípios. Nisso reside todo o segredo de nosso triunfo.”¹⁴

Também nesta passagem percebemos a surpresa no rosto de muitos anarquistas mais “puros” ao ver Bakunin falando e se colocando como “autoridade revolucionária”. A Aliança criada por Bakunin era uma organização, um “partido”¹⁵, que atuava no interior da Internacional.¹⁶ A existência da Aliança, desconhecida pela maioria, inclusive por muitos

¹² MUÑOZ, François. *Op. Cit.* p.44.

¹³ *Idem, Ibidem*, p. 48.

¹⁴ BAKUNIN, Mikhail. *Obras Completas, Estatismo y Anarquia*. Madrid, La Piqueta, 1977. p. 122. O grifo é meu.

¹⁵ “Nós, bem ou mal, conseguimos formar um pequeno partido; pequeno em relação ao número de pessoas que aderiu a ele com conhecimento de causa, mas imenso com respeito a seus aderentes instintivos, a estas massas populares cujas necessidades representamos melhor que qualquer outro partido”. Extraído de BAKUNIN, Mikhail. *Obras Completas, Estatismo y Anarquia*. Madrid, La Piqueta, 1977. p. 121. Evidentemente esta concepção de partido não supõe a participação em eleições e disputa pelo poder.

¹⁶ Neste caso trata-se da 1ª Internacional e não da Internacional anti-autoritária, fundada em Saint-Imier, à qual aderiram os internacionalistas uruguaios.

estudiosos do próprio socialismo, contribui para uma série de confusões na medida em que se confundem as propostas anarquistas para organização de massa e de vanguarda (ou minoria ativa).

Aconteceu um episódio histórico em 1868 que ilustra de forma mais direta ainda a concepção de Bakunin. O italiano Giuseppe Fanelli, membro da Aliança da Democracia Socialista e da Internacional, viajou até a Espanha com a missão de dinamizar a fundação de uma seção da Internacional, o que de fato fez. No entanto, Fanelli também estava incumbido de providenciar fundos para o movimento através de uma ação ilegal, ou seja, apoderar-se do dinheiro de um banco em Madrid, (tarefa interna determinada pela Aliança) não o fez e nem era a pessoa adequada para tal tipo de ação.¹⁷ Por outro lado, Fanelli foi à Espanha com o objetivo criar, ao mesmo que uma seção da Internacional, e formar no interior desta uma seção da Aliança que trabalhasse com a orientação revolucionária bakuninista. Entretanto as coisas não saíram desta forma:

“(...) Bakunin conservou essa mesma impressão, que Fanelli havia confundido a Aliança com a Internacional (...) escreveu na primavera de 1872: ‘Ao ajudar-nos a colocar os primeiros cimentos tanto da A. (AIT) como da Y. (Aliança) (...) ele cometeu uma falha de organização da qual sentimos agora os efeitos. Confundiu a Internacional com a Aliança e por isso convidou os amigos de 3521 (Madrid) para fundar a Internacional com o Programa da Aliança. A princípio isso poderia parecer um grande triunfo; mas na realidade, se converteu em causa de confusão e de desorganização, tanto para uma como para a outra.”¹⁸

O que Fanelli fez na realidade foi criar uma seção da Internacional que continha os fundamentos básicos da Aliança. Este erro de Fanelli - ao menos essa era avaliação de Bakunin - teve consequências políticas profundas, tanto nos conflitos ainda na 1ª

¹⁷ NETTLAU, Max. *Miguel Bakunin, la Internacional y la Alianza en España: 1868-1973*. Madrid, La Piqueta, 1977. p. 22.

Internacional, quanto no desenrolar posterior do movimento libertário espanhol. Na verdade estabeleceu-se uma verdadeira confusão de níveis. Ao contrário do que pensava Bakunin, o que surgiu na Espanha estava bem distante de uma organização secreta e tomou um caráter público e de massa. Todavia o que nos interessa no episódio é a demonstração inequívoca, através da crítica de Bakunin a Fanelli, do perfil de organização bakuninista e de sua distinção radical em relação à Internacional.

A Aliança da Democracia Socialista, partido clandestino, de vanguarda, de minoria ativa, foi historicamente a primeira forma de organização específica dos anarquistas na história¹⁹, gostem disso ou não os militantes e simpatizantes do anarquismo contemporâneo. Pois bem, se a FAU inovou em algo no anarquismo certamente não foi neste aspecto, pelo contrário o que os anarquistas uruguaiois fizeram foi retomar algo muito antigo no anarquismo. Logicamente que as formas orgânica exatas da Aliança e da FAU não eram as mesmas e seria absurdo supor que assim fosse, a semelhança aqui é estabelecida pelo papel da organização, critério de ingresso seletivo, diferenciação em relação a organizações de massa e adoção de procedimentos clandestinos para uma série de questões. A luz destas constatações fica bastante complicado qualificar a FAU de “anarco-leninista”, ou de não ser “originalmente anarquista” por exemplo, neste caso Bakunin também não seria anarquista?! Percebemos que a rejeição à organização política ou partido advém muito mais das próprias concepções de anarquismo de quem pretende desqualificar o “diferente” do que de qualquer embasamento histórico.

¹⁸ NETTLAU, Max. *Op. Cit.* 1977. p. 30.

¹⁹ Sabe-se que até a época de Bakunin os anarquistas não possuíam organizações ou grupos especificamente anarquistas. Conforme BAKUNIN, Mikhail. *Socialismo e Liberdade*. São Paulo, Luta Libertária, 2002. p. 104.

A presença de Malatesta no Uruguai e a influência “organicista”

Outra influência marcante na FAU foi a de Malatesta. Neste caso o grau de influência direta no anarquismo uruguaio foi bem mais intenso do que comparado ao bakuninismo, primeiro devido a presença direta de Malatesta na região e em segundo lugar pela maior proximidade no tempo e na memória das gerações de anarquistas militantes no Uruguai. Em 1885 Malatesta chegou à Argentina, fugindo de uma ordem de prisão emitida contra ele em Florença. Durante dois anos realizou uma forte e diversificada atividade militante. Trabalhou no periódico *Cuestión Social*, sugerindo a publicação bilingüe em italiano e espanhol como forma de expandir o acesso à leitura, contribuir para o aprendizado da língua e a diminuição das barreiras étnicas que, de certa forma, dificultavam a unificação da classe trabalhadora. O trabalho desenvolvido por Malatesta foi intenso e este acabou constituindo um dinâmico Círculo de Estudios Sociales. O destacado militante anarquista Mattei, editor do periódico *El Socialista*, acabou se aproximando de Malatesta e aderindo ao anarco-comunismo por esta época. Pouco tempo depois Mattei passou a editar o semanário anarco-comunista *El Socialista, organo de los trabajadores*.

Somente em 1887, dois anos depois de sua chegada, após um tempo de trabalho dedicado fundamentalmente à propaganda, à formação de um grupo militante anarco-comunista e o conhecimento da realidade argentina, é que se organizou o primeiro sindicato com influência de Malatesta. Um grupo de padeiros anarquistas, junto a Mattei, fundou um sindicato operário chamado “Sociedad de Resistencia y Colocación”. Propuseram a Malatesta que escrevesse os estatutos e regulamentos internos, e ele o fez. Depois disso vários outros sindicatos seguiram a mesma orientação ou foram fundados segundo o modelo do sindicato dos padeiros.

A presença do anarquista italiano foi marcante na região do Prata. Com Malatesta chegou à Argentina um grande propagandista e um homem de talento organizativo. A importância de seu trabalho ficou marcada pelas seguintes características essenciais: seu internacionalismo (por exemplo, seu contato com anarquistas espanhóis e *criollos* em sua chegada a Buenos Aires é imediata); sua predisposição em localizar entre os operários e suas organizações o melhor meio para pregar suas idéias e sua tendência organizativa e combativa. A importância de Malatesta e Gori estava radicada precisamente ao fato de que estes dois pertenciam à tendência organicista e não a do individualismo anarquista.”²⁰

Da Argentina Malatesta passou ao Uruguai em 1887 onde encontrou uma realidade bastante próxima da Argentina. Dentro do anarquismo uruguaio e da influência que este teve sobre o movimento operário, era nítida a predominância da corrente anarquista identificada com o pensamento de Bakunin., desde 1872. O anarquismo de tipo proudhoniano, apesar de anteceder historicamente o bakunismo no Uruguai, não chegou a se vincular de forma profunda com o movimento dos trabalhadores e não estendeu sua influência por um campo tão vasto. A influência bakunista manteve-se preponderante até praticamente o final do século XIX, quando passou a circular pela região do Rio da Prata uma outra vertente anarquista, o anarco-comunismo, divulgado por Errico Malatesta e Pietro Gori. Porém, este anarco-comunismo guardava uma semelhança fundamental com o anarquismo bakunista: a diferenciação entre o âmbito especificamente anarquista e o âmbito social, o sindicato. Esta diferenciação permanecerá presente no anarquismo uruguaio, apesar desta concepção ter perdido a hegemonia no período anarco-sindicalista, e será retomada na década de 1950 no processo de formação da FAU. Nas palavras de Malatesta:

²⁰ BAYER, Osvaldo. *Los Anarquistas Expropiadores*. Montevideo, Recortes, 1992. p. 140.

“(…) antes de tudo o problema sendo triplo, distingamos: a organização em geral, princípio e condição da vida social, hoje e na sociedade futura; a organização do partido anarquista ²¹; e a organização das forças populares, em particular a das massas operárias, em vista da resistência contra o governo e contra o capitalismo.” ²²

Esta idéia tem muito a ver com a proposta de organização bakuninista. A distinção de três âmbitos (“... o problema sendo triplo...”) evidencia que uma coisa é a organização social mais geral, outra é a organização do movimento operário e finalmente a organização especificamente anarquista, “o partido anarquista”. Para Malatesta não se tratava mais de organizações secretas, como para Bakunin, mas certamente eles estão de acordo quanto a necessidade de organizações especificamente anarquistas atuando junto do movimento social, não se confundindo com este. Desta forma esta corrente anarco-comunista não se opõe à participação nos sindicatos:

“Houve anarquistas - e ainda os há, evidentemente - que, embora reconhecendo a necessidade de organizarem-se hoje para a propaganda e a ação, mostraram-se hostis a todas as organizações que não tinham como objetivo direto o anarquismo e não seguiam os métodos anarquistas. Parecia-lhes que todas as forças organizadas em prol de um objetivo, por mais radicais que fossem, eram forças que se furtavam à revolução. Parece-nos ao contrário, que este método condenaria o movimento anarquista a uma perpétua esterilidade, e a experiência nos dá ampla razão.

Para fazer propaganda, é preciso estar entre as pessoas, e é nas associações operárias que o operário encontra seus companheiros, em particular aqueles que estão mais dispostos a compreender e a aceitar nossas idéias. Mas, mesmo que pudéssemos fazer toda a propaganda que gostaríamos fora das associações, ela não poderia sensibilizar a massa operária. À exceção de um número muito limitado de indivíduos mais instruídos, capazes de reflexão abstrata e de entusiasmo teórico, o operário não pode chegar de repente ao anarquismo. Sustentar as organizações populares de toda a espécie é uma consequência lógica

²¹ Os grifos é meu. Alguns autores pretendem interpretar o termo partido para Malatesta como um simples agrupamento de anarquistas, ficando o termo bastante vago. Para contrapor esta idéia podemos relembrar os próprios textos de Malatesta e a fundação em 1897 do Partido Revolucionário Socialista-Anarquico Italiano, citado em NETTLAU, Max. *La Anarquía a través de los tiempos*. Madrid, Jucar, 1975. p. 142.

²² MALATESTA, Errico. *Escritos Revolucionários*. Brasília, Novos Tempos, 1989. p. 73.

de nossas idéias fundamentais e deveria, portanto, fazer parte integrante de nosso programa. Demo-nos por tarefa lutar contra a organização social atual e demolir os obstáculos que se opõem à implantação de uma nova sociedade que assegure a todos a liberdade e o bem-estar. para atingir esse objetivo, unimo-nos em um partido e tentamos ser o mais numeroso e o mais forte possível. Mas se nosso partido estivesse organizado; se os trabalhadores devessem permanecer isolados como elementos indiferentes uns aos outros, unidos apenas pela mesma cadeia; se nós mesmos, organizados em partido enquanto anarquistas, não estivéssemos também organizados com os trabalhadores enquanto trabalhadores, não chegaríamos a nada (...)" ²³

A organização anarquista não deveria ser isolada e alheia à realidade, a inserção no movimento operário era um dos objetivos das organizações. Mas percebemos também que um anarco-comunista, participa de um sindicato com propósitos e posturas bastante diferentes de um sindicalista revolucionário ou de um anarco-sindicalista. O anarco-comunista pertence não apenas à sua organização sindical, mas também à sua organização (partido ou federação anarquista conforme o caso), onde se discute a melhor forma de atuação, programa, etc.

No Uruguai as iniciativas anarco-comunistas de Malatesta contaram, no plano sindical, com uma forte adesão, impulsionada pela "Federación de los Trabajadores del Uruguay". Em 1901, segundo o jornal *El Trabajo*, os seguintes sindicatos estavam organizados segundo este modelo: pedreiros, marmoristas, motoristas, trabalhadores portuários, foguistas, estivadores, barbeiros, oficiais de alfaiate, construtores de carruagens, carvoeiros, curtidores de couro, ladrilhadores, construtores de veículos e anexos, fosforeiros, sapateiros, lanchoneiros, pescadores, alfaiates, trabalhadores hoteleiros, carpinteiros, operários em cigarro, padeiros, pintores, trabalhadores de armazéns, verdureiros, açougueiros, trabalhadores saladeiris²⁴, trabalhadores em cervejarias, entre outros. Neste ano de 1901 se organizaram 40 sindicatos, 7

²³ MALATESTA, Errico. *Op. Cit.* p. 53-54.

periódicos operários, aconteceram várias greves gerais e um número maior ainda de greves por categoria ou estabelecimento.²⁵

Osvaldo Bayer assinala que, no Uruguai, algo semelhante à Argentina se passou. Muito provavelmente tenha sido a prédica de três figuras proeminentes do pensamento social italiano: Malatesta, Ferri²⁶ e Gori, a que mais profunda influência exerceu (na passagem do século XIX ao XX) sobre a massa de trabalhadores imigrados no Uruguai. Errico Malatesta desenvolveu no começo de 1889 um intenso trabalho proselitista entre os operários “socialistas” de Montevideu, entre os quais metade era composta de italianos.²⁷

O fato de Malatesta e Gori serem italianos contribuiu bastante para a difusão de suas idéias uma vez que a maioria dos imigrantes, tanto no Uruguai quanto na Argentina, eram italianos e no período o percentual de imigrantes na população era bastante alto. Entre 1853 e 1895 a população de Buenos Aires cresceu de 76 mil habitantes para 950 mil; e o número de operários, no mesmo período, variou de 2 mil para 170 mil, sendo que quase todos eles são estrangeiros e em sua maioria italianos.²⁸ Já Montevideu era uma cidade com cerca de 220 mil habitantes, um grande crescimento para uma cidade que em 1860 tinha cerca 58 mil habitantes. Deste total calcula-se que mais de um terço da população fosse estrangeira.²⁹

Malatesta traz para a região do Rio da Prata um elemento diferenciador: o organicismo. Nem todas as correntes anarquistas defendiam a organização, muitas viam organização como sinônimo de autoritarismo e a rechaçavam de imediato:

²⁴ Trabalhadores da indústria do charque ou saladeiril (do espanhol *saladeril*).

²⁵ TOURON, Lucia Sala de; LANDINELLI, Jorge. *Op. Cit.* p. 253.

²⁶ Errico Ferri, socialista da vertente chamada de “intransigente” na Itália.

²⁷ ZUBILLAGA, Carlos. “El aporte de la inmigración italiana en la conformación del movimiento sindical uruguayo” In: DEVOTO, Fernando J; MIGUEZ, Eduardo J. *Asociacionismo, Trabajo y Identidad Étnica: los italianos en la América Latina en una perspectiva comparada*. Buenos Aires, CEMLA/CSER/IEHS, 1992. p. 249.

²⁸ BELLONI, Alberto. *Del Anarquismo al Peronismo*. Buenos Aires, Peña Lillo, 1960. p. 9.

“Em geral, o anarquismo argentino apresentará as três correntes que caracterizavam o anarquismo italiano: o ‘comunista organizador’, seguidor da teoria de Errico Malatesta; o comunista anti-organizador, que se definia pela formulação kropotkiniana do anarquismo e o individualista nitzscheano-stimeriano.”³⁰

A ênfase sobre a questão da organização no anarquismo sempre foi presente em seus escritos e ele combateu durante a vida toda as tendências anarquistas espontaneistas e individualistas:

“Entre aqueles que se dizem anarquistas com diferentes adjetivos ou sem adjetivos, há duas facções: os partidários e os adversários da organização. Se não pudermos chegar a um acordo, procuremos ao menos nos entender (...) O erro fundamental dos anarquistas que se opõem à organização é de crer que não pode haver organização sem autoridade - e, convencidos desta hipótese, preferem renunciar a toda organização do que admitir a mínima autoridade. Ninguém pode escapar desta necessidade; e mesmo os maiores opositores à organização submetem-se à organização geral da sociedade na qual vivem; além disso, nos atos voluntários de suas vidas, e também em sua revolta contra a organização, eles se unem, repartem suas tarefas, organizam-se com os que estão de acordo com eles, e utilizam os meios que a sociedade põe à sua disposição (...) com a condição, naturalmente, de que não se trata apenas de vagas aspirações platônicas ou de sonhos sonhados, mas de algo que eles queiram verdadeiramente ou que eles façam verdadeiramente.”³¹

O anarquismo teve uma presença significativa no Uruguai e na Argentina algumas décadas antes do que ocorreu no Brasil. Além disso o anarquismo brasileiro foi qualitativamente bem diferente do platense. A forte presença do anarco-comunismo malatestiano, organicista, não se verificou de maneira significativa no Brasil³², onde o anarco-comunismo se afinava bem mais com as idéias de Kropotkin e consequentemente colocava mais acento na estratégia educacionista.

²⁹ ZUBILLAGA, Carlos. *Op. Cit.* p. 232-233.

³⁰ BAYER, Osvaldo. *Op. Cit.* p.163.

³¹ MALATESTA, Errico. *Op. Cit.* p. 60.

³² Ainda que a figura de Malatesta fosse conhecida e diversos artigos seus publicados nos jornais anarquistas circulantes no Brasil suas concepções de organização não foram muito aplicadas.

O movimento operário e o anarquismo uruguaio no final do século XIX

A década de 1890 foi extremamente fecunda em greves e importantes conquistas: trabalhadores saladeiris, de sapatos, em móveis, gráficos, marmoralistas, padeiros, pedreiros, motoristas, padeiros ³³, etc. No ano de 1896 aconteceu no Uruguai o primeiro congresso operário convocado pela “Federación Regional del Uruguay”. O principal ponto do programa aprovado neste congresso foi a redução da jornada de trabalho para 8 horas, bandeira que seria clássica no movimento dos trabalhadores latino-americanos e mundial, que já havia sido conquistada por alguns sindicatos no Uruguai em 1895. Também neste mesmo ano foram desatadas grandes greves de marítimos e portuários, todas elas duramente reprimidas pelo governo. ³⁴

Os anos 90 marcaram um ascenso repressivo na região do Rio da Prata, primeiro na Argentina e a seguir no Uruguai, que desembocou numa guerra civil; a última, antes da instalação do que depois ficaria conhecido como *battlismo*. Neste ambiente, onde o incremento da repressão se evidenciava, também se desenvolveu a presença do anarquismo de ação direta de tipo violento, porém vinculado a atividades sindicais (ainda não era do tipo expropriador ou de pequenos grupos como se mostraria fortemente nas décadas de 1920 e 1930). Se propagandeava a necessidade de empregar a violência como resposta por parte dos trabalhadores: “(...)Deixai todo o temor, e, ao combate! Armemo-nos com todas as armas das quais nosso arsenal está tão repleto, e à razão, combater com a razão e quando a força fale, respondei com a força! Assim o quer nossa querida Anarquia (...)” ³⁵

³³ Esta categoria foi uma das mais ativas, com greves atingindo a mais de 100 padarias em Montevideu e gerando uma situação tensa devido à falta de pão. Não parece ter sido à toa que Malatesta escolheu justamente esta categoria como uma das primeiras para travar contato.

³⁴ TOURON, Lucia Sala de; LANDINELLI, Jorge. *Op. Cit.* p. 253.

³⁵ *Periódico Socialista Anárquico*, nº 3. Montevideu, 1895.

Outro grupo de anarquistas partidários da ação direta violenta se aglutinou em torno do periódico *El derecho a la vida*, que foi publicado a partir de setembro de 1893. É o periódico que mais enfatizava a necessidade de respostas violentas e revolucionárias, sendo abertamente defensor da “propaganda pelo fato”, assumindo sem meias palavras a defesa de atentados. Em sua primeira edição, publicaram um artigo intitulado “Al que venimos”, onde afirmam que

“O que nos propomos é tratar no curso de nossas publicações de explicar distintamente aos oprimidos as causas de onde surgem todos os males econômicos e morais, dos quais eles são as vítimas indicando-lhes ao mesmo tempo os meios que hão de utilizar para emancipar-se da opressão que tão indignamente sofrem. Nossos votos e nossos esforços estão todos dirigidos à realização de uma transformação social, na qual não possam caber exploradores e explorados. Os que com a força do direito, tenham que lutar contra o inumano direito da força são nossos colaboradores. Isso é o que queremos dizer com o direito à vida: a conquista do pão por todos e para todos.”³⁶

Pelo fim da década de 90 chegou à Buenos Aires Pietro Gori, militante anarquista, propagandista e organizador, que proferiu uma série de palestras por todo país e continuou a difundir o anarco-comunismo, consolidando um trabalho que Malatesta havia iniciado poucos anos antes. O desterro de muitos militantes que viviam na Argentina trouxe ao Uruguai um grande número de militantes operários experimentados e bem capacitados. Este trânsito de militantes entre os dois lados do Rio da Prata seria uma constante na história do movimento operário e do anarquismo, não somente no final do século XIX, como também ao longo de todo século XX.

Também no campo das publicações socialistas libertárias, já com o predomínio dos anarco-comunistas, temos uma profusão de folhetos publicados e alguns livros também: “Uma nova obra veio a aumentar a biblioteca socialista: *La Conquista del Pan* escrita por Pedro

Kropotkine com um interessante prefácio de Eliseo Reclus.”³⁷ O principal pólo de discussão entre os socialistas em geral, a partir de fins de 1897, foi o “Centro Internacional de Estudios Sociales”, local onde anarquistas, e também os socialistas, se reuniam para debates, conferências e palestras, nas quais sobressaíam particularmente Pietro Gori y Pascual Guaglianoni. Também os cafés eram locais bastante freqüentados pela militância para conversas e reuniões menores. A importância das atividades do “Centro Internacional de Estudios Sociales” merece atenção. Mesmo levando em conta que a atividade prioritária dos militantes anarquistas se dava no movimento operário, várias outras atividades aconteciam no centro harmonizadas e direcionadas para as lutas operárias. Fundado por trabalhadores alfaiates, o centro desenvolveu atividades constantes e regulares, sendo ponto de circulação para os intelectuais e artistas do Uruguai.

O caso mais relevante é o do teatrólogo Florencio Sanchez, considerado o maior do país até hoje. Sanchez vinha de uma família do interior, historicamente ligada ao Partido Nacional, ou *blancos*.³⁸ No ano de 1897, quando o caudilho *blanco* Aparicio Saravia se levantou em armas contra o governo Sanchez tomou parte junto aos *blancos*.³⁹ Decepcionado, afastou dos *blancos* e vinculou-se ao “Centro Internacional de Estudios Sociales”. Ali mesmo estreou *Puertas Adentro*, peça em um ato, que seria apenas a primeira, de muitas apresentações no centro. Também se nota a passagem de vários *blancos*, simpatizantes, caudilhos ou mesmo pequenos caudilhos, que desenvolveram certa identificação com o anarquismo pelo final do século XIX. Uma atração que se dava pela simpatia que

³⁶ *El Derecho a la Vida*. nº1. Montevideu, Setembro de 1893.

³⁷ *El Día*. Montevideu, 10 de setembro de 1895.

³⁸ O Partido Nacional têm como origem social a divisa blanca, atuante nas guerras civis que se desenrolaram em grande parte do século XIX. Os blancos eram assim chamados devido a cor dos lenços e faixas que usavam para se identificar em oposição aos colorados que utilizavam a cor vermelha.

³⁹ RAMA; Carlos Maria; CAPPELLETTI, José Angel. *Op. Cit.* p. 165.

desenvolviam com a oposição mais radical e à margem da lei para com o governo central, do Partido Colorado. Neste ponto algumas reminiscências artiguistas, mais presentes em *blancos* do que nos colorados, auxiliam na identificação política com os libertários. Mas a aproximação com o anarquismo não foi exclusividade de Florencio Sanchez entre os artistas e intelectuais uruguaios. Quase todos os grandes artistas uruguaios freqüentaram o centro, se aproximando em maior ou menor medida, por mais ou menos tempo, do anarquismo.⁴⁰

Em linhas gerais a militância vinculada ao centro jogou um papel importante impulsionando a formação de sindicatos e propondo a formação de uma nova federação operária que coordenasse todos os sindicatos existentes. Além do “Centro Internacional de Estudios Sociales” existiram outros Centros de Estudos Sociais menores em diferentes bairros (Cerro, La Teja, Villa Muñoz) que desenvolveram um amplo trabalho de divulgação, aglutinação operária, e organização sindical. Carlos Maria Rama, estudioso do movimento operário e do anarquismo latino-americano, avalia que “Em nenhum país de América Latina, as idéias anarquistas chegaram a ser tão familiares ao leitor culto, ao político, ao intelectual e ao homem do povo.”⁴¹ Até mesmo a “Universidad de la República” tem gravado no frontispício o nome de Reclus em meio a outros pensadores históricos.

⁴⁰ Julio Herrera y Reissig, o primeiro poeta uruguaio e Horacio Quiroga, o primeiro contista do país são exemplos de artistas que aderem ao anarquismo; já Leopoldo Lugones passaria do anarquismo ao socialismo mais tarde e Ruben Dario participou das atividades, mas nunca demonstrou interesse político, mantendo apenas uma aproximação pelo campo da estética⁴⁰. Também José Enrique Rodó se assumia anarquista neste período. Outra presença constante era a de Rafael Barret, escritor. Um dos maiores propagandistas do “amor livre” no Uruguai foi um elemento da boêmia literária uruguaia, Roberto de las Carreras. Um tipo de militante que se formou através do centro foi Angel Falco, este era um tenente de infantaria, lutou na guerra civil de 1904 e aos 25 anos de idade, depois da guerra, se converteu ao anarquismo, sendo um dos mais fervorosos tribunos da revolução social⁴⁰. Também dramaturgo, de caráter mais popular que Sanchez, foi Ernesto Herrera, ou “Herrerita” como era conhecido, suas peças foram divulgadas no Brasil e escreveu para jornais como *A Lanterna* de São Paulo e *A Folha do Povo* de Santos. Conforme RAMA; Carlos Maria; CAPPELLETTI, José Angel. *Op. Cit.* p. LXVII-LXXIV.

⁴¹ RAMA; Carlos Maria; CAPPELLETTI, José Angel. *Op. Cit.* p. LXV.

Nos anos de 1889 e 1890 o país sentiu os efeitos de uma crise econômica mundial. A quebra de importantes bancos ingleses e europeus restringiu o crédito ao Uruguai, Os preços da lã e do couro no mercado internacional desabaram e o Banco Nacional do Uruguai quebrou. Este conjunto de acontecimentos demonstrou o grau de dependência internacional do país. Um dos sintomas desta crise foi a reflexão das classes dominantes uruguaias a respeito da dependência e do papel que o Estado poderia exercer para minimizar este fenômeno.⁴²

Por outro lado, a derrota militar do governo serviu para mostrar que os partidos tradicionais, nesta época mais “divisas” que partidos, ainda tinham bastante força no país. Ficou claro que seria impossível e desgastante eliminar pura e simplesmente as divisas *blanca* e *colorada*. Restou então trabalhar para institucionalizá-las, para trazê-las à órbita do Estado.

⁴³ Duas lideranças se destacaram: do lado *blanco* Julio Herrera y Obes; do lado *colorado* José Battle y Ordoñez. O Partido Nacional experimentou contradições neste momento de virada política; oscilou entre ser *blanco* ou nacionalista; popular ou doutoral; tradicional ou moderno; adepto da guerra civil e da abstenção eleitoral ou concorrente às eleições.⁴⁴ Já os *colorados* adquiriram uma homogeneidade política maior neste momento, tinham ao seu lado a facilidade de se situarem no terreno para onde as decisões seriam canalizadas a partir de então, a cidade, onde o poder estatal estava sediado. Estavam habituados a participar do Estado e tinham muito mais familiaridade no trato com o poder estatal e a burocracia do que os *blancos*, avessos desde sempre a Montevideú, baseados territorialmente no interior, dispersos por isso mesmo e vivendo uma crise de identidade política.

⁴² CATEANO; Gerado; RILLA, José. *Historia contemporanea del Uruguay: de la colonia al mercosur*. Montevideú, Fin de Siglo, 1988. p. 86.

⁴³ CATEANO; Gerado; RILLA, José. *Op. Cit.* p. 87.

⁴⁴ Ser *blanco* simbolizava o aspecto mais tradicional, ligado às raízes mais populares e de luta; enquanto que ser nacional significava entrar definitivamente na época dos partidos, da política, do Estado.

Simbolizou a atitude *blanca*, e ao mesmo tempo revelou sua decadência, a última guerra civil desatada em 1897 por Aparicio Saravia, caudilho, estancieiro, que vivia na fronteira com o Brasil; sempre arredio e desconfiado dos círculos políticos de Montevideu onde não se sentia à vontade.⁴⁵ Desde 1897 instaurou-se um duplo poder que persistiu por 7 anos. A revolução saravista colocou sob domínio do caudilho a região da estância de Cordobés, onde vivia Aparicio, ao mesmo tempo em que os *colorados* governavam Montevideu.⁴⁶

A derrota de Aparicio Saravia e a forma de sua morte representaram a derrota do caudilhismo e o ascenso definitivo do Estado na sociedade uruguaia. Na virada do século XIX para o XX o Uruguai já era um país que beirava um milhão de habitantes, a população atingiu 950 mil segundo as cifras oficiais, e o que mais impressiona é que duplicou em apenas duas décadas. Neste país, precocemente urbano, o aumento populacional deu origem a uma cidade populosa, Montevideu. É neste cenário que em 1904, já depois da eleição Battle, Aparicio Saravia tentou derrubá-lo, acabando morto quando cavalgava nas coxilhas do norte do país, em Masoller⁴⁷, por um destacamento do exército modernizado, que chegou a região de trem, se comunicava com a capital pelo telégrafo, recebendo orientações diretas de Battle. Foi o último espasmo militar, o verdadeiro fim do século XIX uruguaio. Uma nova etapa se abria, simbolizada pela fundação, neste mesmo ano do primeiro frigorífico do Uruguai.⁴⁸

Fazendo um balanço, entre 1830 e 1903 – ano da primeira eleição de Battle -, o Uruguai teve nada menos do que 25 governos, sendo que nove deles foram arrancados à força,

⁴⁵ CLAPS, Manuel. "Luchas sociales y políticas en el campo uruguayo" In: CASANOVA, Pablo Gonzalez (org.) *Historia política de los campesinos latinoamericanos*. México, D.F., Siglo Veintiuno, 1984-1985. p. 213.

⁴⁶ ZUBILLAGA, Carlos. *Op. Cit.* p. 245.

⁴⁷ JACOB, Raul. *Consecuencias sociales del alambramiento (1972-1880)*. Montevideu, Banda Oriental, 1969. p. 113.

⁴⁸ CAETANO, Gerardo; RILLA, José. *Op. Cit.* p. 88.

2 por assassinato, dez resistiram à revoluções e 3 suportaram sérios distúrbios durante o período de governo.⁴⁹ Nestes anos o Uruguai teve dezoito presidentes, quatro ditadores, um triunvirato, um conselho de estado e talvez mais meia dúzia de intervalos indefiníveis. Dos dezoito presidentes, apenas oito completaram o mandato. Os outro dez, ou caíram por causa de uma revolução, ou chegaram ao poder graças a uma.⁵⁰

Foi nestas condições, entre revoltas armadas, assassinatos entre opositores, com caudilhos e *caudillitos* ocupando grande parte da cena política, que principiou no Uruguai o movimento dos trabalhadores e a difusão de idéias socialistas, através do trabalho organizativo e propagandístico de militantes preponderantemente libertários.

O Uruguai era então um país onde as oligarquias não alcançaram força suficiente para se impor, e a presença imperialista inglesa também não chegou a ser determinante, de forma que o Estado encontrou condições para ocupar o local central da cena política. De certa forma, o Estado construído desde meados da década de 1870 pelos governos militares já havia alcançado um certo desenvolvimento, assumindo características repressivas e administrativas próprias de todo Estado, mas também de tipo intervencionistas, assumindo tarefas empresariais.

Os proprietários rurais cada vez mais canalizaram suas demandas ao Estado para resolver conflitos. Apenas para que tenhamos uma noção, é sob os auspícios do Estado que se estendeu a rede ferroviária, que se construiu o porto de Montevideu, a implantação da energia elétrica e a fundação do primeiro banco. É diante deste cenário que o *battlismo* agiu; encontrou pronta uma boa parte da estrutura estatal, mostrando que Batlle foi bastante ajudado

⁴⁹ CORES, Hugo. *La lucha de los gremios solidarios (1947-1952)*. Montevideu, Editorial Compañero/Banda Oriental, 1989. p. 34. Lembramos que se neste período fosse seguido o tempo de mandato constitucional que era de 4 anos o país teria somente 17 mudanças de presidente.

em toda sua obra de estruturação do Estado uruguaio. É impossível omitir o papel que foi desempenhado pelos militares e estancieros que os colocaram no poder, o próprio Batlle era jornalista, mas filho de um general e ex-presidente *colorado*, Lorenzo Batlle.

A eleição, via colégio eleitoral em 1903 ⁵¹, marcou uma nova forma de trato político, Batlle fez as pazes com os *blancos*, graças a distribuição de cargos públicos e empresas estatais - os chamados “entes autônomos” – equitativa. Também preservou os setores rurais, majoritariamente identificados com o Partido Nacional, das reformas sociais que implementaria. Este aparente paradoxo entre reformismo social e preservação da estrutura agrária tradicional vai acompanhar o Uruguai como uma contradição latente por décadas. Prova cabal disso encontraremos na distribuição de terras constatada meio século depois na década de 1950: 1% dos proprietários controlavam 34% das terras cultiváveis, enquanto 42% dos proprietários possuíam apenas 2% das terras. ⁵²

No início do século XX o Uruguai entrou num período de estabilidade que perduraria por bastante tempo. Batlle teve uma importância fundamental na história uruguaia, rompeu o ciclo de instabilidade política e guerras civis e seu governo intensificou a centralização e intervencionismo estatal. ⁵³ Conseguiu vencer a disputa que opunha centralização estatal e regionalização política em favor da primeira. É significativa a frase com a qual expressava seu projeto: “Uma só lei, um só governo e um só exército.” ⁵⁴ Marcou o fim do estado oligárquico na passagem do século XIX para o século XX. ⁵⁵

⁵⁰ WESCHLER, Lawrence. *Um milagre, um universo: o acerto de contas com os torturadores*. São Paulo, Cia. das Letras, 1990. p. 100.

⁵¹ DE SIERRA, Gerônimo. “Consolidação e Crise do ‘Capitalismo Democrático’ no Uruguai” In: CASANOVA, Pablo Gonzalez. *América Latina: história de meio século*. Brasília, EdUNB, 1988. p. 434.

⁵² WESCHLER, Lawrence. *Op. Cit.* p. 102.

⁵³ DE SIERRA, Gerônimo. *Op. Cit.* p. 275.

⁵⁴ CLAPS, Manuel. *Op. Cit.* p. 220.

⁵⁵ CORES, Hugo. *Op. Cit.* p. 12.

A afirmação do Estado uruguaio é perceptível se atentarmos para um dos fundamentos do Estado: o monopólio da violência. O fenômeno conhecido como coronelismo no Brasil, assim como as várias formas de violência privada a mando de oligarcas, que são característica dominante nos países do continente latino-americano, e que no Uruguai tinham a forma do caudilhismo praticamente inexistiram no país a partir de então.⁵⁶ Este processo de centralização política capitaneado pelo Estado aconteceu num país que possuía uma outra característica particular, bem distinta da maioria dos países latino-americanos, pois desde o princípio se incorporou ao sistema como uma economia agrária, porém na qual o meio urbano - neste caso Montevidéu - assumiu um papel de fundamental importância.⁵⁷

Um traço interessante, e bastante incomum na América Latina – na política de Batlle é o caráter anticlerical radical de seus governos. Insistia, por exemplo, para que a palavra “deus” fosse escrita em letra minúscula em seu jornal. Também decretou leis que impediam os edifícios de ter nomes de santo. A postura dos trabalhadores diante da ascensão de Batlle foi bastante reticente. Um artigo intitulado “La Paz de los Obreros”, publicado no periódico do sindicatos dos padeiros expõe a visão deste sindicato de resistência a respeito da nova época de Batlle:

“Já temos a paz, politicamente falando; muitíssimas vítimas, em sua maioria operários que deviam ser imoladas na guerra civil foram retirados dos limites da morte; muitíssimas mães que perderam seus filhos na revolução de 97 e que na época haviam criado outro e que deviam levar ao mesmo destino se os senhores houvessem persistido na guerra podem alegrar-se, e nos associamos a seu muito nobre e natural regozijo. No entanto, pode haver paz em nossos lugares onde o amanhã duvidoso pende constantemente sobre nossas cabeças tal qual uma espada de Damocles?(...) Não para nós não há paz, entre nós reina eternamente a ameaça, pois temos dúvidas se nossos senhores e amos não podem decidir do dia para noite nos dar um pé no

⁵⁶ *Idem, Ibidem*, p. 92.

⁵⁷ ASTORI, Danilo. *La Política Económica de la Dictadura*. Montevidéu, Banda Oriental, 1989. p. 111.

traseiro e colocar-nos na rua, e nós nos veríamos privados até mesmo do pão de cada dia para alimentar nossos filhos e pais idosos.

(...) Felicitemo-nos pela salvação de tantas vidas, mas não nos iludamos, porque a paz em questão, não é a paz a que devemos aspirar, nós que ganhamos o pão com o suor de nossa fronte. A paz virá sim, mas a paz verdadeira, a paz do porvir, aquela paz onde todo que não seja parasita tenha direito a mais ampla satisfação de todas suas necessidades, donde não seja possível a guerra por haver desaparecido as causas. Esta é a paz que desejamos nós trabalhadores e a isto nos encaminhamos, fazendo um chamado a todos nossos companheiros para que venham unir-se a nossas filas, abreviando desta maneira, a distância que nos separa de nossas aspirações de liberdade e paz integral.”⁵⁸

⁵⁸ *El Obrero Panadero*. n° 5 .Montevideu, 3 de Abril 1903.

Capítulo 1

Formação do anarquismo uruguaio e correntes precursoras da FAU,

1905 – 1952

Movimento Operário e Anarco-Sindicalismo: a FORU

O anarquismo uruguaio e as organizações da classe trabalhadora desenvolveram-se no início do século XX num país imerso num rápido processo de urbanização.¹ Em 1910 apenas 15% da população uruguaia era rural², um índice totalmente atípico se considerarmos as estatísticas dos países latino-americanos nesta época.

José Batlle y Ordoñez somente conseguiu chegar ao poder na medida em que no princípio do século XX conseguiu consolidar a presença de um Estado protagonista na vida econômica do país. Apoiado em uma aliança de classes de caráter urbano - que excluía os latifundiários - limitou o poder destes últimos, implantou mecanismos de redistribuição progressiva dos ingressos, nacionalizou setores importantes, promoveu um aprofundamento e diversificação da estrutura produtiva e materializou um conjunto de reformas em âmbitos sociais básicos como na saúde, na moradia e na educação.”³ A oligarquia rural perdeu o controle das riquezas nacionais porque sua base não era a agricultura, mas sim a criação de gado, realizada de maneira extensiva. Ora, esta atividade absorvia pouca mão-de-obra, sobretudo depois do processo de alambramento dos campos, daí o deslocamento de grandes massas para os centros urbanos e a precoce diminuição da população rural uruguaia. Este

¹ O Uruguai “(...) desde o princípio se incorpora ao sistema como uma economia agrária, na qual o meio urbano - neste caso Montevideu - assumirá um papel de fundamental importância.” ASTORI, Danilo. *La Política Económica de la Dictadura*. Montevideu, Banda Oriental, 1989. p. 111.

² CORES, Hugo. *La Lucha de los Gremios Solidarios (1947-1952)*. Montevideu, Editorial Compañero/Ediciones de la Banda Oriental, 1989. p. 60.

³ ASTORI, Danilo. *Op. Cit.* p. 112.

contingente urbano tinha necessidades de sobrevivência e reprodução enquanto força de trabalho, que abriam espaço para uma produção voltada ao mercado interno.

Paralelamente, nos primeiros anos do século XX, os preços dos produtos de exportação do país caíram devido à recessão no centro do sistema capitalista e isso diminuiu o poder da oligarquia junto ao Estado. Mas, o setor agrário, ao mesmo tempo que teve seu poder de barganha reduzido, não foi tão prejudicado como em outros países pois vendeu para este mercado interno, que absorvia a mão-de-obra que migrava do campo para cidade. Isso por sua vez, apesar de amenizar suas desvantagens, colocou a oligarquia numa situação de maior dependência em relação à burguesia, expressa politicamente pelo batllismo.⁴

O amplo processo de reformas políticas e sociais que foi conduzido por José Batlle, ainda que de forma intermitente, nas duas primeiras décadas do século XX, não se deu por iniciativa espontânea de um setor da burguesia uruguaia. As reformas só podem ser completamente entendidas à luz das pressões exercidas pelo movimento operário uruguaio. As medidas propostas pela ação governamental *batllista* se procesaram num contexto de desenvolvimento do movimento sindical. O nascimento da “Federación Obrera Regional Uruguay (FORU)” em 1905 se produziu no marco da extensão do movimento grevista, que abarcou entre 1905 y 1906 quase todos os sectores, com a peculiaridade de que se estendeu a organización e a lucha ao interior del país, onde o peso do proletariado era muito menor que em Montevideu. Por estes fatos, pela ampla incidência da militância anarquista nesta confederação e pela origem anarco-sindicalista de uma parte da militância fundadora da FAU, o processo de formação da FORU merece atenção de nossa parte.

⁴ CORES, Hugo. *Op. Cit.* p. 86-87.

Em 1904 a iniciativa de se formar uma federação operária uruguaia foi formalizada. Neste momento existiam no Uruguai 38 sindicatos, a grande maioria na capital e alguns outros no interior, em cidades como Colonia, Mercedes, Paysandú e Salto. Formou-se a primeira federação por ramo, a “Federación de los Trabajadores del Puerto de Montevideo”, que catalizou diversos sindicatos de resistência como os embarcadores, carpinteiros, caldeiros, lancheiros, mecânicos, estivadores e carvoeiros.

Devido à força de mobilização e às diversas conquistas desta federação, ela tornou-se referência para o conjunto dos trabalhadores e foi incumbida, em março de 1905, de convocar os demais sindicatos para um congresso com o objetivo de fundar uma federação nacional. Desde o final do século XIX, os sindicatos que formariam a FORU em 1905 mantiveram uma intensa atividade organizativa e propagandística, protagonizando muitas greves de tom combativo.⁵ Destacou-se a greve dos ferroviários, na qual já figurava a reivindicação da jornada de 8 horas de trabalho. Porém, entre todas as greves a mais importante, tanto pela importância do ramo para economia, quanto pela importância do sindicato, foi a greve dos marítimos.

A proposta dos trabalhadores portuários foi rechaçada pelos patrões e englobava reivindicações de marítimos, lancheiros, foguistas, marinheiros, barqueiros de vapores, toneleros (carregadores dos tonéis embarcados), calafates, maquinistas e pescadores. Em assembléia os trabalhadores declararam greve geral, o porto foi cercado, a greve duramente reprimida, inclusive com trabalhadores mortos e feridos. Os patrões acusaram os operários de estarem sendo guiados por agitadores anarquistas, os políticos de direita quiseram

⁵ No ano de 1905, meses antes da fundação da FORU, e em meio ao próprio processo de preparação do congresso, inúmeras greves aconteceram. No mês de maio estavam em greve cerca de onze mil trabalhadores: 3 mil marinheiros, 2700 estivadores, 2500 operários de La Teja, 1500 carvoeiros, 300 caldeiros, 200 calafates, 100 de outros ramos, totalizando 11200 trabalhadores em greve, um número expressivo se levarmos

importar a “lei de residência”, semelhante àquela que já existia na Argentina.⁶ No jornal *El Día* se escreveu: “Veêm nos contagiar com a quimera de uma humanidad nova, livre do preconceito nacionalista (...) o vírus desta escola nova, que deu a si mesma a ingrata missão de abolir o culto à patria e ressucitar a luta de classes (...)” e vão mais longe, fazendo afirmações bastante reveladoras “Se é muito destruidora a guerra civil, é mais destruidora ainda a guerra social (...)”. Uma grande campanha de ataque aos sindicatos de resistência foi desatada, o “elemento agitador” tornou-se um mito “elementos que não têm na República, nem residência fixa, nem interesses definidos: agitadores profissionais e de doutrina anárquica”. Segundo os historiadores Barrán e Nahún estas greves “alarmaram mais aos proprietários montevidéanos que a própria insurreição saravista de 1904”.⁷

O embaixador britânico no Uruguai avaliava que “as greves devem ser mais temidas no Uruguai que as rivalidades entre as frações políticas”.⁸ De janeiro a julho de 1905 estiveram em conflito cerca de 15 mil operários, 50% do proletariado da capital, o que foi, segundo o jornal conservador britânico *The Montevideo Times*, “a maior greve da história do país”.⁹

Notamos que a fundação da FORU não foi um simples ato de vontade de alguns militantes, mas resultado de um processo de amadurecimento da classe trabalhadora uruguaia, foi o momento em que pela primeira vez o movimento grevista chegou com força

em conta o número de trabalhadores urbanos do Uruguai. Conforme MECHOSO, Juan Carlos. *Formación de la Clase Obrera Uruguaya*. Mimeo, Montevideo, 2001.

⁶ Decretada em 22 de novembro de 1902, a qual estabelecia em seu artigo 2º que “quedaba el poder ejecutivo facultado para expulsar del país, sin juicio previo, a cualquier extranjero “cuya conducta comprometa a seguridad nacional ou perturbe a ordem pública”.

⁷ BARRÁN, José Pedro. “La ortopedia de los pobres”. In: *Medicina y sociedad en el Uruguay del novecientos*. Tomo II. Montevideo, Banda Oriental, 1993. p. 182.

⁸ CORES, Hugo. *Op. Cit.* p. 38.

⁹ *The Montevideo Times*, 27/05/1905.

ao interior do país ¹⁰, extrapolando os limites da capital. Em meio a este clima social, em agosto de 1905, numa reunião realizada no Centro Internacional de Estudios Sociales, foi fundada a Federación Obrera Regional Uruguay, FORU. Seguindo a tradição de relações entre o movimento operário uruguaio e o argentino, participaram do congresso de fundação da FORU delegados da Federación Obrera Regional Argentina, FORA, que neste mesmo ano realizara seu 5º Congresso, momento em que passou a predominar a linha anarco-sindicalista na Argentina.

A fundação da FORU (Federação Operária Regional Uruguiaia) unificou a maioria do proletariado uruguaio.¹¹ Conviveriam a partir de então no Uruguai - sem jamais se unirem¹² -, três centrais sindicais, a própria FORU, a UGT ¹³ de caráter socialista e a CUG ¹⁴, de linha democrata-cristã. ¹⁵ No entanto, nenhuma delas chegou a fazer sombra para a FORU, Rama afirma que a FORU “constituía então uma verdadeira central única de trabalhadores, porém não por decreto governamental ou por alguma medida fascistóide, mas sim por vontade da própria classe operária.”¹⁶ A reivindicação principal da FORU naquele momento era a jornada de 8 horas de trabalho, que vários sindicatos já haviam

¹⁰ TOURON, Lucia Sala de; LANDINELLI, Jorge. “50 Años del Movimiento Obrero Uruguayo” In: CASANOVA, Pablo Gonzalez. *Historia del Movimiento Obrero en America Latina*. v.4. 1984. p. 254.

¹¹ Estavam filiados à FORU, neste momento, os sindicatos mais combativos: a Federação dos Operários do Porto de Montevideu, com todas as categorias de filiados (tripulantes, estivadores, lancheiros, etc.), Federação dos Operários da Construção, Federação dos Pedreiros, Sociedade dos Operários do Cerro, Federação Metalúrgica, Federação dos Ferroviários, Federação Local de Salto e muitas outras. Nesta época, a FORU contava com 3 periódicos, *La Emancipación*, *La Federación*, *Solidaridad*. Ver em RAMA; Carlos Maria; CAPPELLETTI, José Angel. Op. Cit. p. LXV-LXVI.

¹² ZUBILLAGA, Carlos. “El Aporte de la Inmigración Italiana en la Conformación del Movimiento Sindical Uruguayo”. In: DEVOTO, Fernando J.; MIGUEZ, Eduardo J. *Asociacionismo, Trabajo y Identidad Etnica: los italianos en la América Latina en una perspectiva comparada*. Buenos Aires, CEMLA/CSER/IEHS, 1992. p. 245.

¹³ Unión General de los Trabajadores

¹⁴ Confederación de Uniones Gremiales

¹⁵ ZUBILLAGA, Carlos. Op. Cit. p. 273.

¹⁶ RAMA, Carlos Maria; CAPPELLETTI, José Angel. *El Anarquismo en America Latina*. Caracas, Ayacucho, 1990. p. LXVI.

conseguido nos últimos 10 anos. Porém, outras reivindicações também foram objeto de luta até 1911.¹⁷

A situação do movimento sindical argentino é de suma importância para a compreensão do movimento sindical uruguaio, a semelhança de nomes entre FORA e FORU era apenas a expressão de uma trajetória sindical muito próxima, que mesmo possuindo algumas particularidades, pode muito bem ser chamada de platense. Na construção dos laços de afinidade, um sindicato em especial terá papel fundamental: os marítimos e portuários. Pelas próprias características do serviço, estes trabalhadores levavam e traziam notícias, trocavam idéias e construíam canais de solidariedade real, afinal era através de seu trabalho que as duas margens do Rio da Prata entravam em contato. Também do exterior, sobretudo da Europa, chegavam através destes trabalhadores muitos dos informes e idéias circulantes. Por estas e outras características intrínsecas ao próprio trabalho, as federações dos marítimos desempenharam papel fundamental na construção da FORA e da FORU.

Devido a este forte vínculo e às decorrentes influências recíprocas entre o sindicalismo uruguaio e argentino é necessária uma breve incursão sobre alguns temas históricos da FORA. Desde a criação da Federación Obrera Argentina (FOA)¹⁸ em 1901, a afinidade entre o anarquismo uruguaio e o argentino cresceu.¹⁹ Neste momento, o anarco-

¹⁷ Supressão do trabalho noturno, abolição do trabalho por tarefa, responsabilização dos patrões pelos acidentes de trabalho, luta contra a carestia de vida, descanso semanal, higiene nos locais de trabalho, proibição do trabalho infantil, etc.

¹⁸ Fundada com cerca de 35 sociedades operárias, a FOA logo se viu envolvida numa onda grevista entre 1901 e 1902, na qual desempenhou papel relevante na agitação e organização operária. Conforme BAO, Ricardo Melgar. "Del anarcopetardismo a la primera huelga general: la FORA." In: *El movimiento obrero latinoamericano: historia de una clase subalterna*. Madrid, Alianza, 1988, p. 187-168.

¹⁹ O processo de organização operária no Uruguai também caminhou bastante neste período "(...) la organización avanzó desde 1900, cuando repercuten en el país las luchas de los trabajadores argentinos y se experimentan los efectos de la crisis que desde 1901, dificulta coyunturalmente la colocación de los saldos exportables. En esse momento se organizan más de 40 sindicatos, se editan 7 periódicos obreros y se suceden las huelgas incluyendo un buen número de 'huelgas generales'. Es el comienzo del período de auge del

sindicalismo ainda não era uma realidade; a FOA, mesmo sendo criada por militantes anarquistas, não se definia como anarquista ou pregava propaganda de tipo libertária entre seus filiados. Pelo contrário, seus fundadores haviam feito todo o possível para criar uma entidade operária que abarcasse a todos os trabajadores sem distinção de raças nem de credos, sobre el cimento sólido da ação direta e da luta revolucionária.

No princípio, os socialistas já organizados em partido na Argentina, trabalharam em conjunto com os anarquistas e demais trabalhadores dentro da FOA, mas nutriam a esperança de influenciá-la para que se tornasse correia de transmissão do Partido Socialista. Com a frustração deste intento, os socialistas acabaram por se separar da federação em 1902, durante o 2º congresso, ficando os anarquistas com a maioria e prosseguindo com a sigla da FOA.²⁰

Com a iniciativa de cisão dos socialistas estava inaugurada na história sindical argentina uma tradição de rachas que seriam recorrentes e contribuiriam sobremaneira para a ideologização e partidarização das organizações sindicais, dificultando dali para diante a unidade da classe trabalhadora argentina. Mesmo assim, a FOA cresceu muito com as greves de 1902, protagonizando uma greve geral neste ano. As classes dominantes argentinas e o Estado, assustados com a ascensão operária, responderam com a chamada “lei de residência”. Além disso, o país viveu sob estado de sítio e a polícia praticou um novo esporte, a “caça ao anarquista”, protagonizada por bandos ultra-nacionalistas.

anarquismo y del anarco-sindicalismo, que se extenderá hasta fines de la segunda década, manteniendo de manera excluyente el control de las centrales sindicales en el país. La gravitación de la ideología anarquista aumentó con la llegada de numerosos dirigentes que abandonan la Argentina ante la fuerte persecución (...)” Citado em SALA DE TOURON, Lucia; LANDINELLI, Jorge E. *Op. Cit.* p. 253.

²⁰ O congresso reuniu 76 delegados pertencentes a 46 sociedades operárias. Os anarquistas agrupavam naquele momento 7630 trabalhadores cotizantes, enquanto os socialistas contavam com 1780 trabalhadores. Conforme RAMA, Carlos Maria; CAPPELLETTI, José Angel. *Op. Cit.* p. XXV.

Quanto aos socialistas, já em 1903 fundaram a sua própria central sindical, a Unión General de los Trabajadores, a UGT; mais moderada, adepta de reformas parciais e trabalhando de maneira legalista. Para que tenhamos uma idéia da discrepância entre anarquistas e socialistas, basta lembrar que o Partido Socialista Argentino, fundado em 1896, propunha um “socialismo liberal”.²¹

Em contrapartida à UGT, a FOA entrou num processo de radicalização mais profunda. Se antes da cisão simplesmente ignorava a atuação parlamentar, caracterizando-se como extra-parlamentar, passou depois a uma prédica nitidamente anti-parlamentar; da mesma forma em relação ao legalismo. Também passou a demarcar mais claramente o objetivo revolucionário. Para todas estas mudanças não foi preciso nenhuma alteração nos documentos oficiais da FOA. Anteriormente, o tema do parlamento, por exemplo, era algo mais ignorado do que combatido pela FOA, o que facilitava a entrada de um operário, mesmo que este depositasse alguma esperança no parlamento. A partir deste momento, a pregação anti-parlamentar passava a exigir, mesmo que sem formalidades, um tipo de conduta diferente para os trabalhadores membros da FOA. Além disso, as teorias anarco-comunistas passaram a ser difundidas no próprio âmbito sindical.²²

No que tange à concepção sindical, a afirmação do anarco-sindicalismo foi aos poucos tomando corpo na medida em que houve primeiramente a cisão com os socialistas, depois a radicalização de princípios libertários na FOA, e a seguir uma importante participação da FOA na onda de greves, onde a federação inclusive cresceu numericamente. Tudo parecia confluir para explicar esta ascensão como obra de uma definição ideológica mais clara, da radicalização da federação; na mesma medida em que se minimizava a

²¹ BELLONI, Alberto. *Del anarquismo al peronismo*. Buenos Aires, Peña Lello, 1960. p. 43.

²² RAMA, Carlos Maria; CAPPELLETTI, Jose Angel. *Op. Cit.* p. XXV.

importância de uma central unificada dos trabalhadores, imaginando que uma central anarquista seria capaz de unificar os trabalhadores pela força do exemplo de sua prática, sem a necessidade de acordos e concessões a outras correntes. Esta parece ter sido, a nosso ver, a base real das propostas claramente anarquistas que logo a seguir foram aprovadas.

Uma mostra do crescimento da FOA é que no 3º congresso, realizado de 6 a 8 de junho de 1903, compareceram 80 delegados, revelando um aumento numérico significativo, uma vez que o último congresso, antes da cisão que levou cerca de 20% dos filiados, teve 76 delegados. No segundo semestre deste mesmo ano, a federação já contava com 42 sociedades operárias e 15.212 trabalhadores filiados.²³ Entre 30 de julho e 2 de agosto de 1904, ocorreu 4º congresso da FOA quando se resolveu mudar o nome para Federación Obrera Regional Argentina (FORA). Neste mesmo congresso foi aprovado o Pacto de Solidaridad, que seria a base de acordo tomada de empréstimo pela FORU em sua fundação. Merece destaque a palavra regional incluída na sigla, cuja intenção foi afirmar de maneira bem clara que não se considerava a Argentina como um Estado ou unidade política, mas como uma região do mundo onde existiam trabalhadores. Também neste congresso de 1904 foi aprovada uma declaração onde ainda não se empregava claramente o termo comunismo libertário, entretanto faltava muito pouco para isso, pois os objetivos da FORA (ex-FOA) passavam a ser alcançar “(...) uma sociedade sem classes, sem propriedade privada e sem Estado (...)”, o que era praticamente o mesmo que o anarco-comunismo pregava.

Neste momento uma grande repressão se abateu sobre os trabalhadores argentinos e a proximidade entre Argentina e Uruguai teve grande importância. A pequena distância entre os dois países, a língua comum e as inúmeras semelhanças existentes entre eles

permitiu que militantes fugindo da repressão se abrigassem, ora de um lado, ora de outro do Rio da Prata, e não somente na condição de um exilado relativamente isolado da vida social, mas como militantes ativos, que rapidamente conseguiam se vincular ao movimento operário e anarquista, conforme o caso. Isso já havia acontecido no período de dura repressão às greves de 1901 e 1902 na Argentina, quando muitos militantes passaram ao Uruguai, e se passou novamente em 1905, quando a repressão, o exílio e a fuga para o Uruguai foram mais intensos ainda.²⁴

A FORA criou um comitê de propaganda internacional contra a lei de residência que funcionou em Montevideu. Os anarquistas uruguaios, quando se intensificou a perseguição contra seus companheiros argentinos, se entregaram abertamente à campanha de ajuda aos exiliados e os acolheram em suas filas. Os anarquistas da Argentina se integraram rapidamente na atividade local e nas lutas dos trabalhadores uruguaios. Dezenas de militantes que atuavam na Argentina se fixaram no Uruguai, em meio ao processo de construção do congresso operário que fundaria a FORU e uma intensa agitação grevista em Montevideu. Muitos destes militantes haviam participado da FORU.²⁵

²³ *Idem. Ibidem.* p. XXVI.

²⁴ O governo argentino decretou estado de sítio. Foi decretada uma grande repressão aos anarquistas e muitos deles foram deportados para o Uruguai. O navio de guerra Maipú foi transformado em prisão e alojou uma boa quantidade de anarquistas. Depois da onda de deportações e prisões, terminou o estado de sítio, fato que os trabalhadores avaliaram como uma vitória e, por isso mesmo, decidiram realizar uma grande manifestação comemorativa. Foram reprimidos a balas, resultando em 3 mortos e 17 feridos segundo os dados oficiais. Uma vez mais se iniciaram as deportações e desta foram incluídos na lista negra todos os membros da redação do periódico anarquista *La Protesta*, que acabaram em Montevideu. Citado em MECHOSO, Juan Carlos. *Op. Cit.* p. 35.

²⁵ A concentração crescente de anarquistas exilados no Uruguai, desde a aplicação do estado de sítio na Argentina, nos meses de fevereiro a maio de 1905, e a integração nas atividades sindicais de operários deste país se expressou na imprensa anarquista dos dois países. Na Argentina, *La Protesta* começou a publicar uma seção fixa sobre o movimento operário no Uruguai, assim que fez sua reaparição em 14 de maio de 1905. Esta seção informava com detalhes a atividade dos sindicatos operários e as numerosas greves de 1905 no Uruguai. Assim que foi decidida a greve geral dos trabalhadores portuários de Montevideu, em 24 de maio, e que foi prolongada durante mais de um mês, *La Protesta* cobriu amplamente o fato e mostrava a grande solidariedade dos portuários de Buenos Aires, que se negavam a descarregar navios onde trabalhavam “fura-greves” montevidéanos. Citado em MECHOSO, Juan Carlos. *Op. Cit.* p. 35.

Enquanto isso, na Argentina, a FORA, mesmo em condições adversas, preparava seu quinto congresso e na central sindical criada pelos socialistas, a UGT, emergiu no 3º congresso em 1905, uma corrente “sindicalista revolucionária”, ou “sindicalista pura”, como se dizia, inspirada no tipo de sindicato da CGT francesa. Defendiam a greve geral “como meio eficaz para exteriorizar os protestos da classe trabalhadora”, e a autonomia em relação aos partidos políticos, num ataque direto ao Partido Socialista, que buscava capitanear a central neste momento. Fizeram uma proposta formal de unificação à FORA, que Alberto Guiraldo, e outros destacados militantes anarquistas da federação defenderam. A proposta foi apreciada no 5º congresso da FORA, em 26 de agosto de 1905, e foi rechaçada pela maioria. Este congresso contou com nada menos do que 53 sociedades operárias, 1 federação de ofício e mais 41 sindicatos da capital e do interior, foi o maior congresso já convocado pela FORA (incluindo os da antiga FOA).

A proposta de união com a UGT quase caiu no esquecimento uma vez que o tema que dominou o congresso foi a discussão em torno da proposta da Federação Operária Local de Rosário, que propunha a adoção do comunismo anárquico como princípio na FORA. Eis o texto literal do acordo aprovado em agosto de 1905:

“O Quinto Congreso da FORA, conseqüente com os princípios filosóficos que deram razão às organizações das federações operárias, declara: Que aprova e recomenda a todos seus aderentes a propaganda e educação mais ampla, no sentido de inculcar nos operários os princípios econômico-filosóficos do COMUNISMO ANÁRQUICO. Esta educação, impedindo que se detenham na conquista de transitórias melhoras materiais, lhes levará a sua completa emancipação e por conseguinte à evolução social que perseguem.”²⁶

²⁶ RAMA, Carlos Maria; CAPPELLETTI, Jose Angel. *Op. Cit.* p. 153.

Relacionando a questão com o Uruguai, vemos que a FORU foi fundada em estreita relação com a FORA, justamente no momento em que a federação argentina sacramentava a decisão de se converter numa organização sindical anarquista ou anarco-sindicalista. Vale a pena nos determos um pouco sobre esta questão. O sindicalismo na Argentina, anterior à chamada “FORA do V congresso”, não possuía qualquer caráter ideológico, e isso estava de pleno acordo com a concepção sindical derivada de Bakunin e construída na prática sob influência de Malatesta. Uma diferença essencial entre a concepção sindical anarco-comunista e a anarco-sindicalista era o caráter da organização sindical. Para Malatesta, assim como para Bakunin, o sindicato deveria ser combativo, mas não deveria ser anarquista, comunista, ou de nenhuma outra corrente política específica. O sindicato seria então um organismo da classe trabalhadora em seu conjunto, sem discriminação ideológica, para que pudesse atrair as massas. A orientação política do sindicato dependeria única e exclusivamente da influência e do peso que cada corrente conseguisse através de seu trabalho e de suas propostas.

O V congresso da FORA de certa forma impulsionou o que a seguir seria chamado de anarco-sindicalismo. Seria ingenuidade pensar que foi uma decisão tomada exclusivamente com base numa proposta elaborada após estudos, que aparece no congresso, é lida, discutida, aprovada e levada à prática, como se o anarco-sindicalismo somente passasse a existir após o V congresso da FORA. Tratou-se de uma tendência que já se esboçava na prática. Certamente a aprovação geral em congresso reforçou muito a posição anarco-sindicalista, mas o fato é que na prática já existiam sindicatos onde o anarquismo era propagandeado entre os trabalhadores de maneira aberta, abandonando a antiga combatividade neutra. Se estas práticas não tivessem existência prévia e boa

receptividade, dificilmente se converteriam em proposta para um congresso, e sobretudo, jamais seriam aprovadas por consenso.

Avaliaram os anarquistas que os sindicatos mais combativos eram aqueles nos quais a influência anarquista era mais forte e concluíram que se o sindicato fosse anarquista seria possível tornar o movimento como um todo mais combativo, uma vez imbuído do ideal anarquista. Uma avaliação bastante questionável, que atribuía o grau de combatividade sindical mais ao conteúdo ideológico do que a outros fatores, como condições de trabalho, conjuntura, trabalho organizativo, etc. Mas independentemente de qualquer avaliação de nossa parte, o fato é que isso nos ajuda a entender esta guinada em direção ao anarco-sindicalismo.

A FORA sem dúvida foi um marco na história operária e do anarquismo na Argentina. No Uruguai, ao contrário da Argentina e do Brasil, a primeira federação de trabalhadores de âmbito nacional, a FORU, praticamente nasceu anarco-sindicalista. O chamado Pacto de Solidaridad da FORU, onde foram assentadas as bases orgânicas, princípios e objetivos da federação, são praticamente os mesmos que a FORA aprovara em 2 de agosto de 1904, no seu IV Congresso, e mesmo considerando que neste ano a FORA ainda não havia se definido formalmente pelo anarco-sindicalismo, esta linha já era uma realidade. No ano seguinte, a FORU já participou no V Congresso da FORA, e não apenas na qualidade de uma delegação observadora, mas de maneira ativa, chegando a apresentar propostas e debater pontos como qualquer outra delegação da região argentina. A proposta de que os sindicatos adotassem o comunismo anárquico como objetivo e fizessem propaganda e educação dos trabalhadores, neste sentido, no próprio âmbito do sindicato foi apresentada pela Federación Regional de Rosario, e subscrita, junto a outros sindicatos, pela FORU. Os militantes que participaram daquele congresso relataram o entusiasmo que

tomou conta de todos e a sensação vitoriosa que produziu o congresso, não apenas pela aprovação da resolução francamente libertária²⁷, mas também pelo sucesso da organização do congresso, sempre ameaçado de não acontecer devido ao clima repressivo.

Battle, o movimento operário e o anarquismo

No entanto, a trajetória da FORU e da luta de classes, no Uruguai, teve algumas marcas bastante diferenciadas se comparada à Argentina, sobretudo pelo tipo de intervenção estatal contra o movimento operário e anarquista. Não é possível explicar as relações entre batllismo e movimento operário na forma de uma relação em que as determinações se fazem num sentido único. Com isso afirmamos que o batllismo foi em grande medida resultante das pressões exercidas no processo de luta de classes pelo movimento operário uruguaio, no qual desempenharam papel fundamental os militantes anarquistas, a atuação deste movimento influenciará o tipo de Estado e o próprio desenvolvimento do capitalismo no Uruguai.

Por outro lado, é impossível negar que Battle facilitou o desenvolvimento do movimento operário segundo seus interesses. As reformas sociais e políticas que este promoveu aconteceram sob pressão de um movimento operário organizado e bastante combativo.²⁸ A postura de Battle, assumindo o direito à organização sindical, direito de greve, reduzindo a violência policial, enviando à câmara projetos de lei para alcançar a jornada de 8 horas de trabalho, à proteção ao trabalho infantil e da mulher²⁹ foi um fato

²⁷ CHERRESKY, Isidoro. CHERESSKY, Isidoro. "Sindicatos y Fuerzas Políticas en la Argentina Preperonista (1939-1943)". In: CASANOVA, Pablo Gonzalez. *Historia del Movimiento Obrero en America Latina*. México D.F., Siglo Veintiuno/UNAM, 1989. V.4. p. 156.

²⁸ CORES, Hugo. *Op. Cit.* p. 38.

²⁹ TOURON, Lucia Sala de. LANDINELLI, Jorge. *Op. Cit.* p. 254.

totalmente distinto da postura dos governos de Brasil e Argentina no mesmo período ³⁰, que chegou a suscitar reclamos por parte dos patrões ingleses ao deixar de reprimir com dureza as grandes greves de 1905 e 1906. Esta atitude do Estado em relação ao movimento sindical somente se explica quando levamos em conta a relação de dependência política que o Estado uruguaio manteve para com às massas urbanas em sua luta contra as frações latifundiárias. Gestou-se uma contradição que permaneceria vigente em toda a história posterior do Uruguai: a classe geradora de excedente não monopolizava o poder político, mas tinha que comparti-lo com o Estado, que por sua vez representava e se apoiava num acordo tácito entre los grupos urbanos. ³¹ Portanto, não é possível compreender o programa de Batlle, nem medir os alcances que teve sem fazer referências à luta dos trabalhadores e suas organizaciones, além da divulgação de concepções revolucionárias. ³²

Battle pretendeu criar uma forte adesão popular para dar sustentação ao seu projeto político, lhe interessava, até certo ponto, que um forte movimento operário pressionasse as classes dominantes do país, para que o Estado se mantivesse como sujeito capaz de harmonizar os conflitos e sempre com mais força do que os próprios capitalistas. O próprio Batlle expressava esta posição anticlassista de forma bem clara:

“Não creio que o bem do operário e o interesse da indústria e do capital sejam antagônicos. Creio, ao contrario, numa harmonia superior. E estou seguro de que me propondo, por um lado, a melhorar as condições de existência daquele, e por outro, o desenvolvimento destes, trabalharei pelo bem de todos (...) Nós nos chamamos *obreristas*, e não socialistas, em cujo conceito alguns querem que entre o da luta de classes, porque não aceitamos esta luta, que não pode levar senão ao predomínio absoluto e injusto da classe seja mais forte e à submissão da mais débil, fazendo

³⁰ CORES, Hugo. *Op. Cit.* p. 42-43.

³¹ ASTORI, Danilo. *Op. Cit.* p.112.

³² MACHADO, Carlos. *Historia de los Orientales*. Montevideu, Banda Oriental, 1996. p. 24.

embarcar os operários em aventuras às vezes desastrosas, que nem sempre são as de seus interesses.”³³

A primeira presidência de Batlle coincidiu com os primeiros anos de existência da FORU, que lutava pela redução da jornada e melhores condições de trabalho. Apesar de algumas categorias já terem alcançado esta conquista ainda em fins do século XIX, a grande maioria dos trabalhadores estava submetido a jornadas que variavam entre 12 e 16 horas diárias. Muitos sindicatos haviam conquistado a redução da jornada, alguns até as 8 horas diárias, quando apareceram no parlamento projetos referentes a esta problemática.³⁴ A reação patronal contra os projetos foi forte, segundo os empresários: “(...) o operário sempre é livre para eleger se aceita ou não os horários e a disciplina imposta pela empresa, a intervenção do estado limitando a jornada de trabalho atenta contra esta liberdade (...)”, a lei de 8 horas, segundo eles, “favoreceria a vagabundagem e os vícios, impediria o triunfo dos mais fortes e o são princípio da sobrevivência dos mais aptos, que é a condição indispensável do progresso material da sociedade.”³⁵

Esta foi a ideologia vigente àquela época, quando governantes, médicos e higienistas promoviam a disciplinarização social e da vida urbana, logicamente isso era direcionado especialmente aos pobres, vistos como “sujos, ignorantes, promíscuos e alcoólatras”, devendo por conseguinte, ser objeto de profilaxia do corpo e da sociedade.³⁶ Dizia o periódico do Centro de Fabricantes de Ladrillos sobre a redução da jornada de

³³ *El Día*, 30 de novembro de 1919.

³⁴ O de Ricardo Areco em 1904, o de Carlos Roxlo y Luis Alberto de Herrera em 1905, e o do próprio Batlle y Ordoñez em 1906.

³⁵ CORES, Hugo. *Op. Cit.* p. 41.

³⁶ BARRÁN, José Pedro. “La ortopedia de los pobres”. In: *Medicina y sociedad en el Uruguay del novecientos*. Tomo II. Montevideo, Banda Oriental, 1993. p. 12.

trabalho em 1911: “Limitar as horas de trabajo (...) é facilitar-lhes o caminho do vício e da corrupção.”³⁷

No entanto, Batlle expressava um setor da burguesia interessada na formação de uma democracia burguesa plena e de cidadãos aptos a exercê-la. Um deputado battlista, José Enrique Rodó, defendia a redução das jornadas com o argumento de assegurar tempo para: “a vida em família (...) e também para a vida cívica, para a participação consciente nos atos fundamentais da colectividade (...) as leituras próprias da igualdade democrática”.³⁸ Em resumo, os setores da classe dominante uruguaia mais conservadora e dos patrões com interesses econômicos mais imediatos eram francamente contrários a redução de jornada, enquanto outros setores da burguesia e do Estado, projetando interesses de médio e longo prazo, defendiam a redução de jornada e almejavam ocupar os trabalhadores com atividades cívicas. Quanto aos próprios trabalhadores, utilizavam o tempo livre para diversão e para a militância, uma vez que se gestou uma tradição de reuniões sindicais nos horários após o trabalho:

“Com a jornada de 8 horas o proletariado se educará, adquirirá novos conhecimentos da vida, criará aspirações e desejos novos e se preparará para novas conquistas (...) Podendo o operário viver mais a vida familiar, melhorando sua saúde, procurando tempo para sua educação e ilustração de seus filhos; com a jornada de oito horas poderá cuidar melhor de seus interesses preparando assim novos movimentos emancipatórios”.³⁹

O projeto de lei de Batlle reconhecia expressamente as conquistas de alguns sindicatos e as invocava como argumento a favor de sua aprovação: “(...) atualmente a jornada de oito horas foi conquistada por numerosos sindicatos entre nós (...)”, mais tarde,

³⁷ SIERRA, Yamandú Gonzalez. “Domingos Obreros en los albores del siglo XX: itinerarios del tiempo libre”. In: BARRÁN, José Pedro; CAETANO, Gerardo; PORZECANSKI, Teresa. *Historias de la vida privada en Uruguay*. vol 2. Montevideu, Santillana, 1996. p. 203.

em 1911 (quatro anos antes da aprovação da lei), Batlle voltou a reconhecer que os trabalhadores “havia conquistado a custa de greves o horário normal de 8 horas”.⁴⁰

No entanto, entre a conquista das 8 horas de trabalho pelo primeiro sindicato em 1895 e a aprovação legal extensiva a todos os trabalhadores em 1915, um tortuoso caminho cheio de idas e vindas foi trilhado. Existiu uma relação muito clara entre o nível de luta dos trabalhadores e a agilidade na tramitação do projeto no parlamento. Nas fases de maior mobilização e ascensão de lutas, o projeto caminhava, enquanto nos momentos de maior desmobilização e repressão, o projeto permanecia engavetado, ou como diziam os uruguaios, ficava “durmiendo su siesta”. Mesmo nos períodos de luta, vários setores conservadores, inclusive dentro do Partido Colorado de Batlle, se opuseram de maneira tenaz à aprovação, seja de maneira cabal, seja através do uso de procedimentos parlamentares que obstruíam a tramitação do projeto. O debate parlamentar foi intenso e os opositores esgrimiram argumentos que certamente os credenciaria para uma antologia do disparate reacionário.

Apesar do período que corresponde às primeiras décadas do século XX ser conhecido como o primeiro período battlista⁴¹, existiram vários períodos de descontinuidade política no batllismo. A influência ideológica certamente foi algo permanente, mas houve um revezamento no poder político e alterações de diretrizes econômicas, que mesmo não modificando as linhas fundamentais das primeiras décadas tomadas em seu conjunto geraram conjunturas bastantes distintas. O primeiro momento de interregno direitista foi durante a presidência de José Carlos Williman, de 1907 a 1911. A

³⁸ SIERRA, Yamandú Gonzalez. *Op. Cit.* p. 207.

³⁹ *Idem. Ibidem.* p. 204.

⁴⁰ *Ibidem.* p. 201.

⁴¹ O segundo seria nos anos 50 com Luis Batlle Berres.

FORU se deparou com estas adversidades quando o governo adotou uma atitude política abertamente anti-sindical, francamente favorável ao capital inglês e à burguesia uruguaia. Basta ressaltar que Williman era o advogado dos empresários ferroviários ingleses.⁴²

A interferência inglesa era tão aberta que o chefe da polícia no governo de Williman foi um empresário da construção de origem inglesa Jorge West.⁴³ Mas, o período do governo de Batlle havia oferecido a oportunidade que a FORU necessitava para consolidar sua organização e ganhar em força. Quando chegou o governo de Williman, a FORU, mesmo num ritmo menor, foi capaz de manter mobilizações.⁴⁴

Em 1908, quando aconteceu uma das greves mais importantes da história operária uruguaia, a dos *saladeros*.⁴⁵, mas a mudança de atitude do executivo frente ao movimento operário deu-se durante a greve dos ferroviários em 1908. Neste caso tratava-se de uma companhia britânica, muito descontente com o tratamento dado aos trabalhadores pelo presidente anterior. O objetivo dos patrões ingleses era acabar com a Sociedad de Resistencia de la Unión Ferrocarrilera. O jornal *The Montevideo Times*, também de proprietários ingleses, afirmou que no conflito:

“Outro fator que contribuiu para a vitória foi a eficiente proteção dada pelo governo do Dr. Williman. Esta conduta brilha por contraste com a reprovável de seu antecessor. Por isso o Dr. Williman recebeu o agradecimiento formal dos representantes locais da Companhia Ferroviária, ao que se poderia agregar, em interessante aliança de todos os interesses conservadores, os de fora e os de dentro, o aplauso caloroso dos elementos respeitáveis e decentes do país.”

⁴² MACHADO, Carlos. *Op.Cit.* p. 9.

⁴³ *Idem, Ibidem.* p. 9.

⁴⁴ Em 1907, greves dos trabalhadores nas indústrias de vidro, sastres, metalúrgicos, marceneiros, telefonistas, gráficos, têxteis e sapateiros. Também no interior se registraram conflitos grevistas entre os trabalhadores da construção civil, em Mercedes e Trinidad, e também entre os trabalhadores de pedreiras de Carmelo.

⁴⁵ Nesta greve os trabalhadores alcançaram uma conquista que se tornará um símbolo uruguaio e que terá efeitos sobre o cotidiano e a cultura uruguaia: o direito de cada trabalhador em “saladero” ou frigorífico levar uma certa quantidade de carne diariamente para casa, 2 quilos nesta época. Conforme CORES, Hugo. *Uruguay hacia la dictadura: 1968-1973*. Montevideu, Banda Oriental, 1999. p. 26.

Além dos elogios do jornal, o presidente Williman foi cumprimentado diretamente pela embaixada inglesa em virtude da atitude “eficiente” diante da greve dos trabalhadores ferroviários organizados na Sociedad de Resistencia de la Unión Ferrocarrilera.⁴⁶ Ao término de seu governo de Williman foi amplamente aprovado pelos patrões ingleses.”⁴⁷

No entanto, em 1911 Batlle voltou à presidência - eleito com 96 votos no colégio eleitoral, ou seja, por unanimidade⁴⁸ -, para um segundo mandato, período em que implementaria as reformas mais profundas de toda sua trajetória, sejam no plano econômico, político ou social, muito mais acentuadas se comparadas ao período 1904-1907. Ao assumir o cargo foi obrigado a fazer o discurso constitucional: “Juro por Deus, Nosso Senhor e os Santos Evangelhos (...)”, porém ao findar o discurso protocolar, Batlle dá vazão ao seu lado anticlerical, que foi uma marca deste segundo governo e se corrige: “Permitime que encerrado o compromisso constitucional, para mim sem valor, a que acabo de dar cumprimento, expresse de outra forma o compromisso: juro por minha honra (...)”⁴⁹

O anticlericalismo de Batlle, inicialmente moderado, começou a se radicalizar cada vez mais à medida em que o presidente se firmava politicamente. Algumas medidas concretas nos dão uma noção disso: eliminação de imagens e crucifixos em hospitais, fim de citações religiosas em discursos e juramentos oficiais, supressão de honras militares a autoridades religiosas, leis que regulamentaram o divórcio, reconhecimento de laços familiares independentes do casamento e hostilidade aberta ao ensino religioso cortando os subsídios para os seminários. Ministros e deputados da ala battlista do Partido Colorado

⁴⁶ *The Montevideo Times*, fevereiro 1908. Também citado em CORES, Hugo. *Op. Cit.* p. 42.

⁴⁷ “O governo do senhor Williman foi sério (...) O senhor Williman não fez socialismo de Estado, nem perseguiu o capital, nem estimulou as greves, nem propôs leis para desorganizar a sociedad, nem desceu à imprensa para insultar os opositores (...) Não suscitou resistências.” In: MACHADO, Carlos. *Op. Cit.* p. 10.

⁴⁸ *Idem, Ibidem.* p. 10.

⁴⁹ *El Día*. 12/09/1911.

fizeram declarações anticlericais constantes no parlamento. Uma lei que novamente nos revela a radicalidade anticlerical de Batlle definia o seguinte:

“Art. 10: Em nenhum estabelecimento privado de enseñanza primaria podrá enseñarse religión;

Art. 11: As pessoas do sexo masculino que tenham feito ou estejam em trâmites de fazer um voto de castidade de qualquer natureza que seja não poderão ensinar nas escolas privadas (...) ainda quando se encontrem nas condições que marca a lei.”

E a justificativa enviada ao parlamento para aprovação desta lei foi a seguinte: “(...) é necessário e urgente alijá-los definitivamente da escola, impedindo que se repita a vergonhosa realidade de vê-los convertendo as escolas em centros onde saciam suas baixas paixões.”⁵⁰ O que mais impressiona é que nenhum partido ou fração oposicionista se opôs com veemência a tais medidas ou procurou tirar proveito político de tais atitudes d Batlle. O país era tão laico que não haviam grandes protestos religiosos e tampouco insatisfação popular diante das medidas que pudessem ser catalizadas contra o presidente.

Cabe ressaltar que nesta época não haviam eleições diretas para presidente no Uruguai; um colégio eleitoral decidia o pleito. Somente em 1917 se iniciaria o processo eleitoral massivo com a adoção do sufrágio universal. Demarcamos este fato porque muitos classificam o período battlista como “populismo democrático”, em virtude da ausência de ditaduras, um certo respeito à constituição, leis de caráter social e trabalhista. Alguns textos falam do batllismo de forma muito panorâmica, como um fenômeno que vai do início do

⁵⁰ MACHADO, Carlos. *Op. Cit.* p. 19. Além disso o próprio Batlle assinava uma coluna de crítica à religião publicada regularmente nos jornais do país chamada “Lendo o Evangelho”, onde ele assinava com o sugestivo pseudônimo de Judas. O tom ácido revela-se em algumas passagens, por exemplo ao comentar a ressurreição de Cristo ele diz: “A ressurreição, pois, parece não ser outra coisa que um grosseiro embuste urdido pela malícia de uns e acreditada pela simplicidade e pela superstição dos demais. Somente outro embuste, também católico, pode comparar-se com este: o que endossou Maria para o cândido José sobre suas relações com o Espírito Santo.” (...) “Jesus desapareceu depois de tudo isso. Era fora de dúvida que ele não podia viver nos lugares que havia frequentado (...) Se supõe que foi a Roma e que ali viveu com um nome diferente, nas catacumbas (...) até que morreu físico, ao cabo de alguns anos.”

século XX até a década de 50. Desta forma, o batllismo é caracterizado de maneira genérica e perdemos muitas especificidades e descontinuidades deste período, uma delas é o processo de formação de uma democracia burguesa plena no Uruguai, que somente a partir de 1917 começou a operar efetivamente.

A ausência do sufrágio universal é um dado fundamental para se compreender a força do anarquismo e do sindicalismo, uma vez que impossibilitava a participação eleitoral massiva e a canalização de demandas através do sistema político de Estado. Desta maneira não foram criadas grandes tensões de tipo político entre os militantes sindicalistas e o Estado. A clássica luta dos anarquistas pela abstenção eleitoral ou pelo voto nulo (conforme a legislação de cada país) simplesmente não fazia sentido naquela conjuntura.

Levando em conta a atitude liberal, o anticlericalismo e a ausência do conflito eleitoral, podemos entender um fenômeno ainda mais inusitado do que a já mencionada atração dos muitos blancos para o anarquismo, o chamado “anarco-batllismo”.⁵¹ Desta corrente fizeram partes muitos anarquistas destacados, que aderiram ao que era uma espécie de liberalismo radical, ou como se falava “temprana social-democracia”, de José Battle y Ordoñez. Foram atraídos pelo respeito às liberdades públicas, laicismo e política solidarista que contrastava muito com a realidade da maioria dos países latino-americanos. Muitos dos anarquistas imigrantes haviam passado pelo Brasil, Argentina e Chile e ficaram abismados com a situação de “barbarismo” destes países. Outros, radicados há mais tempo no Uruguai ou *criollos*, estavam acostumados com a permanente guerra civil no Uruguai. Para todos eles o *batllismo* mostrou-se um contraste tão grande de atitude política que muitos foram seduzidos.

⁵¹ RAMA; Carlos Maria; CAPPELLETTI, José Angel. *Op. Cit.* p. LXX.

Uma das vertentes anarquistas que notoriamente aderiu a este “anarcobattlismo”⁵² foi a anarco-comunista; não todos eles, nem a maioria evidentemente, mas uma parte relevante. Militantes importantes como Orsini Bertani, Zamboni, Clérici, Berri e Virginia Bolten, nucleados na revista *Idea Libre*, estavam entre os aderentes. E não se tratou apenas de admiração, mas inclusive de amizade do presidente José Battlle y Ordoñez com intelectuais e personalidades anarquistas.⁵³

A hipótese explicativa que formulamos para este fato reside no tipo de estratégia empregada por este setor anarco-comunista do anarquismo. Valorizando o educacionismo e a propaganda conscientizadora como estratégia fundamental do anarquismo, necessitavam de um clima politicamente estável, sem repressão contínua e selvagem para desenvolver com regularidade suas atividades militantes. Esta estabilidade foi encontrada no *batllismo* e no funcionamento de uma democracia burguesa. Uma valoração deste tipo, nos anos 1960 e 1970, terá Luce Fabbri, radicalmente contra qualquer ato violento - bem oposta a seu pai Luigi Fabbri, neste aspecto⁵⁴ -, uma vez que estes poderiam suscitar uma ditadura e acabar com os espaços democráticos essenciais para a ação; posição esta bastante afinada com a do PCU (Partido Comunista Uruguiaio) a este respeito, e que desenvolveremos com mais profundidade nos capítulo seguinte.

Todavia, a tendência hegemônica dentro do anarquismo seguia sendo o anarco-sindicalismo. No ano de 1911, a FORU realizou seu terceiro congresso, cujo principal objetivo foi reorganizar a confederação. É interessante demarcar o ponto central deste

⁵² *Idem, Ibidem*, p. LXX.

⁵³ CORES, Hugo. *La Lucha de los Gremios Solidarios (1947-1952)*. Montevideu, Editorial Compañero/Ediciones de la Banda Oriental, 1989. p. 46.

⁵⁴ Para Luigi Fabbri, após uma insurreição revolucionária se inauguraria um período que chamou de “terror libertário”, onde os revolucionários deveriam reprimir, com o uso da força necessária, a burguesia e a contra-revolução. Esta tese se encontra exposta claramente em seu livro *Ditadura y Revolución*; ademais desmente

congresso uma vez que nesta ocasião foi aprovada a resolução que decidiu pela propaganda do comunismo libertário na FORU, o que poderia dar a entender que a FORU era uma central “neutra” e que só se tornou de fato *anarco-sindicalista* em 1911. Na verdade, a aprovação da resolução, que era literalmente a mesma aprovada pela FORA em 1905, apenas formalizou uma definição que na prática já era vigente desde 1905 e que sequer foi motivo de discussões no congresso.

Os pontos que ocuparam a pauta do congresso foram as discussões sobre a declaração e o pacto de solidariedade da FORU, documentos onde encontramos uma atualização de princípios e formas organizativas da federação. Saiu do congresso de 1911 uma FORU reorganizada, que reafirmou posturas anteriores e acabou fortalecida, com 40 sindicatos, a maioria com a denominação de “sociedades de resistencia”, abarcando os principais setores de produção e serviços do Uruguai.

Uma paralisação dos trabalhadores em transporte ⁵⁵ no dia 11 de maio de 1911, funcionou como a primeira centelha de um amplo movimento grevista, reivindicando fundamentalmente 8 horas de trabalho, readmissão dos demitidos, reconhecimento do direito de sindicalização e aumento de salários. Durante os piquetes acontecidos na greve, 8 trabalhadores foram presos, mas debaixo da presidência de Batlle o governo se negou a proteger os fura-greves com soldados armados durante a greve dos transportes de 1911, que contou com apoio de outros sindicatos ⁵⁶ No ano seguinte, 1912, aconteceu outra greve geral no Uruguai.

qualquer noção ingênua de uma continuidade sem ruptura alguma entre a obra de Luigi e a de Luce. Ver capítulos X e XI de FABBRI, Luigi. *Dictadura e Revolución*. Buenos Aires, Proyección, 1967.

⁵⁵ Estes trabalhadores estavam submetidos a brutais condições de trabalho, que incluíam jornadas de 10 a 15 horas de trabalho, salários miseráveis e a inexistência de dias de descanso completos.

⁵⁶ TOURON, Lucia Sala de; LANDINELLI, Jorge. *Op. Cit.* p. 256

No segundo governo de Batlle, o movimento operário lutou continuamente por conquistas. O ano de 1913 foi muito fecundo neste sentido, especialmente em relação a principal bandeira de luta que era a jornada de oito horas. Manifestações gigantescas aconteceram em Montevideu, e mesmo com o governo de Batlle a repressão funcionou e muitos trabalhadores foram presos.⁵⁷ Não foi à toa que entre 1911 e 1915, durante o segundo governo de Batlle foi quando se pôs em prática ou se projetava o substancial de sua política, incluindo um conjunto de leis trabalhistas e previdência social que comportaram um avançado programa reformista. Incluindo a aprovação do projeto de lei de oito horas e outras leis, assim como importantes medidas para a extensão da educação que se decretou gratuita e laica em todos os seus níveis.⁵⁸

De qualquer maneira ficam evidente os conflitos entre capital e trabalho, assim como a atitude em diversos momentos repressiva por parte do Estado, mesmo com Batlle no poder. Isso nos mostra que se plano das idéias e no contato com um grupo de indivíduos anarquistas foi possível alguma harmonização, no plano da luta de classes este acordo era bem mais difícil e por muitas vezes assumiu o caráter de confronto aberto.

Quanto às outras duas centrais existentes, a UGT e a CUG, foram tão moderadas e de influência tão escassa que jamais chegaram a ameaçar a hegemonia da FORU ou estabelecer qualquer discussão que se situasse dentro da disputa por uma linha revolucionária - como ocorria na Argentina entre os sindicalistas puros e os anarco-sindicalistas -, de modo que a convivência entre estas diferentes centrais foi bem mais pacífica do que na Argentina. Neste país, a partir de 1915, com o 9º congresso da FORA, passaram a coexistir duas "FORAs". Os chamados "sindicalistas puros" conseguiram

⁵⁷ *El Día*, 2 de maio de 1913.

⁵⁸ TOURON, Lucia Sala de; LANDINELLI, Jorge. *Op. Cit.* p. 256.

maioria, com o apoio de uma ala anarquista, e anularam item ideológico vigente desde o 5º congresso: “a FORA não se pronuncia oficialmente partidária, nem aconselha a adoção de sistemas filosóficos, nem ideologias determinadas.”⁵⁹ A minoria saiu, mas seguiu se auto-denominando FORA. A partir de então teremos na Argentina a coexistência de duas federações de mesmo nome: a “FORA do 5º” e da “FORA do 9º congresso”⁶⁰, predominando temporariamente a linha sindicalista revolucionária. Conflitos deste tipo somente em 1923 emergiriam no Uruguai.

Em 1915, o battlismo foi derrotado nas eleições presidenciais, houve uma coalizão de forças conservadoras, que uniu o Partido Nacional e setores do Partido Colorado, permitindo a vitória de Feliciano Viera, que desatou uma repressão brutal e paralisou a tramitação da legislação social e trabalhista no parlamento. O seu discurso de posse foi bem direto:

“Bem, senhores: não avancemos mais em matéria de legislação econômica e social; conciliemos o capital com o operário. Temos marchado muito depressa; façamos uma parada na jornada. Não patrocinemos novas leis desta índole e ainda paralisemos aquelas que estão em tramitação no legislativo.”⁶¹

Na constituinte de 1916 foi aprovada uma medida que teria grande repercussão na vida política e sindical do país: o sufrágio universal. Esta medida alterou radicalmente o comportamento dos partidos tradicionais, que agora buscavam seduzir o povo, os “novos cidadãos”, já que até então os trabalhadores rurais (peones) e urbanos não tinham direito ao voto.⁶² Estava firmada a principal peça de um sistema político democrático-burguês bem acabado, com eleições livres e partidos políticos estabelecidos. Interessante notar que o

⁵⁹ CHERRESKY, Isidoro. *Op. Cit.* p. 157.

⁶⁰ RAMA, Carlos Maria; CAPPELLETTI, José Angel. *Op. Cit.* XXXIV.

⁶¹ MACHADO, Carlos. *Op. Cit.* p. 73.

projeto liberal foi encaminhado de maneira bem sóbria, passo a passo, sendo o sufrágio universal apenas o último ato. Já existia a escolarização em massa, os partidos políticos e clubes cívicos, a ideologia higienista, a formação da privacidade através da casa própria, do tempo livre para a vida familiar e a consolidação do monopólio da violência pelo Estado. Tudo isso fez com que o sufrágio universal encontrasse uma grande quantidade de cidadãos aptos a votar de maneira segura, tanto que os partidos socialista e comunista jamais alcançaram uma quantidade de votos expressiva.

Ao mesmo tempo, criou-se um espaço de participação política para o proletariado inexistente até então, o que afetou muito os sindicatos, que antes disso canalizavam as aspirações políticas das massas através das lutas sindicais. Neste mesmo ano a FORU realizou um congresso de avaliação e reorganização para se adequar à nova conjuntura; afinal o Estado passou a disputar um terreno para o qual o sindicalismo atraía uma grande massa de trabalhadores e mesmo da pequena burguesia; dessa forma, o operariado perdeu boa parte de sua base de apoio.⁶² Esta política tinha como pano de fundo constante uma ideologia anti-classista, que procurava fazer com que o povo se identificasse como cidadão e não como classe social.

Entretanto, apesar de abalada, a força do movimento operário se manteve e a tentativa de cooptação por parte do Estado não atingiu todos os seus objetivos. As organizações sindicais uruguaias permaneceram autônomas em relação ao Estado, não apenas durante o batllismo, mas inclusive após esta etapa. Desde o início do século fracassaram todas as tentativas do Estado, partidos tradicionais e empresários de dirigirem

⁶² CORES, Hugo. *Op. Cit.* p. 33-34.

⁶³ DE SIERRA, Gerônimo. *Op. Cit.* p. 279.

ou controlarem organicamente os sindicatos.⁶⁴ Esta resistência à estatização constitui a nosso ver um dos pontos fundamentais para o entendimento da força do movimento operário uruguaio no combate à ditadura nos anos 60 e 70. Por outro lado, o sistema político ajudou o Estado a administrar as várias frações burguesas, eleitoralismo acelerou a política das frações e setores de classe que o battlismo aglutinou e expressou.⁶⁵

Em 1917 a luta de classes atingiu níveis até então desconhecidos no Uruguai ⁶⁶: greve dos portuários da FOM ⁶⁷, greve dos trabalhadores em frigoríficos, greve de padeiros, sapateiros e motoristas, greve dos pescadores, greve gerais, etc.; em todas elas a solidariedade entre os trabalhadores uruguaios e argentinos se fez notar. O movimento grevista se ampliou mais ainda em 1918 quando a greve dos portuários, coincidiu com a greve dos trabalhadores frigoríficos, ocasião na qual o então ex-presidente Batlle y Ordóñez desempenhou papel de mediador. O bairro do Cerro, onde se concentravam os maiores frigoríficos e boa parte do proletariado montevideano, foi ocupado pelo exército; a ponte que ligava o Cerro ao restante da cidade de Montevideu foi interrompida e os patrões recrutaram numerosos fura-greves para tentar quebrar o movimento. Dos 19 mil homens que formavam o exército nacional, 15 mil foram designados para patrulhar as ruas da capital uruguaia. Em meio ao conflito, o exército atirou e matou um trabalhador, acendendo o estopim de uma greve geral, que trouxe uma marca inédita até então, a participação estudantil (vale lembrar que nesta mesma época começava em Córdoba o movimento de reforma universitária). A greve geral durou cerca de 15 dias. No final do ano, novamente greve geral, que durou até o início de 1919.

⁶⁴ *Idem. Ibidem.* p. 283.

⁶⁵ *Ibidem.* p. 278.

⁶⁶ TOURON, Lucia Sala de; LANDINELLI, Jorge. *Op. Cit.* p. 257.

⁶⁷ Federación Obrera Marítima

Manifestações de solidariedade à “semana trágica”⁶⁸ de Buenos Aires aconteceram em grande número no Uruguai. O presidente Feliciano Viera ordenou a deportação de dirigentes sindicais e muitas vezes de simples grevistas. Assim como na Argentina, se iniciou uma verdadeira caça às bruxas, da qual uma das principais vítimas foram os judeus, identificados grosseiramente como russos. Trabalhadores do sindicato dos padeiros foram acusados de incitar o povo a “llamar las armas” e o secretário da FORU acusado de constituir um “soviet”.⁶⁹ Neste ano a FORU atingiu o auge de filiados e mobilizações.⁷⁰

No início de 1920 o presidente Feliciano Viera, reagindo ao ascenso operário, enviou ao parlamento projeto de lei para reformar o código penal, incluindo o item “delitos sindicais”. Neste mesmo ano, em setembro, o Partido Socialista aderiu a 3ª Internacional e alterou sua denominação para Partido Comunista Uruguaio. Pouco tempo depois, em 1921, um pequeno grupo de intelectuais, liderado por Emilio Frugoni, se separou do partido e começou a reconstruir o antigo Partido Socialista do Uruguai, com orientação moderada. No movimento sindical argentino a chamada “FORA do 9º congresso” perdeu seu impulso inicial e decaiu numericamente, ao mesmo tempo, a “FORA do 5º congresso”, anarco-sindicalista, retomava seu crescimento, atingindo em 1920 a quantidade de 200 mil filiados e mais de 500 sindicatos.⁷¹

O Anarquismo Expropriador no Uruguai

⁶⁸ Manifestação ocorrida em Buenos Aires em 1919, quando a polícia reprimiu violentamente os trabalhadores, causando a morte de vários deles.

⁶⁹ TOURON, Lucia Sala de; LANDINELLI, Jorge. *Op. Cit.* p. 258.

⁷⁰ Contava nesta época com 38 sindicatos na capital, 11 no interior, total de 49, números que jamais seriam iguais. Ver em RAMA, Carlos Maria; CAPPELLETTI, José Angel. *Op. Cit.* p. LXVI.

⁷¹ BELLONI, Alberto. *Op. Cit.* p. 29.

Na década de 1920, o Uruguai passou por mudanças em vários aspectos, especialmente a capital Montevideú, cada vez mais urbanizada, industrializada e cosmopolita.⁷² Os anos 20 foram chamados os anos dourados do Uruguai. O país ganhou 2 campeonatos olímpicos de futebol, em 1924 e 1928, e o primeiro mundial de futebol em 1930, sediado em Montevideú. Também foram os anos de auge do anarquismo expropriador na região do Rio da Prata.

A cidade estava em plena expansão. Numa período de dez anos, entre 1905 e 1915, surgiram nada menos do que 70 bairros na capital.⁷³ Muitos destes bairros surgiram ao redor dos locais de trabalho e o Estado passou a financiar a compra de terrenos e a construção de casa própria para os trabalhadores. Passava a se reforçar a noção de privacidade e intimidade, própria da burguesia e que se procurava estender à classe trabalhadora.⁷⁴

Neste momento surgiram em Montevideú novos espaços de sociabilidade: cinema, futebol, sindicatos, centros culturais, jogos. Todas estas atividades, caracteristicamente urbanas, se desenvolviam em Montevideú e seduziam uma imensa massa de migrantes e imigrantes oriundos do campo e abruptamente desenraizados de suas antigas sociabilidades. Dentro deste contexto, onde a necessidade de se recriar laços sociais era patente, podemos entender em parte, a atração que sindicatos, clubes e torcidas de futebol exerciam sobre esta massa. Os bairros foram o cenário por excelência destas novas sociabilidades, em maior ou menor grau todos os bairros, mas sobretudo nos de forte presença fabril e operária, tais como o Cerro, La Teja, Maroñas, Nuevo Paris e outros, foi se construindo uma cultura com

⁷² Em 1920, Montevideú tinha cerca de 450.000 habitantes; 7 teatros, 80 cinemas e 55 diários. Em 1928 foi inaugurado na cidade o edifício mais alto da América do Sul àquela época. Conforme o Documentário *Ácratas*. Montevideú, 2000.

⁷³ SIERRA, Yamandú Gonzalez. *Op. Cit.* p. 209.

⁷⁴ *Idem, Ibidem.* p. 205.

códigos próprios, um sentimento de pertencimento conformado sobre as bases de certas experiências, valores e crenças compartilhadas. Nos bairros operários se cruzaram – além da convivência, amizade e relações de camaradagem –, a comunhão de trabalho, de exploração, das reivindicações e lutas solidárias, do enfrentamento com os patrões, “fura-greves” e polícia. Um forte sentimento de solidariedade e apoio mútuo foi contruído pela proximidade, pelas aflições comuns e pela percepção de interdependência entre a vizinhança, o comércio local e a vida das instituições do bairro com a sorte de seus trabalhadores-vizinhos, empenhados muitas vezes em lutas sindicais. Desse modo ser “cerrense” ou ser “tejano” não era para grande parte de seus habitantes uma mera designação geográfica, mas uma forma de viver, uma identidade, uma postura de compromisso com o destino coletivo dos trabalhadores.⁷⁵

Uma das maiores dificuldades que os anarquistas uruguaios encontraram foi a forma de encarar o alastramento do futebol no país.⁷⁶ A exemplo dos anarquistas no Brasil⁷⁷, reagiram muito mal, tecendo uma crítica bastante sectária em relação ao esporte, tido como alienante.⁷⁸ Em 1924, Montevidéu era uma cidade com cerca de 450 mil habitantes, onde

⁷⁵ *Ibidem.* p. 209.

⁷⁶ Na década de 1920, o futebol passou a atrair a imensa maioria da classe trabalhadora, que além do gosto pela prática do esporte em si, assumia novas identidades através dos times de bairro, times nacionais, seleção nacional e torcidas, o que gerava novas sociabilidades e resgatava a noção de comunidade. O efeito claro desta adesão popular massiva ao futebol foi a formação de inúmeros jogadores e craques saídos da classe trabalhadora, o que por sua vez aumentava os vínculos e a admiração do conjunto da classe trabalhadora. A vitoriosa geração de 1920, que ganhou as olimpíadas de 1924, 1928 e, depois a primeira Copa do Mundo em 1930, era composta basicamente por operários. Uma citação da época mostra o orgulho operário vinculado ao futebol “Filho de pai bêbado ou de uma viúva prematura (...) hoje da bola de meia à número 5, do pátio do cortiço ao campo ropdeado de milhares de expectadores, já não é um moleque de rua, é um ‘rei’; mas um ‘rei’ da classe, com toda a inteligência da raça, com o pescoço limpo agora, mas conservando sempre os mesmos olhos inteligentes... Moleque de rua!” Conforme SIERRA, Yamandú Gonzalez. *Op. Cit.* p. 220.

⁷⁷ CAVALCANTI, Jardel Dias. *Os anarquistas e a questão da moral (Brasil – 1889-1930)*. Campinas, Cone Sul, 1997. Este livro nos oferece um material bastante representativo das posições anarquistas relativas a temas como futebol, samba, carnaval e a questão da mulher.

⁷⁸ Sobre a opinião dos anarquistas, temos alguns documentos interessantes; o primeiro deles é de 1917: “O Football preenche quase todo o pensamento da vida civil dos povos (...) Alcançou proporções de epidemia, de mania coletiva (...) Homens e mulheres, velhos e jovens, ricos e pobres – mais os pobres – falam somente de football, seja em casa, seja na rua, no café ou no teatro, na oficina ou na fábrica. De que se fala? De football

existiam 105 times de futebol e campeonatos em 3 divisões. Não foi obra do acaso a escolha da cidade para sediar o primeiro mundial de futebol em 1930. Para este mundial Montevideu construiu o primeiro estádio feito especificamente para o futebol, o *Centenário*, comemorando 100 anos da primeira constituição uruguaia.

Aos poucos a opinião excessivamente crítica dos anarquistas foi se atenuando pela força dos fatos. Permanecer numa postura sectária trazia problemas na relação com a própria classe, e com o tempo, muitos anarquistas também se tornaram aficionados pelo futebol. Um anarquista argentino que ficara hospedado por um tempo na casa de um companheiro uruguaio comenta que eles eram “Boa gente, ainda que muito aficionados a às corridas, a *quiniela*, às *murgas* de carnaval e ao futebol. Com isso de campeonato olímpico estão todos loucos. São uriguaios.”⁷⁹

Com a confirmação do mundial de 1930 no país o governo desejava oferecer ao mundo uma mostra da modernidade uruguaia. Planejou-se então a construção daquele que deveria ser uma obra arquitetônica admirável, o Estádio Centenário. Ao mesmo tempo que este “país modelo” se preparava para o mundial, inúmeros presos políticos, em grande parte anarquistas expropriadores e sindicalistas, amargavam o cárcere no presídio de Punta Carretas.⁸⁰ Alguns anarquistas decidiram libertá-los e pretendiam inaugurar sua “obra” no mesmo dia do Estádio Centenário, na abertura da Copa do Mundo.

Miguel Arcangel Roscigna, a figura mais destacada do anarquismo expropriador elaborou e dirigiu este plano, mas a obra dos anarquistas atrasou dois meses. O anarquista

(...) !É algo atroz, repugnante e antipático! Mais ainda se temos em conta que os principais sustentadores e fomentadores são o Estado e a burguesia que exploram a ignorância e o fanatismo do povo!” Conforme *La Batalla*. 2ª quinzena de agosto de 1917.

⁷⁹ LAUREANO, Riera Díaz. *Memorias de un luchador social*. Tomo II, Buenos Aires, 1983, p. 71. Quiniela é um jogo semelhante a antiga Loto ou Sena no Brasil e Murgas são músicas críticas e bem humoradas encenadas de maneira teatralizada no carnaval uruguaio.

⁸⁰ Atualmente o local abriga o “Punta Carretas Shopping Center”.

italiano Gino Gatti comprou um terreno defronte ao presídio, acompanhado de sua esposa e da filha pequena. Montou ali um galpão onde passou a funcionar a “Carbonería El Buen Trato: venta de carbón, leña y piedra”. De dentro dela saíam diariamente caminhões de carvão, ou melhor: cheios de terra e cobertos de carvão. O casal Gatti ficou conhecido e querido pelos vizinhos, sendo sempre muito afável no trato com todos. Depois de seis meses de trabalho, mesmo com o negócio andando bem, o casal Gatti decidiu voltar para a Argentina, despediram-se de todos na vizinhança, que lamentaram a partida do casal.

Alguns dias depois, o guarda da prisão tem a sensação de que algo estranho se passava no presídio: Erwin Polke, o preso considerado mais perigoso entre todos⁸¹, cujas orientações eram de atenção total e absoluta, jogava xadrez no centro do pátio. Enquanto isso, aproveitando-se do desvio de atenção, os outros presos deram início à fuga. Minutos depois, os vizinhos da antiga carvoaria gritam assustados com o surgimento de vários presos de dentro dela. A polícia cercou o local, alguns presos tentaram voltar pelo túnel e foram pegos pela polícia. Neste momento, a polícia se deu conta, admirada, do que tinha diante de si: um túnel da carvoaria ao presídio, atravessando a rua, com 50 metros de extensão, mais de 1 metro de altura e 80 centímetros de largura. Os engenheiros da polícia diriam que “Es una obra técnicamente perfecta”. Foi construído em forma de abóbada, tinha iluminação elétrica, canos de ventilação desde fora e uma campainha a cada vinte metros que emitia sinais na entrada. O detalhe mais impressionante foi o cálculo da saída. O túnel dava num banheiro da prisão, que ficava num nível inferior ao chão da rua. Gatti mandou que algumas pessoas visitassem a cadeia e contassem o número de degraus que levaria até o

⁸¹ Erwin Polke era um anarquista individualista, assumidamente stirneriano. Aficionado pela falsificação de dinheiro, é lembrado até os dias de hoje como responsável pelo maior derrame de notas falsas da história argentina, produzidas por uma máquina montada dentro do presídio.

pátio e a altura de cada um deles, com estes dados calculou o ângulo de inclinação do túnel perfeitamente.⁸²

Os construtores do túnel deixaram uma camada de 50 centímetros que deveria ser rompida somente no momento da fuga. Apenas os anarquistas sabiam do projeto e nove evadiram-se do presídio, três carros os aguardavam nos fundos da carvoaria. Outros presos tentaram fugir também, mas a polícia já havia chegado. Alguns dos fugitivos foram presos dias depois e mais tarde o próprio Miguel Arcangel Roscigna e o casal Gatti.⁸³ Este foi apenas um dos muitos episódios relacionados aos anarquistas expropriadores ou “anarquistas de ação direta” no Rio da Prata, famosos por protagonizarem assaltos, fugas de presídios, justiçamentos, falsificações, explosões, entre outros atos do gênero.

Esta corrente é pouco comentada, marginalizada até mesmo por setores do próprio anarquismo, embora tenha muita importância na história das lutas sociais da região, no anarquismo e em especial para esta pesquisa, como uma das correntes que a partir de 1952 formaria a FAU. Sobre os anarquistas expropriadores, vários rótulos foram colocados: terroristas, proto-guerrilheiros, individualistas, simples bandidos, etc. Mas os críticos quase nunca mencionam que muitos centros de cultura, sindicatos e periódicos sobreviveram graças aos fundos expropriados pelos “anarquistas de ação direta”. Retomemos um pouco sua origem.

⁸² BAYER, Osvaldo. *Op. Cit.* p. 76-77. Tema também abordado no documentário *Los Ácratas*.

⁸³ Anos depois em 1971. Os Tupamaros alugaram uma casa na mesma rua da carvoaria e cavaram outro túnel para a prisão com o mesmo intento. Em certa altura se depararam com algo que os impressionou pela qualidade da construção: o túnel dos anarquistas. A escavação dos Tupamaros havia sido feita num sentido que acabou cruzando o antigo túnel e eles concluíram admirados que a obra feita em 1930 era tecnicamente muito superior ao túnel que eles construíam mais de quarenta anos depois. Num certo ponto do túnel encontraram uma papeleta pendurada muito velha onde era possível ler: “solidaridad para los ácratas no es palabra escrita solamente”, e aproveitaram para deixar outra frase: “dois caminhos, duas ideologias, que se cruzam em busca do mesmo destino, a liberdade.”. Foram 106 presos políticos que encontraram a liberdade, um recorde anotado no *Guinness Book*, como a maior fuga de presos políticos da história. Conforme Documentário *Los Ácratas*.

O primeiro assalto com fins políticos que se tem notícia na região do Rio da Prata aconteceu em 19 de maio de 1919, em Buenos Aires, um assalto aos donos de uma casa de câmbio organizado pelo Boris Wladimirovich⁸⁴ que acabou fracassando. A prisão de Bóris estimulou mais ainda uma espécie de mito sobre “o russo” na Argentina, que corria nos idos de 1919. A direita e toda a imprensa burguesa argentina alardeavam sobre perigosos elementos russos presentes no país, ao ponto da organização de extrema direita, Liga Patriótica, organizar a chamada “caza al ruso”. O russo era descrito como uma pessoa bárbara, rude, sem escrúpulos e violenta. A prisão de Bóris, ao mesmo tempo em que parecia confirmar a presença dos temíveis russos na Argentina, desmentia tudo o que se atribuía aos russos. Na casa de Bóris foram encontradas 24 telas pintadas. Seu vasto conhecimento e capacidade intelectual despertaram a curiosidade de todos. Bóris recebeu visitas do Ministro do Interior, deputados e outras figuras públicas que se deslumbravam com o conhecimento do russo.⁸⁵

Neste mesmo ano, sob a presidência de Ypólito Yrigoyen, aconteceram 367 greves na Argentina e foi intensa a atividade sindical e anarquista. Nesta época, a legislação argentina era bastante rígida, sobretudo com o movimento operário: penas de 2 anos por incitar greve e de 8 a 10 anos por agressões a pelegos. Bóris Wladimirovich assumiu sozinho a responsabilidade pelo crime de que foi acusado para livrar os demais

⁸⁴ O russo Bóris tinha perfil intelectual, professor universitário, médico, pintor, biólogo, autor de vários livros de sociologia, falava vários idiomas e nada faria supor que ele seria um anarquista ligado ao movimento operário. Bóris chegara em 1909 na Argentina, participara da Revolução Russa de 1905 e foi vinculado ao Partido Operário Social Democrata Russo, participando de congressos do mesmo, ainda na Rússia. Na Argentina, Bóris se vinculou-se ao movimento anarquista rapidamente e acabou realizando “ações diretas” para conseguir fundos para os periódicos anarquistas e operários. Em meio aos acontecimentos de 1919, Bóris tentou organizar um comitê revolucionário, mas desanimou diante da indisciplina dos membros.

⁸⁵ BAYER, Osvaldo. *Op. Cit.* p. 19-20.

companheiros e terminou condenado à prisão perpétua em Ushuaia, extremo sul da Argentina.⁸⁶

Podemos dizer que a principal motivação do anarquismo expropriador nasceu com o incremento sem precedentes da repressão que o movimento operário e os anarquistas conheceram a partir do final da década de 1910. A repressão atingiu o movimento de duas formas principais: fechando as publicações e prendendo militantes. Os expropriadores visavam sobretudo arrecadar fundos para publicações, materiais de propaganda, atividades sindicais, ajuda aos presos políticos e financiamento de fugas.

É importante demarcar estas raízes para que não se incorra no erro de avaliar as ações dos expropriadores como atos descolados da realidade, fora de sintonia ou à margem do movimento operário. O vínculo com o movimento operário é um dado fundamental para entendermos diferenças entre os anarquistas que praticaram a “propaganda pelo fato” na França e os expropriadores na região do Rio da Prata no final do século XIX. É interessante examinar a origem do “anarco-terrorismo” francês para matizarmos com mais nitidez suas diferenças em relação ao anarquismo expropriador.

Os atos de um Ravachol ou Emile Henry na França aconteceram num momento de grande afastamento do anarquismo para com o movimento operário. A corrente anarquista de tipo bakuninista, vinculada à 1ª Internacional, havia praticamente desaparecido e com ela a inserção do anarquismo nos meios operários. Não nos interessa discutir

⁸⁶ No entanto Boris, ainda teria atuação numa saga de mortes e vinganças. O primeiro ato desta trágica saga foi o massacre de 1500 trabalhadores na Patagônia a mando do Cel. Varela. O anarquista alemão Kurt Wilckens vinga estas mortes assassinando a Varela. Preso, Wilckens foi assassinado por Perez Millán, nacionalista e amigo pessoal do Dr. Carlés da Liga Patriótica, enquanto dormia em sua cela. Tempos depois, Perez Millán acabou internado como louco num manicômio, ao saber deste fato Boris, simulou um desequilíbrio nervoso, conseguindo ser transferido para o mesmo manicômio, mas não para a mesma ala. Dando sequência ao plano de vingança, ele conseguiu convencer outro interno, Lulich, a executar o serviço lhe fornecendo uma arma. Depois deste episódio, Boris foi torturado, tornou-se parafítico e acabou morrendo rapidamente. Conforme BAYER, Osvaldo. *Op. Cit.* p. 21-30.

profundamente as razões deste descenso, mas entre elas podemos contar a derrota da Comuna de Paris, a cisão e progressiva desaparecimento da 1ª Internacional e a repressão que se seguiu à derrota da Comuna de Paris em boa parte da Europa. Neste ambiente de derrota, os membros da Aliança e da Internacional da região das montanhas do Jura suíço realizaram avaliações críticas sobre este processo e acabou surgindo dali o que se chamaria depois de anarco-comunismo e que teria como principal expoente Piotr Kropotkin.⁸⁷

Entre os principais eixos de avaliação sobre a derrota constavam a falta de preparação e consciência do povo para a revolução. A resposta para esta questão, segundo os primeiros formuladores do anarco-comunismo, estava na necessidade de um amplo processo de conscientização pré-revolucionária. Para realizar esta tarefa seriam necessários periódicos, publicações de livros, debates, círculos de estudo, enfim propaganda dos princípios e ideais. A propaganda se tornou a estratégia central para o anarco-comunismo naquela época. Logicamente que seriam necessários grupos públicos, ao contrário da clandestinidade preconizada por Bakunin, para levar a cabo tal intento. De certa forma, desprezava-se a necessidade de uma organização anarquista, que deveria existir apenas na medida em que facilitasse a propaganda anarquista.

Com esta orientação os anarco-comunistas tornaram-se a corrente hegemônica no anarquismo, a partir de fins do século XIX. O centro das atividades se deslocou da organização operária para a propaganda anarquista, para a educação, para a formação, etc. Esta nova orientação foi responsável pelo afastamento em relação ao movimento operário e pela visão do anarquista encerrado numa “torre de marfim”. Reagiram contra esta tendência

⁸⁷ Nos baseamos aqui na tese de LUIZETTO que examina a passagem do coletivismo ao anarco-comunismo. LUIZETTO, Flávio Venâncio. *Presença do Anarquismo no Brasil: um estudo dos episódios literário e educacional, 1900-1920*. Tese de doutorado, FFLCH, USP, 1984.

os “anarquistas de ação direta” na França, entendendo logicamente por ação direta as ações de lançar bombas, dinamites e outros artefatos do gênero contra locais simbólicos e membros da burguesia. A oposição ao anarco-comunismo é muito clara e estes anarquistas se definiam como os adeptos da “propaganda pelo fato”, em implícita crítica aos anarquistas que faziam propaganda somente pelas idéias. No entanto, a ação destes anarquistas tinha um sentido destrutivo, de fazer “propaganda pelo fato”, como diziam, e atingiam vítimas de maneira indiscriminada, desde que fossem consideradas membros da burguesia.

Notemos que a corrente chamada de sindicalista revolucionária que a partir da década de 1890 – sobretudo na França - atraiu alguns anarquistas não foi formada como um projeto ou tática anarquista para atuar no movimento operário, mas no próprio movimento dos trabalhadores. Os anarquistas que aderiram ao sindicalismo foram minoria e, naquele tempo, muitos diziam que o anarquismo estava morto no que se refere à inserção na classe operária, na verdade com o sindicalismo revolucionário é que se retomou o vínculo com a classe trabalhadora. As correntes dominantes até os anos 1870-1880, a do “elogio do terrorismo individualista” e as que vivem em “contínuas discussões acadêmicas”, deram lugar aos que acreditavam que o sistema burguês só poderia ser abatido pelo proletariado organizado.⁸⁸

Mas no Rio de Janeiro, os anarquistas expropriadores do século XX, não buscavam a “propaganda pelo fato” como os anarquistas terroristas franceses, pelo contrário, buscavam sempre a máxima discrição, não realizavam atos de tipo destrutivo e não matavam ou

⁸⁸ CARONE, Edgar. *Socialismo e Anarquismo no início do século*. Petrópolis, Vozes, 1996. p. 132.

feriam indiscriminadamente. Além disso, o objetivo ia muito além das ações em si. São diferenças substanciais a nosso ver, e que impedem qualquer aproximação.⁸⁹

Uma outra caracterização em relação aos expropriadores em que é preciso ter cuidado é a de individualistas. Realmente muitos deles se afirmavam como individualistas, embora nem todos tomassem para si esta qualificação. Mas o que mais nos interessa é entender o que significava ser individualista para aqueles militantes naquela época. Como o termo faz parte da linguagem nos dias de hoje, e está diretamente ligado à ideologia liberal, pode ser interpretado como egoísmo, ou como rechaço ao coletivo.

O individualismo dos expropriadores residia numa forma de ação que era individual, ou melhor, realizada em pequeno número de pessoas, e não de massas como a ação sindical. Porém, o fruto das ações era coletivizado: dinheiro para periódicos, sindicatos, ajuda para presos, etc. No rígido código moral dos expropriadores não se admitia que ninguém embolsasse nenhum centavo e temos conhecimento de militantes que realizaram assaltos milionários para a época e que permaneceram praticamente na miséria mesmo depois disso. Osvaldo Bayer, o maior pesquisador desta corrente anarquista, afirma que não se tem notícia de nenhum expropriador que tenha roubado para o seu bolso.⁹⁰ Além

⁸⁹ Lembramos que na própria Argentina há um termo de comparação com o “anarco-terrorismo”. Na década de 1890 existiram vários grupos de uma tendência que se chamou na Argentina de anarco-petardistas, publicavam entre outros os seguintes periódicos: *Il Pugnale*, *La Voz de Ravachol*, *El Perseguido* e *Los Dinamiteros* faziam aberta pregação da violência. Vejamos alguns exemplos do pensamento expresso respectivamente nos periódicos *Los Dinamiteros*, *Il Pugnale* e *El Perseguido*: “É preciso que conquistemos a liberdade e para isso é necessário a dinamite, pois a força desta se contrapõe a força que empregam nossos opressores (...)” ou “(...) com o objetivo de mudar o estado social, há que se usar bombas explosivas de nitroglicerina e clorato de potássio” “Nosso lema é o lema dos malfetores; nossos meios, todos os que a lei condena; nosso grito: ! Morra toda autoridade! Por isso somos anarquistas.” Neste caso não se trata de anarquismo expropriador, e também na Argentina, esta corrente surgiu em oposição aos anarco-comunistas, na época predominantemente espontaneístas e anti-orgânicos, rechaçando a participação sindical por considerar que as formas de organização dos sindicatos eram autoritárias. Somente com a presença de Malatesta e Pietro Gori tomaria impulso o anarco-comunismo organicista na Argentina, adepto da participação sindical. Conforme BAO, Ricardo Melgar. *El movimiento obrero latinoamericano: historia de una clase subalterna*. Madri, Alianza, 1988. 160-161.

⁹⁰ BAYER, Osvaldo. *Op. Cit.* p. 96-98.

da questão relativa ao dinheiro, a atitude solidária contrasta com as definições do individualista como alguém cioso de si, cheio de egoísmo, etc. Eram individualistas solidários os expropriadores, por mais que isso seja complicado de entender nos dias de hoje.

Por esta caracterização que fizemos acima, considera-se a tentativa de assalto frustrada de Bóris Wladimirovich o primeiro ato do anarquismo expropriador no Rio da Prata. Desde este primeiro episódio se abriu uma grande e longa polêmica entre os anarquistas. Os expropriadores deveriam ser defendidos? A violência era um meio de luta legítimo? Em que condições empregar a violência? Para alguns a questão era muito clara: “Não se pode reivindicá-los”, nos dizia um dos últimos grandes intelectuales anarquistas, Diego Abad Santillán.⁹¹ Esta é a expressão mais cabal do conceito que uma parte dos anarquistas tinha sobre os expropriadores. O exame das diversas posições sobre os expropriadores é uma excelente forma de verificar a existência de diversas matizes dentro do anarquismo, a existência de diversos “anarquismos”.

No pólo daqueles que utilizavam a violência, estavam os anarquistas que se aglutinavam em torno do periódico *La Antorcha*.⁹² No entanto, apesar de sabermos que eram adeptos da expropriação, a defesa não era feita de maneira aberta, até porque se assim fosse dificilmente escapariam da repressão e o jornal seria provavelmente fechado. Na maioria dos casos faziam uma defesa genérica da legitimidade da violência dos pobres contra a burguesia. Quando se tratava de casos concretos, quase sempre alegavam a inocência do militante implicado, atribuindo as acusações à perseguição política devido às atividades sindicais, nas quais todos os militantes estavam envolvidos.

⁹¹ *Idem. Ibidem.* p. 12.

As posições de Diego Abad Santillán merecem destaque pela importância deste nome no meio anarquista. Santillán representava, juntamente com Emilio Lopez Arango, a corrente anarco-sindicalista mais ortodoxa. Na Argentina, ele esteve vinculado à FORA que seguia a linha do 5º congresso. As críticas de Santillán e Lopez Arango, através de *La Protesta*, se inserem na luta contra as possíveis deturpações da imagem do anarquismo, contra a associação de anarquismo com violência. A concepção que está subjacente é de que aquilo não era anarquismo, uma condenação da violência como meio, como tática, uma tentativa de “limpar” o anarquismo da pecha de violento. *La Protesta* permaneceu exortando os anarquistas “a por fim; isolar este foco de perversão e de contaminação das idéias e dos métodos de luta; o anarco-banditismo é desgraçadamente uma verdadeira praga.”⁹³

Mas na Argentina da década de 1920 a violência não era fruto de uma atitude individual, estranha ao cotidiano operário. Não se passava uma semana sem que houvessem confrontos entre anarquistas e membros da Liga Patriótica.⁹⁴ Era cada vez mais comum o uso de armas entre trabalhadores. Inúmeras propagandas revelam este hábito, este anúncio de um *picnic* promovido por *La Antorcha* é bem interessante:

“Rosario, grande picnic familiar em benefício dos presos sociais, na ilha Castellanos sobre o Rio Paraná, Homens \$ 1,20; mulheres e menores \$ 0,50; crianças grátis. Nota: advertimos que a subprefeitura fará revista no embarque, motivo pelo qual se recomenda não levar armas”.

E mesmo nos *picnics* organizados por *La Protesta*, claramente avessa aos expropriadores, notava-se o uso de armas, comprovando que o hábito não era exclusividade

⁹² RAMA, Carlos Maria; CAPPELLETTI, José Angel. *Op. Cit.* p. XXXVIII. O autor cita o conflito entre FORA e *La Antorcha* sobre a questão dos expropriadores como algo descabido.

⁹³ BAYER, Osvaldo. *Op. Cit.* p. 68.

dos expropriadores, mas dos anarquistas e trabalhadores de maneira geral. Vejamos este trecho de um texto publicado após um *picnic*: “(...) Recomendamos pois aos camaradas que não façam disparos de armas de fogo em nossos picnics e que tratem de evitar que o façam aqueles concorrentes que não estejam em condições de ler esta recomendação.”⁹⁵ Há uma condenação das brincadeiras de disparo, mas em nenhum momento o texto pede que as pessoas deixem de portar armas. Além disso, este tipo de recomendação era sempre publicada e não uma coisa rara.

O metalúrgico anarquista Miguel Arcángel Roscigna, um dos maiores anarquistas expropriadores, era também o principal animador do “Comité Pro Presos Sociales y Deportados”, cujas principais funções eram: custear advogados, trâmites jurídicos, ajudar às famílias de presos. Para isso contavam com as cotizações que os próprios trabalhadores tiravam do bolso, o que obviamente era um gesto de solidariedade tenaz para quem tinha escassos recursos, mas pouco para cobrir os gastos. O comitê porém “Não se limita a conseguir estes meios como se fosse um Exército da Salvação ou uma Sociedade de Damas de Beneficência. Sua missão oculta é a de conseguir a fuga dos presos. E para isso é necessário contar com muitos recursos (...)”⁹⁶ Roscigna era quem “gerenciava” este trabalho, além de suas atividades sindicais como dirigente metalúrgico. De perfil cerebral, calculista e frio, ele foi o mais bem sucedido dos expropriadores. Chegou a se inscrever para trabalhar como guarda carcereiro em Ushuaia, para libertar o anarquista Simón Radowitzky,⁹⁷ Miguel Arcángel Roscigna passou por vários trâmites burocráticos para conseguir trabalho em Ushuaia, e já estava empregado no presídio preparando a fuga de

⁹⁴ Agrupação ultra-nacionalista argentina que combatia violentamente o anarquismo e os sindicatos.

⁹⁵ BAYER, Osvaldo. *Op. Cit.* p. 32.

⁹⁶ *Idem. Ibidem.* p. 34.

Simón. No entanto, as disputas sindicais fizeram fracassar seus planos. No congresso da USA ⁹⁸, em meio a uma polêmica entre socialistas, comunistas e anarquistas, um comunista acusou Roscigna de “estar de perro en Ushuaia” para atacar os anarquistas. Os planos do anarquista foram abortados, porém antes de sair de Ushuaia, Roscigna ateou fogo à casa do diretor do presídio para não perder a viagem.

Simón Radowitzky se converteu no santo de la anarquía, grandes manifestações pediram sua libertação por anos e anos, tomando uma dimensão semelhante ao caso de Sacco e Vanzetti na Argentina e Uruguai. Viveu 20 anos em Ushuaia, até que em 1930, Ypólito Yrigoyen concedeu liberdade a Simón desde que saísse do país, atravessou o outro lado do Rio da Prata e viveu no Uruguai desde então. Alguns anos depois lutou nas milícias anarquistas durante a Revolução Espanhola.

As divergências entre os anarquistas “protestistas” e “antorchistas”, alcançou tal ponto que o Comité Pro Presos Sociales y Deportados se dividiu em dois. No comitê formado pelos anarquistas de *La Protesta* só era admissível defender os militantes presos por defender suas idéias; enquanto o comitê de *La Antorcha*, seguiu defendendo os militantes anarquistas acusados de delitos comuns e outros crimes. Deste período em diante a polêmica jamais teria fim, no fundo o que se discutia eram os meios de se chegar à revolução: “Chegar a revolução por todos os meios imagináveis, ou manter os anarquistas no conceito de homens puros, inatacáveis, que chegam à revolução através do convencimento dos demais de que esta é a idéia humanística por excelência?” ⁹⁹

⁹⁷ Um jovem judeu anarquista que chegara na Argentina em 1908, e aos 17 anos foi condenado pela morte do Cel. Falcón em 1909, quando vingou-se do massacre de trabalhadores no 1º de Maio daquele na Plaza Lorea em Buenos Aires. Depois foi condenado a cumprir pena em Ushuaia.

⁹⁸ Unión Sindical Argentina, de inspiração sindicalista revolucionária.

⁹⁹ BAYER, Osvaldo. *Op. Cit.* p. 37.

O caso de Sacco e Vanzetti ilustrou bem as contradições que emergiram em meio à campanha internacional de defesa que se fez por ambos. Eles eram anarquistas que atuavam nos sindicatos, mas todos os militantes um pouco mais inteirados no anarquismo sabiam ser eles expropriadores.¹⁰⁰ Osvaldo Bayer faz ressaltar algumas contradições:

“(…) na defesa que fizeram os anarquistas de Sacco e Vanzetti houve indubitavelmente uma dualidade. Foram defendidos porque eram inocentes ou porque eram anarquistas? E se houvessem sido culpados de assaltar para arrecadar fundos para a propaganda, para seus presos e para as greves? Teriam sido defendidos igualmente desde as colunas da ‘imprensa oficial’ do anarquismo argentino? A mesma dualidade ia se apresentar com a epopéia delitiva de Buenaventura Durruti.”¹⁰¹

A impressão que se tem é de que se eles fossem realmente culpados, como certamente eram por outros casos anteriores a este, não haveria defesa. Novamente parte-se do princípio moral: “a injustiça”. E o que define justiça, no caso, é a lei, o Estado.

O anarquismo expropriador nos mostrou o quanto o anarquismo do Rio da Prata estava ligado ao anarquismo espanhol. No caso específico, nota-se uma relação entre membros da parte armada da FAI (Federación Anarquista Ibérica) com os grupos expropriadores. Vários militantes espanhóis passaram por Argentina e Uruguai e vários militantes platenses foram à Espanha lutar antes e durante a Revolução Espanhola. Além disso, muitos conflitos anteciparam de forma exemplar situações que se desenrolariam na Revolução Espanhola: Santillán de um lado, e Durruti de outro, exemplificam bem isto que afirmamos.

¹⁰⁰ Sacco e Vanzetti pertenciam a um grupo de ação direta, editor de *La Aduanata dei Refrattari*, periódico dos anarquistas italianos em Nova Iorque, declaradamente partidário da ação direta expropriadora.

¹⁰¹ BAYER, Osvaldo. *Op. Cit.* p. 39.

Quando o grupo dos *Solidários*¹⁰², de Durruti, Ascaso e Jover, fez sua “excursão” pela América Latina, percorrendo desde o México, Cuba, até chegar a Argentina e Uruguai, todos já os conheciam, sabiam de sua longa trajetória de ação direta e expropriação, e sobretudo, sabiam que saíram da Europa fugindo de condenações. Na sua epopeia pela América Latina realizaram inúmeras ações para arrecadação de fundos até que chegaram à região do Rio da Prata. Realizaram um fracassado assalto em Buenos Aires no qual quase nada conseguiram levar. Diego Abad Santillán chegou mesmo a ridicularizar o assalto que realizaram na Argentina, chamando Durruti de “pistoleiro de 38 pesos em moedinhas”. A condenação às atitudes dos *Solidários* foi manifestada pelos moderados de *La Protesta*, orientados por López Arango y Abad Santillán, disseram num editorial em fins de 1926: “La protesta contra la extradición de Ascaso, Durruti y Jover no entra en la ética anarquista.”¹⁰³

Nesta incursão pela América Latina, Durruti, já com prisão decretada na Argentina, conseguiu fugir de navio justamente pelo Uruguai, onde tinha contato com vários militantes.¹⁰⁴ Anarquistas expropriadores como Miguel Arcángel Roscigna e Emilio Uriondo tiveram bastante contato com Durruti e os *Solidários*, e, na verdade, foram eles que deram todas as informações necessárias para a atuação dos espanhóis, que desconheciam o ambiente. Quando embarcou do Uruguai para Europa Durruti fez uso de um documento falso, em nome de um militante anarquista uruguaio, e durante um bom tempo ele viveu como Roberto Coteló, militante fundador da FAU alguns anos depois.¹⁰⁵

¹⁰² Este grupo foi um dos fundadores da FAI (Federação Anarquista Ibérica) em 1927 que exerceu grande influência na CNT espanhola e teve forte atuação na Revolução Espanhola.

¹⁰³ BAYER, Osvaldo. *Op. Cit.* p. 53.

¹⁰⁴ *Idem. Ibidem* p. 47.

¹⁰⁵ MECHOSO, Juan Carlos. *Acción Directa Anarquista: una historia de FAU*. Montevideu, Recortes. p. 39.

Tempos depois de sua estada no Uruguai, Durruti chegou a enviar três “muchachos” de seu grupo para o Uruguai, recomendados a Roscigna.¹⁰⁶ Entre eles estava Pedro Boada Rivas, famoso expropriador que acabou radicando-se no Uruguai e que mais tarde também seria um dos fundadores da FAU. O inverso também ocorreu. Silvio Astolfi, expropriador argentino, também foi, via Montevideu, para a Espanha recomendado a Durruti. Algum tempo depois, já na Espanha, Durruti enviou uma carta na qual solicitou a presença de Roscigna na Espanha, pois conhecia suas qualidades de organizador. O anarquista argentino recusou o convite por se julgar mais útil no Rio da Prata.¹⁰⁷

Estes anarquistas que atuaram na região do Rio da Prata permaneceram por bom tempo em Montevideu onde realizaram várias ações, estiveram presos, fugiram e libertaram companheiros uruguaios presos em Punta Carretas.¹⁰⁸ Protagonizaram episódios que ganharam fama na época e causaram inúmeras discussões tanto na sociedade uruguaia, quanto no meio libertário. Roscigna talvez tenha sido o principal destes expropriadores e a sua prisão passou a ser questão de honra para a polícia uruguaia. Depois de muito tempo de procura e de já ter sofrido a desmoralização pública, a polícia uruguaia conseguiu prendê-lo acompanhado de outros, não menos “famosos”, anarquistas expropriadores. A detenção de Roscigna foi anunciada com toques de sirene por os diários uruguayos. A polícia oriental não sabendo o que fazer para demonstrar sua façanha expôs os cuatro: Roscigna, o capitão Paz, Mabicini e Moretti no pátio da chefatura para que a imprensa e o público constatassem o feito.¹⁰⁹

¹⁰⁶ BAYER, Osvaldo. *Op. Cit.* p. 71-72.

¹⁰⁷ *Idem. Ibidem.* p. 97.

¹⁰⁸ *Ibidem.* p. 74.

¹⁰⁹ *Ibidem.* p. 83.

A polêmica entre os anarquistas de *La Protesta* e os expropriadores atingiu limites trágicos em 1929. Num artigo apócrifo editado em *La Protesta*, o jornal acusou o expropriador anarquista Severino Di Giovanni de ser um agente fascista infiltrado no movimento anarquista e operário. Di Giovanni fizera de sua vida uma luta pela libertação de anarquistas e era um dos organizadores do Comitê Anti-Fascista Italiano em Buenos Aires, tendo sofrido inúmeras perseguições durante sua vida por esta militância. Este artigo provocou a ira do expropriador que foi tomar satisfações com Emilio Lopez Arango, responsável pelo jornal, imaginando ser ele o autor do artigo. Chegaram às vias de fato e Di Giovanni acabou matando Lopez Arango.¹¹⁰ Na verdade o autor do artigo que acusava Di Giovanni, havia sido Diego Abad Santillán. Anos depois Santillán fez correr uma outra versão; afirmando que Di Giovanni era um agente comunista a mando do italiano Togliatti. Todos estes fatos Santillán admitiu em suas memórias.¹¹¹ O mesmo tipo de postura Santillán manteve em seu regresso à Espanha e estas questões atravessaram toda a história da FAI e da CNT, quando Durruti e Santillán divergiram constantemente.¹¹²

O interessante é que depois que o tempo passou, Durruti transformou-se numa espécie de “mito anarquista”, venerado até por seus mais ferrenhos adversários em vida. Santillán não foi exceção:

¹¹⁰ RAGO, Margareth. *Op. Cit.* p. 127.; RAMA, Carlos Maria; CAPPELLETTI, José Angel. *Op. Cit.* P. XXXVIII.

¹¹¹ SANTILLÁN, Diego Abad. *Memorias (1897-1936)*. Barcelona, Planeta, 1977. p. 212.

¹¹² O episódio mais representativo, e o mais importante, destas divergências aconteceu em meio à Revolução Espanhola. Diante da falta de armamentos para combater os fascistas e da negativa do governo republicano em ceder armas para o combate, Durruti organizou um assalto ao Banco Central da Espanha, objetivando levar o ouro lá guardado (maior reserva em ouro do mundo na época). O plano era evidentemente secreto, o ouro seria transportado de trem até a fronteira com a França e trocado por armas com contrabandistas. Santillán avaliou que tal ação deveria ser discutida pela FAI e pela CNT antes de ser levada a cabo. Obviamente, diante de um debate mais aberto e do vazamento de informações, o plano foi frustrado. Santillán também reconheceria este erro posteriormente, muito tarde infelizmente. Ver outros episódios em PAZ, Abel. *O Povo em Armas: Buenaventura Durruti e o anarquismo espanhol*. Lisboa, Assírio e Alvim, 1976. p. 61-72; 89, 94-97.

“E por ironia do destino ou por estas adequações às circunstâncias que têm que fazer os homens de idéias, o intelectual anarquista, Diego Abad Santillán - um dos homens que com mais força atacou os ‘expropriadores’ nas filas dos libertários atuantes em nosso país - chamará em 1969 àquele ‘pistoleiro de 38 pesos em moedinhas’, ‘Buenaventura Durruti o cavaleiro sem medo e sem mácula’.”¹¹³

A condenação dos expropriadores aconteceu não somente na época em que atuavam, como segue até os dias de hoje, ainda que de maneira sutil e indireta: “Havia ainda os anarquistas terroristas, os “expropriadores individualistas” que preocupavam muito a Luigi e a Luce. Afinal, o fenômeno do banditismo, que estava abalando a Argentina, na época, era coisa do passado na Europa.”¹¹⁴ O trabalho é bem recente mas neste aspecto limita-se a repetir e endossar as opiniões de anarquistas que condenavam esta corrente. Nada mais revelador desta condenação do que o epíteto de “banditismo” aplicado aos anarquistas expropriadores, seguido de uma outra avaliação “era coisa do passado na Europa”, difícil explicar porque algo do passado necessariamente é pior do que algo do presente e porque a Europa é tomada como referência de evolução, como se vê, eurocentrismo e evolucionismo não estão ausentes até mesmo nas produções mais recentes e com pretensões de romper com a história tradicional.

Notamos que existem certos dogmas do anarquismo oficial, que apesar de negado faz sua aparição recorrente toda vez que alguma prática ou idéia parece não corresponder aos cânones anarquistas, desqualificando estas mesmas idéias e práticas como algo estranho ao anarquismo. A existência de uma ortodoxia no anarquismo é mais do que clara, mesmo prescindindo da formalização que possui no marxismo. Frisamos este aspecto porque a

¹¹³ BAYER, Osvaldo. *Op. Cit.* p. 48.

¹¹⁴ RAGO, Margareth. *Op. Cit.* p. 125.

FAU mais adiante foi vítima do mesmo tipo de crítica, quase sempre em nome de algum cânone anarquista.

Descenso do anarco-sindicalismo e divisão do movimento sindical uruguaio

No campo sindical a década de 1920 trouxe mudanças significativas, tanto na Argentina quanto no Uruguai. Nasceu o Partido Comunista Argentino em 1921, oriundo de uma cisão do Partido Socialista, logo após denominou-se Partido Socialista Internacional, e a seguir assumiu a denominação de Partido Comunista.¹¹⁵ Houve um descenso generalizado do anarquismo no princípio da década, a FORA do 9º congresso decaiu bastante, enquanto a FORA do 5º congresso, apesar de decair, seguiu contando com 100 mil filiados. É interessante ressaltar que ainda no ano de 1920 a FORA do 5º congresso mantinha o apoio à Revolução Russa.¹¹⁶

Novas mexidas aconteceram em março de 1922. Enfraquecida, a FORA do 9º congresso convocou um congresso ao qual compareceram alguns sindicatos da FORA do 5º congresso. Neste ano, as greves radicais protagonizadas por ambas, causaram tamanha preocupação que os capitalistas ingleses, temendo que a situação fugisse ao controle, conseguiram pressionar o governo inglês que enviou esquadras e ameaçou invadir a Argentina.¹¹⁷

Já há algum tempo discutia-se a Revolução Russa nos meios operários e entre os anarquistas. A posição inicial, e quase consensual, foi de total apoio à revolução durante cerca de 3 a 4 anos. Depois deste prazo tornou-se cada vez maior o número daqueles que passaram a criticar duramente esta revolução. No Rio da Prata surgiu uma corrente no meio

¹¹⁵ CHERRESKY, Isidoro. *Op. Cit.* p. 157.

¹¹⁶ *Idem. Ibidem.* p. 159.

anarquista que se chamou de “anarco-bolchevique”¹¹⁸, e apesar de manter muita coisa do anarquismo, defendia a Revolução Russa e a ditadura do proletariado. Estes anarco-bolcheviques permaneceram na FORA do 5º congresso durante anos e somente em 1922 se aliaram à FORA do 9º congresso e fundaram em conjunto a Unión Sindical Argentina, USA, que seria desde sua fundação majoritária até 1928.¹¹⁹

Também no Uruguai começaram a aparecer as primeiras cisões. Logicamente que sempre existiram as centrais socialista e democrata-cristã, mas sempre com peso inexpressivo, e na verdade, a FORU agia quase como uma central única. Esta situação mudou em 1923 quando foi fundada a Unión Sindical Uruguaya (USU) inspirada na USA argentina e, adotando princípios do sindicalismo revolucionário, e abrindo mão dos pontos ideológicos anarquistas que caracterizavam a FORU.

A formação da USU aconteceu num momento de grave crise econômica no país, uma vez que no período entre 1920 e 1923 as exportações caíram pela metade.¹²⁰ A situação difícil da economia uruguaia trouxe consigo um aumento da repressão. A atitude do batllismo em relação ao movimento operário neste momentos não foi tão afável como se costuma mostrar. O 1º de Maio de 1923 registrou este fato:

“Em nosso país também o 1º de maio custou sangue. Assim, no 1º de maio 1923, quando se vivia no suposto paraíso *batllista*, os trabalhadores desfilavam rumo a Plaza Libertad (...) a cavalaria republicana (...) arremeteu, sabre em mãos, deixando uma porção de operários feridos e estirado ao chão o cadáver de Jesús Salanter, (...)”¹²¹

¹¹⁷ BELLONI, Alberto. *Op. Cit.* p. 34.

¹¹⁸ Ver a tese de doutorado de DOESWIJK, Andreas. *Entre camaleões e cristalizados: os anarco-bolcheviques rioplatenses*. IFCH, UNICAMP, 1998.

¹¹⁹ RAMA, Carlos Maria. *Op. Cit.* p. 103.

¹²⁰ TOURON, Lucia Sala de; LANDINELLI, Jorge. *Op. Cit.* p. 259.

¹²¹ “1º de Mayo de Lucha”. In: *Solidaridad*. n° 4. Montevideo, Maio de 1988. p 8-9.

A USU porém, marcou algumas diferenças com a USA. Enquanto na Argentina socialistas e comunistas eram maioria na central e os anarquistas minoria, na USU aconteceu o contrário, os anarquistas sempre foram maioria, tanto que em 1924 dirigentes comunistas foram excluídos da direção. Anarquistas de destaque como Maria Collazo, Virginia Bolten e Roberto Coteló foram fundadores da USU.¹²² Outro diferencial em relação ao processo argentino é que a USU abalou muito mais a FORU, do que a USA abalara a FORA. Um dos pontos de embate entre os anarquistas uruguaios que ficaram e saíram da FORU esteve relacionado com a Revolução Russa. A maioria dos anarquistas uruguaios nesta época mantinha o apoio à Revolução Russa, ainda que reticente.

No ano de 1924 houve uma retomada da economia no Uruguai. Cresceu o número de assalariados na indústria, os ramos de construção e transporte cresceram muito, sobretudo devido aos investimentos estatais e proliferaram obras públicas de grande porte em Montevideu. Neste período, o movimento sindical começou a entrar em crise, caracterizada por cisões, tentativas frustradas de formação de centrais e descenso na porcentagem de trabalhadores sindicalizados. Em 1926, por exemplo, a USU havia perdido cerca de 40% de seus filiados em relação a 1923, ano de sua fundação. Mesmo assim permaneceu sendo a principal central sindical do país até 1928.

A força dos comunistas no movimento sindical ainda estava longe de ser majoritária, mas o PCU já constituía um setor importante nos sindicatos. Por volta de 1927, comunistas e anarco-sindicalistas formaram o Bloque de Unidad Obrera (dentro da USU) que, ao contrário da posição majoritária da USU, defendia não somente a Revolução Russa sem restrições, mas também a filiação à Internacional Sindical Vermelha. Em 1928, o

¹²² RAGO, Margareth. *Op. Cit.* p. 110.

“Bloque” foi expulso da USU, e seus membros fundaram em maio de 1929, a Confederación General del Trabajo en Uruguay, a CGT. Esta central nasceu com 37 sindicatos, entre eles sindicatos importantes como construção, marítimos, portuários, frigoríficos, sindicatos chamados autônomos (influenciados por sindicalistas revolucionários e anarco-sindicalistas, sindicatos estavam agrupados num bloco chamado Alianza Libertária¹²³) Porém, já em 1930 estes libertários, “anarco-bolcheviques”, racharam com a linha majoritária comunista e a CGT decaiu para 22 sindicatos em 1931, e para apenas 16 em 1932.

Neste período de cisões e profunda divisão do proletariado uruguaio somente uma causa conseguiu unificar todas as tendências: as várias manifestações em defesa dos anarquistas italianos Sacco e Vanzetti, condenados à morte nos EUA. A maior delas foi em 1928, o país todo parou num dia de greve geral em defesa de Sacco e Vanzetti.¹²⁴ Quanto à outrora poderosa FORU, chegou em 1929 possuindo somente um sindicato, o Sindicato Único del Automóvil. O seu conselho federal não funcionava, os principais militantes antigos haviam passado à USU ou ao Bloque de Unidad Obrera, de inspiração bolchevique.¹²⁵

Parte da crise do movimento sindical esteve relacionada às dificuldades de adaptação na nova conjuntura que se vivia a partir de meados da década de 20. O Uruguai era um país bem diferente daquele existente nas primeiras décadas do século XX. De 1920 para 1930, o número de assalariados industriais cresceu de 50 mil para 77.588.¹²⁶ O número de funcionários do estado havia multiplicado em 2,5 vezes em relação a 1900.¹²⁷ A década

¹²³ TOURON, Lucia Sala de; LANDINELLI, Jorge. *Op. Cit.* p. 261; RAMA, Carlos Maria. *Op. Cit.* p. 103.

¹²⁴ TOURON, Lucia Sala de; LANDINELLI, Jorge. *Op. Cit.* p. 261.

¹²⁵ RAMA, Carlos Maria; CAPPELLETTI, José Angel. *Op. Cit.* p. LXVI.

¹²⁶ O número não inclui trabalhadores em transporte e construção civil.

¹²⁷ TOURON, Lucia Sala de; LANDINELLI, Jorge. *Op. Cit.* p. 259.

de 20 assistiu a emergência da febre do futebol, abrindo espaços de sociabilidade até então inexistentes e que concorriam com os espaços vinculados aos sindicatos, aos anarquistas e aos socialistas.

No Uruguai ensaiava-se um giro à direita, que começou em 1929 com a eleição do presidente Gabriel Terra, apoiado pelos batlistas. Terra acentuou a repressão ao movimento operário desde o princípio de seu governo. Mesmo assim foram aprovadas muitas leis de caráter social que tramitavam há anos no parlamento: indenização por acidentes de trabalho, descanso semanal obrigatório, salário mínimo rural, extensão da aposentadoria a várias categorias ainda não contempladas.

No final da década de 20, novos atores sociais passaram a ocupar a cena: os estudantes e intelectuais não apenas começaram a se movimentar como se vincularam desde o princípio às lutas operárias de tom anti-imperialista, que acabaram congregando diversos atores sociais e forças políticas. Influências que pesaram nesta conjuntura foram a Revolução Russa, o movimento de Reforma Universitária, os movimentos contra as agressões dos EUA na América Central e a luta de Sandino na Nicarágua. Todas estas lutas convergiram para a formação da Liga Antimperialista no Uruguai.¹²⁸ No bojo destas lutas, os estudantes batalharam pela conquista da autonomia universitária, tentando impor uma mudança na constituição. O movimento estudantil cresceu nesta luta e em 1929 surgiu a Federação dos Estudantes Universitários Uruguaios, a FEUU, também com influência libertária.

As organizações sindicais se ideologizavam, na medida em que se dividiam e passavam a ser monopolizadas por uma ou outra tendência. No caso da FORU ela acabou gerando a exclusão de boa parte do proletariado que não se afinava com as idéias

libertárias: “(...) a FORU sobreviveu também até os anos 50, foi se convertendo cada vez mais num núcleo fechado, com escassa influência.”¹²⁹ De fato, muitos trabalhadores nem sequer tiveram a oportunidade de se incluir no movimento sindical, para que através do processo de lutas desenvolvessem convicções políticas:

“A conversão da organização sindical num verdadeiro ‘partido apolítico’ anarquista dificultou a incorporação aos sindicatos de massas operárias e sobretudo a educação política do proletariado.”¹³⁰

A crise de 1929 e a resistência à ditadura de Gabriel Terra

A política econômica do batllismo significou um giro do país na direção do setor industrial. O controle do Estado foi eficaz no sentido de redistribuir os ingressos e apoiar a formação de uma base manufatureira. Desta forma o batllismo utilizou o Estado para promover mudanças que reduziram a importância econômica dos latifundiários e fortaleceram a burguesia industrial, com a inevitável consequência de ampliar a classe trabalhadora e a base de sustentação urbana do regime. Em 1930 o PIB (produto interno bruto) manufatureiro do Uruguai representava 12%. No mesmo período, apenas México e Argentina eram relativamente mais industrializados do que o Uruguai.¹³¹ Mesmo assim, a situação subordinada do país não se alterou substancialmente. O Uruguai seguiu sendo um país que desde suas origens compartilhou traços básicos com o restante da América Latina. Se referem a sua inserción subordinada no contexto internacional e a uma estrutura produtiva baseada na atividade primária. No entanto, as peculiaridades do proceso histórico nacional foram tão importantes como estes traços comuns: diversificação incipiente mas

¹²⁸ TOURON, Lucía Sala de; LANDINELLI, Jorge. *Op. Cit.* p. 262.

¹²⁹ CORES, Hugo. *Op. Cit.* p.135-136.

¹³⁰ TOURON, Lucía Sala de; LANDINELLI, Jorge. *Op. Cit.* p. 254-255.

¹³¹ DE SIERRA, Gerónimo. *Op. Cit.* p. 437.

precoce da estrutura produtiva, escassa população, imigração européia, padrões e valores urbanos, presença central do Estado e cooparticipação da classe economicamente dominante no poder político conformaram - em conjunto - um perfil próprio e muito diferente daquele que se materializou em outras áreas da região.¹³²

Os efeitos da crise de 1929 no Uruguai não se converterem de imediato em crise institucional, com a burguesia mantendo o poder político e cedendo pouco espaço à oligarquia. A indústria inclusive teve um aumento de rentabilidade no período de 1929 a 1933. No entanto os setores agro-exportadores foram afetados diretamente com a redução em 60% no total das exportações de carnes e logo a seguir um corte de 10% nas importações de carne por parte da Inglaterra, país que mantinha uma cota de importação fixa, o que garantia até então uma certa estabilidade ao Uruguai diante da diminuição dos fluxos do comércio internacional. Com a queda dos preços dos produtos de exportação o Uruguai teve que se deparar com um déficit na balança comercial. Foi forçado a desvalorizar o peso em dois terços diante das moedas fortes da economia mundial, para alcançar preços mais competitivos no mercado internacional e estimular as exportações. Entretanto, esta medida não foi suficiente para contornar uma crise de proporções mundiais. Os sinais mais visíveis da crise para a população foram: a suspensão do pagamento de pensões estatais para aposentados e as demissões massivas nas empresas (o número de desempregados chegou a 50 mil, o que era uma cifra elevada para os padrões uruguaios do período).¹³³

Esta situação perdurou durante alguns anos e em 1932 o preço da carne exportada tinha caído 55% em relação ao ano de 1929. Quanto ao volume de exportações, em 1934

¹³² ASTORI, Danilo. *Op. Cit.* p.112-113.

¹³³ MACHADO, Carlos. *Op. Cit.* p. 97.

caíra 40% em relação a 1929.¹³⁴ A crise revelou um fato que se procurava disfarçar sob o manto do Uruguai moderno e urbano: a dependência econômica em relação às oligarquias rurais. O gado, incluindo carnes, couros e peles, era responsável por 90% das exportações. O país seguiu importando artigos de bens consumo, enquanto as relações sociais e de propriedade no campo permaneciam intocadas e o rebanho de gado permanecia estagnado numericamente desde 1908.¹³⁵

Diante destes fatos a ala batllista do Partido Colorado desatou uma ofensiva nacionalista no plano econômico, que incomodou bastante o capital estrangeiro, sobretudo o inglês. Algumas medidas tomadas, como a criação do Frigorífico Nacional, acontecida em 1928, já haviam desagradado bastante os interesses ingleses, mas isso era pouco perto do que viria. A comoção com a morte de Batlle em 1929, acabou sendo um fator ideológico habilmente manejado por sua ala, que soube tirar dividendos políticos da comoção popular e convertê-la em apoio para suas reformas econômicas.

Num curto espaço de tempo, cerca de 3 anos, o conselho de administração, uma das cabeças do executivo, no qual a maioria era batllista, adotou uma série de medidas, a contragosto do próprio presidente¹³⁶, que incomodou muito os interesses do capital estrangeiro. Somamos a isso a perda da base de apoio das massas no momento de crise,

¹³⁴ TOURON, Lucia Sala de; LANDINELLI, Jorge. *Op. Cit.* p. 259.

¹³⁵ *Idem, Ibidem.* p. 259.

¹³⁶ Entre as principais estavam: proibição de importação de supérfluos, taxação em 48% nas demais importações (medida que baixou de 90 para 55 milhões de pesos o valor das importações), o banco estatal passou a concentrar todas as operações financeiras para exterior e obrigou empresas estrangeiras a depositar seu capital no banco estatal para deter remessas de lucro, suspendeu-se o pagamento da dívida externa, empréstimos foram concedidos aos agricultores, iniciou-se a instalação de uma fábrica de sulfato de cobre, instalou-se a termoeletrônica Batlle, as oficinas públicas foram obrigadas a utilizar somente produtos nacionais, estatizou-se a telefonia, foi inaugurada a Faculdade de Ciências Econômicas, implantada a semana inglesa de 44 horas como forma de reduzir o desemprego (em alguns setores a jornada caiu para 5 horas), o direito ao voto foi estendido à mulher e decidiu-se criar a ANCAP, empresa que monopolizaria comercialização, transporte e importação de petróleo, fato que incomodou muito a West India, companhia que agregava no Uruguai a Shell e a Esso, sobretudo quando o governo decidiu importar petróleo bruto da URSS. Conforme MACHADO, Carlos. *Op. Cit.* p. 98-100.

motivadas pelo desemprego e restrição de direitos sociais. Para completar este quadro temos a insatisfação da oligarquia agro-exportadora. Os setores dominantes desejavam uma mudança rápida de rumos, no entanto o sistema político uruguaio engessava estas possibilidades e possuía muitos entraves legais para uma repentina guinada à direita.

Em 1930, já depois da morte de Batlle, o advogado Gabriel Terra, tido como um “batllista heterodoxo”, porém de longa data, buscou assumir a liderança desta fração e por conseguinte do Partido Colorado. Apesar de enfrentar algumas resistências conseguiu seu intento e foi o candidato dos batllistas à presidência. No entanto, Terra já dava sinais que indicavam uma guinada direitista, toda sua campanha foi feita em cima de lemas do tipo: “existem muitos organismos administrando e ninguém governando o país”.¹³⁷

Os regimes autoritários de várias matizes foram a resposta política das classes dominantes latino-americanas para a crise que se instaurara.¹³⁸ O Uruguai era apenas parte desta amplo processo de guinada autoritária à direita. Sem desprezar as particularidade deste processo em cada país, podemos afirmar que se tratou de um fenômeno geral naquele período.¹³⁹

¹³⁷ CAETANO, Gerado; RILLA, José. *Historia Contemporanea del Uruguay. De la colonia al mercosur*. Montevideu, CLAEH/Fin de Siglo, 1998.p. 149.

¹³⁸ MACHADO, Carlos. *Op. Cit.* p. 104.

¹³⁹ Na Bolívia, Hernando Siles foi derrubado por militares em 1930, depois, em 1937, militares nacionalistas assumiram o poder. Na República Dominicana, também em 1931, Vasquez foi derrubado por militares sob comando do Gal. Trujillo. No Chile, Carlos Ybanez foi derrubado por militares em 1931. No Equador Isidoro Ayora também foi derrubado pelos militares sob as ordens do Cel. Larrea em 1931. Na Venezuela Juan B. Perez foi removido à força em 1931. Nos países da América Central, temos o Gal. Maximiliano Hernández tomando o poder em El Salvador no ano de 1931. No Panamá, os militares derrubaram presidente e colocaram o próprio embaixador americano no poder também em 1931. Na Nicarágua, a Guarda Nacional derrubou o presidente Sacasa em 1936. Na Guatemala uma eleição fraudulenta garantiu o poder ao General Ubico, ligado a companhia United Fruit em 1931. A mesma companhia garantiu a fraude no pleito que elegeu Gal. Tiburcio Carías em Honduras. No Brasil tivemos a ascensão de Getúlio Vargas em 1930. No Peru, em 1930 o Presidente Leguía foi derrubado por militares nacionalistas. Em Cuba, no ano de 1933 Gerardo Machado era derrubado por militares sob mando de Fulgêncio Batista. No Paraguai, Ayala foi derrubado pelo coronel nacionalista Franco, em 1936.

Quanto à Argentina, no dia 6 de setembro de 1930 o Gal. Uriburu comandou um golpe de estado na Argentina derrubando o até então presidente Ypólito Yrigoyen. A ligação do general, pretensamente nacionalista, com os grupos petroleiros estrangeiros era notória, tanto que 3 de seus 8 ministros eram membros de empresas petroleiras.¹⁴⁰ A partir deste golpe teve início aquela que ficou conhecida na Argentina como a “década infame”¹⁴¹, marcada por uma brutal repressão sobre o movimento operário e o anarquismo. O período mais tenebroso da repressão foram os dezoito meses em que o Gal. Uriburu esteve no poder.

A FORA sofreu uma imensa repressão e mesmo com as baixas sofridas durante a década de 1920 a federação chegou em 1930 com mais de 102 mil filiados, um número expressivo para a época ¹⁴², que fazia da FORA, apesar de todas as cisões, unificações e disputas sindicais, a maior das centrais argentinas até 1930.¹⁴³ Dez anos depois a repressão havia contribuído bastante para destruir o sindicalismo de tom mais combativo e a correlação de forças havia se alterado de maneira substancial.¹⁴⁴

Com o movimento anarquista, em especial, a repressão organizada por Uriburu foi implacável.¹⁴⁵ Severino Di Giovanni, um dos anarquista expropriadores mais destacados foi fuzilado durante esta período. ¹⁴⁶ O Gal. Uriburu havia nomeado um senhor chamado Rosasco, conhecido pelo seu ódio aos militantes operários em geral e pelos seus métodos “eficazes” de interrogatório, como chefe de polícia e o encarregou diretamente de “fazer

¹⁴⁰ MACHADO, Carlos. *Op. Cit.* p. 107.

¹⁴¹ KAPLAN, Marcos. “Cinquenta anos de história argentina (1925-1975); o labirinto da frustração”. In: *América Latina, história de meio século*. Brasília, EdUNB, 1988. p. 36.

¹⁴² RAMA, Carlos Maria; CAPPELLETTI, José Angel. *Op. Cit.* p. XXXIX.

¹⁴³ A COA tinha, no mesmo período, 93 mil filiados e a USA 22 mil.

¹⁴⁴ A CGT possuía 311 mil membros, a USA 32 mil e a FORA, mais os chamados sindicatos autônomos, impulsionados por anarquistas 120 mil membros. Conforme RAMA, Carlos Maria. *Op. Cit.* p. 99.

¹⁴⁵ *Idem, Ibidem.* p. 96.

¹⁴⁶ RAMA, Carlos Maria; CAPPELLETTI, José Angel. *Op. Cit.* p. XXXIX.

uma limpa”, principalmente no bairro operário de Avellaneda, onde se concentravam muitos militantes anarquistas. Em poucas semanas Rosasco prendeu, torturou e deportou dezenas de militantes. Entretanto, desafiando a ditadura, os trabalhadores portuários entraram em greve. Este sindicato era tradicionalmente um reduto de militantes anarquistas e a influência libertária já vinha de longa data. Durante a greve, Rosasco prendeu e torturou vários militantes sindicais. Morán¹⁴⁷ se vingou alguns dias depois executando o chefe de polícia a balas dentro de um restaurante. Foi talvez o último ato de vingança realizado por um anarquista expropriador neste período.¹⁴⁸

Também no Uruguai a reação golpista tomava fôlego e se articulou progressivamente. No processo de preparação do golpe teve importância fundamental a formação do Comité de Vigilancia Económica, que unificou num só bloco a Federação Rural, a Federação de Indústrias e a Câmara de Comércio, ou seja; praticamente toda a classe dominante uruguaia.¹⁴⁹ Este comitê, apelidado pelo povo de “comitê do vintém”, fixou como objetivo “neutralizar o peligro de um efetivo reformismo e iniciar organicamente a obra defensiva.”¹⁵⁰ Também existiu um forte apoio do capital internacional, sobretudo o ligado às empresas petroleiras, prejudicadas pela política econômica vigente naquele momento. Um dos objetivos da escalada golpista foi atacar o movimento sindical uruguaio, que apesar da falta de unidade, permanecia autônomo em relação ao Estado. Nestes anos imediatamente anteriores ao golpe de estado, especialmente

¹⁴⁷ Uma das figuras mais destacadas do anarquismo entre os marítimos era Juan Antonio Morán, sindicalista de dia, expropriador durante a noite. Vejamos uma descrição sobre as greves portuárias e atitude deste anarquista durante os conflitos: “(...) Quando é greve, é greve, e não se admite pelegos e crumiros, porém não ordena piquetes de greve enquanto fica no sindicato; não sai ele mesmo a percorrer o porto, e quando sai leva uma pistola na cinta. Quando os marítimos que se recusam a cumprir as ordens o vem aparecer, deixam o trabalho de imediato. E se não param, os para Morán. Numa oportunidade, num barco na Boca, Morán ve desde longe que há um pelego trabalhando. Saca a pistola, aponta acima da cabeça do pelego e atira. O argumento é suficiente. O pelego para e desaparece na corrida.” Conforme BAYER, Osvaldo. *Op. Cit.* p. 89.

¹⁴⁸ *Idem, Ibidem.* p. 89-92.

em fevereiro de 1932, aconteceu uma grande ofensiva contra os sindicatos, com fechamento de jornais operários, socialistas e anarquistas, mais de 600 militantes presos e torturados.¹⁵¹

Durante o ano de 1933, ocorreram vários ataques de grupos de direita a partidos e sindicatos de esquerda¹⁵², um fato inusitado naqueles tempos. A formação de grupos paramilitares de direita foi um reflexo claro dos limites legais para a ação policial, o que forçou a direita a transcender as margens da legalidade para atingir seus intentos repressivos. Nestes anos antes do golpe, membros da polícia começaram a emitir abertamente opiniões políticas de tom claramente direitista, uma outra novidade na vida política uruguaia do século XX. O Dr. Demichelli, chefe da polícia, reclamou repetidas vezes contra os limites legais para atuação policial.¹⁵³

Na política estatal havia uma grande fragmentação do poder. Na presidência Gabriel Terra, um colorado minoritário, enfrentado com a ala majoritária dos batllistas. No conselho nacional detinham maioria os colorados adversários de Terra. Já na esfera do legislativo, o senado era controlado por ampla maioria de nacionalistas do Partido Blanco, enquanto na câmara existia uma apertada maioria *blanca*. Nesta escalada golpista o jornal “El Pueblo”, porta-voz da fração de Gabriel Terra, publicou o seguinte editorial:

“Não há que se temer o fetichismo do respeito aos textos constitucionais. Se este fetichismo fosse a lei moral da democracia, as monarquias seguiriam dominando porque elas eram o fruto da lei em vigor e foi a reparadora violência que deu ao povo o regime democrático republicano. Quando essa lei em vigor contraria a maioria do país e a minoria não se entrega, todas as puertas se fecham e se abrem as ventanas como única saída possível.”

¹⁴⁹ MACHADO, Carlos. *Op. Cit.* p. 102.

¹⁵⁰ CAETANO, Gerado; RILLA, José. *Op. Cit.* p. 148.

¹⁵¹ MACHADO, Carlos. *Op. Cit.* p. 103.

¹⁵² *Idem, Ibidem.* p. 103.

¹⁵³ *Ibidem.* p. 108.

Neste processo de escalada golpista, notamos o quanto pesava na sociedade uruguaia a tradição democrática fortalecida durante as décadas de hegemonia batllista. O discurso golpista evoluiu paulatinamente, sempre fez menção à constituição, funcionou através de ameaças indiretas, nunca foi tão aberto quanto em outros países da América Latina. Podemos dizer que o golpe de Terra foi um processo de cerca de 3 anos de duração, e não teve o caráter rupturista com o qual se deu em outros países latino-americanos. A ameaça velada de golpe passou sempre pela legalidade, pela constituição. Num de seus discursos o presidente Terra recordou outros golpes na América Latina, e depois disso afirmou que não fazer o plebiscito era “(...) uma estupidez capaz de causar graves consequências”¹⁵⁴

Em termos ideológicos, a fração terrista tinha uma nítida simpatia pelas posições nazi-fascistas, em especial por Mussolini. E não eram apenas simpatias, a embaixada italiana no Uruguai contribuiu diretamente para a preparação do golpe de estado de Gabriel Terra, prestando apoio incondicional a seu governo. Foram rotina as festas promovidas pela embaixada italiana, que contavam com a presença de toda a camarilha do governo.¹⁵⁵ O ministro italiano Mazzolini (o conde Serafino), visitou Montevideu em 1932, percorreu vários redutos de italianos e conseguiu adeptos para o fascismo, que montaram no Uruguai círculos fascistas italianos.¹⁵⁶ Esta relação contribuiria depois para repressão ao movimento operário, aos anarquistas e socialistas, tema do qual falaremos mais adiante.

¹⁵⁴ *Ibidem*, p. 109.

¹⁵⁵ RAGO, Margareth. *Entre a história e a liberdade: Luce Fabri e o anarquismo contemporâneo*. São Paulo, Edunesp, 2000. p. 132.

¹⁵⁶ RAGO, Margareth. *Op. Cit.* p. 133.

A estabilidade do regime resistiu até 1933, quando Gabriel Terra, então presidente, protagonizou um golpe de Estado e instaurou uma ditadura, que não era militar. Durante este período, 1933 a 1938, viu-se um governo que reprimiu os sindicatos, partidos de oposição e apoiou declaradamente o Eixo no plano internacional.

O golpe de Terra teve algumas particularidades. Antes de mais nada foi um golpe realizado pelo próprio presidente da república, ao contrário da maioria dos golpes na América Latina, que aconteceram depondo presidentes eleitos. Outra marca deste golpe foi o seu caráter civil, mais do que isso, partindo de dentro do tradicional sistema partidário uruguaio. Não existiu a possibilidade real de uma alternativa extrapartidária que conduzisse o processo golpista e fizesse cargo das responsabilidades governamentais depois da quebra institucional.¹⁵⁷ Além do próprio presidente golpista ser um civil, os militares não tiveram nenhuma participação ativa no processo: nada de militares na ruas e nada de pronunciamentos militares. Nesta época havia se forjado um exército respeitoso das tradições civis e democráticas no país, não houve então ditadura militar, as Forças Armadas foram atores apenas secundários e discretos do golpe de Estado.¹⁵⁸

A data que se convencionou demarcar como o dia do golpe foi 30 de março de 1933. O presidente decretou intervenção nas prisões, censura prévia aos órgãos de imprensa que atribuissem intenções ditatoriais ao presidente, possibilidade de cortes de água e luz a cargo da polícia e controle dos telefones e telégrafos pela polícia.¹⁵⁹ Para Gallinal, um nacionalista independente, “a ditadura chegava com passos furtivos, balbuciando palavras de desculpa.”¹⁶⁰

¹⁵⁷ CAETANO, Gerardo; RILLA, José. *Op. Cit.* p. 155.

¹⁵⁸ *Idem. Ibidem.* p. 155.

¹⁵⁹ MACHADO, Carlos. *Op. Cit.* p. 111.

¹⁶⁰ *El País*. Montevideo, 09/09/1963.

Notemos que o presidente tomou as medidas ditatoriais fazendo uso de prerrogativas constitucionais, tanto que o parlamento não foi dissolvido. Formalmente seguiu-se dentro da legalidade. No dia seguinte, em 31 de março de 1933, o parlamento se reuniu para avaliar as medidas decretadas pelo presidente. Depois das discussões de praxe, numa sessão que adentrou a madrugada, a maioria rejeitou as medidas de Terra, 64 votos contra 42. Somente depois disso, Gabriel Terra realmente atropelou a constituição. Decretou junto com Baldomir, chefe da polícia, a criação de uma junta de governo para assessorar a presidência, mandou prender conselheiros, legisladores, dirigentes políticos opositores, e no final das contas, decretou a convocação de eleições para uma constituinte.¹⁶¹ Terra promoveu a desvalorização da moeda, gerando inflação e procurando ajudar os setores agro-exportadores - do qual era um representante - fechou as importações, rebaixou o nível salarial e acelerou a estatização.

Um dos efeitos mais imediatos do golpe foi o incremento da repressão. Ao mesmo tempo o jornal *El Debate* anunciava “a cavalheiresca tolerância dos vencedores (...) nem uma perseguição, nem uma vingança, nem uma vítima.”¹⁶² Ideologia à parte, a verdade é que desta vez até mesmo setores moderados, como os pertencentes ao batllismo, do mesmo partido do presidente Terra, foram atingidos pelo desterro. Julio Cesar Grauert membro da ala batllista “avanzar” (a mais radical em seu liberalismo, única que falava de socialismo) foi fuzilado quando saía de seu carro.¹⁶³ Seu enterro, em 26 de outubro de 1933, tornou-se uma imensa manifestação anti-ditadura.¹⁶⁴

¹⁶¹ DE SIERRA, Gerónimo. *Op. Cit.* p. 440.

¹⁶² *El Debate*. Montevideo, 04/04/1933.

¹⁶³ MACHADO, Carlos. *Op. Cit.* p. 117.

¹⁶⁴ TOURON, Lucia Sala de; LANDINELLI, Jorge. *Op. Cit.* p. 263.

Três meses depois do golpe de estado, em plena ditadura, o presidente convocou eleições diretas para a assembléia nacional constituinte. Battlistas, nacionalistas independentes, socialistas e comunistas decidiram boicotar esta eleição. O total de votos foi menor do que nas eleições de 1930, 70 mil eleitores deixaram de ir às urnas. Também se registraram fraudes eleitorais nítidas em vários pontos do país.¹⁶⁵ A reforma constitucional, forçada pela ditadura, alterou a constituição e o código penal, com a implantação de leis repressivas ao movimento operário e de aberta conotação fascista.¹⁶⁶ Outra decisão da constituinte foi a prorrogação do mandato presidencial por mais quatro anos, até 1938. Para os terristas, a reforma iniciava “la Tercera República” no Uruguai; já para os opositores iniciava “una república de tercera”.

A polícia uruguaia agiu em estreita colaboração com a polícia italiana neste período, mantendo uma troca de informações constantes sobre os italianos em território uruguaio. Vigados pela polícia, com as correspondências violadas, muitos militantes italianos foram demitidos de seus empregos e perseguidos de várias formas no Uruguai. Os casos mais extremos foram os de deportação. Militantes anarquistas como Ugo Fedeli, Antonio Destro, Santiago Barca e Giulio Stefani foram entregues a Mussolini.¹⁶⁷ Aliás, o próprio Gabriel Terra realizou uma viagem oficial à Itália, onde firmou tratados comerciais e foi homenageado por Benito Mussolini.¹⁶⁸

Também os sindicatos foram muito afetados nos primeiros meses, os sindicalistas uruguaioes não estavam preparados para lidar com um governo ditatorial. Para termos uma noção das baixas no sindicalismo na época a FORU, CGTU e USU juntas totalizavam

¹⁶⁵ MACHADO, Carlos. *Op. Cit.* p. 116.

¹⁶⁶ TOURON, Lucia Sala de; LANDINELLI, Jorge. *Op. Cit.* p. 262.

¹⁶⁷ RAGO, Margareth. *Op. Cit.* p. 133

¹⁶⁸ CAETANO; Gerado; RILLA, José. *Op. Cit.* p. 149. Também com a Alemanha, Gabriel Terra celebrou acordos comerciais.

apenas 80 sindicatos na capital¹⁶⁹, um número muito baixo levando em conta que em 1904, com um proletariado bem menos numeroso, somente a FORU tinha cerca de 40 sindicatos. Diante de todas estas medidas repressivas começou a perder sentido qualquer referência ao regime de Terra como “dictablanda” ou “ditamole”; a dita era mesmo dura.

O governo ditatorial ainda buscava legitimação política e convocou um plebiscito para decidir sobre o regime presidencialista, sem que o presidente necessitasse compartilhar o poder executivo com qualquer tipo de conselho colegiado. Em 19 de abril de 1934, com 220 mil votos pelo sim e apenas 10 mil pelo não, venceu a proposta do governo. Quanto às fraudes todos os indícios mostram que seguia sendo uma prática largamente utilizada, mesmo no plebiscito.

Outra ofensiva da ditadura em 1934 foi a tentativa se de suprimir a autonomia universitária no país¹⁷⁰, mas as greves de professores e estudantes agitaram o Uruguai em março de 1934¹⁷¹, obrigando o executivo a recuar e engavetar o projeto. O saldo mais notável deste momento foi o crescimento do movimento estudantil e da participação dos intelectuais na vida política e movimentos sociais do país.

A oposição à ditadura de Terra ensejou uma unificação e no mês de agosto de 1934, foi convocada uma manifestação que prometia ser massiva. Estariam participando do ato os colorados batllistas, os blancos radicais, os nacionalistas independentes, Partido Socialista, Partido Comunista e as três centrais sindicais (CGTU, FORU e USU). A manifestação seria o ensaio geral para uma ampla aliança anti-ditadura e “prometia” unir desde os setores proletários até a burguesia liberal e nacionalista. Mas este belo arco-íris policlassista se desmanchou como castelo de areia quando um conflito trabalhista trouxe à tona a questão

¹⁶⁹ RAMA, Carlos Maria. *Op. Cit.* p. 104.

¹⁷⁰ TOURON, Lucia Sala de; LANDINELLI, Jorge. *Op. Cit.* p. 268.

de classe novamente. Os trabalhadores gráficos do jornal *El Día*, da ala colorada batllista, estavam em conflito com os patrões, quando se descobriu um acordo visando derrotar o movimento dos trabalhadores entre este jornal e os jornais governistas, *El Debate*, *La Mañana* y *El Pueblo*.¹⁷² Foi o suficiente para acabar com a manifestação, revelando que a solidariedade de classe entre os proprietários era mais forte do que suas divergências políticas. Diante disso as centrais sindicais rejeitaram o pacto.

O fracasso desta frente, que apenas se esboçava, fez com que a oposição concentrada nos partidos tradicionais (batllistas, nacionalistas e blancos independentes.) tentasse um contra-golpe militar, que acabou fracassando.¹⁷³

O maior efeito da tentativa de contra-golpe foi o incremento da repressão no país, ainda mais porque no mês de junho, quando Getúlio Vargas visitava o Uruguai, o presidente Gabriel Terra sofreu um atentado em Maroñas; levou um tiro que lhe pegou o ombro. A intensa repressão desatada fez baixas no próprio governo; muitos apoiadores, inclusive articuladores do golpe, se afastaram de Terra e passaram à oposição. No entanto, nada disso abalou naquele momento o poder do ditador.

No âmbito das relações exteriores os giros à direita foram se confirmando um a um. Primeiro aconteceu o rompimento de relações com a URSS, motivada por uma denúncia do governo brasileiro sobre supostos planos moscovitas centralizados no corpo diplomático soviético de Montevideú. O governo uruguaio mal investigou a questão, não apresentou indício algum sobre a veracidade da denúncia e procedeu o corte de relações “Como ato de

¹⁷¹ MACHADO, Carlos. *Op. Cit.* p. 122.

¹⁷² *Idem, Ibidem.* p. 118.

¹⁷³ Buscaram contatos com setores descontentes do exército e se colocaram sob o comando de Basilio Munõz, um octogenário sobrevivente das revoluções de Saravia na virada do século. O fracasso foi rotundo; descoordenação total de ações, falhas em todas as regiões, regimentos que faltaram ao combate, etc. Miguel Rodriguez Tellechea, um dos “combatentes rebeldes” afirmou que “abandonou a pé o lugar de combate e

solidaridade para com a nação brasileira e em salvaguarda de nossa própria tranquilidade interna.”¹⁷⁴ Também com a República Espanhola o governo uruguaio rompeu relações, sob a alegação vaga e pouco convincente, de que cidadãos uruguaios haviam sido assassinados na Espanha.

As empresas petroleiras que patrocinaram com entusiasmo o golpe de estado de Terra, não ficaram sem cobrar a conta. Em 1936, surgiu a “Lei Baltar”, que acabava com os monopólio da ANCAP nas questões de comercialização e refino de petróleo.¹⁷⁵ No final das contas a ANCAP tornou-se uma mera refinadora do petróleo que era extraído no início e vendido no final do processo pelas multinacionais. A aprovação destas leis e acordos com as empresas petroleiras pôs de manifesto algo muito claro, que muitos ingênuos julgavam ser devaneio oposicionista ou paranóia de socialistas, anarquistas e comunistas: a interferência externa direta de capitalistas petroleiros para o desenlace ditatorial de 1933.¹⁷⁶

Por volta de 1936, a oposição novamente se rearticulou, desta vez por caminhos diferentes. A solidariedade à Espanha, em luta contra o franquismo, uniu distintos setores no Uruguai, alguns defendendo a República Espanhola outros a Revolução. O fato é que este movimento teve imenso impacto no Uruguai. Cerca de 200 comitês de solidariedade à

esperou o ônibus inter-departamental na estrada de Colonia.”. Conforme COTELO, Ruben. “Los 9 días que no comovieran el mundo”. In: *Marcha*, 16/01/1970.

¹⁷⁴ ACEVEDO, Eduardo. *Después de Artigas*. Montevideo, Monteverde, 1943. p. 376.

¹⁷⁵ A partir desta lei se firmaram contratos pelos quais a ANCAP tinha que adquirir o petróleo bruto exclusivamente da Standard Oil e da Shell. Quanto aos preços, seriam fixados “pelo mercado mundial”; seis vezes maior no Texas, base destas companhias, do que na Venezuela por exemplo. Pelos mesmos acordos foi firmado que o pagamento que a ANCAP receberia pelo trabalho de refino deveria computar os custos administração, comercialização, distribuição e publicidade da Shell e da Esso. Finalmente, os impostos sobre os combustíveis comercializados eram os mesmos para ANCAP e para as distribuidoras estrangeiras. Como os custos da ANCAP eram os maiores pelos motivos já aludidos, obviamente o preço final dos combustíveis vendidos pela ANCAP eram os mais altos do país. Conforme MACHADO, Carlos. *Op. Cit.* p. 126.

¹⁷⁶ Legnani, um moderado dirigente batllista, expressou a opinião de um setor que alguns anos antes, mesmo na oposição, se negava a acreditar: “Nunca quis aceitar a suspeita de que a implantação do regime de força formava parte de um plano capitalista (...) Hoje mudei de opinião. Já não existe razão para escandalizar-se quando se afirma que o motor da ditadura trabalha nas empresas petroleiras estrangeiras.” Conforme *Idem*. *Ibidem*. p. 126.

Espanha, com diversos nomes e matizes, funcionaram no país, aglutinando desde os batllistas até os anarquistas. Isso culminou numa manifestação gigantesca em 14 de julho de 1937, onde estiveram presentes além dos partidos de esquerda e centro-esquerda, todas as centrais sindicais, intelectuais e estudantes. O desdobramento do movimento foi a unidade contra a ditadura de Gabriel Terra, associada à de Franco pela clara inspiração fascista.

Contribui para explicar a força destes movimentos de solidariedade internacional as mudanças que aconteceram nas migrações. Até a década de 1930 o principal motivo, tanto da migração interna campo-cidade, quanto da chegada de imigrantes estrangeiros, eram as dificuldades econômicas; os que chegavam a Montevideu procuravam melhores condições de vida. A partir da década de 1930 a migração do campo para a cidade praticamente estancou, permanecendo em níveis bastante inferiores em comparação com as décadas imediatamente anteriores. A imigração de estrangeiros também se restringiu bastante, seja pela crise econômica em que o Uruguai mergulhou, sejam pelas medidas restritivas impostas pela ditadura de Gabriel Terra.

No entanto, um outro tipo de imigrante começou a chegar no Uruguai: os perseguidos políticos. Atraídos pela imagem de democracia estável, pelo mito de “Suiça da América” que o Uruguai construía no exterior, o país foi bastante procurado pelos que fugiam de regimes autoritários de vários tipos: antifascistas italianos, judeus expulsos da Europa Central, espanhóis fugindo do franquismo, etc. O anarquista italiano Luigi Fabbri e sua filha Luce chegaram ao Uruguai em 1929, e Luce se encantou bastante com o país que encontrou, afirmando que o “O Uruguai era o único país ao qual se podia chegar sem

passaporte.”¹⁷⁷ Esta imagem de país modelo se desfez rapidamente para os que chegaram no Uruguai e viveram sob a ditadura de Gabriel Terra, mas logicamente os mitos construídos fora do país tinham uma permanência e as notícias contemporâneas à ditadura não chegavam com a mesma força, para que fossem capazes de macular esta imagem. Embora não fosse um contingente numeroso, como fora o tipo de imigração anterior, estes imigrantes exerceram uma grande influência na vida política do país, através de discussão pública da situação de seus países de origem, publicações e engajamento nas lutas sociais que aconteciam no Uruguai.¹⁷⁸

Sobre as concepções sindicais que imperavam no Uruguai é interessante o olhar de anarquista italiano Luigi Fabbri, recém chegado ao país. Segundo sua filha Luce ele

“Não era partidário de sindicatos anarquistas, mas simplesmente de sindicatos operários onde os anarquistas poderiam fazer sua propaganda e tratar de ser o mais libertários possível, porém desde a base, assim como combatia o monopólio dos sindicatos que pretendiam exercer o socialismo em outros países.”¹⁷⁹

A posição é exatamente a mesma que Malatesta manifestara décadas atrás, quando esteve pela região do Rio da Prata. Trata-se da posição do anarco-comunismo organicista que discordava totalmente das posições anarco-sindicalistas ou sindicalistas revolucionárias de FORU e USU respectivamente.

Apesar da divisão e ideologização dos sindicatos, os trabalhadores exerceram um papel fundamental na luta contra a ditadura, que em meados de 1934 havia se tornado inviável sem eles. No final das contas, a pressão do movimento operário acabou

¹⁷⁷ RAGO, Margareth. *Op. Cit.* p. 92.

¹⁷⁸ RAMA, Carlos Maria. *Op. Cit.* p. 94.

¹⁷⁹ RAGO, Margareth. *Op. Cit.* p. 124.

funcionando como fator de redemocratização.¹⁸⁰ Por outro lado, nenhum sinal de unificação existiu no movimento operário. A atuação conjunta nos movimentos de solidariedade internacional não logrou unificar as centrais. Desde 1936 o regime dava mostras de buscar uma transição democrática. O partido socialista e o partido comunista fizeram uma aliança e tentaram se unificar numa nova central. Os anarquistas continuavam à margem de qualquer intento de unidade com os comunistas. Porém, em 1938, em menos de dois anos, os socialistas romperam com os comunistas, em parte por questões de conflito entre a 2ª Internacional ¹⁸¹, a qual estavam filiados, e a linha da 3ª Internacional, seguida à risca pelo PCU.

Da parte dos anarquistas gestou-se um anticomunismo mais ferrenho ainda com as notícias chegadas da Espanha sobre os conflitos entre anarquistas e comunistas na revolução. A novidade é que nos meios anarquistas surgiram discussões que começavam a questionar o paradigma anarco-sindicalista. A chegada do anarco-comunista Luigi Fabbri, as primeiras avaliações críticas sobre a atuação anarquista na Revolução Espanhola, as avaliações sobre o fracionamento sindical e a conseqüente perda de força dos trabalhadores, contribuíram para que se pensasse sobre a viabilidade de uma federação especificamente anarquista no país e também em outras formas de atuação sindical distintas do anarco-sindicalismo.

A “redemocratização forçada” de Baldomir e a resistência à estatização sindical

Depois de oito anos com Gabriel Terra na presidência, foi eleito, em 19 de junho de 1938, o General Alfredo Baldomir para a presidência do país. Baldomir havia sido ministro

¹⁸⁰ RAMA, Carlos Maria. *Op. Cit.* p. 45.

¹⁸¹ TOURON, Lucia Sala de; LANDINELLI, Jorge. *Op. Cit.* p. 264.

da defesa e chefe da polícia nos governos de Gabriel Terra; além de ser cunhado do próprio Terra. Depois de alguns anos abandonou o governo fazendo algumas críticas a Terra, o que lhe garantiu certa simpatiza de setores anti-ditatoriais. Todavia, isso foi uma manobra hábil de Gabriel Terra para preparar um sucessor de sua confiança.¹⁸² Mas, uma vez eleito, Baldomir se reaproximou dos batllistas e deixou de lado a fração herrerista.¹⁸³ Alfredo Baldomir rapidamente começou uma campanha pela alteração da constituição, desejando restabelecer os antigos marcos democráticos suprimidos por Terra.

O restabelecimento da democracia no Uruguai aconteceu de maneira *sui generis*. No dia 21 de fevereiro de 1942, cinco semanas antes da data marcada para as eleições o presidente comandou um golpe, também sem a participação dos militares e que transcorreu de maneira mais tranqüila ainda do que em 1933. A polícia cercou a sede do legislativo, a corte eleitoral e a casa da família do líder *blanco* Alberto Herrera. Foi o bastante para a queda das instituições. O presidente fez um pronunciamento através do rádio à nação e emitiu decretos que anulavam as principais alterações constitucionais inseridas por Gabriel Terra.

Não deixa de ser curioso que no Uruguai a ditadura tenha sido impulsionada por um presidente civil, eleito democraticamente e oriundo do batllismo; enquanto a redemocratização foi levada adiante por um General, aliado de Terra, eleito em pleito sabidamente fraudulento.¹⁸⁴ Um golpe para redemocratizar o país! Chamado por muitos de *golpe bueno*, uma vez que recolocou em vigor o tradicional sistema de partidos e listas. Não houve censuras, deportações, torturas ou perseguições políticas. Os maiores entusiastas

¹⁸² MACHADO, Carlos. *Op. Cit.* p. 129.

¹⁸³ Setor do *Partido Nacional* que mais deu sustentação a Gabriel Terra, vinculado diretamente aos latifundiários. Conforme MACHADO, Carlos. *Op. Cit.* p. 130-131.

¹⁸⁴ CAETANO, Gerado; RILLA, José. *Op. Cit.* p. 164.

deste golpe foram os batllistas, nacionalistas e o próprio Partido Comunista, uma vez que todos eles poderiam voltar à cena política, depois de 8 anos de abstenções forçadas.¹⁸⁵ Com o golpe, foi dissolvido o parlamento, instaurou-se um conselho presidido pelo próprio presidente, que prorrogou seu mandato.

Mas nem todos os setores da esquerda receberam com tamanho otimismo e indisfarçável alegria o golpe que os recolocava na disputa pelo poder. Alguns setores democratas criticaram duramente o golpe, um deles foi o grupo que se reunia em torno de um novo jornal da época, que depois marcaria muito a história uruguaia, *Marcha*. Num editorial escrito em 27 de fevereiro, ocupando uma página, em letra corpo 9 (coisa rara neste jornal), Carlos Quijano avaliava que

“(…) O drama não está em que a força desfaça uma constituição que a força trouxe. O drama está no fato de que o país, para desembaçar-se desta constituição teve que aceitar os bons ofícios de um daqueles mesmos que a impôs (...) O drama está no fato de que ficou provado que a soberania reside na polícia (...) O drama está – finalmente – em que marxistas opositores e ditadores aparecem mesclados e confundidos (...)”.¹⁸⁶

No final da década de 1930 a conjuntura internacional se alterou substancialmente com o início da 2ª Guerra Mundial e as pressões dos aliados, sobretudo dos EUA, por uma definição política por parte dos países latino-americanos. Uma grande polêmica entre “aliadófilos” e “neutralistas” ocorreu na sociedade uruguaia¹⁸⁷, sobretudo em 1939, quando o governo de Baldomir proclamou a neutralidade do Uruguai na guerra. Mas a presença de navios alemães próximos às praias uruguaias e a pressão da diplomacia inglesa e norte-americana conseguiram na prática o apoio uruguaio aos aliados, em nome da “paz

¹⁸⁵ *Idem. Ibidem.* p. 164.

¹⁸⁶ MACHADO, Carlos. *Op. Cit.* p. 133

¹⁸⁷ CAETANO, Gerardo; RILLA, José. *Op. Cit.* p. 163.

panamericana”. O resultado final foi a derrota e desprestígio dos setores ligados a Gabriel Terra, simpáticos ao eixo. É possível afirmar que entre 1933 e 1940 fracassou a tentativa de impor projeto agrarista e conservador no Uruguai. A partir de então a burguesia industrial voltaria a ganhar terreno no campo político, orientando novamente as políticas econômicas do Estado a seu favor.¹⁸⁸

Algo que merece se ressaltado, e que neste sentido marcou uma grande diferença em relação a Brasil e Argentina, é o fato de que a ditadura não conseguiu eliminar vanguarda sindical com a repressão, assim como não logrou estatizar os sindicatos, que mantiveram sua autonomia.¹⁸⁹ No início da década de 1940 a classe trabalhadora havia crescido numericamente, mas não foi apenas uma mudança quantitativa, surgiram muitos setores de trabalhadores assalariados não operários, vinculados aos serviços, setor público, empresas estatais e comércio. Outro elemento que repercutiu na configuração da classe trabalhadora uruguaia foi a educação. O sistema educacional uruguaio alcançou no final da década de 1930 a escolarização secundária quase total da população.¹⁹⁰ Evidentemente esta preparação escolar, perseguida pelos liberais uruguaios desde os fins do século XIX, não pode ser desprezada quando analisamos a vasta incorporação de trabalhadores com certo grau de qualificação em atividades ligadas ao estado, como técnicos industriais e profissionais liberais.

Constituiu-se um novo desafio ao sindicatos: incorporar uma grande massa de trabalhadores assalariados com pouca experiência de luta, nenhuma experiência de organização sindical, padrões de consumo diferenciados em relação ao conjunto da classe, vivências cotidianas e imaginário muito próximos da “classe média”. Ainda na década de

¹⁸⁸ DE SIERRA, Gerônimo. *Op. Cit.* p. 440.

¹⁸⁹ TOURON, Lucia Sala de. *Op. Cit.* p. 270.

1940, começou-se a estender a organização sindical, mesmo fracionada, aos setores não operários. Mais adiante, na década de 1960, o movimento sindical venceria este desafio e constituiria uma central sindical unitária que incorporou praticamente todos os trabalhadores uruguaios.¹⁹¹

Em 1942, este mesmo arco de forças políticas que deu apoio ao “golpe bueno” e combatia o terrismo procurou uma expressão no campo sindical, fundando a UGT, Unión General de los Trabajadores, criada sob impulso do PCU, de nacionalistas independentes, setores dos partidos tradicionais e setores do PSU. No congresso de fundação a UGT declarou seu apoio ao presidente Baldomir. No entanto, muito mais do que uma central operária surgida do próprio movimento dos trabalhadores a UGT surgiu como uma construção de cúpula. Sua função primordial seria a criação de um canal com as massas, para que através disso os trabalhadores contribuíssem pressionando de acordo com os objetivos políticos já traçados pelos partidos: seguir a industrialização, combater os setores ditos “atrasados”, promover a luta antifascista, realizar mobilizações populares pelas liberdades democráticas e de solidariedade ao povos enfrentados com o nazi-fascismo.¹⁹²

Tudo isso já era uma aplicação por parte do PCU de uma linha definida pela 3ª Internacional diante da 2ª Guerra Mundial, linha de engajamento ativo no pólo aliado. Esta linha trouxe consigo uma súbita mudança de tom em relação ao capital estrangeiro por exemplo. Os capitalistas norte-americanos e ingleses, antes agentes do imperialismo e inimigos mortais da classe trabalhadora, passaram a ser, da noite para o dia, aliados na luta antifascista. Muita confusão imperou entre os trabalhadores que se orientavam seja no

¹⁹⁰ RAMA, Carlos Maria. *Op. Cit.* p. 94.

¹⁹¹ Nos referimos aqui ao processo de fundação da CNT, Convención Nacional de los Trabajadores.

¹⁹² TOURON, Lucia Sala de; LANDINELLI, Jorge. *Op. Cit.* p. 268.

plano político, seja no plano sindical, pelo PCU.¹⁹³ Entretanto, isso não foi exclusividade do Partido Comunista Uruguaio, na Argentina causou perplexidade nos meios operários atitudes como o discurso de Rodolfo Guioldi num ato no Luna Park, quando diante da assistência de toda a elite portenha, que pela primeira vez ia escutar os “temíveis comunistas”, chegou a dizer: “Saudamos a reorganização do Partido Conservador operada em oposição à ditadura.”¹⁹⁴

Também no Uruguai posições deste tipo aconteceram. Em agosto de 1941 o congresso do Partido Comunista firmou uma declaração onde “saúda calorosamente o esforço que realiza o senhor presidente da República, assim como o chanceler doutor Guani, visando à coordenação das forças para a defesa do continente americano”. Não foi a primeira nem a única declaração deste tipo emitida pelo PCU, mas é exemplar sobre a posição comunista. Porém, o momento de maior tensão e constrangimento para os comunistas foi durante a greve dos trabalhadores em frigoríficos de 1943, denunciada pela própria central, a UGT, como sabotagem ao esforço de guerra.¹⁹⁵ Afinal, boa parte dos frigoríficos uruguaios eram de proprietários ingleses e norte-americanos, na época os novos aliados da URSS e do PCU. Estas tensões acabaram debilitando a UGT, seja entre os trabalhadores filiados, seja entre as diversas tendências de esquerda que haviam contribuído para sua formação. Os socialistas por exemplo, já no ano seguinte (1943) acabaram deixando a central e se unindo em torno de um Comitê de Relações Sindicais composto pelos sindicatos sob sua influência.

¹⁹³ O Partido Comunista Uruguaio foi o único na América Latina a permanecer na legalidade durante 50 anos, demarcando também neste aspecto uma particularidade política do país.

¹⁹⁴ BELLONI, Alberto. *Op. Cit.* p. 52.

¹⁹⁵ TOURON, Lucia Sala de; LANDINELLI, Jorge. *Op. Cit.* p. 269.

Entre os sindicalistas anarquistas um novidade interessante surgiu por esta época. Muitos militantes, descontentes com o anarco-sindicalismo da FORU, e em menor medida da USU, saíram destas centrais e optaram por outro tipo de militância sindical. Muitos deles seguiram se identificando como anarco-sindicalistas, outros apenas como anarquistas que militavam em sindicatos. Se agruparam no que se chamou “sindicatos autônomos”, desvinculados de todas as centrais. Muitos já criticavam e questionavam abertamente o anarco-sindicalismo por considerá-lo ultrapassado e sectário. De qualquer maneira, vários militantes anarquistas reintroduziam a concepção de um sindicato combativo, porém já sem os requisitos ideológicos do comunismo libertário. Por volta de 1943 estes sindicatos sob influência anarquista se coordenavam através do Comité de Enlace de Sindicatos Autônomos.¹⁹⁶ Na Argentina existiram experiências de organização específica dos anarquistas. Em 1935 foi fundada a FACA, Federación Anarquista Comunista Argentina, que realizou congressos em 1938, 1940 e 1951, quando mudou seu nome FLA, Federación Libertária Argentina.¹⁹⁷ Estas experiências de organização foram conhecidas pelos uruguaiois e desta forma contribuíram para o amadurecimento de uma organização anarquista uruguaia “No Uruguai existem várias tentativas na década de vinte, e no tempo da guerra civil espanhola, que são antecedentes de uma recente Federación Anarquista Uruguaya (F.A.U).”¹⁹⁸

Um grande diferencial em relação ao Brasil foi a permanência de um movimento anarquista de maneira bem mais sólida¹⁹⁹, com uma quantidade de agrupações

¹⁹⁶ *Idem, Ibidem.* p. 268.

¹⁹⁷ RAMA, Carlos Maria; CAPPELLETII, José Angel. *Op. Cit.* p. XLIII.

¹⁹⁸ RAMA, Carlos Maria. *Op. Cit.* p. 77.

¹⁹⁹ Muitas vezes se questiona esta avaliação se afirmando que no Brasil muitos grupos atuaram e que o anarquismo não desapareceu. Colocando de lado afirmações exageradas que pretendem simplesmente eliminar qualquer resquício de atuação anarquista, nos parece fora de dúvida que um grande descenso do movimento anarquista aconteceu no Brasil a partir de meados da década de 1930.

relativamente maior, mais atuantes e sem perder a inserção no movimento sindical. Com isso não queremos negar que existiram retrocessos no meio anarquista durante este período, mas apenas demarcar que ele não foi tão intenso quanto no Brasil, o que garantiu a formação de uma nova geração e uma perenidade muito maior:

“Durante as décadas de 30 e 40 a atividade dos grupos anarquistas do Uruguai - ainda que deva competir duramente, no campo operário e estudantil, com um pequeno mas disciplinado partido comunista surgido na década de 20 com o ambíguo lema ‘todo poder aos soviets’ -, não decaiu significativamente.”²⁰⁰

A recuperação econômica e o “decênio glorioso”

Na economia, o cenário melhorou muito para o Uruguai depois de 1942. As exportações aumentaram e o país se beneficiou com a 2ª Guerra Mundial, diversificando o destino das exportações e trocas comerciais de maneira geral. Isso, por sua vez, possibilitou ao país uma maior margem de manobra, jogando ora com os EUA, ora com os países europeus.²⁰¹ O excedente gerado pelas exportações foi direcionado pelo estado para a produção de artigos industriais para guerra, buscando incrementar mais ainda os dividendos conseguidos com o conflito.

Nas eleições de 1943 saiu vitorioso o candidato colorado Juan José Amézaga que consolidou o giro democrático iniciado por Baldomir e ampliou a legislação social do país.²⁰² Na política internacional o tímido apoio aos aliados se converteu em defesa fervorosa. Um alinhamento total com os EUA foi o que aconteceu na fase final da 2ª Guerra Mundial. O principal marco desta postura foi a Conferência Panamericana de 1945. A partir de então o Uruguai seria o aliado mais forte dos EUA na região. Mesmo assim,

²⁰⁰ RAMA, Carlos Maria; CAPPELLETTI, José Angel. *Op. Cit.* p. LXVII.

²⁰¹ DE SIERRA, Gerónimo. *Op. Cit.* p. 442.

²⁰² CAETANO, Gerardo; RILLA José. *Op. Cit.* p. 165-166.

uma grande oposição interna a estes vínculos evitou a instalação de uma base militar norte-americana no país, um desejo expressado pelos EUA repetidas vezes naquele período.²⁰³ Na fase final da guerra a diplomacia uruguaia foi bastante ativa: reconheceu o governo da resistência francesa (o comitê de Argel), reconheceu a URSS (pondo fim ao corte de relações iniciado no governo Terra), reconheceu o governo que se formou após a queda de Mussolini na Itália, admitiu a intromissão norte-americana em seus assuntos internos e, já no final da guerra, o Uruguai, numa atitude ridícula, declarou guerra ao eixo.²⁰⁴

A guerra havia deixado um saldo excelente ao Uruguai. Os ingleses deviam 17 milhões de libras (que ficariam congeladas e indisponíveis por um bom tempo) e os norte-americanos 100 milhões de dólares para o país. Neste contexto foi possível ao movimento sindical arrancar algumas conquistas importantes: salário-família, indenização por demissões, seguro desemprego, o estatuto dos trabalhadores rurais, férias anuais pagas, etc. Boa parte da legislação foi transcrita de leis peronistas²⁰⁵, embora poucos no governo admitissem esta incômoda inspiração.

Em março de 1947, assumiu a presidência o colorado da fração batllista Tomás Berreta, no entanto cresceram os votos dos blancos opositores. Pouco tempo depois de assumir Berreta faleceu e assumiu o vice-presidente Luis Batlle Berres, sobrinho do Batlle já mencionado. Entre as mudanças constitucionais e as novas leis trabalhistas constava a instalação dos “conselhos de salário”, órgãos de mediação estatal entre patrões e trabalhadores, cuja principal função era esvaziar os sindicatos como entidade representativa dos trabalhadores e trazer para o âmbito estatal as decisões principais sobre as questões

²⁰³ *Idem, Ibidem.* p. 167.

²⁰⁴ MACHADO, Carlos. *Op. Cit.* p. 146.

²⁰⁵ *Idem, Ibidem.* p. 152.

trabalhistas. Este novo mecanismo trouxe consigo o suborno de operários *amarillos* ²⁰⁶, para que os mesmos conseguissem sair como delegados dos trabalhadores nos conselhos e tornassem os conflitos mais amenos. Fortes reações de rechaço aos conselhos de salários, incluindo a perseguição aos operários que se sujeitavam a cumprir papel de pelego, terminaram por inviabilizá-lo. Além do braço da lei, o estado utilizou sem nenhum pudor a repressão pura e simples contra o movimento operário. Durante uma greve de ferroviários, foi reabilitado o código penal de inspiração fascista, estabelecido na ditadura de Gabriel Terra. Novamente se propalava o discurso contra “os agitadores alheios ao espírito nacional”, que faziam “especulações políticas estranhas aos interesses sindicais”²⁰⁷ A pá de cal sobre a onda de repressão e a nova tentativa de cooptação sindical foi jogada com a greve geral de 30 de junho de 1947, chamada especificamente para protestar contra a tentativa de regulamentação sindical.²⁰⁸

De qualquer maneira a fase do pós-guerra, iniciou uma década de crescimento (1945-1955) apelidada no país “decênio glorioso”, com o avanço da industrialização e aumento da participação industrial na composição do PIB. Nesta década a economia uruguaia cresceu a uma taxa média de 8% ao ano, enquanto a média mundial era de 5%, a dos EUA de 3%, Europa 5,5% e apenas a URSS crescia a uma taxa de 8% ao ano. Mas, como sempre fora na história uruguaia, o financiamento deste crescimento econômico vinha de exportações do setor rural do país. O problema era que este setor conseguiu se manter em alta graças a um fator conjuntural de alta demanda do mercado externo, mas na

²⁰⁶ Trabajadores *amarillos* ou *carneros*, amarelos, sinônimo de pelegos.

²⁰⁷ *Ibidem*. p. 155.

²⁰⁸ TOURON, Lucia Sala de; LANDINELLI, Jorge. *Op. Cit.* p. 271.

verdade encontrava-se defasado tecnologicamente, com o volume de produção estancada e uma taxa de lucro descendente.²⁰⁹

Vale a pena examinar um pouco mais detidamente alguns algarismos da economia uruguaia neste período de auge. Tomando como base 100 o preço dos principais produtos de exportação uruguaiois, carne e lã, em 1945 no término da 2ª Guerra Mundial, temos a carne alcançado um preço 150 e a lã 125 no ano de 1947, início do mandato de Batlle Berres. Em 1951, término de seu mandato, a carne alcançou, seguindo esta escala, 220 e a lã 370; eram os efeitos da Guerra da Coréia, dando mais fôlego à economia uruguaia. Os resultados do direcionamento industrial das divisas oriundas das exportações foram muito claros. O volume de produção industrial se duplicou, houve um aumento de produtividade através de uma maior extração de mais-valia relativa, e o conjunto industrial mais dinâmico (indústria química, metalúrgica, eletrotécnica e maquinaria) teve sua participação aumentada de 28% para 38% neste curto período. O número de indústrias disparou: de 11 mil em 1936 chegou a 26 mil em 1951. Também o número de trabalhadores industriais subiu de 30 mil em 1936 para 100 mil em 1948 e mais 200 mil em 1951.²¹⁰

A burguesia uruguaia e também a “classe média” ascendente, viveram um período de verdadeira febre de consumo e ostentação. Os lucros alcançados neste período se transformaram não apenas em investimentos produtivos, mas também em remessas de lucro para o exterior (através de aberturas de conta em bancos suíços), importação de artigos de luxo, compras de automóveis importados (muitos dos quais circulam e compõem a paisagem urbana de Montevideu até os dias de hoje) e construções de casas de veraneio na costa leste do litoral uruguaio. Data deste período a expansão do mais famoso balneário da

²⁰⁹ CAETANO, Gerardo; RILLA, José. *Op. Cit.* p. 174.

²¹⁰ MACHADO, Carlos. *Op. Cit.* p. 156-157.

burguesia ascendente e da classe média uruguaia, Punta del Leste.²¹¹ Antes do término do mandato de Batlle Berres foram estatizados alguns setores de serviços: transportes rodoviários (em dezembro de 1947), ferroviários (em 1948) e a companhia de águas (fevereiro de 1950). No caso das ferrovias foi uma espécie de cobrança contra os ingleses, dos quais o Uruguai era credor, mas não tinha como receber as libras congeladas.

Até que a crise se manifestasse de maneira mais evidente, a propaganda foi intensa e reforçou a imagem mítica do país e anunciava as glórias do país. Se vivia um clima de relativa bonança econômica: a guerra da Coreia produziu um aumento dos preços internacionais de matérias primas que o Uruguai exportava. Foi a época em que a propaganda oficial repetia que o país era a ‘Suiça da América’, que ‘como el Uruguay no hay’.²¹² O principal líder batliista, o ex-presidente Luis Batlle Berres (1947-1951), que depois seria presidente novamente, estimulava ainda mais o ufanismo uruguaio com declarações deste tipo:

“Faz alguns meses tive a oportunidade de viajar pela Europa e de ver um pouco como funcionam estes países. Assim, cheguei até a Suiça sobre a qual temos ouvido falar muito. Também temos ouvido muitas vezes que o Uruguai é a Suiça da América. Depois de haver visitado a Suiça eu posso assegurar-lhes que este país pode ser considerado como o Uruguai da Europa.”²¹³

Este período de euforia, que para muitos trazia novamente o espírito da década de 10 e 20, foi chamado de “neobatllismo”. Apenas alguns anos depois, este discurso seria motivo de piada nacional para os uruguaio.

²¹¹ *Idem, Ibidem.* p. 157.

²¹² CORES, Hugo. *La Lucha de los Gremios Solidarios (1947-1952)*. Montevideo: Editorial Compañero/Ediciones de la Banda Oriental, 1989. p.196-197.

²¹³ Discurso pronunciado por Luis Batlle Berres na cidade de Minas em 1954. Citado em DE SIERRA, Gerônimo. *Op. Cit.* p. 431.

Capítulo 2

Do processo de formação da FAU à clandestinidade, 1952-1967

“Nós conseguimos formar, bem ou mal, um pequeno partido (...) agora devemos embarcar em conjunto no oceano revolucionário”

Mikhail Bakunin, comentando sobre
formação da Aliança

O processo de fundação da FAU amadureceu a partir do início dos anos 50, passando pelas greves protagonizadas pelos “gremios solidarios”, pelas discussões que formaram o comitê Pró-FLU (Federación Libertaria Uruguay) em 1952 até chegar à fundação propriamente da FAU propriamente dita.

A conjuntura no início dos anos 50

O processo de formação da FAU não pode ser realmente entendido sem que se tenha uma noção do contexto histórico da década de 1950, pois este caminho foi trilhado numa conjuntura de crise econômica que se acentuou progressivamente nos anos 50. O caráter dependente do país permaneceu vigente e se fez sentir a partir do momento em que o país necessitou renovar sua indústria e adquirir, ou passar a produzir, bens de capital para manter-se competitivo. O acesso aos bens de capital e às novas tecnologias constitui-se então em fator limitante para a economia uruguaia, porque exigiu o investimento de um montante de capital que o país não dispunha e para o qual não era concedido um crédito internacional com taxas vantajosas.

A década de 50 marcou a abertura de uma nova etapa na história recente do Uruguai. No início da década ocorreu o auge do crescimento, precisamente em 1951, quando as exportações uruguaias atingiram seu ponto culminante desde o término da 2ª Guerra Mundial. Entretanto, 92% das exportações eram de carne, lã e couro, ou seja, ainda provinham do setor primário.¹ O Uruguai contava então com uma indústria voltada para o mercado interno, porém apoiada em tecnologia estrangeira.² O auge, portanto, foi ao mesmo tempo o prenúncio da decadência e do aprofundamento da crise econômica, que por sua vez foi ocasionou divisões e disputas políticas internas para a burguesia uruguaia. Em 1951 uma reforma eleitoral estabeleceu um colegiado de 9 integrantes para o ocupar o executivo.³ A partir de 1º de março de 1952 se instaurou o Conselho Nacional de Governo com o colorado Andrés Martínez Trueba na presidência, mas os *blancos*, antes excluídos do poder passaram a ter espaço. A partir daí as diferentes frações burguesas e forças políticas estariam representadas no executivo. Sobrou para Martínez Trueba a tarefa de administrar a queda da economia uruguaia que começava a se manifestar. Tomamos como exemplo o preço da lã, um dos 3 maiores produtos de exportação do Uruguai, que com fim da Guerra da Coreia cujo preço (utilizando como referência o padrão de 100 para 1945), que atingira 370 em 1951, caiu para 200 em 1952.⁴ Desta forma, Batlle Berres saiu com a imagem intacta, associada à prosperidade, o que contribuiu para a continuação do mito batllista mais adiante.

Na verdade, desde 1950 se observam modificações substanciais na política interna uruguaia. Muitos autores defendem a tese de que no período compreendido entre 1950 e

¹ CORES, Hugo. *La Lucha de los Gremios Solidarios (1947-1952)*. Montevideo, Editorial Compañero/Ediciones de la Banda Oriental, 1989. p. 52 e 58.

² ASTORI, Danilo. *La Política Económica de la Dictadura*. Montevideo, Ediciones de La Banda oriental, 1989, p. 113.

³ ASTORI, Danilo. *Op. Cit.* p. 112.

1973 há uma continuidade, no que tange ao aprofundamento da crise econômica que teve como desenlace político a ditadura militar.⁵ Durante todo este período o Estado não renunciou à fachada democrática e ao parlamento⁶, mesmo com um já pronunciado e crescente autoritarismo.

Os protestos do proletariado se avolumaram, aumentou também a repressão e os intelectuais começaram a se engajar nos movimentos populares mais decididamente. Esta crise, manifestou-se no plano político como a crise do reformismo batllista, pois quando as massas populares se mobilizaram para defender suas conquistas o *batllismo* girou à direita, somando suas forças aos atores sociais mais conservadores do Partido Nacional e do coloradismo para reprimi-las.⁷

Quanto ao movimento social uruguaio, sua principal força continuava sendo os trabalhadores organizados nos sindicatos, mesmo levando em conta o ascenso que registramos do movimento estudantil. Devido às suas próprias características o Uruguai nunca teve um movimento expressivo de camponeses ou trabalhadores rurais, como na maioria dos países latino-americanos. O movimento estudantil e de bairros sempre existiu, mas nunca igualou o peso político do movimento sindical. Na década de 50, o sindicalismo uruguaio permanecia totalmente fragmentado em uma série de tendências, sem que nenhuma delas conseguisse adquirir uma expressividade que a fizesse ser referência para a classe trabalhadora em geral, quadro que ademais, era o mesmo há três décadas, desde que a FORU perdesse hegemonia. Os anarco-sindicalistas clássicos seguiam reunidos na FORU (Federación Obrera Regional Uruguaya); a CSU (Central Sindical Uruguaya) era dirigida

⁴ MACHADO, Carlos. *Historia de los Orientales*. Montevideo, Banda Oriental, 1996. p. 160.

⁵ Por exemplo Hugo Cores, Gerardo Caetano, José Rilla e José Pedro Barrán.

⁶ CORES Hugo. *Op. Cit.* p. 99.

⁷ *Idem. Ibidem.* p. 48.

pelo Partido Socialista; os comunistas do PCU tinham influência e controlavam a UGT (Unión General de los Trabajadores); muitos anarquistas, anarco-sindicalistas descontentes com a FORU e marxistas independentes participavam do que se chamou “Sindicatos Autônomos”, aos quais nos referimos anteriormente. Fora do campo mais à esquerda haviam os agrupamentos de sindicatos anticomunistas; os cristãos; os peronistas e os oficialistas. Todavia estes sindicatos tinham menos expressão do que os do primeiro grupo.⁸

Apesar da pulverização do movimento sindical, o que certamente contribuía para sua fragilidade, a classe trabalhadora uruguaia apresentou alguns elementos que seriam importantes nas lutas que se travariam a partir da década de 50. Ao contrário do início do século, quando a nacionalidade da maioria dos trabalhadores, e sobretudo dos militantes mais ativos, era européia; em 1950 a classe trabalhadora do país já era uruguaia de fato.⁹ Este fato tem uma importância fundamental se considerarmos que a nacionalidade dos principais líderes sindicais limitava o desenvolvimento de uma identidade de classe. Este problema já não existia na década de 50:

“A experiência das massas dos anos 51-52 não contém nenhum elemento que se possa qualificar de ‘importado’. As idéias de organização classista que haviam sido aportadas ao processo uruguaio pelos primeiros imigrantes já se haviam incorporado à consciência das vanguardas internas do proletariado. Em certa medida, estas ideias já haviam se ‘acriollado’ (...)”¹⁰

Foi dentro desta conjuntura de crise econômica, fracionamento da burguesia, pulverização das organizações sindicais e inquietação social que se produziram os acontecimentos que ficaram conhecidos como “Las Huelgas Solidarias”, em 1951 e 1952.

⁸ *Ibidem.* p. 126.

⁹ *Ibidem.* p. 239.

¹⁰ *Ibidem.* p. 239.

O movimento teve grande importância na conformação da FAU pouco tempo depois e, no processo de formação da CNT um pouco mais tarde.

O presidente uruguaio nos idos de 1951, o Sr. Andrés Martínez Trueba, foi considerado por todos um opositor intransigente durante a ditadura de Gabriel Terra e segundo o juízo da época, um dos mais avançados dirigentes batllistas.¹¹ Porém, as greves dos anos de 1951 e 1952 foram a oportunidade na qual se testaram os limites do batllismo. A repressão desencadeada pelo governo mostrou os limites do paternalismo operário do *batllismo*, mostrou sua raiz de classe. Como todas as expresiones del reformismo burguês, os dirigentes batllistas demonstraram, chegado o momento crítico, que eram mais burgueses que reformistas. E não vacilaram em empregar a força para dobrar as organizações sindicais que perturbavam o funcionamento das empresas, muitas das quais, (caso de los frigoríficos) eram estrangeiras.¹² Estes governantes batllistas, que sempre criticaram a ditadura e as leis feitas no período de Gabriel Terra como autoritárias, foram os mesmos que decretaram e aplicaram “Medidas Prontas de Seguridad” para reprimir determinados conflictos operários. Os liberais não pestanejaram em aplicar contra o movimento operário um Código Penal aprovado durante a ditadura de Gabriel Terra e que na época foi criticado como de pura inspiração no código fascista de Mussolini.¹³

O movimento grevista de 1951 foi vitorioso e teve mais valor ainda se levarmos em conta as dificuldades com as quais se deparou. A vitória de 51 foi algo mais do que um triunfo sindical. Foi a vitória de uma greve geral solidária de larga duração, a mais longa da história do país.¹⁴ Gerardo Gatti, um dos líderes do movimento (posteriormente fundador

¹¹ *Ibidem.* p. 196-197.

¹² *Ibidem.* p. 237.

¹³ *Ibidem.* p. 197.

¹⁴ *Ibidem.* p. 236.

da FAU, da CNT e “desaparecido” político na Argentina) nos deu uma descrição da greve que permite ter uma imagem mais viva sobre seus episódios:

“A zona de La Teja e Pantanoso será conhecida como a zona do ‘Paralelo 38’ (chamado assim por ser onde se separavam as ‘duas Coréias’ em guerra). Se responderá à repressão, se castigará à traição, com métodos de ‘ação direta’. Debaixo da bandeira vermelha e negra com a inscrição ‘autorizado pelo Comitê de Greve Geral’ circularam pelo ‘paralelo’ os veículos que não querem arriscar ser atacados com pedras, bombas ou molotovs.”¹⁵

No ano de 1952, novamente o movimento grevista se repetiu. Os sindicatos protagonistas ficaram conhecidos como Grêmios Solidários. Neste ano o governo decretou “Medidas Prontas de Seguridad”¹⁶ afirmando que eram “greves sincronizadas”, com intuito “político”.¹⁷ Diferente de 1951, os trabalhadores não alcançaram uma vitória, a greve se estendeu bastante: “(...) foram mais de 15 dias de luta pelas liberdades políticas e direitos sindicais.”¹⁸

Uma vez mais os impulsionadores da greve não foram as centrais sindicais existentes. O Partido Comunista e o Partido Socialista chegaram inclusive a atacá-la, o que colocou em evidência o descompasso das centrais sindicais hegemônicas pelos partidos com as reivindicações do movimento operário. Os promotores da greve solidária foram os sindicatos autônomos, (não ligados a nenhuma das maiores centrais, UGT e CSU) e os sindicatos de Ação Direta. Os protagonistas principais foram as bases operárias, os sindicatos onde sobreviviam tradições combativas e de solidariedade proletária. Em suas

¹⁵ *Ibidem*, p. 200.

¹⁶ Medida próxima ao Estado de Sítio no Brasil, embora fosse mais branda que o dispositivo de Estado de Guerra Interna, previsto na constituição uruguaia. As “Medidas Prontas de Seguridad” suspendiam os diversos direitos civis temporariamente.

¹⁷ CORES Hugo. *Op. Cit.* p. 39.

¹⁸ *Idem. Ibidem*. p. 225.

vanguardas estavam, fundamentalmente, lutadores sindicalistas ou anarco-sindicalistas.”¹⁹

Como já dissemos, do ponto de vista objetivo a greve foi derrotada uma vez que suas reivindicações não foram atendidas. No entanto, do ponto de vista da organização dos trabalhadores este movimento foi de grande importância uma vez que afirmou uma linha de atuação combativa dentro dos sindicatos. Uma das consequências das greves solidárias foi a criação de vários sindicatos. Um deles, a União de Operários, Empregados e Supervisores de FUNSA²⁰, com hegemônica presença anarquista, que protagonizaria futuramente vários embates e assumiria a vanguarda dentro do movimento sindical uruguaio em diversos momentos a partir dali. De uma maneira geral o resultado do movimento foi um fortalecimento dos sindicatos autônomos classistas, das correntes de ação direta e das perspectivas de uma aliança sindical combativa.²¹

Além deste efeito mais imediato, construiu-se a partir de então uma relação mais estreita entre os chamados “grêmios solidários” (os sindicatos protagonistas das greves). As debilidades do isolamento sindical e a necessidade de uma coordenação foram reconhecidas, em resumo, apontou-se para a necessidade uma central sindical que conseguisse a unidade dos trabalhadores uruguaios. Por isso mesmo, os grêmios solidários se empenharam no processo de construção de uma central sindical unitária, que seria a CNT. A maior parte dos sindicatos que fizeram as greves de 51 e 52 participou dos esforços unitários que o conjunto do movimiento operário continuou realizando, sobretudo a partir de 1956 quando, a partir de uma convocatória da Federación Autónoma de la Carne, criou-

¹⁹ *Ibidem.* p. 228.

²⁰ A sigla FUNSA significa Fábrica Uruguaya de Neumáticos Sociedad Anónima, uma das mais importantes indústrias uruguaias naquele período. Conforme SIERRA, Yamandú Gonzalez. *Cronología Histórica del Movimiento Sindical Uruguayo: hechos, resoluciones políticas y eventos sindicales 1870-1984*. Montevideo, CIEDUR (Centro Interdisciplinar de Estudios sobre el Desarrollo del Uruguay), 1988. p. 40.

²¹ CORES, Hugo. *Op. Cit.* p. 201.

se a Comisión Pro Central única de los Trabajadores, e foram em 1964, uma das vertentes que compôs a CNT.²²

Com a radicalização do movimento sindical, a perspectiva de aprofundamento da crise econômica e conseqüente deterioração das condições de vida, o aparato repressivo do Estado começou a se transformar. Na economia os indícios de crise eram cada vez mais fortes, sobretudo quando ficou evidente a recuperação das economias centrais. Isso fez com que a partir de 1955 o setor industrial deixasse de crescer. Desta maneira, o Uruguai chegava ao final da década de cinquenta com todo seu aparato de produção material estancado.²³ Também caíram os investimentos, as reservas do país se esgotaram e a dívida externa cresceu.²⁴ A crise somente não se precipitou antes porque o Uruguai tinha suas exportações vinculadas tanto aos EUA quanto à Europa, o que conferiu ao país uma maior margem de manobras.²⁵

A recuperação européia diminuiu este poder de barganha na medida em que reduzia as exportações uruguaias para este continente. Dessa forma o país passou a depender mais dos EUA. Isso aconteceu paralelamente a uma mudança na política externa americana. O fim do ciclo de prosperidade interno coincidiu com uma ofensiva norte-americana em escala mundial, que foi particularmente intensa sobre a América Latina.²⁶

Dentro desta mudança de orientação da política externa norte-americana o Uruguai foi um país que ocupou um lugar estratégico. Já em 1949, EUA e Uruguai assinaram o “Tratado de Amistad, Comercial y Desarrollo Económico”, o primeiro do gênero na América Latina. Por este tratado o Uruguai baixou suas tarifas alfandegárias para os EUA e

²² *Idem. Ibidem.* p. 236.

²³ ASTORI, Danilo. *Op. Cit.* p. 113.

²⁴ DE SIERRA, Gerônimo. “Consolidação e crise do ‘capitalismo democrático’ no Uruguai”. In: *América Latina: história de meio século*. Brasília, EdUNB, 1988. p. 286.

²⁵ DE SIERRA, Gerônimo. *Op. Cit.* p. 285.

passou a lhe conferir vantagens comerciais especiais.²⁷ O passo seguinte no desenrolar desta política foi a criação do “Conselho Interamericano de Comércio e Produção”, CICYP, com sede em Montevideu.²⁸ Uma das explicações para este interesse norte-americano no Uruguai era o fato de que o país era tido como modelo de segurança na América Latina. Uma democracia estável, raros golpes de estado e nenhuma intervenção militar neste século fizeram a imagem de “Suiça da América” no país.²⁹

No campo militar os EUA também buscaram uma intensificação das relações ainda na década de 1940, fato que merece atenção porque a mudança de perfil técnico e ideológico das Forças Armadas uruguaia foi um processo lento, porém contínuo, que tem grande importância para entendermos a progressiva interferência militar na política uruguaia, culminando com o golpe de estado de 1973. O Brasil contribuiu muito neste processo, em 1944 trinta e nove oficiais uruguaia fizeram cursos no Brasil e nos EUA.³⁰ Este seria o início de intensas relações entre os militares norte-americanos e uruguaia: em 1947 o Uruguai assinou o Acordo “Interamericano de Assistência Recíproca” (TIAR)³¹; em 1949 vinte militares uruguaia foram para os EUA e para o Brasil receber treinamentos e cursos.³² O Uruguai foi um dos poucos países que ajudou os EUA na Guerra da Coreia, inclusive com o envio de soldados³³; a seguir o país assinou um Tratado Bilateral com os EUA denominado ‘Convenio de Asistencia Militar nº 3487’³⁴. A ajuda na Guerra da Coreia teve a sua contrapartida econômica, os norte-americanos compraram produtos de

²⁶ CORES, Hugo. *Op. Cit.* p. 96.

²⁷ *Idem, Ibidem.* p. 54-55.

²⁸ *Ibidem.* p. 64-65.

²⁹ *Ibidem.* p. 74.

³⁰ *Ibidem.* p. 77.

³¹ *Ibidem.* p. 78.

³² *Ibidem.* p. 80.

³³ *Ibidem.* p. 82.

³⁴ ASTORI, Danilo. *Op. Cit.* p. 114.

exportação uruguaio e dessa forma o país adiou um pouco mais a crise, ao mesmo tempo em que aumentou a sua dependência em relação aos EUA.

Na década de 1950 estas estreitas relações entre os militares uruguaio e norte-americanos se acentuaram ainda mais. Entre 1950 e 1957 setecentos e dezessete militares uruguaio receberam treinamento nos EUA. Este processo chegou até a década de 1960 a alterou o perfil do exército uruguaio, tanto qualitativamente quanto em termos numéricos. Em 1960 o país possuía 601 militares para cada 10.000 habitantes, superando a Nicarágua somozista e tendo mais de 3 vezes o índice do Brasil.³⁵ Toda esta política norte-americana não foi sem motivo. Apesar de ser um país pequeno e de potencial econômico modesto, o Uruguai tem uma localização estratégica muito importante. Encravado entre Argentina e Brasil, os dois principais países sul-americanos, esta posição geopolítica privilegiada poderia servir muito bem para administração de quaisquer conflitos que prejudicassem interesses norte-americanos.

A articulação do movimento anarquista e o Comitê Pró-FLU (Federación Libertaria Uruguay)

A criação da FAU foi em grande medida, uma expressão política de uma parcela do movimento social. Os sindicatos autônomos, depois chamados de grêmios solidários, tiveram um papel de grande importância para o surgimento da FAU. Um detalhe para o qual devemos atentar é que os anarquistas dos sindicatos autônomos não eram os mesmos que ainda estavam na FORU. Enquanto os sindicatos anarco-sindicalista ortodoxos da FORU excluía aqueles que não compartilhassem de sua ideologia e de seu programa finalista e nos sindicatos ‘uetistas’ (que se definiam como ‘unitarios’) prevalecia o

monolitismo, virtualmente um regime de partido único no qual os que se opunham à orientação dominante eram qualificados de ‘inimigos da classe operária’, nos sindicatos autônomos havia mais fluidez de tendências, mais alternância de dirigentes e mais participação do conjunto dos trabalhadores.”³⁶ A FAU começou a se formar, em meio a esta agitação sindical e numa época de grandes conturbações:

“Eram os tempos das primeiras ‘medidas de seguridad’, da greve geral dos sindicatos solidários, do Paralelo 38 no Cerro. Havia terminado a época das vacas gordas e a crise atormentava o país. E para variar as perdas deviam pagá-las uma vez mais a população que vivia do trabalho.”³⁷

A formação de uma organização especificamente anarquista na América Latina da década de 50 é um fato único, que não encontra paralelo no restante do continente. Um dos fatores que contribuiu para que isso ocorresse foi que no Uruguai, não obstante a perda de força, o anarquismo não desapareceu e manteve certa presença na década de 40 e 50 nos setores operários e estudantis. São expressões disso a luta anti-fascista e tercerista no meio universitário e a luta dos grêmios solidários de 1951-52, com um anarco-sindicalista como Blas Facal à cabeça.³⁸

Em 1952, como fruto de muitas discussões no meio libertário e do ascenso das correntes combativas no movimento social, formou-se o Comitê pró-FLU (Federação Libertária Uruguiaia). Neste momento o comitê pró-FLU contou com agrupações operárias do Cerro, La Teja, com a J.J.L.L. (Juventudes Libertárias) e estudantes da Faculdade de Medicina. No campo sindical a militância anarquista estava presente em sindicatos como os

³⁵ *Idem, Ibidem.* p. 114.

³⁶ CORES, Hugo. *Op. Cit.* p. 171.

³⁷ *Por un 1º de Mayo Clasista.* Montevideu, Maio de 1997. p.4. O “Paralelo 38” no Cerro foi uma linha divisória que demarcou uma área sobre controle dos grêmios solidários em greve no início do anos 50. Para além daquela faixa somente passavam pessoas e circulavam carros autorizados pelos sindicatos. O nome fazia alusão ao paralelo 38 que dividia as Coréias do Sul e do Norte àquela época.

³⁸ “Bosquejo Historico de la FAU”. In: *Lucha Libertaria*, nº 5. Montevideu, Dezembro de 1996. p. 50.

Gráficos, FUNSA, Bancários, BAO, Padeiros, General Eletric, Fabricas de Vidro, ANCAP³⁹, Frigoríficos, Trabalhadores Navais, Gás e Choferes.⁴⁰

Esta articulação com vistas a formação de uma federação anarquista foi favorecida pelo ascenso do movimento grevista de 1951-1952, mas também sofreu com a reação repressiva imediatamente depois das greves solidárias. Conflitos de rua se generalizaram no Cerro após a greve, ocorrendo diversos saques e enfrentamentos com a polícia no bairro.⁴¹ Ao mesmo tempo, os sindicatos e militantes grevistas sofreram duros golpes⁴², muitos militantes anarquistas foram despedidos e o movimento sofreu uma grande baixa, o que explica em parte a redução de ritmo do comitê Pró-FLU.

Depois de 4 anos de trabalhos do Comitê Pró-FLU as discussões estavam amadurecidas e foi fundada a Federação Anarquista Uruguaia, FAU, alterando-se o nome de libertária para a anarquista. Esta mudança aconteceu mediante uma avaliação que considerava o nome anarquista menos propenso a confusões, uma vez que uma série de grupos e indivíduos começavam a se reivindicar libertários, dando ao termo um sentido mais amplo do que ao termo anarquista. O anarquismo no Uruguai tem alguns marcos que se constituíram em pontos de ruptura. A chegada dos imigrantes europeus; a Revolução Russa e seus reflexos; e posteriormente a revolução espanhola e a derrota das experiências coletivistas e libertárias dos anos 36 e 37 foram eventos de referência para o movimento libertário uruguaio. Em 1956, se criou pela primeira vez com solidez no país uma organização “específica” dos anarquistas: a Federação Anarquista Uruguaia (FAU).⁴³ A

³⁹ Sindicato dos Petroleros de ANCAP (Asociación Nacional de Combustibles, Alcohol y Portland)

⁴⁰ “Reportaje a un viejo militante”. In: *Rojo y Negro*. n° 1. Montevideo, 1989. p. 49.

⁴¹ Cerro é o antigo bairro de Cosmópolis (onde as ruas tem nomes de países) de tradicional influência anarquista desde a época do anarco-sindicalismo, lá se localizavam os frigoríficos, cujos trabalhadores eram os mais ativos no movimento sindical.

⁴² SIERRA, Yamandú Gonzalez. *Op. Cit.* p. 44.

⁴³ CORES, Hugo. *Op. Cit.* p. 129.

FAU à época de sua fundação foi o pólo de aglutinação de quase todas as correntes libertárias existentes no Uruguai, reunindo um movimento libertário que estava disperso há décadas, para ela confluem militantes sindicais, *barriales*, setores juvenis e estudantis agrupados nas Juventudes Libertárias, além de alguns militantes espanhóis refugiados no país.⁴⁴

Esta variedade de correntes anarquistas abarcou praticamente tudo o que se concebia como movimento anarquista no Uruguai. Luce Fabbri, que depois sairia da FAU, confirma que a federação “(...) reúne sindicalistas revolucionários, grupos estudantis, organizações de bairro, intelectuais libertários e integrantes de experiências cooperativas e comunitárias.”⁴⁵ É necessário citar uma exceção, um grupo de anarco-sindicalistas ligado à FORU, que prosseguiu com a FORU e não tomou parte no processo de formação da FAU. Com este grupo aconteceram atritos porque parte dele pertencia ao grupo anarquista *Voluntad*, que editava um periódico de mesmo nome. A maioria do grupo, que havia sido um dos principais grupos animadores do processo de construção iniciado em 1952, aderiu à FAU na sua fundação.

Depois da fundação *Voluntad*⁴⁶ foi escolhido como o periódico da FAU, porém os remanescentes do grupo não abriram mão do nome e seguiram publicando outro periódico de mesmo nome. Tivemos então durante meses dois periódicos semanais anarquistas circulando com os mesmo nomes e inclusive com a mesma formatação de letras. Depois de várias tentativas infrutíferas para dissuadir o grupo minoritário, que não entrou para a FAU a mudar o nome do periódico, FAU acabou cedendo e o periódico da federação passou a se

⁴⁴ “Bosquejo Historico de la FAU”. In *Lucha Libertaria*. Montevideu, Dezembro de 1996. p. 50.

⁴⁵ RAGO, Margareth. *Entre a história e a liberdade: Luce Fabbri e o anarquismo contemporâneo*. São Paulo, Edunesp, 2000. p. 239. Também em PRIETO, Ruben. *Por Tierra por Libertad*. Montevideu, Colombo, 1986. p. 83. Este autor foi membro fundador da Comunidad del Sur e ex-integrante da FAU.

⁴⁶ Exemplares destes periódicos se encontram no AEL-IFCH, UNICAMP.

chamar *Lucha Libertaria*, sendo publicado entre 1957 e 1966. Neste período a atuação da FAU era múltipla, oriunda dos diversos agrupamentos que participaram de seu processo de construção:

“O trabalho da FAU durante o período compreendido entre os anos 1957-1962 se refere à criação de cooperativas de produção e consumo (exemplo: Cooperativa del Cerro), o impulso ao trabalho *barrial* dos Ateneos (centros de difusão de idéias anarquistas onde se realizavam diversos tipos de atividades culturais; o mais importante era o Ateneo Cerro-La Teja), criação de comunidades (exemplo: Comunidad del Sur), trabalho nos sindicatos, etc.”⁴⁷

Podemos observar que esta é uma composição bastante diversificada e que certamente contribuiu muito para que posteriormente a FAU definisse mais claramente sua orientação política. No aspecto teórico, as referências mais fortes estavam delineadas:

“A FAU se desenvolverá, fundamentalmente, assentada na tradição revolucionária bakuninista, nas posições organicistas que teve Malatesta, um de seus portadores mais reconhecidos. De certa influência classista do anarco-sindicalismo e retomando a tradição dos métodos de ação direta.”⁴⁸

A FAU não se pretendeu uma “inovação” dentro do anarquismo. Assumiu toda uma herança de lutas e tradições do movimento libertário uruguaio e internacional que tiveram peso desde o início do século:

“(...) uma história que recebeu o impulso classista, revolucionário, de outra história. Da rica história do anarquismo do fim e princípio do século. Daquele anarquismo que fundou os primeiros sindicatos do país, que formou e animou a primeira Central Operária (...)”⁴⁹

⁴⁷ *Informe Completo: Partido por la Victoria del Pueblo*. DEOPS-SP, 1979, p. 2.

⁴⁸ “Bosquejo Histórico de la FAU”. In *Lucha Libertaria*. Montevideo, Dezembro de 1996, p. 51.

⁴⁹ “Acto 35 años de aniversario de la Federación Anarquista Uruguaya.” In: *Solidaridad*. Montevideo, 1991. p. 14.

A caracterização da FAU como “inovadora” ou “tradicional” dentro do anarquismo é insuficiente e não dá conta de explicar sua realidade. Podemos afirmar que em muitos pontos a FAU resgatou a própria história do anarquismo e em outros atualizou a proposta libertária para a realidade uruguaia e para o momento histórico vivido. A documentação oficial nos revela como as forças armadas enxergaram o processo de formação da FAU, e sobretudo, como foram incapazes de compreender este processo:

“Da velha organização anarquista FORU, que edita o periódico ‘Voluntad’ e se posiciona contra Fidel Castro, surge o grupo anarco-sindicalista FAU. A FAU vai caindo de forma paulatina debaixo da influência e finalmente debaixo do controle do comunismo (...)”⁵⁰

Podemos ver confundiam a FAU com uma orientação anarco-sindicalista, quando na verdade tratava-se de uma organização específica que possuía também militância sindical. Mais tarde, outros documentos evidenciaram isso, os militares fariam uma idéia bem mais precisa sobre a FAU.

Neste período inicial da FAU, ela já defendia a construção de uma central única de trabalhadores e conseguira estabelecer juntamente com outros sindicatos e forças políticas uma Coordenação Pró-Central, que já se fazia ativa em 1956, ocasião na qual 150 mil trabalhadores ligados à Coordenação Pró-Central pararam em apoio ao conflito de FUNSA, cujas instalações foram ocupadas pelos operários em greve, que a colocaram em funcionamento. Este fato também originou um pedido de investigação policial sobre a greve por parte do congresso nacional. Também nesta época a FEUU realizou atos de apoio à formação de uma central única de trabalhadores.⁵¹

⁵⁰ “Grupos políticos (FAU) y Grupos Sediciosos (OPR)”. In: *La Subversión*. Montevideo, F.F.A.A., 1977. p. 1.

⁵¹ SIERRA, Yamandú Gonzalez. *Op. Cit.* p. 43.

A situação política e econômica do Uruguai repercutiu no movimento social trazendo constantes agitações. Em meio a estas turbulências a FAU se construía e ao mesmo tempo tinha que definir sua linha de ação rapidamente para poder fazer frente aos trabalhos que se propunham e também para resistir à repressão, que dava constates mostras de recrudescimento. Era o momento de crise do reformismo estatal, onde uma série de direitos sociais historicamente conquistados estavam em perigo:

“O regime de liberdades no Uruguai, construído debaixo da influência esquerdista das correntes ideológicas e das forças populares, que se refere ao livre jogo dos partidos políticos, as forças de Estado e o capital estão dispostos a eliminá-lo sempre que a ação sindical e/ou popular ameace os privilégios da casta dominante ou possibilitem a alteração da ‘ordem’ estabelecida.”⁵²

O progressivo endurecimento do estado uruguaio foi uma necessidade na nova etapa que se abria. O correspondente político deste processo, ao mesmo tempo que impulsionador num segundo momento, foi o crescimento da participação dos *blancos*, mais propensos por tradição a lidar com a força. Este avanço dos *blancos* foi ratificado em 1958, quando aconteceu a vitória do Partido Blanco sobre os *colorados*, pela primeira vez no século. A nova linha política do governo favoreceu o capital estrangeiro, abriu empréstimos com o FMI, retirou o Estado de muitas áreas sociais e acabou com muito da proteção à indústria nacional. Enquanto isso, a especulação financeira cresceu no país.⁵³ Os *blancos* ganhariam o poder novamente nas eleições de 1962. Um destes marcos dos dois governos *blancos*, foi a decretação de “Medidas Prontas de Seguridad” contra o movimento sindical tão logo assumiram o poder, tanto em 1959 quanto em 1963.⁵⁴ O exército e as FF.AA.

⁵² “Acto 35 años de aniversario de la Federación Anarquista Uruguaya.” In: *Solidaridad*. Montevideu, 1991. p. 15.

⁵³ DE SIERRA, Gerónimo. *Op. Cit.* p. 288.

⁵⁴ SIERRA, Yamandú Gonzalez. *Op. Cit.* p. 50-52.

(Forças Armadas) começaram a aparecer mais em cena⁵⁵, e não nos parece obra do acaso que justamente neste ano tenha sido criado o COSENA (Conselho de Segurança Nacional).⁵⁶

Neste período a FAU também havia realizado algumas atividades que atraíram bastante a atenção do aparato repressivo, e isso foi demarcando aos poucos a necessidade de se adotar critérios de segurança. Documentos militares nos mostram alguns dos focos de observação por parte do aparato repressivo:

“Como ações políticas importantes neste período se anotam: em 1958 a condução do conflito universitário pro-lei orgânica e a greve de FUNSA. (León Duarte). Posteriormente, em 1962 um atentado contra o Consulado Espanhol, localizado na Plaza Libertad, motivado pela execução de dois anarquistas na Espanha.”⁵⁷

O racha da FAU de 1964

Avaliando como necessárias algumas alterações para atuar na nova conjuntura, uma parte da militância da FAU propôs ajustes na estratégia e nas táticas para aquele momento, que implicariam numa priorização de determinadas linha de trabalho e formas orgânicas. Neste momento afloraram muitas divergências dentro da federação. Mencionamos que a FAU fora formada numa convergência de diversos grupos anarquistas, oriundos de distintas matizes. Até aquele momento as agrupações funcionaram de forma orgânica, porém relativamente autônoma, ou seja, cada agrupação seguia aplicando em seus locais de atuação as posições que julgasse mais convenientes, e o tipo de trabalho que cada agrupação desenvolvia era decidido apenas por ela própria. Se havia convergência quanto a muitas questões gerais, haviam também muitas divergências, sobre a compreensão do que

⁵⁵ CORES, Hugo. *Op. Cit.* p. 117.

⁵⁶ *Idem. Ibidem.* p. 120.

⁵⁷ *Informe Completo: Partido por la Victoria del Pueblo.* DEOPS-SP. p. 2.

era o anarquismo, de que formas de luta eram mais importantes, de avaliações e posicionamentos sobre os acontecimentos da conjuntura internacional. Depois de quase 8 anos de convivência estas divergências estavam alcançado um tal patamar que inviabilizavam a unidade prática da FAU e isso acabou redundando num “racha” da organização acontecido entre o final de 1963 e o início de 1964. Os principais pontos de divergência foram:

- 1) Apoio aos movimentos armados de liberação na América Latina, com especial para destaque para Revolução Cubana;
- 2) Centralidade da classe trabalhadora nas atividades da organização e consequentemente, participação nas tarefas de fundação e integração dos militantes sindicais da FAU na CNT, Convención Nacional de Trabajadores;
- 3) Adoção de formas organizativas que permitissem à FAU levar adiante as atividades públicas e, eventualmente, também as clandestinas que a nova situação política nacional e internacional impunha para organizações de intenção revolucionária;
- 4) Uma estratégia que contemplasse desde reivindicações imediatas do movimento popular até a ação direta de diferentes níveis.⁵⁸

As divergências a despeito destes pontos nos revelam diferentes concepções do próprio anarquismo. O grupo que depois deixou a FAU tinha sérias restrições ao emprego da violência como tática revolucionária, eram contra os métodos de ação direta já empregados por parte da militância da FAU; discutiam a centralidade e a própria existência do operário enquanto sujeito social capaz de ser protagonista de um processo revolucionário. Tinham uma concepção de organização mais flexível e mais próxima a uma

⁵⁸ *Informe Completo: Partido por la Victoria del Pueblo*. DEOPS-SP, 1979. p. 2. Ver também em “Bosquejo Histórico de la FAU”. In: *Lucha Libertaria*. Montevideu, Dezembro de 1996. p. 51.

federação de grupos do que de uma organização federativa (partido), além é claro, de rechaçar o apoio à Revolução Cubana. A ala que deixou a FAU era “um grupo de militantes (quase em sua totalidade de origem estudantil) abandonou a FAU, enquanto a maioria dos setores operários (muitos inseridos em atividades sociais *barriales*), velhos militantes e boa parte dos estudantes permaneceram nela.”⁵⁹ O grupo que acabou deixando a federação partiu para um trabalho que centrou-se na linha comunitarista e educacionista.

Mais do que nos contentar em relatar este episódio, o que nos parece interessante é aprofundar a discussão sobre as concepções de anarquismo dos dois lados. Com certeza um “racha” é sempre um processo traumático e este não foi diferente. A riqueza do acontecimento para nós foi a revelação de concepções totalmente divergentes sobre o que é o anarquismo, que durante o período de fundação e primeiros anos da federação não eram externadas tão claramente. Neste episódio ficou claro para nós que existiu uma tentativa por parte do grupo que saiu da federação de classificar e delimitar o que é anarquismo, o que entra ou não no anarquismo, e excluir por conseguinte, aquilo que não se adequava aos seus princípios. Nesse sentido podemos dizer que, por mais que se negue isso, alguns setores do anarquismo constróem uma espécie de “história oficial informal” ou “ortodoxia informal”, e em muitos momentos chegaram a distorcer completamente os fatos. Luce Fabbri uma das pessoas que saiu da FAU diz o seguinte sobre sua saída:

“(eu) meu companheiro e os demais que estavam na linha libertária descentralizadora fomos embora, a ‘linha libertária libertária’ não achava que a linha adotada pela FAU fosse libertária, era uma adesão incondicional ao castrismo. Então o movimento sofreu muito, sofreu um retrocesso muito grande.”⁶⁰

⁵⁹ “Bosquejo Histórico de la FAU”. In *Lucha Libertaria*. Montevideu, Dezembro de 1996. p. 51.

⁶⁰ Luce Fabbri em RAGO, Margareth. *Op. Cit.* p. 240.

Deixemos por ora de lado a questão de Cuba, que trataremos mais adiante. Nos perguntamos o que seria a “linha libertária libertária”? Vemos que nas próprias palavras da autora não se tratava de tipos diferentes de anarquismo, mas de uma gradação de intensidade, quem era mais anarquista, ou mais além, tratava-se na visão da autora de quem era ou não anarquista, afinal o grupo que sai simplesmente “não achava que a linha adotada pela FAU fosse libertária”.

A maioria que permaneceu na FAU, apesar de defender suas posições com firmeza e acreditá-las corretas, jamais caiu na mesma atitude de desqualificar o outro grupo como não anarquista; por mais fortes que fossem as críticas, jamais construíram um discurso que se pretendesse “o” discurso anarquista, mas sempre “um” tipo de anarquismo. Estes anarquistas que saíram da FAU fundaram a Ação Libertária Uruguaia (ALU).⁶¹

Examinemos um pouco mais a ala que saiu da FAU:

“Para os anarquistas ligados à Escola de Bellas Artes, mais próximos da formação malatestiana de Luce, praticar o anarquismo significa organizar cooperativas e viver comunitariamente, como se propõem com a fundação da Comunidad del Sur, em 1955. Para esses libertários, a comuna é a célula básica da sociedade socialista e o instrumento fundamental para a mudança social (...).”⁶²

Este trecho citado é revelador de várias coisas. Uma delas é o tipo de anarquismo que o grupo que sai da FAU se propõe a pensar e praticar, ligado à vida comunitária, totalmente distinto do anarquismo que a FAU decidira praticar, um anarquismo voltado para fora, para a sociedade. O sentido no qual é empregado o termo comuna também é bastante polêmico, lembra mais uma comunidade alternativa do que a noção de comuna aproximada à Comuna de Paris, esta sim, referência mais forte para Bakunin e o citado

⁶¹ *Idem, Ibidem.* p. 242.

⁶² *Ibidem.* p. 243. Os grifos é meu.

Malatesta. O que nos causa muita estranheza é qualificação do grupo que sai como “mais próximos da formação malatestiana”.

Ora, independente da opinião que se tenha sobre ambos os lados, Malatesta nunca teve nada a ver com práticas comunitárias ou cooperativistas, pelo contrário sempre foi crítico em relação às pretensões de construção de comunidades anarquistas, assim como a pretensão de “viver de maneira anarquista” no seio de uma sociedade capitalista. Além da incoerência da assertiva com o pensamento de Malatesta ⁶³, o texto dá a entender que os que saíram eram malatestianos, enquanto os que ficaram nada tinham a ver com o pensamento de Malatesta, quando na verdade o anarquista italiano era, e ainda hoje é, uma das principais referências da FAU.

Tomaremos em nossa análise muitas das posições manifestadas por Luce Fabbri, porque de certa forma ela representa boa parte do grupo que saiu da FAU. Outro exemplo de desqualificação daqueles que ficaram na FAU enquanto anarquistas pode ser notado no que se refere a questões orgânicas:

“Centralização versus organização libertária: mais uma vez, o conflito se coloca historicamente e as soluções parecem ser as já conhecidas: maior centralização, hierarquia, esvaziamento do poder das bases, uma história rotineira para os anarquistas, especialmente para Luce.” ⁶⁴

⁶³ A proposta de viver comunitariamente nada tem a ver com as idéias e práticas de Malatesta, como induz a pensar a citação de Luce Fabbri. Um exemplo (e poderíamos elencar outras passagens de Malatesta sobre este tema), claro do rechaço de Malatesta às propostas de vida comunitária está na crítica dirigida pelo anarquista italiano ao projeto Giovanni Rossi de criar uma colônia no Brasil (A Colônia Cecília): “E se ele deplora a empresa de Rossi, é não somente porque ela afasta os melhores combatentes, mas também porque ela ‘oferece aos oprimidos uma vã esperança de emancipar-se sem precisar fazer a revolução’” ou ainda: “(...) Quando a fome pega pelo pescoço o proletariado, e a revolução se apresenta como dilema de vida ou de morte diante da humanidade, sair do jogo é coisa de pulsilânime. Parece-me que hoje quem parte, deserta diante do inimigo no momento da batalha. Citado por FELICI, Isabelle. “A Verdadeira História da Colônia Cecília de Giovanni Rossi”. In: *Cadernos AEL Anarquismo e Anarquistas*, nº 7/8. Campinas, IFCH, 1998.

⁶⁴ RAGO, Margareth. *Op. Cit.* p. 239.

Concluimos pela afirmação que uns tinham a forma de organização libertária e outros não, eram centralistas, hierárquicos, não anarquistas. Novamente se elege uma forma de organização anarquista como a forma por excelência, a outra forma não é qualificada de libertária. Implicitamente o adversário é associado ao marxismo: autoritário, centralizador, hierárquico, “(...) uma história rotineira para os anarquistas”, e novamente se entende que os verdadeiros anarquistas estavam de um só lado.

Até o momento, o que constatamos é que no discurso do grupo que saiu da federação existe um componente muito claro de desqualificar os adversários como praticantes de algo estranho ao anarquismo. Deixamos de lado o conteúdo propriamente dito das discussões até aqui para ilustrar bem esta postura, sobretudo porque é uma postura muito contraditória, uma vez que parte dos anarquistas ditos “mais plurais”, críticos da verdade única, respeitadores das diferenças, adeptos de uma certa postura relativista.

Mas cada uma das questões que motivou a cisão é uma porta para entendermos as divergências de fundo colocadas na mesa. Nosso entendimento é de que discutir detalhadamente as divergências unicamente no plano organizacional não é muito frutífero, porque as formas orgânicas são sempre meios de se viabilizar um determinado tipo de atuação, uma tática, uma estratégia, e assumem formas tão distintas quanto à variedade destas. Seria muito fácil demonstrar que as formas orgânicas da FAU, concebidas como uma organização com critérios de ingresso, decisões coletivas que deveriam ser acatadas por todos, certa margem de autonomia para secretariados ou comissões por exemplo possuem antecedentes históricos dentro próprio anarquismo como a Aliança de Bakunin, já examinada por nós na introdução deste trabalho; a Plataforma de Organização dos anarquistas russos e ucranianos; a Federação Anarquista Ibérica; o Partido Socialista Anárquico Italiano de Malatesta no final do século XIX, entre outros exemplos. Portanto,

não é tarefa complicada demonstrar que a forma de organização adotada em certo momento pela FAU não era de forma alguma algo alheio ou inovador no anarquismo.

Todavia, o fundamental para nós é compreender a partir de que tipo de estratégia se acabou chegando em tal ou qual forma orgânica. Muito da polêmica entre os que saíram e os que ficaram na FAU relembra em certos aspectos as polêmicas entre os anarquistas defensores da expropriação e os contrários a ela.⁶⁵ (quando abordamos o tema da expropriação tratamos também do anarco-comunismo e de sua estratégia fundamental na versão mais ligada a Kropotkin: a conscientização, através da propaganda).

O anarco-comunismo de Malatesta tomou outros rumos e valorizou muito a organização também, mas esta matiz propagandista sempre persistiu. Uma das consequências de uma estratégia deste tipo era um clima propício para o trabalho com periódicos, publicações de livros, debates, círculos de estudo, enfim propaganda dos princípios e ideais. No nosso entender este foi um dos motivos pelos quais se formou no Uruguai uma corrente “anarco-battlista” (tema também já tratado no capítulo 1), em boa parte impulsionada por anarquistas imigrantes, admirados com a democracia reinante no Uruguai.

Pois bem, muito desta história se repetiu de outra forma. A vivência de Luce Fabbri é exemplar neste aspecto. Chegou ao Uruguai fugindo de perseguições fascistas na Itália e esta experiência individual foi transformada em pensamento político, a valorização da democracia liberal:

“(...) a reconquista das liberdades elementares começou a ser uma coisa muito importante, então já não se dizia lutar contra a democracia’ O que, adverte ele não significou adesão. Afinal, para os que vinham da experiência totalitária, a democracia assume um

⁶⁵ Luce Fabbri conheceu e manteve bastante contato com Diego Abad Santillán e Emilio Lopez Arango, e endossava suas posições sobre os expropriadores anarquistas.

valor universal, enquanto na América do Sul, tanto anarquistas quanto socialistas atacavam as instituições democráticas, identificadas ao próprio governo.”⁶⁶

É claro que Luce não era uma liberal, mas a crítica ao liberalismo mudou de tom. Ao mesmo tempo em que ela afirmava que valorizar a democracia não significa adesão, admitia que a democracia assumia um valor universal. Esta contradição para nós tem um sentido. Ao contrário da crítica clássica dos anarquistas, tanto à ditadura, quanto à democracia, Luce colocou a democracia como um estágio mais avançado do que a ditadura, um estágio necessário numa linha evolutiva até o anarquismo (no sentido de forma de organização social), cuja lógica ascendente seria pautada pela progressiva ampliação da liberdade.

Para o anarquismo que Luce Fabbri representou a história caminhava para a liberdade na medida em que mais e mais pessoas se tornavam conscientes e livres, o que é alcançado através da cultura, do conhecimento, da difusão do saber entre o povo. Estas atividades encontram melhores possibilidades de se realizar numa sociedade democrática plenamente implantada, que possibilitasse aos anarquistas o exercício destas tarefas. É pelas idéias que se transformam as coisas para esta corrente. A própria história tem como motor a liberdade “Não sou croceana, mas Croce foi muito importante para mim, por sua concepção de história (...) ‘a História é a história da liberdade’, que me parece muito eloqüente.”⁶⁷

Examinando o tipo de concepção anarquismo de Luce Fabbri nesta breve digressão é mais fácil entender os caminhos seguidos por cada agrupação de anarquistas. Para os anarquistas que saíram, a condenação da luta armada passou pela avaliação de que a

⁶⁶ RAGO, Margareth. *Op. Cit.* p. 145. Os grifos é meu.

violência poderia gerar uma situação que desembocaria na repressão, na ditadura, em alguma forma de regime autoritário, ou seja, a luta armada seria a responsável por um retrocesso na trajetória histórica rumo à liberdade, trazendo consigo a ditadura e a impossibilidade total de atuação para o anarquismo no sentido educacionista e conscientizador.

Neste raciocínio a principal causa da ditadura acabou sendo atribuída às próprias organizações revolucionárias, que agiriam como provocadores sobre as forças da repressão, no caso os Tupamaros e a própria FAU. Ao mesmo tempo esta visão considera a organização da sociedade pelo viés do regime político – democracia, ditadura, etc. Assim, a ditadura parece ter pouco a ver com o desenvolvimento do próprio capitalismo; neste sentido a ditadura nascia em oposição à democracia, e não como recrudescimento da própria democracia, forma mais branda da própria ditadura de classe. Nos parece uma concepção linear da história e que sobretudo faz vista grossa para o fato de que dentro do capitalismo a forma política do sistema pode assumir várias modalidades distintas.

Dentro dessa lógica, tudo deveria ser feito no sentido de ampliar as liberdades, porém sempre preservando as liberdades já existentes. Os períodos históricos de regimes autoritários eram profundamente lamentados por Luce Fabbri:

“Os direitos e a existência mesma da cultura se identificam pois com os direitos do indivíduo, com as exigências da liberdade. Muitos dos valores espirituais que custaram trabalho e sangue a nossos pais se encontram hoje em perigo. As lutas penosas e gloriosas para conquistar a liberdade de pensamento (lutas que foram um fato não burguês, mas humano) parecem ter sido inúteis (...)”⁶⁸

⁶⁷ Luce Fabbri em RAGO, Margareth. *Op. Cit.* p. 250.

⁶⁸ *Idem. Ibidem.* p. 164.

A semelhança desta vertente anarquista com alguns pressupostos do iluminismo são fortes e fica muito nítido o caminho escolhido por anarquistas próximos de Luce Fabbri:

“A cultura, portanto, tem uma função emancipadora. Por isso mesmo, impõe-se salvar os valores positivos e todas as criações culturais vivas da humanidade, ameaçados pela irrupção de forças irracionais, descontroladas e mórbidas. Trata-se de uma luta entre a vida e a morte, entre as forças que puxam para o futuro e as que paralisam e estancam (...) Trata-se de criar um novo humanismo (...) Entre o fogo e o sangue do Renascimento, entre as fogueiras da Inquisição e as de Calvino, nasceram o livre pensamento, o espírito crítico, a ciência desinteressada (...)”⁶⁹

Não à toa que autora de um livro sobre Luce a aproxima muito de Hannah Arendt. E a própria Luce Fabbri, afirma que para ela o “socialismo anárquico” é herdeiro da confluência de duas linhas evolutivas: o liberalismo e o socialismo.⁷⁰

É um raciocínio muito semelhante ao do anarco-comunismo de Kropotkin, onde elementos como evolução, natureza e espontaneidade ocupam papel central. Quando Luce fala do estado bolchevique lamenta que ele se dirija “(...) contra as tendências naturais revolucionárias das massas”, quando fala da revolução espanhola Luce admira no povo “(...) a espontaneidade, a generosidade, a honestidade ingênua e sincera (...)”⁷¹ ou ainda a aposta na “(...) necessidade natural de vínculos espontâneos entre os indivíduos.”⁷² Não podemos deixar de notar que este tipo de visão é bem diferente do que pensavam Malatesta e Bakunin por exemplo.

Dentro da lógica interna deste pensamento é muito coerente o combate a qualquer forma de violência, o desprezo por formas de organização próprias para conjunturas repressivas e a rejeição em apoiar qualquer tipo de movimento que lance mão da luta

⁶⁹ *Ibidem.* p. 164.

⁷⁰ *Ibidem.* p. 213.

⁷¹ *Ibidem.* p. 184. Grifo é meu.

armada. Também não fazia sentido uma estrutura orgânica que fosse necessariamente ágil. Para esta concepção de anarquismo, dedicada às tarefas de conscientizar e viver em comunidade, não era necessário andar no ritmo da conjuntura, dar respostas em meio à luta. Neste sentido também é coerente a reação de Luce diante de algumas propostas de alteração orgânica:

“Há dois ou três anos os mais jovens se cansaram e disseram que era preciso dar mais funções à comissão coordenadora, senão isso não funciona; funcionava um pouco lentamente, mas muito bem; eram opiniões distintas. Prevaleceu a opinião deles e mudou-se a estrutura. Acho que isso foi um grande erro, e trouxe o que veio depois.”⁷³

No entanto, em certos momentos as divergências se encaminham para afirmações sem sentido, por exemplo quando Luce afirma que os anarquistas que ficaram defendiam que: “(...) era necessário uma minoria diretora que tivesse elasticidade suficiente para se mover sem a consulta às bases, que levaria muito tempo (...)”⁷⁴ Afirmar que os anarquistas da FAU desejavam mais agilidade é correto, eles próprios assumem isso. Mas dizer que as decisões eram feitas sem consulta ou participação de todos é outra coisa, não corresponde à realidade.

É interessante que a posição desta ala anarquista, de condenação da luta armada, tinha muita semelhança com a posição do Partido Comunista Uruguaio. O ponto comum no qual estava assentada coincidência era manutenção de uma ordem democrática, terreno propício para atuação tanto na opinião dos comunistas, quanto na opinião destes

⁷² *Ibidem.* p. 166.

⁷³ *Ibidem.* p. 239.

⁷⁴ *Ibidem.* p. 243.

anarquistas. Os anarquistas desejavam a democracia para realizar um trabalho de tipo conscientizador, os comunistas para o trabalho político dentro da via eleitoral.

O impacto e a polêmica sobre a Revolução Cubana na esquerda uruguaia

A Revolução Cubana de 1959, além de ser um fato que alterou toda a conjuntura internacional, mexeu com a esquerda em toda a América Latina, foi também um marco e um divisor de águas no movimento libertário uruguaio:

“Desde princípios de 1958 parte de nossa militância seguia com simpatia a luta de ação direta que se desenvolvia com centro na Sierra Maestra. Realizamos alguma propaganda em solidariedade com esta luta. Apenas triunfou a revolução cubana participamos ativamente da formação dos primeiros comitês de apoio. Não havia dúvida, estávamos diante da presença de um acontecimento impactante, de primeira ordem, onde havia um enfrentamento claro ao imperialismo e se resgatavam métodos de ruptura. O modelo interno que em determinada altura começou a perfilar-se mereceu nossa discrepância. A análise global deste episódio e certas consequências fortalecedoras que trazia para as lutas na América Latina determinou nosso apoio crítico. Eram tempos especiais, de definição e compromisso, e nossa Organização os assumiu como deveria.”⁷⁵

A posição da FAU se distinguiu de boa parte das demais organizações e correntes de esquerda do Uruguai, sejam elas marxistas ou libertárias. No campo libertário o apoio crítico da FAU à revolução foi um dos mais forte motivos para o racha na organização:

“Uma adesão a-crítica ‘a revolução cubana por parte da maioria de seus aderentes provocou, na década de 60, uma cisão da qual surgiu a ‘*Ación Libertaria Uruguaya*’ (ALU), dentro da qual ficaram algumas das mais prestigiosas figuras do anarquismo local.”⁷⁶

⁷⁵ “Antimperialismo y Apoyo Crítico a la Revolución Cubana” In: *Lucha Libertaria*. nº 4. Montevideu, Setembro de 1996. p. 21. O grifo é nosso.

1

Não foram poucos dentro do movimento libertário latino-americano⁷⁷ os que reprovaram posturas da FAU, e a criticaram duramente. Vejamos algumas destas posições que, além do conteúdo, nos mostram através da virulência da linguagem o clima de confronto em torno da questão. Para Edgar Rodrigues, historiador anarquista, os militantes da FAU eram nada menos do que castristas ou fidelistas, vejamos a forma como ele se refere a alguns militantes:

“(...) Ruben Barcos, membro fundador da FAU, fidelista; Jorge Errandonea, diretor da Escuela de Belas Artes e militante da FAU, fidelista; Alfredo Errandonea, sociólogo, redator de *Utopia*, e Carlos Rama, professor, também, revelaram uma visível simpatia pela linha da FAU, defensora do Castrismo na primeira fase..., excetuando os que em nome da “Federación Anarquista Uruguaya” racharam o movimento libertário do Uruguai para apoiar a ditadura de Fidel Castro, e, por extensão, a sanguinária ditadura soviética (...)”⁷⁸

Rodrigues não admitia sequer a legitimidade da própria FAU, colocando entre aspas o nome da federação, e lançando dúvidas sobre a mesma. Noutra passagem, quando comenta sobre o periódico *Voluntad*, já da FAU, o mesmo autor dá a entender que o periódico passou a ser da FAU, como por capricho individual do responsável editorial Ruben Barcos e não por uma decisão coletiva do próprio grupo *Voluntad*. Rodrigues afirma ser Barcos um “(...) defensor obstinado da ditadura castro-comunista. Em março de 1957, este “anarquista-fidelista” resolveu mudar de título “seu” porta-voz-pró-Cuba para *Lucha Libertaria* fazendo também de ‘órgão de imprensa da FAU, organismo criado equivocadamente e ainda não se acertou ...”⁷⁹ O autor também citou o fato de que a FORU,

⁷⁶ RAMA, Carlos Maria; CAPPELLETTI, José Angel. *El Anarquismo en America Latina*. Caracas, Ayacucho, 1990. p. LXVII.

⁷⁷ Críticas semelhantes às do jornal libertário argentino *La Protesta*, dirigido por Diego Abad Santillán, que qualificou a FAU de “anarco-leninista” por seu caráter organicista.

⁷⁸ RODRIGUES, Edgar. *Universo Ácrata*. Florianópolis, Insular, 1999. p. 172.

⁷⁹ RODRIGUES, Edgar. *Op. Cit.* p. 173.

dos anarco-sindicalistas também chegou a apoiar a revolução cubana, mas para Rodrigues “(...) Mais adiante, a FORU publicou outras notas acertando o rumo libertário definitivamente.”⁸⁰ Estas passagens refletem, certamente de maneira mais crua e apaixonada, a opinião dos anarquistas que saíram da FAU, com os quais Rodrigues manteve muito contato durante a época. Nas palavras da própria Luce Fabbri, a posição da FAU “(...) era uma adesão incondicional ao castrismo.”⁸¹

Destacamos alguns elementos nesta polêmica. O primeiro deles é a noção de um “rumo libertário”, definido como correto, onde novamente, a exemplo dos outros pontos de divergência que deram origem ao racha, se define um determinado rumo como “o” rumo libertário propriamente dito, enquanto os outros são tidos como desvios. Outro elemento é a constante afirmação de que o apoio da FAU à Revolução Cubana foi incondicional, significando adesão ao castrismo ou fidelismo. Não se encontra nos documentos da FAU, seja antes ou seja depois da cisão, qualquer manifestação de apoio acrítico à Revolução Cubana. Numa publicação de novembro de 1962, a FAU levou a público uma posição tirada numa plenária realizada em abril do mesmo ano, ou seja, quase dois anos antes das cisão. Transcrevemos aqui o quinto ponto de uma declaração intitulada “Justa Posición de FAU Sobre Revolución Cubana”:

“(...) Constata que distintas medidas adotadas em Cuba –seja por pressão exterior, seja por imperativos internos, seja pela desorientação ideológica- e que se traduzem doutrinarmente no discurso através do qual Fidel Castro fez referência em 1-12-1961 à criação do Partido Único, assim como o clima de intolerância ideológica, constituem um desvio das postulações (revolucionárias), o que conspira contra o desenvolvimento da Revolução, tanto pelo eventual abandono da imprescindível vontade de independência frente aos centros mundiais de poder, como pela progressiva obstrução das próprias e originais vias (“tão cubanas como as

⁸⁰ *Idem. Ibidem.* p. 178.

⁸¹ Luce Fabbri em RAGO, Margareth. *Op. Cit.* p. 240.

palmas”) de construção de um socialismo, nem burocrático nem totalitário.”⁸²

Em nenhum momento se observou menção de apoio a Fidel Castro, à ditadura ou ao comunismo, pelo contrário, a apoio sempre foi à Revolução Cubana. Quando se qualificou a FAU de castrista ou fidelista na verdade se associou o próprio processo da revolução à figura pessoal de Fidel Castro ou ao comunismo. Um procedimento extremamente simplista, que levou a total indistinção entre Fidel Castro – comunismo – Revolução Cubana. Neste raciocínio conclui-se que ou se apóia tudo ou não se apóia nada. Uma visão histórica bastante maniqueísta no nosso entender. Para a FAU estas críticas eram sectárias na medida em que condenavam a Revolução Cubana pelo simples fato de que ela não era impulsionada hegemonicamente por anarquistas.

O efeito geral da Revolução Cubana na esquerda América Latina foi exatamente o oposto da suposta associação de linhas Revolução Cubana - Partido Comunista, imaginada por um setor de anarquistas. A revolução Cubana chegou num momento em que a FAU e algumas outras organizações revolucionárias uruguaias polemizavam com a esquerda reformista uruguiaia, sobretudo o PCU, a respeito da luta armada, emprego da violência, crítica a atuação parlamentar e radicalização das lutas populares.

O impacto da Revolução Cubana trouxe consigo, em que pesem todos os acordos posteriores entre Fidel e a URSS, uma série de questionamento à linha pacifista, à concepção etapista do socialismo, de aliança com a burguesia e de rechaço às possibilidades de um ruptura revolucionária na América Latina. Tratava-se de um questionamento estratégico implícito, com um referencial concreto. O apoio da FAU pode

⁸² “Justa Posición de FAU Sobre Revolución Cubana”. In: *Lucha Libertaria*. Montevideu, Novembro de 1962. p. 4.

ser entendido dentro deste marco, é mais do que tudo o apoio a uma linha estratégica de ruptura revolucionária: “(...) o rechaço - explícito e reiterado - da falsa disjuntiva capitalismo-comunismo, constitui a raiz da originalidade, e portanto da fuerza de irradiação na América Latina da experiência revolucionária de Cuba.”⁸³ Para a FAU o que merecia apoio era a defesa da auto-determinação dos povos, a luta anti-imperialista, popular e revolucionária, por mais que ela não fosse “anarquista” ou livre de imperfeições e problemas.

Interessante mencionar que a FAU declarou seu apoio desde 1958, quando a luta ainda não estava decidida, muito antes do Partido Comunista Uruguiaio e dos PCs da América Latina em geral, que se posicionaram contrariamente num primeiro momento.⁸⁴ O apoio dos PC's foi decidido posteriormente e de fora para dentro, numa evidência clara de que a linha política dos PC's estava mais condicionada ao que era decidido em Moscou, do que pela análise da realidade latino-americana. O período em que o PCU, depois de rechaçar Cuba, começou a apoiar a revolução foi justamente o período em que se estabelecem os acordos com a URSS e no qual Cuba passou a tomar uma série de medidas que foram contra o sentido inicial da revolução. A postura de apoio crítico da FAU foi tão clara que suscitou sérias desavenças na esquerda uruguiaia:

“(...) A Revolução se definiu como Marxista-Leninista um tempo depois. Nós estivemos desde o primeiro momento apoiando este proceso e defendendo o seu respeito. Integramos os primeiros Comitês de Apoio em barrios e sindicatos. Os que esperaram o rótulo foram outros.”⁸⁵

⁸³ “Justa Posición de FAU Sobre Revolución Cubana”. In: *Lucha Libertaria*. Montevideu, Novembro de 1962. p. 3.

⁸⁴ O PCU chegou a acusar Fidel Castro de ser agente da CIA no início da Revolução Cubana.

⁸⁵ “Reportaje a un viejo militante anarquista”. In: *Rojo y Negro*. nº 1. Montevideu, 1989. p. 51

O Partido Comunista, que a princípio condenou a Revolução Cubana, passou a defendê-la com unhas e dentes, anos depois, indo de um extremo ao outro:

“Em certos círculos ‘incondicionais’ foi recebida com as previsíveis exclamações de escândalo: fazer críticas! Assinalar perigos inexistentes em Cuba! Acusar de sectários aos que nunca o foram! Alertar sobre a política da URSS! Insistir com a necessidade de independência! Somente em elementos divisionistas pode passar tal coisa.”⁸⁶

Não haveria motivo para a FAU ser criticada caso seu apoio fosse tão incondicional quanto disseram os anarquistas que saíram da federação. As formas concretas de apoio da FAU a Cuba foi de caráter bem diferenciado também. Os militantes da FAU com atividades sindicais, de bairro ou estudantis promoveram este apoio através de comitês de bairro⁸⁷ e do movimento social de maneira clara. Ainda no ano de 1959: “La Pro-Central de Trabajadores resuelve incluir a nuestro gremio en una delegación a Cuba y el compañero Duarte (...)”⁸⁸ León Duarte foi um dos fundadores e principais dirigentes da FAU, fundador da CNT, além de ser mais um dos “desaparecidos” políticos na ditadura. O sindicato de FUNSA, um dos principais do país, foi dirigido por ele durante anos e também apoiou Cuba desde o início.⁸⁹

Para finalizar este ponto reproduzimos abaixo um trecho do depoimento de um antigo militante da FAU sobre a conversa acontecida numa reunião entre a FAU e um delegado cubano no Uruguai em meados de 1965. O trecho é um pouco longo, mas muito

⁸⁶ “Justa Posición de FAU Sobre Revolución Cubana”. In: *Lucha Libertaria*. Montevideo, Novembro de 1962. p. 4.

⁸⁷ Os primeiros comitês de apoio à Revolução Cubana no Uruguai foram dos bairros do Cerro e La Teja, formados pela militância da FAU.

⁸⁸ *Esboço Biográfico de León Duarte*. mimeo. Montevideo, p. 2.

⁸⁹ “Reportaje a Miguel Acosta – Parte II”. In: *Solidaridad*. nº 9. Montevideo, Outubro de 1988. p. 10.

rico por se tratar algo mais informal e que ilustra bem a relação da FAU com Cuba naquele momento. O militante Juan Carlos Mechoso nos diz que:

“(...) Quem havia acertado esta reunião era Gerardo Gatti. A reunião se fez. Gerardo insistiu para que eu fosse, sobretudo porque eu era do Cerro, onde havia sido formado um dos primeiros Comitês de Apoio à Revolução Cubana. Além disso, na região de Cerro-La Teja, o Ateneo havia reivindicado com colagem de caratazes e pixações de rua o assalto ao Moncada na oportunidade em que aconteceu.

Se falou sobre a situação em Cuba, as guerrilhas no continente e à determinada altura o cubano, um mulato grande, muito simpático e bom conversador, nos propõe que se nós mudássemos o nome da organização, tirássemos isso de anarquismo, teríamos a oportunidade de ir à Cuba e receber alguns cursos técnicos. Da mesma forma que estavam recebendo outras organizações continentais.

Não nos agradou nada o assunto. Porém ... estava dentro dos problemas que poderiam aparecer, estávamos diante de um companheiro com uma concepção ideológica muito distinta da nossa em matéria de socialismo. Gerardo que era bom expositor, lhe explicou de maneira bastante longa e fundada o porque da definição. O que implica em matéria de concepção socialista esta definição. Não poderia reproduzir tão longa conversação, somente recordo aspectos gerais. Mas dentro da exposição ficou claro que nós lutávamos por este socialismo, que este era o sentido de nossa luta, que haviam métodos de ação direta, um conceito de que o sistema somente se poderia mudar mediante ruptura e que o modelo de reconstrução tinha para nós um valor supremo: participação crescente do povo, processo de liberdade, estruturas e formas organizativas de acordo com estes processos.

O camarada seguiu com certa atenção a proposta, não parecia gostar muito. Gerardo terminou a fala. Neste ponto, depois de um breve silêncio, o Cubano disse mais ou menos: ‘têm que pensar numa mudança de nome, socialista sim, mas outra coisa’, e sugeriu algum tipo de nome, pelo que recordo não eram diferentes de outros que já haviam no continente. E agregou algo do tipo: “assim não vão viajar nunca nem receber curso algum”. Foi a gota d’água. Respondemos que nossa concepção não estava a venda para ninguém, que estava totalmente equivocada a proposta. Que não nos interessavam as viagens nem os cursos em determinadas condições e que ele podia ficar com eles.

Nos olhou um pouco surpreso e fez cara feia, nós também e cada um gritou algo para o outro por uns segundos. Depois veio uma certa calma. Parecia que o encontro havia terminado, pelo menos para nós parecia que a coisa não caminhava mais. Quando de

repente e em alto e bom som o cubano nos pergunta? Então vocês não estão de acordo com nós? E veio outra falação que correu por conta de Gerardo. Que tínhamos um reconhecimento do que havia significado a Revolução Cubana para as lutas revolucionárias no continente; que havia refrescado e posto em cena uma concepção de ação directa, de ruptura; que havia fortalecido uma linha anti-imperialista; que nós reivindicávamos o direito à auto-determinação dos povos; mas que defendíamos intransigentemente a autonomia que deviam ter os procesos revolucionários em cada lugar, de acordo com sua história e reais condições gerais, etc. E que além de tudo este reconhecimento da Revolução Cubana não significava que estivéssemos de acordo com o modelo interno. Um modelo que nos parecia se alinhar para assemelhar-se a URSS, com o que não tínhamos nenhuma afinidade. Houve uma troca mais de opiniões, agora em tom fraternal e se pôs um ponto final à reunião. Sim, temos concepções muito diferentes – disse o cubano ao despedir-se.

Dai para frente nossa relação com Cuba foi nula. Estava claro para nós que se havia alguma relação que valia a pena tinha que ser sem concessões (...) Não é que não valoramos a importância de certas transferências de conhecimentos, mas, se chegam com preço melhor não tomá-las (...) E se mateve uma consequência, sobre a qual muitas vezes se conversou, de fazer política, mas não politicagem, de não trabalhar em função de cálculos mesquinhos, demagogia, oportunismo, ou por pânico à solidão.”⁹⁰

Uma vez consumada a cisão na FAU, definiu-se um rumo mais preciso. Os setores que permaneceram na FAU, majoritariamente operários, possuíam um contato direto com a realidade social, e levaram a federação a adotar posturas diferenciadas em relação aos anarquistas que se colocaram numa postura “purista” em relação à ideário anarquista. Isso contribuiu muito para que a FAU fosse caracterizada como “não-anarquista”, “anarco-leninista” ou “anarco-bolchevique”.

Este rechaço de parte do meio anarquista à FAU, transmitido para outros países europeus e para a América Latina, fez com que muitos grupos anarquistas vissem a FAU com desconfiança ou sequer se aproximassem para conhecê-la, casos específicos do

anarquismo do Brasil e da Argentina. Por outro lado, a FAU evitou polêmicas com o meio anarquista, deixou sem resposta uma série de acusações repetidas muitas vezes ao longo destas últimas décadas. Não quis entrar no jogo de réplicas a cada menção que se fazia, até porque, segundo eles, tinham lutas muito mais importantes com as quais se preocupar. O fato que é que depois do racha, a FAU adquiriu mais unidade interna e teve condições de atuar no movimento social cada vez com mais peso: “De 1964 em diante sua coerência e eficácia resultou muito maior.”⁹¹

A conjuntura em 1964

A partir de 1964, na medida em que muitos problemas internos foram resolvidos, a organização encontrou espaço para se dedicar a outras questões. Tudo isso aconteceu em meio a uma situação social que é cada vez mais conturbada, tanto no plano nacional como no internacional. No que tange à economia mundial ocorreram alterações que tiveram um particular desdobramento para o Uruguai, a grande expansão financeira que começou a materializar-se a partir dos anos cinquenta não foi alheia a essa tendência. O sistema buscou nessa expansão maiores possibilidades de realizar efetivamente sua lucratividade, uma mobilidade mais ampla para qualquer parte do mundo, e sobretudo, uma plataforma para facilitar a concentração de capital. Por isso, o mundo em general e a Europa em particular, se inundaram de dólares durante os anos sessenta.⁹²

Alguns países cumpriram o papel de “plataformas” as quais o autor se refere. O Uruguai foi um destes países. Multiplicaram-se os bancos pelo país e a economia uruguaia sentiu o impacto destas modificações. A escolha do Uruguai para ser a “sede bancária”

⁹⁰ MECHOSO, Juan Carlos. *Acción Directa Anarquista: una historia de FAU*. Montevideo, Recortes, 2002. p. 65.

⁹¹ “Bosquejo Historico de la FAU”. In *Lucha Libertaria*. Montevideo, Dezembro de 1996. p. 51.

mais evidente na América do Sul não foi obra do acaso. A questão da segurança nacional está estreitamente associada a este processo. Os EUA reordenaram sua política externa para a América Latina de maneira evidente, é indubitável que a partir da década de 60, se produziu uma alteração dos objetivos estratégicos da política norte-americana, que se orientou para a construção de um novo perfil de militares em América Latina.⁹³

Estas alterações não marcam uma mudança em relação aos objetivos estratégicos dos EUA. Elas apenas denotam uma definição mais precisa da orientação tática a utilizar para “defender” aquilo que os EUA consideravam sua área de influência. Podemos dizer que alguns acontecimentos no cenário internacional, alteraram a correlação de forças e forçaram os EUA a dar uma resposta. Com o ascenso de Fidel Castro ao poder e o início da Guerra do Vietnam, o governo Kennedy modificou o Programa de Ajuda Militar estado-unidense, abandonando o argumento da segurança continental e propagando em toda América Latina a idéia de que os exércitos latino-americanos deviam direcionar suas energias para a contra-insurgência e a ação cívica.⁹⁴ A partir de então a caracterização dos exércitos se alterou sensivelmente. Operando-se uma transformação de todo aparato militar progressivamente os exércitos passaram ser, na prática, de ocupação interna. A partir de então o exército teria como tarefa central a preservação da segurança interna diante dos riscos de agressão por parte da subversão.⁹⁵

Para operar tal mudança os EUA forneceram treinamentos cada vez mais intensos que, além do conteúdo técnico, insistiam na tese de que aquilo que na verdade interessava aos EUA, servindo para defender a “pátria” de agentes subversivos internos ou infiltrados.

⁹² ASTORI, Danilo. *Op. Cit.* p. 114.

⁹³ CASTAGNOLA, José Luis; MIERES, Pablo. *La Ideologia Política de la Dictadura*. Montevideo, Ediciones de la Banda Oriental, 1989. p. 77.

⁹⁴ CASTAGNOLA, José Luis; MIERES, Pablo. *Op. Cit.* p. 78.

⁹⁵ *Idem. Ibidem.* p. 78.

Para formar este tipo de pensamento, os EUA contaram com o forte apoio dos militares brasileiros, através da Escola Superior de Guerra (ESG) por exemplo.⁹⁶ Este tipo de relação entre os militares norte-americanos e latino-americanos corroborou para fortalecer as suspeitas da iminência de golpes militares pelo continente. O agravamento da situação econômica e das tensões políticas aguçou ainda mais o temor e os rumores de um golpe.

A afirmação da FAU como organização política anarquista (partido)

Depois da cisão da FAU foi possível ao setor remanescente aprofundar alguns temas que não encontravam espaço anteriormente. Uma das principais discussões foi a definição da própria identidade política da FAU, como organização política anarquista e específica, como partido anarquista. Nesta definição contribuíram vários elementos históricos do anarquismo, mas também elementos extraídos da análise da realidade daquele momento.

Já mencionamos a participação que tiveram na formação da FAU muitos militantes anarquistas espanhóis que lutaram na Revolução Espanhola. Estes militantes trouxeram consigo toda sua experiência de luta. Com a fundação da FAU criou-se um espaço onde o debate teórico podia se realizar e era considerado essencial para a prática política. Dessa forma, estas experiências da Revolução Espanhola não se tornaram apenas uma lembrança de antigos militantes, objeto de estudo para acadêmicos ou tema de palestras em Centros de Cultura. Ela foi debatida e discutida nos marcos de uma organização política atuante, que tinha necessidades de avaliar a experiência anarquista para poder compreendê-la em seus erros e acertos. Isto era uma exigência prática para que o anarquismo pudesse incorporar este aprendizado e superar insuficiências, sem o que estaria condenado à nulidade prática.

⁹⁶ *Ibidem.* p. 78. “En este organismo se encuentra el único aporte próprio que las Fuerzas Armadas latinoamericanas realizan a la conformación de la D.S.N. (...)”

Poucos, no próprio meio libertário, ousaram proceder desta forma, e isso talvez explique em grande parte porque a FAU permaneceu ativa enquanto na maioria dos outros países os anarquistas ou desapareceram ou se fecharam em pequenos círculos com pouco ou nenhum contato com o movimento social.

Uma questão que FAU começou a levantar desde sua fundação, e que foi sendo formulada mais rigorosamente com o passar dos anos, foi o “Poder Popular”. E neste ponto podemos afirmar que existe de fato um dado novo no movimento anarquista. A experiência dos exilados anarquistas espanhóis foi fundamental neste aspecto. Identificaram o rechaço puro e simples ao poder como um ponto problemático, que deixou os libertários entre apenas duas alternativas concretas: instaurar uma Ditadura do Proletariado ou colaborar com o Estado Republicano. Neste dilema onde não havia a possibilidade de negar ambas as alternativas os anarquistas decidiram majoritariamente pela colaboração política no Estado.

Foge dos limites desta pesquisa investigar esta questão, mas o certo é que a colaboração política abriu chagas até o hoje incuráveis no movimento anarquista internacional, sobretudo na Espanha. O que nos interessa assinalar é que existiram correntes da FAI e da CNT que defenderam a formulação de uma alternativa libertária de poder, algo diferente do Estado burguês e da Ditadura do Proletariado. Esta corrente foi minoritária, muito atacada, chamada de anarco-bolchevique e não chegou a desenvolver uma concepção de poder. No entanto, na região aragonesa da Espanha existiu o Conselho de Aragón ⁹⁷, uma forma de poder libertário que se manteve durante a Revolução e que a FAU considera

⁹⁷ Ver CASANOVA, Julian. *Anarquismo y Revolución en la Sociedad Rural Aragonesa, 1936-1938*. Madrid, Siglo Veintiuno, 1985; LORENZO, César M. *Los anarquistas españoles y el poder, 1968-1969*. Paris, Ruedo Ibérico, 1972.

como um ensaio de Poder Popular, e não por acaso predominaram nesta região os setores anarquistas que defenderam anteriormente a formulação de um poder libertário.

Segundo a FAU, no caso espanhol a ausência de uma concepção estratégica, de organização política do poder foi consequência da ausência de organização política anarquista e um dos fatores responsáveis pela desorientação da maioria da CNT e da FAI em meio à Revolução Espanhola. O simples fato de avaliar esta experiência histórica do anarquismo custou muitas críticas à FAU no meio anarquista. Foi um rompimento com a atitude dominante nos meios libertários, que raramente se prestavam à auto-crítica.

Segundo a FAU

“(...) nós, socialistas libertarios organizados na FAU, temos nos esforçado, desde a concretização orgânica de nosso movimento, em assimilar os aportes que se deduzem das atuais lutas, integrando-as ao contexto de nossa tradição militante, para enriquecer nossa ideologia e alcançar uma adequação cada vez maior de suas formulações às realidades atuais, para sua transformação. Para fazer, em suma, da ideologia, uma arma eficaz de luta, que nos ajude a alcançar a altura de nossas responsabilidades práticas. Não uma ‘torre de marfim’ onde se pode fechar na pureza perfeita de uma inutilidade ou de uma coexistência claudicante com os inimigos de classe.”⁹⁸ e ainda: “Sim, desenvolvimento criador do muito que existe de vigente na ampla bagagem do socialismo, de tudo de útil no sentido socialista e libertário, sem preconceitos de um sectarismo rotineiro.”⁹⁹

Para entender os motivos que impediram o desenvolvimento de uma concepção estratégica de poder é importante retomar um pouco a trajetória e a caracterização da FAI¹⁰⁰ e da CNT¹⁰¹ espanholas. A FAI surgiu inicialmente por um motivo urgente: organizar a autodefesa dos militantes anarquistas e não foi por acaso que a FAI surgiu no auge da

⁹⁸ MECHOSO, Juan Carlos. *Op. Cit.* p. 50.

⁹⁹ *Idem. Ibidem.* p. 55.

¹⁰⁰ Federação Anarquista Ibérica, organização específica anarquista que reuniu militantes libertários a Espanha e Portugal a partir de 1927.

¹⁰¹ Confederación Nacional del Trabajo, central sindical de orientação anarco-sindicalista, fundada em 1910.

ditadura de Primo Rivera. Os acontecimentos do período demonstraram dia-a-dia que a formação de uma organização especificamente anarquista, de caráter semi-clandestino, era um imperativo, principalmente para a sobrevivência dos principais militantes libertários.¹⁰² Evidentemente que ela não se restringiu somente a isso e buscou objetivos mais amplos do que a simples ação armada, como atuar dentro da CNT, mas certamente ela guardou durante toda sua trajetória esta “marca de nascença”. Isso ocorreu em parte por força das próprias circunstâncias, e em parte porque amplos setores da FAI entenderem que caberia a CNT a condução da estratégia política. A FAI seria então uma organização auxiliar da CNT. Existiu assim alguma aproximação com os conceitos de organização de Bakunin (a Aliança da Democracia Socialista atuando na 1ª Internacional):

“A FAI constituía, por assim dizer, o núcleo dos sindicatos anarquistas, além de oferecer verdadeira garantia contra os golpes oportunistas e o perigo de desvios em direção ao reformismo. Nessa estrutura, vem de novo à luz o modelo de Bakunin: a organização de um movimento de massas espontâneo dirigido por um grupo sólido de revolucionários profissionais atuando na clandestinidade.”
103

Mas isso tem limites claros e essa aproximação não pode ser exagerada. O que se percebe pela prática é que a FAI nunca chegou a ser uma verdadeira organização política, com uma estratégia definida. Entre os anarquistas militantes da época se dizia que a FAI “não era o cérebro da CNT, mas os culhões”. O que podemos constatar é que a FAI, surgiu bem depois da CNT e isso tem uma importância fundamental. É uma organização que nasceu dentro de um contexto bem marcado pela presença do anarquismo enquanto movimento de massas. Essa é uma diferença fundamental em relação à Aliança de Bakunin.

¹⁰² “Tínhamos de nos defender. Quando fundamos nosso grupo só em Barcelona já tinham sido mortos pelo terror branco mais de trezentos anarquistas sindicalizados. Mais de trezentos mortos!” Conforme

Enquanto a Aliança era a grande fomentadora do socialismo libertário¹⁰⁴ de massas no interior da Internacional, a CNT é que de certa forma, foi quem acabou determinando o surgimento da FAI. Além disso, a FAI era pública enquanto a Aliança era clandestina, o grau de homogeneidade interna de ambas eram bem distinto, sendo a FAI composta de grupos com características distintas entre si. Por fim, a FAI defendia no âmbito de massas um sindicato anarco-sindicalista, a CNT, coisa impensável dentro da concepção bakuninista.

Desde a chegada de Fanelli à Espanha, passando pelo surgimento da CNT em 1910 e caminhando até o nascimento da FAI em 1927; está estabelecida uma fortíssima tradição anarquista na Espanha. Esta tradição se transformará a partir de então na grande referência de anarquismo na Espanha, e exercerá influência em grande parte do mundo. O que nos interessa trazer à luz é que esta tradição não é exatamente a mesma do bakuninismo. Há uma série de diferenças entre o anarco-sindicalismo espanhol e o anarquismo bakuninista.

A dificuldade que a FAI encontrou para chegar a uma elaboração política deveu-se a alguns motivos. Primeiramente, não só a FAI mas a própria CNT, não contavam com elaboradores teóricos e intelectuais em grande número. Esta sempre foi uma carência do anarquismo espanhol, que se explica, em parte, pelo seu próprio caráter classista. Isso ocasionou uma diminuta presença de elementos da classe média, que em geral pendiam mais para o republicanismo ou para os partidos de influência marxista (PSOE e PCE).¹⁰⁵

ENZENSBERGER, Hans Magnus. *O Curto Verão da Anarquia: Buenaventura Durruti e a Guerra Civil Espanhola*. São Paulo: Cia. das Letras, 1987. p. 42.

¹⁰³ ENZENSBERGER, Hans Magnus. *Op. Cit.* p. 38.

¹⁰⁴ Utilizo socialismo libertário ao invés de anarquismo, pois este era o termo em voga no período da 1ª Internacional, muito embora ambos tenham se tornado sinônimos tempos depois.

¹⁰⁵ "(...) o anarquismo era também um movimento eminentemente popular. O papel que desempenhou em seu seio a intelectualidade e os grupos 'propensos' da classe média foram sumamente insignificante." DE JONG, Rudolf. "El Anarquismo en España". In: *El Movimiento Libertario Español. Pasado, presente y futuro*. Paris, Ruedo Ibérico, 1974. p. 11.

Em segundo lugar, as condições históricas, como a ditadura de Primo Rivera e a repressão constante dificultavam um trabalho de elaboração teórica, para o qual se necessitava de tempo e alguma tranquilidade. Também devemos levar em conta o pouco tempo de vida que a FAI teve para se firmar enquanto organização, fundada em 1927, ela teve cerca de 9 anos de vida até o momento da revolução.

Finalmente, o processo de formação da FAI, aconteceu respondendo primordialmente às necessidades de autodefesa. Nesse contexto agruparam-se naturalmente na FAI elementos que tinham afinidade com esta postura de autodefesa e ação direta. Esse foi o grande ponto de unidade da FAI e não um objetivo político determinado. Dessa forma acabaram se agrupando na FAI anarquistas de várias facções:

“(...) se disse que a FAI constituía o movimento revolucionário puro do anarquismo espanhol e a CNT uma corrente mais moderada, mas não passou nada disso. A CNT, e também a FAI em menor medida, agrupava em seu seio diversas correntes ou tendências revolucionárias. E caberia dizer que eram mais importantes as diferenças entre as regiões que entre a FAI e a CNT (...) O que distinguia os homens da FAI, isso sim, era que todos fossem ativistas ou militantes muito ativos.”¹⁰⁶

Esta pluralidade, interna ao próprio anarquismo, dificultou o consenso em torno de alguns pontos que se revelaram fundamentais no decorrer da revolução. Muitas divergências, embora já aparentes, foram deixadas de lado. Na avaliação da FAU, na verdade faltou uma articulação entre a organização de massas, a CNT e a parte responsável pela ação direta clandestina, a FAI. Não houve uma instância política que harmonizasse as duas organizações, a FAI nunca chegou a desempenhar este papel e isso foi fatal para o anarquismo espanhol. Nesta análise a FAU já trazia implícita a concepção na qual se fundou.

¹⁰⁶ DE JONG, Rudolf. *Op. Cit.* p. 12.

No caso da FAU a discussão centrava-se sobre a necessidade de uma organização política revolucionária, um “partido” anarquista, seu caráter, suas atribuições, estratégia, táticas e forma orgânica. Nesta linha de análise da Revolução Espanhola a ausência de uma organização específica anarquista (tenha ela o nome de partido, organização ou federação) teve, segundo a FAU, uma importância fundamental na derrota da revolução. Essa perspectiva é interessante pois é uma crítica que se situa dentro da própria corrente libertária.

Normalmente alguns autores identificam a problemática da ausência de um partido revolucionário, do ponto de vista do marxismo, isto é: a debilidade do anarquismo estaria ligada a esta ausência e, seria a prova de que o partido - para estes autores nos termos marxistas obviamente - é imprescindível. O problema desta análise é que ela dá o monopólio do conceito de partido ao marxismo, identificando, por um lado, todos os anarquistas como avessos a organização partidária e, por outro lado, toda organização revolucionária partidária como marxista. Esta é uma via de análise que parece se utilizar de alguns acontecimentos históricos particulares para reforçar suas teses políticas e, portanto, sendo este o objetivo, algumas coisas são deixadas de lado. Isto é percebido por exemplo em vários autores que comentam sobre os anarquistas da linha de Durruti na Espanha: “(...) não deixam de operar uma virada radical que os põe em contradição com os princípios anarquistas tradicionais (...)”¹⁰⁷

Aliás, mesmo que a FAI não tenha nunca se reivindicado como partido seus militantes foram duramente criticados dentro do próprio meio anarquista devido a algumas posições assumidas, por exemplo a defesa da auto-disciplina revolucionária, a utilização da violência revolucionária como método, a defesa de estruturas orgânicas mais rígidas, a

defesa da formação de um exército revolucionário regular no período revolucionário, etc. Isto ocorreu não somente na CNT, mas na própria FAI.

Estas divergências, cada vez mais agudas, à medida em que recrudesçam as condições da revolução e da guerra, acabaram por colocar em campos quase opostos os próprios anarquistas. Muitas das questões centrais neste debate envolviam a questão do poder e as formas de organização. Percebia-se duas posições, agrupadas, uma em torno de Santillán e, outra ao redor do grupo faísta Solidários (Nosotros). Estes últimos, pelo conteúdo de suas posições, foram qualificados por vários autores e até mesmo por muitos anarquistas de “anarco-bolcheviques”.¹⁰⁸ Neste caso fica evidente a intenção de alguns autores de classificar como quase “não-anarquistas” os componentes desta tendência. Vai aí implícito um juízo de valor que parece querer dizer, que uma orientação diversa da chamada “purista” caminharia inevitavelmente para o bolchevismo, numa espécie de “evolucionismo político”. Como o anarquismo bakuninista não entra em questão, e este termo de comparação se dá justamente em relação ao que se chamou de “anarquismo puro” ou relação à “tradição anarquista” espanhola construída no século XX, o bolchevismo lhes parece ser a referência mais próxima.

No caso dos anarquistas que classificaram Durruti e os Solidários de “anarco-bolcheviques”.¹⁰⁹ Neste caso as raízes do problema estão calcadas muito mais nas disputas políticas internas da CNT e da FAI, na tentativa de identificar tudo o que seja anarquismo à sua própria concepção de anarquismo, excluindo assim os divergentes. De qualquer forma, é no próprio anarquismo que se encontra a explicação para as divergências internas da

¹⁰⁷ BROUÉ, Pierre *A Revolução Espanhola: 1931-1939*. São Paulo, Perspectiva, 1973. p. 39

¹⁰⁸ Por exemplo BROUÉ, Pierre. *Op. Cit.* p. 39.

¹⁰⁹ Caso de OLAYZOLA, José Maria e BERRO, Chema na obra *Sindicalismo y Transformación Social*. Madrid: Libre Pensamiento/Los Libros de la Catarata, 1993. p. 29.

CNT, e principalmente da FAI, e resgatar o bakuninismo contribui muito para elucidar estas polêmicas. Justamente por ter como referência o bakuninismo a FAU foi capaz de perceber estes pontos e realizar esta crítica. A nosso ver é equivocado falar em “princípios anarquistas tradicionais”. Isto seria até certo ponto verdadeiro para o contexto espanhol, mas certamente não o é para o anarquismo como um todo e mesmo para o anarquismo espanhol do final do século XIX, ainda sob influência de Bakunin.

A FAU como organização específica

Para entender a forma de organização política da FAU foi necessário retomar um pouco o histórico do anarquismo, das lutas sociais no Uruguai, além de mencionarmos as correntes anarquistas e experiências libertárias que tiveram relevância para a formação da federação. Mais do que isso, as formas orgânicas concretas, somente podem ser entendidas se relacionadas com a estratégia e as táticas da organização. Ou seja, o tipo de organização que se adota reflete diretamente as pretensões estratégicas.

Já mencionamos anteriormente as influências teóricas mais relevantes para a FAU dentro do anarquismo: Bakunin, Malatesta, a FAI espanhola e também os Mackhnovistas ucranianos. Genericamente é com estas correntes libertárias que a FAU se encontra afinada. Não por acaso, estas correntes libertárias foram as que mais conseguiram concretizar e tornar realidade seus objetivos. Apesar do nome de Federação Anarquista Uruguiaia, a FAU refere-se a si própria sempre como “Organização” ou às vezes como “Partido”. Esta nomenclatura nos dá a idéia de algo mais consistente e homogêneo do que uma federação de grupos, que expressa uma organização mais heterogênea, com grupos de identidade distinta. Entretanto, tudo isso ainda é insuficiente para caracterizar a FAU:

“As características da organização política, do ‘partido’, não podem definir-se caprichosamente, em abstrato. Para poder adotar com fundamento um tipo de estrutura organizativa determinada, para poder eleger eficazmente um critério de trabalho, há que se partir das aspirações e desejos próprios, mas também da análise e da avaliação dos fatos, das situações dentro das quais se atua.”¹¹⁰

Faz-se necessário precisar o conteúdo e a forma desta organização para que tenhamos uma idéia mais concreta. A FAU trabalhava com a concepção de “Ação Direta a todos os níveis”. Concretamente isso quer dizer que existem para a FAU vários âmbitos de atuação, todos eles coordenados globalmente pela organização política específica:

“A organização política supõe um nível bem preciso de definição e ação. Este nível deve diferenciar-se claramente das organizações de massas (sindicais, *barriales*, etc.) e das organizações de tendência (agrupações ou listas de orientação combativa). Nunca se insistirá suficientemente sobre o fato de que o ‘partido’, atuando sempre entre as massas, pelo grau de compromisso que implica, por suas exigências de funcionamento disciplinado, pela índole delicada e decisiva de suas tarefas, deve ser e deve ver-se como algo claramente distinto de qualquer tipo de organização de massas. Sem uma clara e prévia delimitação neste sentido é impossível pensar sequer na estruturação de uma verdadeira organização política, capaz levar adiante, realmente, as mais pesadas responsabilidades que lhe competem em todos os terrenos. Igualar, misturar tudo, atuar com o mesmo critério, com a mesma exigência, no sindicato e no grupo especificamente político, é um erro muitas vezes cometido no passado, mas que agora já não podemos nos permitir.”¹¹¹

Percebe-se que esta concepção é bem diferente de outras experiências de organização anarquistas, que prescindiam do ‘partido’ e mesclavam o nível político com o de massas, ou seja, o sindicato e organização anarquista. Sem conhecer a corrente bakuninista do anarquismo e a existência ainda no século XIX, de um partido

¹¹⁰ “Pautas para el desarrollo de la organización político-revolucionário”. In: *Cartas de FAU*. Montevideu, 15 de junho de 1970. p. 1.

revolucionário anarquista (Aliança da Democracia Socialista) dir-se-ia que a FAU adotou um modelo de partido leninista, o que seria uma grande confusão; ou como de fato ocorreu, uma tentativa de descaracterizar a FAU como anarquista. Isso tudo põe de manifesto que a FAU pouco tem a ver com o anarco-sindicalismo. Numa entrevista a um jornal uruguaio um dos secretário da FAU assim respondeu a este questionamento:

“Não predominava então uma concepção anarco-sindicalista?

- Não, desta se tomou sua rica história classista, reformulando-a. Nossa organização estabelecia uma luta prolongada e um trabalho simultâneo em diferentes níveis. Tanto o trabalho de massas como o armado eram vistos desde uma ótica totalmente política; é óbvio que se a finalidade e o projeto revolucionários não estão presentes guiando a prática de luta cotidiana em todos os níveis, nunca se processarão as condições para um desenlace revolucionário (...) O que estava claro é que a atividade política tinha que ser não eleitoral, que a relação com a população não era através do voto (...)”¹¹²

Enfim, para a FAU a necessidade uma organização revolucionária é fator primordial para se levar adiante um processo revolucionário:

“Somente uma organização especificamente política pode cumprir o papel de sustentar e orientar o combate a longo prazo. Combate que exige trabalhar com características que possibilitem a sobrevivência e o crescimento em condições difíceis. Que exige coordenar ações em setores diversos, em terrenos distintos, com métodos distintos, em condições de complexidade crescente.”¹¹³

Como já dissemos, o caráter da organização está enquadrado nos marcos de uma estratégia e de uma tática definidas. O conceito de estratégia da FAU rompe com qualquer possibilidade de espontaneísmo e voluntarismo romântico, muito comuns em diversas

¹¹¹ “Pautas para el desarrollo de la organización político-revolucionário”. In: *Cartas de FAU*. Montevideu, 15 de junho de 1970. p. 2.

¹¹² “La bandera es patrimonio del pueblo”. In: *Mate Amargo*. Montevideu, 24 de abril de 1991. p. 8.

¹¹³ “La estrategia es una sola, la táctica varia en los períodos de reflujo” In: *Cartas de FAU*. Montevideu, 28 de outubro de 1968. p. 2.

organizações anarquistas, na medida em que as ações estavam enquadradas em marcos estratégicos de longo prazo, e não definidas ao sabor do momento, do imediato:

“A atividade de uma organização política supõe uma previsão do futuro possível dos acontecimentos durante um lapso mais ou menos prolongado, previsão que inclui a linha de ação a adotar pela organização diante destes acontecimentos, de maneira a influir sobre os mesmos no sentido mais eficaz e adequado. A estas previsões é que se chama linha estratégica.”¹¹⁴

Ao mesmo tempo isso não quer dizer que a estratégia seja fixa. Imutável, ela acompanha o movimento da realidade e pode ser alterada mediante a análise de uma nova situação:

“Naturalmente se a situação geral experimenta mudanças muito importantes, isso alteraria as condições dentro das quais tem que operar a organização e esta, se quer atuar com eficácia, terá que revisar sua estratégia para adequá-la à nova situação. Observe-se que tudo isso não implica modificar os objetivos perseguidos, os fins, nem os princípios ideológicos.”¹¹⁵

Entretanto a estratégia deve ganhar vida no dia-a-dia e para isso é necessário uma tática adequada. A FAU insistia bastante neste ponto, uma vez que muitas organizações anarquistas possuam belos objetivos e estratégias no papel, mas foram incapazes de convertê-la em táticas, em prática: “porque a estratégia proporciona somente linhas gerais para um período. É a tática que a encarna na realidade concreta, atual, que a traduz em hechos.”¹¹⁶ Desta observação conclui-se que a forma orgânica a ser adotada e o tipo de trabalho a realizar variam conforme conjuntura. Portanto:

“(…) outra coisa que não se deve fazer é dogmatizar em matéria de formas organizativas concretas. A partir de critérios gerais, válidos no marco de uma situação estratégica dada, podemos adotar

¹¹⁴ “De aqui partimos”. In: *Cartas de FAU*. Montevideu, 1º de junho de 1970. p. 1.

¹¹⁵ “De aqui partimos”. In: *Cartas de FAU*. Montevideu, 1º de junho de 1970. p. 1.

¹¹⁶ “De aqui partimos”. In: *Cartas de FAU*. Montevideu, 1º de junho de 1970. p. 2.

muitas diferentes modalidades organizativas, como respostas a variações da situação no plano tático ou como resposta a problemas novos (crescimento da organização, necessidade de instensificar certo tipo de tarefas, etc.)”¹¹⁷

Ainda falando sobre estratégia, a FAU considerava que fatores ideológicos também pesam no momento de defini-la:

“Uma concepção estratégico-tática adequada tem que levar em conta, como dissemos, a situação real do período para o qual se projeta. Mas isso não basta. Os fatos, a prática, a experiência ‘pura’ não bastam. E mais. A experiência ‘pura’ não existe. Toda organização que atue politicamente chega a uma concepção estratégico-tática a partir de certos pressupostos (explícitos ou implícitos) que são ideológicos, teóricos. Não pode existir estratégia a-política, neutra ideologicamente.”¹¹⁸

Em termos orgânicos mais concretos as consequências da concepção de organização da FAU fizeram com que os ingressos na organização fossem seletivos:

“Os partidos reformistas burgueses recrutam qualquer um. Quanto mais filiados melhor. Este critério é válido somente se o que se pensa em fazer é seguir apresentando-se indefinidamente às eleições, onde a única coisa que conta é o número (...) Se do que se trata é desenvolver outro tipo de luta, (...) a existência de certo nível de qualidade nos quadros é vital. Isto não supõe uma concepção ‘aristocrática’ mas simplesmente prática. Com efeito, quem se animaria a fazer algo mais ou menos comprometedor dentro de uma organização aberta, amorfa, onde continuamente entra e sai gente? (...) Porém, selecionar implica sempre num critério de seleção. O critério de seleção que nunca falha, são os fatos.”¹¹⁹

A necessidade da disciplina era admitida cabalmente, porém era um conceito de disciplina de caráter libertário:

¹¹⁷ “Pautas para el desarrollo de la organización político-revolucionário”. In: *Cartas de FAU*. Montevideu, 15 de junho de 1970. p. 2.

¹¹⁸ “De aquí partimos”. In: *Cartas de FAU*. Montevideu, 1º de junho de 1970. p. 2.

¹¹⁹ “Pautas para el desarrollo de la organización político-revolucionário”. In: *Cartas de FAU*. Montevideu, 15 de junho de 1970. p. 3.

“Se nós elegemos a disciplina consciente, onde o militante aceita (se auto-submete) a uma disciplina fundada na compreensão política racional e na participação de certos valores (...), e não na disciplina de quartel, é porque queremos construir segundo nossos princípios ideológicos, uma sociedade onde as modalidades quarteleras não existam. Ainda que, de repente, seja mais difícil conseguir militantes conscientes (...) e não simplesmente, militantes obedientes (...)”¹²⁰

Logicamente, numa organização deste tipo o individualismo e o espontaneísmo não podiam conviver:

“O ‘independente’ individual, o grupo sindical isolado em seu centro ou seu sindicato começa a tocar então, às vezes dolorosamente, os limites concretos, inexoráveis, de suas possibilidades (...) O que se necessita é uma atividade regular e eficaz. Já não basta a atividade esporádica, o ‘turismo militante’, que não deixa de sê-lo por mais que praticando-o se corram riscos ou se levem a cabo ações muito combativas. Para chegar a enfrentamentos decisivos se necessita de algo mais que impulsos ‘estacionais’. Se precisa de um trabalho intenso e constante, que presuppõe superar hábitos muito arraigados em alguns ambientes.”¹²¹

Falando de maneira genérica, a FAU se construiu como uma organização política, um partido, que deveria ter atuação tanto no nível de massas (uma tendência inserida no movimento social), quanto no nível militar (uma organização militar clandestina). Sem compreender esta proposta de organização é impossível entender a relação da FAU com tendências e outras organizações revolucionárias. No período pós-1964 a FAU foi se firmando enquanto organização política e trabalhou para construir o que ela denominou de outros níveis de ação direta.

¹²⁰ “Pautas para el desarrollo de la organización político-revolucionario”. In: *Cartas de FAU*. Montevideo, 15 de junho de 1970. p. 2.

Ação direta a todos os níveis: uma linha permanente

Esta concepção foi praticamente exclusividade da FAU na esquerda uruguaia. As forças do campo mais reformista não trabalhavam no nível de ação direta armada; e muitas das forças revolucionárias davam pouca ou nenhuma importância ao nível de massas e buscavam exclusivamente a luta armada. A FAU avaliava ambos como necessários e complementares. Este documento dos militares uruguaios, já da década de 1970, assinalava esta postura:

“Uma das definições que caracterizou esta organização sediciosa, é considerar o ‘trabalho de massas’ como fundamental; considera também como algo muito importante a luta contra as ‘concepções e práticas reformistas’ acusando o Partido Comunista de ser o máximo expoente delas. Como terceiro elemento de importância, esta organização objetiva o desenvolvimento da luta armada. Estas são as razões básicas pelas quais dedica importantes esforços para a união mais estreita visando a ação coordenada com o que chamam de ‘os demais grupos de esquerda revolucionária’.”¹²¹

A razão da valorização do “trabalho de massas” estava na avaliação de que um processo revolucionário não se faz exclusivamente com “vanguardas” armadas. Além do mais, até mesmo para a viabilização e para as ações de um aparato armado, consideravam de extrema importância um apoio popular ativo. Em 1966, ano do aniversário de 10 anos da FAU, os discursos do ato comemorativo afirmavam que: “Um movimento político não pode ser uma seita dedicada à custódia dos ‘livros santos’ onde estão contidas todas as verdades possíveis, ditas de uma vez por todas. A experiência prática, a história não se compadece quase nunca com os textos ‘sagrados’.”¹²²

¹²¹ “La estrategia es una sola, la táctica varía en los períodos de reflujo” In: *Cartas de FAU*. Montevideo, 28 de outubro de 1968. p. 3.

¹²² “La FAU impulsa el acuerdo de Epoca. Agosto de 1967.” In: *La Subversión*. Montevideo, F.F.A.A., 1977. p. 295-296.

¹²³ “Acto de 10 aniversario de FAU”. In: *Lucha Libertaria*. nº 4, Montevideo, Setembro de 1996. p. 8.

Ao mesmo tempo este 'trabalho de massas' não era um conteúdo vazio. Ele tinha uma linha também definida. Nela entravam os movimentos sociais de bairro, movimento estudantil e a espinha dorsal que era o trabalho sindical. Isso nada tinha a ver com o trabalho eleitoral: "(...) esta unidade política das forças de esquerda não deve, e não pode (os fatos o estão demonstrando agora mesmo) ter como centro a unidade eleitoral, no trabalho tristemente passivo e absolutamente inócuo de conseguir algum lugar a mais no parlamento da burguesia." ¹²⁴

É em meio a este contexto que atuou a FAU e, muitos dos fatos relativos ao movimento social tiveram relação direta com a atuação da organização. Neste período já é possível observar que a FAU havia adquirido uma linha política própria razoavelmente definida e estava atuando em diferentes níveis, ainda que estes níveis não estivessem plenamente estruturados como passaram a estar a partir de 1967-1968.

O Embrião do Nível Militar

A questão da violência e da luta armada para os anarquistas era uma necessidade estratégica. Não se tratava de um "gosto" ou uma opção isolada, mas de uma consequência lógica da estratégia adotada:

"Uma organização é realmente revolucionária se se propõe e resolve realmente o problema do poder, e o problema do poder somente se resolve com uma adequada linha de prática da violência." ¹²⁵ "Não se pode conceber uma organização revolucionária que não cumpra esta função. Não cumpri-la supõe renunciar de antemão à destruição do poder burguês, o que implica, necessariamente em luta armada." ¹²⁶

¹²⁴ "Acto de 10 aniversario de FAU". In: *Lucha Libertaria*. nº 4, Montevideu, Setembro de 1996. p. 5.

¹²⁵ "La violencia como tarea del partido II". In: *Cartas de FAU*. Montevideu, 29 de junho de 1970. p. 2.

¹²⁶ "La violencia como tarea del partido". In: *Cartas de FAU*. Montevideu, 22 de junho de 1970. p. 1.

Para a FAU além de uma necessidade, isto é uma atribuição específica de uma organização revolucionária: “A organização político-revolucionária tem, entre suas atribuições específicas, o desenvolvimento das formas de ação violenta. Este é um dos traços que a definem, diferenciando-a claramente das organizações de massas.”¹²⁷ A avaliação de que esta é uma atribuição da organização específica, e não de uma organização de massas, é justificada pela obrigatoriedade do sigilo, de critérios e preparação segura de tal tipo de trabalho, o que seria impossível numa organização de massas. Isso não quer dizer que o “nível militar” é “superior”.

Trabalhos neste nível de ação já existiam desde meados de 1960, porém as atividades tomaram outra dimensão através de formação de uma aliança entre algumas organizações de esquerda que buscavam trabalhar com a luta armada:

“Em meados do ano de 1963 se forma o que se conheceu pelo nome de “Cordinadora” dos grupos de esquerda mais radicalizados que eram: o Movimiento de Izquierda Revolucionaria, MIR, grupo que veio de cisão do Partido Comunista e da Juventud Comunista em 1962, como consequência da polêmica ideológica entre Rússia e China; o Movimiento de Apoyo Campesino, MAC, liderado por Eleuterio Fernández Huidobro, Carlos Hebert Mejías Collazo e Gabino Falero Montes de Oca, grupo que se separara em fins de 1962 do M.R.O.; um grupo sem nome liderado por Julio Marenales Saénz e Julio Manera Lluveras, saídos do Partido Socialista e que se encontravam muito vinculados a Raúl Sendic Antonaccio, apoiando desde Montevidéu, a atividade dos “cañeros; e a FAU”.

Através deste organismo são realizadas várias ações conjuntas no Uruguai:

“(…) se realizam entre os anos 1963 e 1966 uma série de operações que consistem em roubar alimentos de caminhões de entrega, para posteriormente reparti-los nas periferias, buscando assim encontrar um eco no povo para a propaganda armada; estas ações são firmadas com o nome “Los Comandos del Hambre (...) Durante os anos 1964 e 1965 conjuntamente com as ações anteriormente mencionadas, se realizam uma série de atentados contra empresas

¹²⁷ “La violencia como tarea del partido”. In: *Cartas de FAU*. Montevidéu, 22 de junho de 1970, p. 1.

estrangeiras (exemplo: ITT, BAYER, COCA-COLA). A última ação que realizou a “Cordinadora” é em 28 de novembro de 1966, roubando armas da loja ‘El Gaucho’.”¹²⁸

A chamada Coordinadora não teve longa duração devido a diferenças de linha estratégicas. Entretanto, ela não deixa de merecer atenção, pois foi dentro desta coordenação que surgiu o embrião do MLN (Movimiento de Liberación Nacional), mais conhecido como Tupamaros: “Diferencias surgidas en el seno de la ‘Coordinadora’ a propósito de la importancia del ‘Trabajo de masas’, hace que se separen de ella el MIR y la FAU; el resto va a conformar lo que será el Movimiento de Liberación Nacional, M.L.N.”

¹²⁹ Algum tempo depois, já no final de 1966, a FAU avançou nas discussões sobre a formação de um aparato armado:

“Em fins de novembro se realiza uma reunião especial. Até esse momento se haviam realizado algumas ações que correspondiam ao âmbito armado: ao longo do início dos anos 60, pouco depois na Coordinadora e recentemente para fazer finanças. Mas isso se fazia com companheiros de confiança, aqueles que se estimava funcionariam em tal evento. O que agora se propunha (...) era a formação de um embrião de Aparato Armado.”¹³⁰

Quanto ao destino da Coordinadora, apesar da dissolução dos laços orgânicos para ações concretas mantém-se o contato, sobretudo com os militantes dos Tupamaros, visando trocar experiências que possam ajudar a montagem do aparato da FAU:

“Neste ano (1966), apesar do Coordinadora já não funcionar, seguiram os encontros com os Tupamaros (...) A estas reuniões concorreram regularmente por parte dos Tupamaros: el ‘Ñato’ Eleuterio, Manera y Marenales. De nossa: Gerardo y Mauricio Gatti e quem escreve. Existiram alguns intercâmbios de informação,

¹²⁸ “Periodo 1963-1967. Desde la escisión hasta la ilegalización” In: *La Subversión*. Montevideo, F.F.A.A., 1977. p. 295.

¹²⁹ “Periodo 1963-1967. Desde la escisión hasta la ilegalización” In: *La Subversión*. Montevideo, F.F.A.A., 1977. p. 295.

¹³⁰ MECHOSO, Juan Carlos. *Op. Cit.* p. 56.

aspectos relacionados com a segurança e o tratamento de temas gerais.”¹³¹

Atuação no nível de Massas

No campo sindical a atuação da FAU cresceu bastante a partir da década de 60. Um dos motivos do racha da organização havia sido a priorização ou não do movimento operário. Uma consequência bem nítida dessa orientação foi a influência que a FAU teve na construção de uma central de trabalhadores no Uruguai: “Nossa organização esteve ativa e tomou a iniciativa, através de compañeros que estavam na direção de sindicatos grandes, de peso, na formação da Convención Nacional de Trabajadores (CNT).”¹³², o fato também foi “averiguado” pelos militares: “Durante todo este período a FAU desenvolve uma intensa ação sindical que aponta para a criação da C.N.T. (Convención Nacional de Trabajadores) em contraposição à política que sobre este ponto, desenvolvi o Partido Comunista neste momento.”¹³³

1964, o ano de fundação da CNT, foi um período chave para a definição de perspectivas do movimento social. Em março aconteceu o golpe militar no Brasil e isso deu um sinal de alerta para as organizações de esquerda da América Latina.¹³⁴ Em junho ocorreu uma crise no gabinete de governo e os partidos tradicionais entraram cada vez mais em choque. Diante de uma ameaça de golpe aconteceu uma greve geral como demonstração de força do movimento social. No mesmo mês de junho se convocou uma Convenção Nacional de Trabajadores¹³⁵, onde foi fundada a central de trabalhadores uruguaios (ainda

¹³¹ *Idem. Ibidem.* p. 58.

¹³² “Bosquejo Histórico de la FAU”. In *Lucha Libertaria*. Dezembro de 1996. p. 51.

¹³³ “Período 1963-1967. Desde la escisión hasta la ilegalización” In: *La Subversión*. Montevideo, F.F.A.A., 1977. p. 294.

¹³⁴ CHAGAS, Jorge.; TONARELLI, Mario. *El Sindicalismo Uruguayo Bajo de la Dictadura 1973-1984*. Montevideo, Ediciones del Nuevo Mundo, 1989. p. 25.

¹³⁵ CHAGAS, Jorge.; TONARELLI, Mario. *Op. Cit.* p. 65.

com a condição orgânica de coordenação), que ganhou o nome ¹³⁶ de CNT, bandeira vermelha e negra, nomes e símbolos que demonstraram a influência libertária.

Com a CNT fundada, dois anarquistas, dos principais militantes da FAU, Gerardo Gatti e León Duarte, assumiram funções no secretariado da central.¹³⁷ Neste período, ainda sem sede própria a CNT reunia-se no Sindicato de Artes Gráficas, cuja força hegemônica eram os anarquistas.¹³⁸ As preocupações com a possibilidade de golpe militar estavam presentes desde o golpe de 64 no Brasil e a CNT não deixou de tratar a questão com prioridade; o receio de golpe era tão forte que a CNT, no estatuto, ainda em sua fundação, já previa uma reação a um possível golpe de estado. No ano seguinte, 1965, a FAU estabeleceu sua sede:

“(…) Já estamos funcionando na sede de Misiones 1280, quase Buenos Aires. Este é um local amplo que permite a realização de atos públicos e reuniões da organização, serve igualmente de centro de propaganda (...) No mesmo local, no fundo, começa a funcionar a Cooperativa Operária Gráfica, que cobre a tarefa de linotipo e armado de libros, revistas e periódicos (...)”¹³⁹

Isso passou a dinamizar as atividades da FAU, sobretudo no que se refere à propaganda e agitação: “O aparato de propaganda, especialmente a parte de rua, tem dinamismo e regularidade. Não há um acontecimento relevante, nacional ou internacional, que não seja fixado nas paredes de distintos pontos estratégicos da cidade.”¹⁴⁰

¹³⁶ *Idem. Ibidem.* p. 25.

¹³⁷ “(…) Nos primeiros meses de 1964, fica consolidada a CNT e nela a FAU tem duas secretarias: Gerardo Gatti Antuña pelo Sindicato de Artes Gráficas e León Duarte Luján pelo Sindicato de FUNSA.” In: “Período 1963-1967. Desde la escisión hasta la ilegalización” In: *La Subversión*. Montevideo, F.F.A.A., 1977. p. 294.

¹³⁸ MECHOSO, Juan Carlos. *Op. Cit.* p. 36.

¹³⁹ *Idem. Ibidem.* p. 65.

¹⁴⁰ *Ibidem.* p. 35.

Em 6 de abril de 1965 a CNT, conforme definido num plano de luta aprovado na central ¹⁴¹, convocou uma nova greve geral que paralisou o país.¹⁴² Durante o ano todo ocorreram greves, sendo que a mais forte de todas foi a dos bancários, que durou 20 dias.¹⁴³

No ato de 1º de Maio de 1965, Gerardo Gatti, fez o seguinte discurso pela CNT:

“Os protagonistas desta jornada convocados pela CNT são os trabalhadores e que agora são muitos milhares, e se encontram firmemente debaixo da bandera da CNT. 500.000 trabalhadores pararam em 6 de abril exigindo terra, trabalho e liberdade: a partir deste momento, a política do governo mudou. Agora essa política é mais dura, mas não por isso vão nos deter.

Seguimos adiante e com firmeza reclamando um lugar na história já que somos os principais protagonistas da história ... E hoje gritamos bem forte: Soluções sim, golpe não (...) Os que querem o golpe de estado, saibam que o povo saberá responder de imediato, paralisando as atividades e ocupando os lugares de trabalho. No entanto, não ficaremos esperando o golpe, mas lutaremos por soluções de fundo, e não pretendam nos assustar, pois nós, os militantes sindicais estamos acostumados a perseguições. E que tenham bem claro que a cada golpe responderemos com outro golpe.”¹⁴⁴

Além disso, o movimento social sentiu a necessidade de uma resposta para a crise e foi convocado um “Congresso do Povo”, no qual participaram, além das organizações sindicais, os estudantes e representantes dos mais variados segmentos do movimento popular e de bairros. De 12 a 14 de agosto de 1965 reuniram-se neste congresso mais de 1376 delegados de 707 organizações. Neste congresso foi aprovado um “Programa de soluciones para la crise”.¹⁴⁵ O congresso preocupado com as possibilidades de golpe ou intervenção direta norte-americana, aprovou um chamado para protestos contra a invasão de São Domingos pelos EUA, questão que despertou muita atenção por parte dos

¹⁴¹ *Ibidem.* p. 36.

¹⁴² SIERRA, Yamandú Gonzalez. *Op. Cit.* p. 54.

¹⁴³ *Idem. Ibidem.* p. 54.

¹⁴⁴ “1º de Mayo de lucha” In: *Solidaridad*. nº 4, Montevideu, Maio de 1988. p. 9.

¹⁴⁵ CHAGAS, Jorge.; TONARELLI, Mario. *Op.Cit.* p. 27.

uruguaios, que esperavam um levantamento revolucionário.¹⁴⁶ Como resposta a intervenção dos *mariners* dos EUA, os trabalhadores portuários bloquearam navios e barcos com bandeira norte-americana no porto de Montevideu.¹⁴⁷ No segundo semestre o país viveu mais de um mês “medidas prontas de seguridad”, entre 27 de agosto e 4 de novembro.¹⁴⁸

No dia 8 de setembro, o governo uruaio rompeu relações com Cuba. Apenas 3 dias depois, a CNT convocou uma greve geral e diversas mobilizações protestando contra a medida.¹⁴⁹ Este apoio à Revolução Cubana tinha como pano de fundo uma avaliação da conjuntura política que colocava países da África, Ásia e América Latina reunidos sob o conceito de países de Terceiro Mundo. Avaliava a FAU no período:

“(...) assumindo o momento histórico nossa organização manifestava: Pertencemos à geração que no marco dos países do Terceiro Mundo livra uma batalha contra o imperialismo e o sub-desenvolvimento. A que triunfa, que é cercada, que se defende, luta em Cuba e Argélia. A que também entra em grandes contradições, na Indonésia, no Congo, em Gana, busca uma brecha para transitar no caminho revolucionário. A nova geração que na América Latina segue a rota aberta por Zapata e por Sandino (...)”

Mas dentro desta geração havia identidade com outras lutas que para muitos partidos de esquerda eram “contra-revolucionárias”: “A mesma geração que nas ruas de Budapeste, no cinturão vermelho de Czor, desde as minas, fábricas e también desde a base do Partido Comunista Húngaro lutou contra a burocracia e os tanques, pelo socialismo e a

¹⁴⁶ MECHOSO, Juan Carlos. *Op. Cit.* p. 37.

¹⁴⁷ SIERRA, Yamandú Gonzalez. *Op. Cit.* p. 54.

¹⁴⁸ MECHOSO, Juan Carlos. *Op. Cit.* p. 38.

¹⁴⁹ SIERRA, Yamandú Gonzalez. *Op. Cit.* p. 64.

liberdade.”¹⁵⁰ O conceito de terceiro mundo caminhava vinculado ao conceito de terceira via ou terceira posição: nem capitalismo, nem socialismo totalitário.

“Ratificamos a posição anti-imperialista integral (...) Terceira posição que teve entre outras expressões, a luta contra o nazi-fascismo ... em 1954, a solidariedade com a Guatemala mártir do imperialismo yanqui; em 1956, a condenação da agressão colonialista anglo-francesa contra o Egito e a agressão imperialista russa contra a Hungria; em 1959 a defesa da Revolução Cubana.”¹⁵¹

Por outro, lado esta terceira via, nada tinha a ver a proposta de terceira via de Perón por exemplo, não se tratava de uma mescla de capitalismo e socialismo totalitário: “Expressa que tampouco é admissível que ao referir-se à Terceira Posição se fale em meios termos entre capitalismo e socialismo (...)”¹⁵² Também em paralelo a estes conceitos estava uma avaliação do marxismo levado a prática na URSS “A política que seus sustentadores aplicaram na Rússia gerou a expropriação das conquistas revolucionárias por parte de uma nova classe, burocrática e de essência contra-revolucionaria, produzindo um tipo de sociedade estratificada e massificada, que com o capitalismo evolui rumo a um modelo comun.”¹⁵³ Portanto a crítica da FAU não é um afastamento do socialismo, mas sim a reivindicação de um socialismo com liberdade.

Neste período, ao final do mês de setembro, foi chamado um Congresso da CNT. Neste evento a CNT, que até então era uma coordenação de sindicatos e federações, passou a ser uma verdadeira central única, o que constituiu um avanço no nível de organicidade dos sindicatos, fator que poderia permitir respostas mais rápidas por parte da CNT.

¹⁵⁰ “Acto 35 aniversario de la Federación Anarquista Uruguaya”. In: *Solidaridad*. Montevideo, Setembro de 1991. p. 15.

¹⁵¹ ¹⁵¹ “Acto 35 aniversario de la Federación Anarquista Uruguaya”. In: *Solidaridad*. Montevideo, Setembro de 1991. p. 15-16.

¹⁵² “Antimperialismo y Apoyo Crítico a la Revolución Cubana” In: *Lucha Libertaria*. nº 4, Montevideo, setembro de 1996. p. 4.

Também neste congresso a CNT assumiu para si o programa construído e aprovado no Congresso do Povo.¹⁵⁴ O mês de outubro também foi bastante agitado, com a CNT chamando marchas em todo país no dia 7. No mesmo dia o governo decretou “Medidas Prontas de Seguridad”¹⁵⁵ e alguns dias depois, em 13 de outubro, a CNT responde convocando uma greve geral.

No dia 15 do mesmo mês novamente uma greve geral. O enfrentamento foi se polarizando maneira crescente durante o ano. Em novembro outra greve geral, no dia 25; no início de dezembro o governo novamente decretou “Medidas Prontas de Seguridad” e apenas 7 dias depois a CNT convocou outra greve geral.¹⁵⁶ Também os gráficos e jornalistas realizaram uma paralisação em protesto contra a censura nos diários *Epoca* - de uma coalizão de grupos de esquerda da qual fazia parte a FAU - e *El Popular*, do Partido Comunista.

No ano seguinte, 1966, a FAU avaliou que a postura política do PCU dentro da CNT conseguira barrar a aplicação dos planos de luta aprovados na central. Decidiu então pela formação de uma tendência sindical, chamada de Tendencia Combativa, que agrupou vários sindicatos cuja se opunha à direção majoritária do PCU¹⁵⁷:

“Se avaliou que nos tempos que corriam, as lutas que estavam no horizonte fazia necessária uma organização única dos trabajadores. Uma organização sindical não burocrática, de democracia interna, onde se respeitassem as tendencias, e que tivesse uma clara definición e atitud classista. También se tomou a iniciativa de construcción a nível sindical do que se denominou a “Tendencia Combativa”. Para ela se propunha uma ação direta de massas contra

¹⁵³ “Antimperialismo y Apoyo Crítico a la Revolución Cubana” In: *Lucha Libertaria*. nº 4, Montevideu, setembro de 1996. p. 4.

¹⁵⁴ CHAGAS, Jorge.; TONARELLI, Mario. *Op.Cit.* p. 27.

¹⁵⁵ SIERRA, Yamandú Gonzalez. *Op. Cit.* p. 55.

¹⁵⁶ *Idem. Ibidem.* p. 55.

¹⁵⁷ MECHOSO, Juan Carlos. *Op. Cit.* p. 46.

o inimigo de classe, promover a participação das pessoas na vida dos sindicatos e na luta.”¹⁵⁸

Todas estas tensões políticas permaneceram durante o ano de 1966 sem que o governo conseguisse controlá-las. Diversas greves gerais se sucederam mesmo diante da repressão cada vez mais forte e dos rumores de golpe, cada dia mais constantes. O governo preparou então um projeto de reforma constitucional, objetivando conferir mais poderes ao executivo, centralizando ainda mais o poder estatal, como resposta política às tensões sociais. No entanto, a situação era tão grave que mesmo esta reforma - que ficou conhecida como ‘Reforma Laranja’¹⁵⁹ -, teve que ir a plebiscito para adquirir legitimidade.

Este tema dominou as pautas da esquerda durante este ano. Parte das forças políticas de esquerda apostou num projeto de reforma alternativo e parte rechaçou o engajamento no plebiscito, a FAU estava entre estes últimos:

“O que se precisa são mudanças profundas em matéria econômica e social (como reclama o Congresso do Povo e a CNT), é preciso lutar por mudanças revolucionários, e não outra mudança mais na constituição (...) Aqueles que querem dissimular a necessidade imediata de mudanças, os que querem outra vez, que o povo os eleja para depois fazer o mesmo que agora, estes jogam a culpa de tudo na Constituição (...) a reforma da Constituição é uma cortina de fumo. Ao povo que se une em seus sindicatos em busca de soluções reais, se trata de dividi-lo ao redor de textos constitucionais (...)”¹⁶⁰

Em meio ao debate na esquerda a FAU foi acusada de ser apolítica, de repetir o velho “preconceito anarquista” contra as eleições, o voto, etc. As resposta da FAU veio neste tom, através do sindicato de FUNSA:

¹⁵⁸ “Bosquejo Histórico de la FAU”. In *Lucha Libertaria*. Montevideu, Dezembro de 1996. p. 51.

¹⁵⁹ Assim chamada devido a cor da papeleta de voto no plebiscito.

¹⁶⁰ Texto de Roberto Franano da FAU, publicado em *Epoca*. Citado em MECHOSO, Juan Carlos. *Op. Cit.* p. 45.

“Estamos contra todas as reformas constitucionais não por um apoliticismo torpe e negativo (peso que se arrastou no passado, mas que felizmente se superou faz já muito tempo). Estamos contra ditas reformas porque paralisam a luta, porque em última instância concordam e conciliam com o capitalismo e o imperialismo.”¹⁶¹

O interessante é que a FAU admitia como equivocadas as posturas anteriores dos libertários, de rechaço puro e simples da política em si. A polêmica sustentada pela FAU com os setores de esquerda que ficaram seduzidos pela possibilidade de alterar a conjuntura através da reforma foi longa e ríspida. Os anarquistas consideravam irreal qualquer possibilidade de resistência nos marcos da legalidade, num momento em que o regime tendia somente a endurecer:

“(…) Frente à ameaça de executivos fortes e de homens fortes, é utópico propor reformas para ter um impossível Parlamento forte. O único possível e realista é consolidar, unir, nutrir sindicatos fortes, combinando sua luta com as mil e uma formas de ação, adequadas a cada situação, dos demais organismos de ‘poder popular’.”¹⁶²

Neste debate ganhava corpo o conceito de “Poder Popular”, um poder que, segundo a concepção da FAU, seria exercido pelas organizações populares, em conflito com o poder estatal. Neste momento também podemos perceber uma mudança de enfoque em relação às eleições. Diferentemente de boa parte do movimento anarquista, que marcava uma importância muito acentuada em relação à questão do voto (voto nulo ou abstenção), a FAU procurava deslocar o enfoque para o questionamento da própria via eleitoral:

“Não acreditamos que o tema essencial seja em definitivo votar ou não votar. O que importa é que se faz e não o que se vota. O decisivo não é a atitude num Domingo isolado de fins de novembro, cada qual somente metendo papeizinhos numa urna dentro de uma

¹⁶¹ MECHOSO, Juan Carlos. *Op. Cit.* p. 46.

¹⁶² “(...) Em meio a este panorama e no marco da situação dos países vizinhos se projeta vergonhosamente sobre a vida política do país a ameaça de um ‘gorilazo’. Ou o expediente, de conteúdo similar, de uma ditadura legalizada. Em meio ao eufórico e confusionista jogo de reformas e contra-reformas da Constituição.” In: MECHOSO, Juan Carlos. *Op. Cit.* p. 49.

sala secreta ... O que decide é o que se faz, e como se faz e para quem se faz, todos os dias que precedem e todos os dias que se seguem a este Domingo folclórico.”¹⁶³

No dia 27 de novembro foi aprovada a reforma da constituição uruguaia. Na prática, a reforma permitiu ao governo tomar uma série de medidas e fazer uso de prerrogativas legais para agilizar a intervenção do aparato repressivo em caso de necessidade. Introduziu-se, legalmente, dispositivos autoritários, inéditos na história recente do Uruguai, uma país que até recentemente se gabava de sua tradição de “liberdades democráticas”. A “Reforma Laranja” abriu uma nova conjuntura política e na medida em que incorporava legalmente uma série de mecanismos autoritários, tornando temporariamente desnecessário um golpe de estado militar. Através de sua coluna no diário *Epoca* assim opinou a FAU sobre esta situação:

“É claro que a aprovação do Projeto de Reforma Laranja, habilitou, ao menos transitoriamente uma via legal para tentar superar dentro das pautas burguesas, a crise que vive o país, assegurando a perduração do regime do qual a mesma crise é um fruto inevitável. Neste sentido parece claro que o resultado eleitoral supõe a postergação pelo menos, da solução golpista ... Todavia, o adiamento da saída ‘extra legal’ não supõe necessariamente que não possam dar-se a qualquer momento e com qualquer pretexto atentados liberticidas ou ‘excessos de autoridade’ (...)”¹⁶⁴

No dia 1º de março de 1967 entrou em vigor a nova constituição e iniciou-se um dos períodos de mais forte perseguição política e repressão no Uruguai, que ficou conhecido como a “Ditadura Constitucional”.¹⁶⁵ Mas isso não foi o suficiente para paralisar o movimento social, tanto que no dia 9 de outubro o governo foi forçado a decretar, uma vez mais, “Medidas Prontas de Seguridad”. Neste ano, após a morte do presidente, o Gral.

¹⁶³ MECHOSO, Juan Carlos. *Op. Cit.* p. 53.

¹⁶⁴ *Idem. Ibidem.* p. 57

Oscar Gestido, assumiu o poder o vice, Jorge Pacheco Areco, que ficou na história com um dos mais autoritários presidentes do Uruguai. Com a radicalização do “Pachecato” a esquerda uruguaia se cristalizou em dois blocos no âmbito de massas. De um lado, o majoritário, vários partidos se aglutinaram em torno do PCU. No outro lado, a esquerda mais combativa se aglutina em torno da chamada Tendência combativa, impulsionada pela FAU.¹⁶⁶

A esta altura a FAU realizou um congresso da organização. Os temas principais foram: conjuntura, funcionamento orgânico e desenvolvimento do aparato armado. O grau de acordo em torno dos pontos foi amplo e se implementou uma série de medidas de segurança procurando se antecipar ao ascenso repressivo que se avaliava não tardaria a chegar. Nesta época o aparato armado da FAU se encontrava em funcionamento e os ajustes orgânicos foram praticamente finalizados. Por estes meses foram produzidos materiais de orientação a respeito de seguranças para a militância.¹⁶⁷

A Organização Latino-Americana de Solidariedade, OLAS e o diário Epoca

A oposição existente entre a linha do PCU, chamada de reformista; e a linha das organizações de esquerda mais radicais, adeptas da luta armada não foi um fenômeno exclusivamente uruguaio. Por toda a América Latina se enfrentavam estas duas linhas de ação, mesmo que com distintos matizes. A Revolução Cubana influenciou bastante para que várias organizações uruguaias buscassem se coordenar. A Conferência da OLAS, que se realizaria em Cuba no ano de 1967, seria o palco de uma grande disputa político-ideológica na esquerda uruguaia. Na Conferência Tricontinental do Cairo havia participado a F.I.DeL.

¹⁶⁵ *Ibidem.* p. 56. Ver também DE SIERRA. *Op. Cit.* p.291.

¹⁶⁶ CHAGAS, Jorge.; TONARELLI, Mario. *Op.Cit.* p. 28.

(Frente Izquierda de Liberación), encabeçada pelo Partido Comunista Uruguaio, na ocasião foram excluídas da delegação as seguintes organizações: MUSP, MIR, FARO, Partido Socialista, Marcha e FAU.¹⁶⁸ Nesta mesma conferência foi decidido que se formaria, em cada país, um Comitê da OLAS, desta vez mais amplo e representativo da esquerda, objetivando a conferência da OLAS que ocorreria em Havana, Cuba.

A convocação para a formação deste comitê jamais aconteceu, e o PCU almejava participar sozinho representando o Uruguai na OLAS, até porque no combate à linha revolucionária o Partido Comunista Uruguaio exercia tarefa de liderança entre os vários Partidos Comunistas da América Latina e não poderia ter sua linha ameaçada no próprio Uruguai. Objetivando formar um comitê de fato, em janeiro de 1966 a FAU lançou um chamado, através do diário Epoca, para que a FIDeL convocasse o comitê. Tentou-se durante meses alcançar tal intento, mas diante da negativa por parte da FIDeL, a FAU fez uma convocatória em 21 de dezembro de 1966, para uma mesa redonda que discutisse a formação do comitê uruguaio para OLAS. Atenderam ao chamado: Partido Socialista, Izquierda Nacional Independiente (INI), MIR, Movimiento de Acción Política Uruguaya (MAPU), Marcha, Epoca, além da convocante, FAU. O único partido de esquerda expressivo ausente foi o PCU. Também o MLN se integrou ao bloco inicial citado acima.¹⁶⁹ Carlos Maria Gutiérrez, da INI (Izquierda Nacional Independiente), acabou sendo delegado deste agrupamento de organizações na OLAS. O Partido Comunista mandou uma delegação à parte, na figura de seu secretário geral Rodney Arismendi, que não por acaso liderou o

¹⁶⁷ MECHOSO, Juan Carlos. *Op. Cit.* p. 75-80.

¹⁶⁸ MUSP (Movimiento de Unificación Socialista Proletaria), MIR (Movimiento de Izquierda revolucionario), FARO (Forças Armadas revolucionárias Orientales) e Marcha, agrupação que editava o periódico de mesmo nome, um dos mais tradicionais periódicos de esquerda da América Latina.

¹⁶⁹ MECHOSO, Juan Carlos. *Op. Cit.* p. 63-64.

bloco dos partidos comunistas latino-americanos presentes à Conferência. Os militares estavam atentos ao caso, conforme mostra este documento das forças armadas:

“Em julho de 1967, se realizou em Cuba a Conferência da Organização Latino-americana de Solidariedade (OLAS). Todos os grupos de esquerda da América Latina deviam resolver em seus respectivos países como estaria integrada a delegação à dita Conferência. No Uruguai a FAU está entre os primeiros interessados em que a delegação seja enviada e que esteja integrada pela esquerda subversiva.”¹⁷⁰

Em julho de 1967 realizou-se finalmente em Havana a Conferência da OLAS. As posições reformistas, encabeçadas por Arismendi, acabaram sendo derrotadas e a conferência condenou a URSS pela assistência econômica a governos do continente latino-americano. No Uruguai o diário do PCU, *El Popular*, censurou trechos dos acordos da OLAS e do discurso final de Fidel Castro, publicando apenas parte das resoluções. A FAU conseguiu o texto integral e o diário *Epoca* publicou os textos integrais, numa edição com tiragem maior, que se esgotou em poucos. Vejamos alguns trechos publicados que nos dão uma noção do teor crítico em relação aos PCs:

“(...) que ninguém se iluda de que conquistará o poder pacificamente em nenhum país deste continente, ninguém faça ilusões; aquele que pretende dizer às massas semelhante coisa, as estará enganando miseravelmente (...) Por vezes os documentos políticos chamados marxistas dão a impressão de que vão a um arquivo e pedem um modelo; modelo 14, modelo 13, modelo 13, todos iguais, com o mesmo palavrório, que logicamente é uma linguagem incapaz de expressar situações reais (...) a famosa tese sobre o papel, por exemplo – para citar apenas uma –, das burguesias nacionais. Quanto trabalho custou para acabar-se de convencer que este é um esquema absurdo para as condições deste continente; quanto papel, quanta frase, quanto palavrório, tudo à espera de uma burguesia liberal, progressista, anti-imperialista. E sinceramente nos preguntamos se há alguém que a estas horas possa

¹⁷⁰ “La FAU impulsa el acuerdo de Epoca. Agosto de 1967.” In: *La Subversión*. Montevideo, F.F.A.A., 1977, p. 296.

crer no papel revolucionário de alguma burguesia neste continente (...)"¹⁷¹

Logo após a conferência acontecem na sede da FAU uma série de debates, cujo objetivo maior era amadurecer o debate para a formação de uma aliança entre várias organizações de esquerda:

"Segunda-feira 10: fala Carlos Nuñez y Carlos María Gutiérrez, OLAS e critérios para a inserção uruguaia na estratégia revolucionária continental; Sexta-feira 21: Eduardo Galeano sobre a Guatemala com reportagem gravada com Cesar Montes; Sexta-feira 28: Mario Benedetti, fala sobre o papel dos intelectuales no processo revolucionário." ¹⁷²

Os frutos da Conferencia da OLAS foram positivos para a FAU, tanto que habilitou um acordo político entre as principais forças políticas uruguaias, exceto o PCU:

"Na Conferência da OLAS, saem triunfantes as posições chamadas 'revolucionárias' e 'combativas', contra as chamadas 'reformistas' (linha dos Partidos Comunistas pró-Moscou). É com base nas posições triunfantes nesta conferência que se realiza depois no Uruguai o Acordo de Epoca. Os grupos que entram no acordo são:

PS: Partido Socialista

MRO: Movimiento Revolucionario Oriental. Tiene sua origem num grupo do Partido Nacional, dirigido por Ariel Colazo, que se separa deste partido para as eleições de 1962. Posteriormente (1970) dará origem às FARO (Fuerzas Armadas Revolucionarias Orientales).

MAPU: Movimiento de Acción Popular Unificada. De origem católica comunitária. Posteriormente se unirá a Hectór Rodríguez e gente de origem sindical textil para conformar os GAU (Grupos de Acción Unificadora),

MIR: Movimiento de Izquierda Revolucionaria. En 1972 passa a auto-denominar-se PCR (Partido Comunista Revolucionario), de linh pro-china.

Grupos Independentes de Epoca: Grupo fantoche através do qual o M.L.N. expressava suas posições dentro do diário.

FAU: Federación Anarquista del Uruguay" ¹⁷³

¹⁷¹ MECHOSO, Juan Carlos. *Op. Cit.* p. 70.

¹⁷² *Idem. Ibidem.* p. 69.

¹⁷³ "La FAU impulsa el acuerdo de Epoca. Agosto de 1967." In: *La Subversión*. Montevideu, F.F.A.A., 1977. p. 296.

Ironicamente o “apoio crítico”, que a princípio pareceu ser menos consistente do que o “incondicional” do PCU, revelou-se na prática mais efetivo. O conteúdo do acordo ficou conhecido no período, seus termos foram propostos pelos anarquistas, e eram os seguintes:

- “As bases do acordo, conforme se expressaram publicamente (se transcreve um documento anarquista) foram:
- Solidariedade com as lutas de libertação nacional e social de todos os povos do Terceiro Mundo.
 - A luta pelo socialismo, entendida, não como algo a concretizar a curto prazo, mas sim como uma luta que deve dar-se desde já mas que será prolongada.
 - O dever dos revolucionários no Uruguai, é dar a batalha no Uruguai.
 - A classe operária é a coluna vertebral desta luta
 - Portanto, o trabalho de massas por parte dos grupos revolucionários, é algo primordial
 - A luta armada praticada desde já como algo inseparável do trabalho de massas.
 - A luta ideológica contra as concepções e práticas reformistas dentro do movimento popular.”

A edição do diário *Epoca* foi um importante marco na esquerda uruguaia. Em torno deste diário conseguiu-se aglutinar uma parcela significativa da esquerda uruguaia, deixando o PCU e as forças políticas mais reformistas isoladas. A reação da imprensa burguesa foi forte, lançou-se uma intensa campanha contra *Epoca*: “Esta raiz de violência disfarçada de periodismo não pode aspirar às imunidades que tem a imprensa”, isto dizia *El Diario* jornal de grande circulação no Uruguai.¹⁷⁴

Foi nesta época, 6 de dezembro de 1967, que morreu presidente uruguaio, General Oscar Gestido, assumindo em seu lugar Jorge Pacheco Areco. O ministério formado por Pacheco surpreendeu os uruguaiois, ao invés dos tradicionais políticos os novos ministros

eram quase todos eles latifundiários, empresários e banqueiros.¹⁷⁵ O ato inaugural do “pachecato” aconteceu apenas uma semana depois da publicação do acordo de *Epoca*, na noite de 12 de dezembro de 1967 a polícia ocupou a sede de jornal, prendeu dezenas de pessoas, confiscou todo o maquinário gráfico do jornal e ocupou todas as sedes das organizações firmantes do acordo. Foram processados os seis militantes que representavam cada uma das organizações no conselho editorial do jornal.¹⁷⁶ A partir daí a FAU e as demais organizações que eram responsáveis por *Epoca*, PS, MRO, MAPU e MIR, foram postas na ilegalidade e passaram à clandestinidade.

A medida foi aplaudida por vários setores burgueses e de direita. O editorial *El País* dizia simplesmente: “Muy bien”. No jornal *Acción*, Battle escreveu “Esta medida não significa perseguição de idéias nem configura um delito de opinião” disse Battle.¹⁷⁷ Vários banqueiros internacionais aplaudiram a medida e congratularam o novo presidente liberando novos empréstimos ao governo. Iniciou-se de fato o período que ficou conhecido como a “ditadura constitucional”. Com esta atitude o governo inaugurou uma postura que seria uma constante a partir de então: tomar medidas que isolassem o campo mais combativo e revolucionário. Não é a toa que o PCU não foi ilegalizado: “De fato o conjunto da esquerda, com a única exceção do Partido Comunista, é declarada ilegal, fechadas suas sedes, sua imprensa e detidos muitos de seus principais dirigentes.”¹⁷⁸ Os militares, num documento da década de 1970, acrescentam outros dados:

“O Diário *Epoca* se edita durante uma semana (após a publicação do acordo) até que é fechado de forma definitiva por um decreto do Poder Executivo de 12 de dezembro de 1967 que, ao mesmo tempo, põe na ilegalidade os grupos firmantes do acordo.

¹⁷⁴ MECHOSO, Juan Carlos. *Op. Cit.* p. 73.

¹⁷⁵ MACHADO, Carlos. *Op. Cit.* p. 206-207.

¹⁷⁶ MECHOSO, Juan Carlos. *Op. Cit.* p. 73.

¹⁷⁷ MACHADO, Carlos. p. 205.

¹⁷⁸ “Bosquejo Histórico de la FAU”. In: *Lucha Libertaria*, nº 5, Montevideo, Dezembro de 1996. p. 52.

São detidos e processados seis pessoas, que figuram como responsáveis do diário, um de cada grupo político. Um deles é Gerardo Gatti Antuña que representava a FAU (...)"

Para a FAU inaugurou-se uma nova etapa. Novos critérios passaram a funcionar para atuar numa nova conjuntura. No entanto, a decretação da ilegalidade das organizações de esquerda foi um passo a mais dentro da política que se estabeleceu no Uruguai a partir de 1967. Num processo ascendente a repressão foi aumentando e os militares apareceram cada vez mais em cena. Não se tratava ainda de uma ditadura aberta, mas o caráter autoritário do regime era nítido. A burguesia uruguaia raras vezes havia lançado mão de golpes de força para assegurar seu poder. O Uruguai havia vivido apenas um período de ditadura em todo o século - nos anos 30 - e sem a participação militar. Para um país chamado de "Suíça da América", que dizia prezar a liberdade e as tradições democráticas e liberais, o regime instaurado por Pacheco, por mais que fosse constitucional, era algo de novo:

"A ditadura constitucional que a reforma laranja possibilitou significou um abandono parcial, por parte da burguesia, da forma democrática de exercer sua dominação. Esta foi substituída por uma violenta inflexão no sentido autoritário, dos já amplos poderes que a constituição vigente outorgou ao Executivo. Em muitos casos se ultrapassaram as margens legais deste mesmo poder." ¹⁷⁹ "A tradicional imagem do Uruguai batllista entrou irremediavelmente em quebra." ¹⁸⁰

A constitucionalidade do regime não implicava necessariamente em democracia e liberdade. Era na verdade uma ditadura civil legalizada. Isso espantou de tal maneira a

¹⁷⁹ "Política nueva para la reacción de siempre" In: *Tiempo de Elecciones? Tiempo de Lucha?* Montevideo, 1971. p. 72.

¹⁸⁰ Editorial. In: *Tiempo de Elecciones? Tiempo de Lucha?* Montevideo, 1971. p. 7.

sociedade uruguaia que muitos setores moderados e ligados aos partidos tradicionais também foram atingidos:

“Vastos setores experimentaramn vivamente o que é a legalidade burguesa. Fechamento de diários, assalto a casas, violação de autonomias; milhares de pessoas com ou sem julgamento foram presas em cárceres e quartéis. A legalidade burguesa que tanto invocam uns, que tanto cuidam outros, mostrou neste período de crises seu significado. A ditadura, aqui constitucional, foi se instaurando. Com um parlamento aberto, soldado obediente desta ditadura.”¹⁸¹

Estava caracterizado um regime de exceção, a fato de ele estar baseado em preceitos constitucionais não alterava esta impressão generalizada no Uruguai. Durante a maior parte do governo de Pacheco o país viveu debaixo das chamadas “Medidas Prontas de Seguridad”, uma espécie de Estado de Sítio um pouco mais brando, de acordo com a lei uruguaia.¹⁸²

Esta nova situação não pode ser entendida apenas como uma opção política livre de condicionantes. A crise que se desenvolveu desde meados da década de 50 se agravou cada vez mais e exigiu uma resposta política que se encaminhava para o autoritarismo:

“(…) a crise da sociedade uruguaia que estreita as márgens reais de aplicação dos postulados liberais e democráticos predominantes na época de ‘vacas gordas’ e estabilidade social, força a busca de atualizações doutrinárias frente às mudanças do tempo.”¹⁸³

¹⁸¹ Editorial In: *Tiempo de Elecciones? Tiempo de Lucha?* Montevideu, 1971. p. 7.

¹⁸² “El Pueblo no Olvida Pacheco”. In: *Solidaridad*. nº 15, Montevideu, julho de 1989. p. 16.

¹⁸³ RICO, Álvaro. *Del Liberalismo Democrático al Liberalismo Conservador: el discurso ideológico desde el Estado en la emergencia de 68*. Montevideu, Ediciones de la Banda Oriental, 1989. p. 14.

Capítulo 3

Da clandestinidade sob a “ditadura constitucional”

ao preâmbulo do Golpe Militar: 1968-1973

“Quando a repressão é a ‘lei’, nossa ação assume formas ilegais”

Cartas de FAU, 20 de janeiro de 1969

Este período de cerca de cinco anos e meio, balizado de um lado pela ditadura constitucional e de outro pela ditadura militar é extremamente denso para nossa pesquisa. A quantidade de lutas relacionadas ao movimento social (sindical, estudantil e de bairros) é extensa e intensa. Da mesma forma os operativos armados protagonizados pelas organizações de esquerda e em especial a FAU-OPR-33. A simples tarefa de elencá-los e descrevê-los, ainda que sucintamente, tomaria uma quantidade de páginas descabida, isso para não falarmos na análise destes acontecimentos. Por este motivo procuramos neste capítulo realizar uma síntese das concepções que orientaram a FAU nos vários níveis onde atuou, buscando em alguns momentos citar casos representativos da linha de ação da organização anarquista.¹

Em princípios de 1968 a FAU ainda buscou restabelecer a aliança política entre as organizações que se juntaram no diário *Epoca*. O projeto da FAU tomaria o nome de “Aliança da Rebeldia Nacional” e vários contatos foram mantidos durante os meses de

¹ Duas obras em especial ilustram com profundidade e detalhe este período. No livro de Hugo Cores (*Uruguay hacia la dictadura, 1968-1973*. Montevideo, Banda Oriental, 1999.) temos um bom panorama da esquerda uruguaia, das lutas sociais, em especial do movimento sindical no período. Na recém lançada obra de Juan Carlos Mechoso (*Acción directa anarquista: una historia de FAU*. Montevideo, Recortes, 2002.) temos além do panorama da época uma visão da FAU a partir do ponto de vista de um militante ativo da

fevereiro e março de 1968. O Partido Socialista e o MAPU rejeitaram a proposta que a esta altura era sustentada pela FAU e pelo MRO. Depois de insistir sem sucesso nesta aliança a FAU reconheceu a inviabilidade da mesma, manteve porém o intento de construir uma coordenação mais ampla entre as forças da esquerda combativa.²

Com a ilegalidade e a decorrente necessidade de trabalhar de forma clandestina revelou-se a importância de uma das questões motivadoras pelo “racha” da FAU em 1964: a adoção de uma estrutura orgânica que pudesse fazer frente a uma conjuntura autoritária. Se a FAU não tivesse se definido neste sentido, certamente teria ficado mais vulnerável e sofrido muito mais golpes no momento em que a ilegalidade foi decretada. Além disso, seria praticamente impossível para organização permanecer ativa:

“A FAU havia conseguido desenvolver formas organizativas e de atividade clandestinas e semi-clandestinas, manteve seu funcionamento, seja nos distintos sindicatos onde nossos militantes atuam, nos organismos de direção da CNT, no movimento estudantil, nas tarefas políticas, na luta ideológica contra a reação, contra o reformismo e o colaboracionismo operário, fundamentalmente expressado pelo Partido Comunista. Consegue imprimir e distribuir suas publicações semanalmente durante todo o tempo de clandestinidade: ‘Cartas de FAU’. Também em condições de clandestinidade realiza eventos internos consultivos e deliberativos, inclusive a mudança de sua direção geral.”³

Porém, antes de discorrer sobre a atuação política, social e militar da FAU neste período é importante entender qual a era a análise da realidade, o objetivo definido, a estratégia, as táticas e as decorrentes formas orgânicas adotadas pela organização a esta altura. Sem este entendimento tudo o que fariamos seria enumerar dados sobre a participação da FAU em greves, manifestações, listar suas publicações, suas ações armadas

organização, que relata do ângulo interno a evolução das concepções, clima interno, formas orgânicas, ações no campo de massas e sobretudo no campo armado (assaltos a banco, sequestros, etc.)

² MECHOSO, Juan Carlos. *Acción directa anarquista: una historia de FAU*. Montevideo, Recortes, 2002. p. 87.

e suas formas de organização interna, ou seja, um amontoado de dados algo desconexos para o leitor.

O debate de idéias também fez parte da história da FAU e teve derivações nas práticas da organização. O já examinado racha de 1964 gerou um novo ambiente interno e muitas questões indicadas naquele momento como motivadoras da cisão foram sendo desenvolvidas e aprofundadas. No tempo decorrido entre 1964 e fins de 1967 podemos afirmar que a FAU definiu claramente sua estratégia. A organização já vinha trabalhando em distintos níveis de ação como diziam, e seria absurdo imaginar que existiu um momento de análise e que somente depois disso as orientações tomaram forma e se transformaram em prática. As práticas eram precedentes ao desenvolvimento da análise e da estratégia, e em certa medida contribuíram para que se teorizasse sobre a experiência, o que também não significa dizer que toda a análise foi resultante da experiência; a bagagem histórica do anarquismo e o estudo de outros casos e realidades ajudou a conceber a análise e estratégia da FAU. É impossível precisar o momento exato em que cada elemento de análise se definiu e se compôs num todo coerente, nos contentamos em constatar que um trabalho teórico mais sistemático aprofundou diversas questões e deu uma expressão mais nítida para os postulados da organização entre os anos de 1964 e 1967.

A FAU entendia que o Uruguai era o ponto mais vulnerável da cadeia imperialista regional, entendendo por cadeia regional o cone sul da América Latina. Segundo a análise dos anarquistas o Uruguai não tinha condições de retomar um desenvolvimento capitalista e a burguesia local era incapaz de gerar um modelo de desenvolvimento e de manter um certo grau de independência econômica no país. Os resultados desta situação se concretizavam

³ “Bosquejo historico de la FAU”. In: *Lucha Libertaria*. nº 5. Montevideu, Dezembro de 1996. p. 52.

em mais de uma década de estamento econômico, deterioração das condições sociais para a população e um grau de dependência externa cada vez maior. Para a FAU

“Dominação burguesa e perduração da independência política real surgem como termos contraditórios. Com o tempo, o país vai perdendo cada vez mais sua independência real, sem que deixe de conservar sua independência formal, cuja nulidade no plano da realidade será cada vez mais evidente para todos.”⁴

A situação do Uruguai não oferecia, segundo a FAU, margens de manobra para burguesia uruguaia, nesta linha de análise, não haveria espaço para melhorias econômicas que aliaviassem a pressão popular, pelo contrário, a tendência era de aprofundamento da crise e piora das condições sócio-econômicas da população. Dizia a FAU

“Estamos chegando, sem volta, nos limites históricos do ciclo reformista de esquerda ao mesmo tempo que iniciamos um ciclo de reação da direita, desde o ponto de vista político burguês. Ambos os processos se condicionam mutuamente e respondem a uma realidade de fundo: uma deterioração econômico-social para a qual as classes dominantes não têm nenhuma saída que não seja a repressão. Esta situação eliminou das posições de governo os burgueses liberais e utopicamente desenvolvimentistas. Eliminará também da direção real das massas (ainda sigam à frente das ‘instituições’ e dos aparatos) aos reformistas.”⁵

A realidade apontava, segundo a FAU, para mudanças, num sentido socialista para a esquerda ou num sentido de repressão para burguesia, que “(...) busca mudar a nível político e ideológico para tratar de evitar uma mudança a nível econômico-social (...)” Neste quadro o poder burguês passou a residir cada vez mais no aparato repressivo, na medida em que o sistema político estava desacreditado e o monopólio ideológico liberal sofria um questionamento cada vez mais forte e extenso por parte da classe trabalhadora. A forma de assegurar o poder residiu no endurecimento do regime. Afirmava a FAU que

⁴ *El Copey*. Parte II. Montevideu, 1972. p. 3

“A polarização das lutas no Uruguai, devido a esta circunstância, ou seja a carencia de saída burguesa, é praticamente inevitável, na medida em que o processo de crise continue. Nada sugere, hoje me dia, seu fim, nem sequer seu estancamento. Pelo contrário, em alguns períodos, a crise adquire uma velocidade ainda maior. É esta situação que legitima plenamente a vigência da ação armada desde já em nosso país.”⁶

A relação que segundo eles fundamentava a luta armada naquele momento era o questionamento do monopólio da violência, principal instrumento do Estado na época. Outro fator que a análise da FAU levou em conta era a situação geopolítica do Uruguai, cada vez mais dependente de Brasil e Argentina e impossibilitado de gerar alternativas autônomas

“(…) nosso país se acha plenamente imerso num processo de integração regional, que nada mais é do que a concretização do processo de integração geral correlato à etapa de penetração do capitalismo monopolista na América Latina. Dito em outros termos, o que sucede no Uruguai, por diversas vias se integra cada vez de maneira mais plena ao âmbito econômico dos países vizinhos. Pode constituir, e constitui de fato, uma zona de fricção entre as burguesias dependentes dos países vizinhos.”⁷

Em resumo, a FAU entendia que existiam condições reais para uma revolução no Uruguai, ao mesmo tempo que reconhecia os limites de uma revolução no país, devido a situação internacional que abriria uma nova etapa de luta. Levando estes fatores em conta a FAU sempre trabalhou com o conceito de longo prazo para o processo revolucionário, considerando a vitória no Uruguai somente como uma etapa de um longo processo.

⁵ “El retroceso permanente: una estrategia que va al fracaso” In: *Cartas de FAU*. Montevideu, 21 de outubro de 1968. p. 2.

⁶ *El Copey*. Parte I. Montevideu, 1972. p. 3.

⁷ *El Copey*. Parte II. Montevideu, 1972. p. 3.

Objetivo e Estratégia

O objetivo definido para aquela etapa pela FAU era:

“A destruição do estado capitalista, destruição do poder burguês que é necessariamente violento, que não se pode conseguir chegando (supondo que isso seja possível...) através de eleições a ocupar certos cargos oficiais (nas Câmaras ou ainda na Presidência) que são apenas alguns elementos e não os mais importantes, através dos quais opera o poder burguês. E como é impossível, nunca se viu, nem ninguém sensatamente pode pretender que o estado capitalista se “extinga” para deixar o caminho aberto ao socialismo, nem que a burguesia vá “doar” pacificamente suas propriedades ao povo ou vá renunciar pacificamente à sua dominação e seu poder, estes devem ser destruídos pela força.”⁸

É uma definição de objetivo que corresponde a uma concepção política diante de um sistema, um tipo de objetivo que poderia ser mantido em outro país ou época sem problemas, dentro de uma ótica política anarquista. É a reafirmação de uma linha política histórica dentro do anarquismo, embora esteja longe de ser unânime nos meios libertários, haja visto a questão da luta armada ter sido um dos motivos da cisão de 1964. Dois pontos delimitaram um campo de intervenção: recurso à violência e não participação eleitoral.

A partir deste campo delimitado, que ainda era algo genérico, a FAU começou a definir, a aprofundar as formas concretas que tomariam este objetivo. Levando em conta as características do país, concluíram que principal cenário de lutas era urbano, sobretudo a cidade de Montevideu. O despovoamento do campo, devido as atividades produtivas baseadas majoritariamente na pecuária, tinham por base as condições naturais do campo uruguaio: plano e sem vegetação diferenciada. Isso tornava limitado e pouco expressivo qualquer movimento social camponês ou sem-terra, e ao mesmo tempo, inviabilizava

⁸ *El Copey*. Parte II. Montevideu, 1972. p. 7

qualquer tentativa de luta armada protagonizada em cenário rural, apesar de alguns terem insistido por algum tempo nesta via.⁹

Concluindo que a revolução uruguaia se concentraria inevitavelmente num cenário urbano e que os sujeitos sociais protagonistas seriam basicamente da cidade - trabalhadores urbanos e estudantes - a FAU definiu que a revolução uruguaia teria numa certa etapa a forma de uma ruptura revolucionária num cenário urbano. Depois de um intenso debate a FAU concluiu que a forma de desenlace do processo revolucionário uruguaio mais adequada ao cenário urbano seria uma insurreição popular, na qual desembocaria um movimento de massas radicalizado, auxiliado por um aparato armado previamente desenvolvido. Esta forma de desenlace projetado pela FAU orientou a estratégia da organização desde meados de 1968, que consistia na articulação de um setor de massas e um setor armado (estratégia apelidada internamente de “dos patas”) ambos coordenados diretamente desde a organização anarquista:

“A insurreição exige a existência prévia de um partido e o desenvolvimento de um aparato armado próprio capaz de operar durante um longo período como guerrilha urbana. O êxito de uma insurreição não se pode confiar ao espontaneísmo das massas e tampouco se pode confiar no voluntarismo do aparato armado, operando isolado ou mais ou menos isolado das massas. A concepção insurrecional da destruição do poder burguês exige o trabalho nos dois níveis; a nível de massas para criar as condições políticas da insurreição; a nível armado para criar o aparato armado que, previamente à insurreição, estruture os quadros desta e seja o elemento de choque, de ruptura do processo insurrecional.”¹⁰

⁹ “A guerrilha tupamara pretende organizar-se no interior do país onde dadas as condições existentes no campo uruguaio (propriedades totalmente alambradas, escassez de bosques, falta de apoio dos habitantes, etc.) se torna quase impossível a tarefa. Sua presença é fácil e rapidamente detectada pelos vizinhos e pelas forças policiais e militares – jovens provenientes da cidade – não conheciam nem o campo nem os costumes de seus habitantes (...)” Conforme CLAPS, Manuel A. “Luchas Sociales y Políticas en el Campo Uruguayo”. In: CASANOVA, Pablo Gonzalez (org.). *Historia Política de los Campesinos Latinoamericanos*. México, Siglo Veintiuno, 1984-1985. p. 243.

¹⁰ *El Copey*. Parte II. Montevideo, 1972. p. 2.

Em caso de vitória da insurreição popular urbana se abriria uma nova etapa de luta prolongada, com características distintas da etapa anterior, deste ponto trataremos mais adiante. Neste debate foi inevitável o diálogo como os projetos de duas forças políticas de peso no Uruguai: o Partido Comunista Uruguaio (PCU) e o Movimento de Libertação Nacional (MLN), mais popularmente conhecido como Tupamaros; o primeiro sendo a força majoritária no campo de massas e o segundo sendo a maior e mais expressiva organização armada. A concepção política da FAU e a forma de trabalhar em cada um destes níveis se chocava frontalmente tanto com o PCU quanto com o MLN, com a ressalva de que no caso dos Tupamaros existiu um grande respeito mútuo, momentos de atuação conjunta, tudo isso sendo fruto do reconhecimento de que eles se situavam no campo revolucionário, ainda que com enfoques distintos e conflitantes: “A FAU insere sua ação armada numa ótica muito diferente da maioria dos movimentos de libertação latino-americanos, em grande medida influenciados pelo castrismo cubano e os teóricos do ‘foco guerrilheiro’.”¹¹

A opção por um desenlace de tipo insurrecional revelava ao mesmo tempo uma crítica ao foquismo urbano dos Tupamaros, considerado como modelo inadequado à realidade uruguaia. A FAU levantava o seguintes questionamentos: Para que se faz a guerrilha? Quais são seus objetivos, seu programa? No caso uruguaio não se tratava como em Cuba de um movimento contra uma ditadura, buscando reestabelecer uma democracia liberal, tampouco se tratava de uma guerrilha envolta numa luta anti-colonial, por independência nacional. O Uruguai era um país formalmente independente e com eleições e democracia formais, ainda que em claro processo de militarização.

Os objetivos com os quais estava vinculada a guerrilha no Uruguai faziam parte de uma luta de tipo socialista e anti-burguesa. Se a luta fosse anti-colonial a vitória poderia ser

¹¹ “Bosquejo historico de la FAU”. In: *Lucha Libertaria*. nº 5. Montevideu, Dezembro de 1996. p. 53.

alcançada com a saída do inimigo do território, se a luta fosse pelo reestabelecimento da democracia, questão estaria numa mudança de regime e as forças armadas apenas trocariam de mando, passando a obedecer um novo governo. Para estas situações a ação de um guerrilha poderia bastar para alcançar a vitória. Porém, no caso do Uruguai, a FAU avaliava que o inimigo não poderia simplesmente “ir embora” ou “mudar de lado”, deveria ser combatido, vencido em seu território e certamente resistiria até o final. Para a FAU este fator restringia muito a transposição de modelos de revolução próprios para independência nacional ou mudanças políticas (combate a ditaduras por exemplo): “Os objetivos da revolução condicionam toda a política revolucionária, sem excluir seus aspectos militares”.

¹² Com objetivos de tipo socialista não se poderia lançar mão de uma forma militar própria para um objetivo democrático ou de independência nacional.

Num país com as características do Uruguai, onde qualquer alternativa de desenlace de tipo rural (fosse como guerra popular prolongada, seja como guerrilha rural, o foquismo clássico) estava de antemão descartado, todos coincidiam que as coisas se definiriam no meio urbano. A FAU perguntava então: Como a guerrilha alcançaria a vitória? Na forma guerrilheira? Se convertendo em exército no meio urbano? Para os anarquistas, dentro dos marcos do foquismo não haveria chance alguma de vitória. A guerrilha urbana pelas suas características de pequeno porte jamais poderia passar do estágio de defensiva estratégica, mesmo que trabalhasse na forma de ofensiva tática. E para vencer o aparato repressivo do Estado seria necessário em algum momento passar à ofensiva estratégica, o que exigiria uma capacidade de concentrar forças irrealizável no meio urbano pela dificuldade de se ocultar e pelo domínio territorial estar nas mãos do Estado.

¹² *El Copey*. Parte I. Montevideu, 1972. p. 9

Para a FAU “a partir de uma guerrilha urbana não se pode chegar à constituição de um exército regular e deve-se passar diretamente à insurreição (...) Entre a guerrilha e a vitória existe uma insurreição (...)”¹³ Dentro desta compreensão a FAU fez a crítica ao MLN, sem no entanto, abandonar a utilização da guerrilha, diziam que:

“Tudo parece indicar que a função desta não é buscar a vitória, num enfrentamento mano a mano com o exército. Sua função é gerar as condições políticas que habilitem esta decisão militar vitoriosa (...) A guerrilha urbana, cremos portanto, somente se legitima como preâmbulo e preparação necessária e imprescindível da insurreição. Processo insurrecional que pode se revestir de formas diversas, mas que implica sempre uma participação de setores de massas de certo volume. É impossível concebir uma insurreição sem participação de massas (...)”¹⁴

Percebemos claramente que o tipo de desenlace revolucionário que a FAU definiu condicionou diretamente a proposta de atuar em distintos níveis, um de massas e um armado, ambos confluindo num desenlace insurrecional popular. A existência de dois níveis fundamentais de ação direta não poderia ser concebida e articulada sem a existência de uma organização política. Uma vez mais se reafirmava a necessidade da organização política comandar a guerrilha. Mais do que isso, estabelecia com firmeza que a guerrilha se originava a partir da instância política e não o inverso:

“Esta concepção da insurreição armada conduz, uma vez mais, à conclusão de que a estruturação do partido é a meta fundamental na etapa de processamento das condições para a insurreição e não ao contrário. Ou seja que se desenvolva a ação armada através de um centro político e não que se desenvolva o centro político através da ação armada.”¹⁵

A existência de diferentes níveis de ação, concebia a guerrilha e o aparato armado em geral como parte do processo, fundamental, mas não única e nem prioritária. O

¹³ *El Copey*. Parte I. Montevideo, 1972. p. 24.

¹⁴ *El Copey*. Parte I. Montevideo, 1972. p. 20.

organismo que harmonizaria os diferentes níveis seria o político e não o militar: “É a política que deve dirigir as armas e não as armas que devem dirigir a política. A guerra não é somente um problema técnico. É – nem mais nem menos - a política por outros meios.”¹⁵

No entanto, vamos nos aprofundar um pouco mais sobre a questão da insurreição. Antes de mais nada era inconcebível para a FAU uma revolução de caráter socialista que não levasse em consideração as massas ou na qual as massas estivessem relegadas apenas a um papel de apoio ou de simpatizantes. A participação ativa das massas era fundamental para a FAU. Mas no que consistia a insurreição para os anarquistas? Não se tratava certamente da insurreição concebida como um momento mágico em que o todo o povo sai às ruas repentinamente e derruba o poder vigente. Neste aspecto a FAU buscou fundamentar precisamente o que entendia por insurreição e de que forma se alcançaria este momento. Uma das motivações mais fortes para este intento é que a idéia de insurreição popular ou proletária era manejada há décadas pela esquerda e sobretudo pelo Partido Comunista, correndo o risco de ser desqualificada pelos setores revolucionários:

“Da revolução faz várias décadas que se fala muito nestes países, mas fazia tempo que pouco se fazia algo de concreto por ela. Ninguém propunha nada a respeito das formas concretas que o processo revolucionário tomaria. Em geral o vazio que este problema, sem previsível solução deixava, se preenchia com o mito da chamada “insurreição proletária” concebida em termos de um levantamento popular generalizado, com gente que saía em massa nas ruas, barricadas, etc. Mito herdado do século passado e que a Comuna de Paris de 1971, o outubro soviético ou o 18 de julho catalão, concretizando-o em realidades, contribuíram para manter vivo na imaginação do povo.”¹⁷

¹⁵ “El Copey: posición sobre la lucha armada” In: *Lucha Libertaria*. n° 4. Montevideo, Setembro de 1996. p. 54.

¹⁶ *El Copey*. Parte II. Montevideo, 1972. p. 6.

¹⁷ *El Copey*. Parte I. Montevideo, 1972. p. 5.

Com o surgimento da Revolução Cubana, propondo na prática outra forma de luta e desenlace frontalmente opostas à linha tradicional do Partido Comunista Uruguaio, a insurreição como forma de desenlace passou a ser atacada pela esquerda revolucionária uruguaia, associada às promessas revolucionárias vazias do PCU. Isso obrigou a FAU a realizar a crítica do manejo político da insurreição, sob pena de ver esta forma de desenlace descartada juntamente com a política reformista do PCU:

“O reformismo coloca a insurreição no alto dos ideais inalcançáveis. Exaltando-a verbalmente trata – na prática - de impedir que seja preparada. Neste desencontro, nesta incoerência entre sua prática política contra-revolucionária e seu verbalismo sobre um desenlace insurrecional final, buscavam fundamentar sua eterna afirmação de que “faltam condições” cada vez que tenta fazer avançar o processo de luta política, aplicando meios não incluídos no seu limitado receituário.”¹⁸

A FAU acusava o PCU de espontaneísmo pela negativa de planejar e se organizar para uma insurreição, confiando sempre que as coisas se arranjariam no momento adequado. Para exemplificar em termos de porte e quantidade o que concebia como insurreição, a FAU cita a insurreição de São Domingo, o “bogotazo” e o “cordobazo” como exemplos mais próximos e vivos na memória das pessoas. Respondendo aos que concebiam insurreições populares que comportassem a maioria da população a FAU manifestava em que grau projetava a participação das massas numa insurreição:

“O critério que se deve sustentar neste assunto não é plebiscitário, não é eleitoral. Não é necessário que a metade mais um dos habitantes de uma cidade decidam levantar-se em armas para fazer uma insurreição. Isto pode parecer óbvio, mas cabe especificá-lo, porque frequentemente, talvez pelo peso da própria ideologia eleitoralista que as classes dominantes introduzem no proletariado, se tende a supor ou conceber um processo insurrecional como uma espécie de mobilização plena ou pouco menos que isso, das massas (...) Não existiu jamais uma insurreição com estas características. Quando se fala de massas, se alude aos setores mais conscientes,

¹⁸ *El Copey*. Parte I. Montevideu, 1972. p. 5.

mais combativos (...) Participação de massas é o que houve na Espanha em 36, é o que houve em São Domingos. Por participação de massas se entende a participação de um setor de massas.”¹⁹

No entanto em nenhum momento a FAU avaliou que as forças revolucionárias e populares estivessem maduras para desatar uma insurreição. Tratava-se discutir uma via revolucionária e trabalhar dentro deste caminho. Para os anarquistas, além dos fatores econômicos, sociais e políticos mais amplos que já consideravam dados neste momento, existiam três condições necessariamente coincidentes e fundamentais para que uma insurreição fosse vitoriosa:

“(...) a disponibilidade de um aparato armado clandestino previamente organizado e experimentado; o apoio de massas ou de setores de massas suficientemente importantes para tomar parte no ato insurrecional, participando ativamente dele; e um trabalho político prévio que permita a desmoralização ou a desintegração mais ampla possível do aparato represivo.”²⁰

Dentro destas condições a insurreição deveria ser cuidadosamente preparada e o momento escolhido com precisão. A FAU considerava uma insurreição um processo sem volta, onde cabiam apenas duas alternativas: a vitória ou a derrota, depois do que, dificilmente se voltaria às condições de equilíbrio de forças anterior: “A única ofensiva militar decisiva, no marco urbano que pode obter a destruição do aparato represivo, é a insurreição, que, por sua vez é uma oportunidade irreversível. Ou se obtém a vitória final ou significa uma derrota grave no plano militar.”²¹

¹⁹ *El Copey*. Parte I. Montevideu, 1972. p. 20.

²⁰ *El Copey*. Parte II. Montevideu, 1972. p.2.

²¹ *El Copey*. Parte II. Montevideu, 1972. p. 2.

Uma “etapa nacional” e o Poder Popular

O que se chamava de “vitória” naquele momento era a insurreição popular urbana. Isso para a FAU seria uma grande vitória, porém seria parcial e abriria uma nova etapa de luta considerada por eles como prolongada:

“Nas condições concretas de nossa formação social nacional, não se pode estabelecer que um processo de insurreição vitorioso baste por si mesmo para implantar o poder popular no Uruguai. É preciso considerar que a destruição do poder burguês em nosso país é somente a abertura de uma nova etapa de luta contra a intervenção estrangeira. Seria absurdo conceber o ‘socialismo num só país’ no Uruguai. A partir da destruição do poder burguês no Uruguai, é que a luta se internacionaliza para fora e se torna nacional dentro do país, no sentido de que a intervenção estrangeira é, praticamente inevitável, dada a situação geopolítica. A intervenção política das burguesias dos países vizinhos ou diretamente do imperialismo, necessariamente converte a revolução social numa revolução em defesa da independência nacional (...) Se inicia então o 2º período de luta prolongada contra a intervenção estrangeira (...)”²²

Para os anarquistas uruguaios, e para a esquerda uruguia de uma maneira geral, a intervenção estrangeira era certa, e o país mais provável para levá-la a cabo era o Brasil, através da fronteira com o Rio Grande do Sul. Neste momento a luta revolucionária poderia se converter em luta pela defesa da nação contra um invasor estrangeiro e isso estava nos cálculos de outras organizações de esquerda:

“Se deduz claramente (...) que também no marco da concepção estratégica postulada por nós, cabe um “momento nacional” digamos assim, do processo revolucionário, o qual pode estabelecer uma semelhança aparente com o foco (...)”²³

A FAU concebia então um encontro entre socialismo e nacionalismo, determinado pela situação revolucionária projetada o Uruguai: “Somente deixando de ser capitalista poderá conservar sua qualidade de nação independente. O Uruguai será independente na

²² *El Copey*, Parte II. Montevideu, 1972. p. 2-3.

medida em que seja socialista. Por esta via, socialismo e nacionalismo chegam, é certo, a uma convergência final.”²⁴ Procurando trabalhar de acordo com este cenário projetado a FAU utilizou por diversas vezes o conceito de pátria e de nacionalidade uruguaia ao longo dos anos 1960 e 1970: “Associar os valores socialistas aos valores ideológicos nacionalistas, entendemos que é um elemento importante para ampliar a esfera de ação ideológica da revolução.”²⁵

Ainda que a vitória da insurreição fosse apenas parte do processo, inauguraria uma etapa onde se estabeleceria uma nova forma de poder, rejeitando totalmente as formas estatais:

“A respeito da vinculação das motivações sociais com os valores ideológicos democrático-liberais, pensamos que a conduta deve ser diferente. Não cremos que sob nenhum conceito seja reivindicável a institucionalidade liberal-democrática como meta de luta. A revolução uruguaia será socialista e nacional, mas não deve ser liberal-democrática. Deve postular uma estrutura de poder totalmente diferente (comparando à conduta relativa ao nacionalismo). Isso implica no trabalho de conceber formas de poder popular e na crítica sistemática sobre os níveis jurídico-políticos de organização do estado burguês dependente, e de crítica da ideologia política que sustenta e informa esta estrutura estatal-burguesa dependente.”²⁶

Neste campo se encontra uma das mais originais concepções desenvolvidas pela FAU, sobretudo se a comparamos ao conjunto dos meios libertários. Dentro de uma estratégia revolucionária de ruptura, coloca-se inevitavelmente a questão do poder. Para os anarquistas da FAU não era uma questão de tomar o poder do Estado. Entretanto, isso não quer dizer que a FAU não discutisse a questão do poder. Pelo contrário, a organização

²³ *El Copey*. Parte II. Montevideu, 1972. p. 3.

²⁴ *El Copey*. Parte I. Montevideu, 1972. p. 3-4.

²⁵ *El Copey*. Parte I. Montevideu, 1972. p. 4.

²⁶ *El Copey*. Parte I. Montevideu, 1972. p. 3-4.

gestou uma concepção de “poder popular”, não estatal, organizado de baixo para cima, mas possuindo organismos de coordenação global, se distanciando bastante de concepções anarquistas de tipo autonomista. Seria um poder construído através das organizações do próprio movimento social, no qual sindicatos, grêmios estudantis, associações de bairro, enfim, as entidades legítimas do movimento social seriam os protagonistas. Não encontramos documentos que aprofundem em detalhes como seria o funcionamento deste poder popular, mas de qualquer maneira trata-se de uma proposta de organização social coordenada e planificada.

No campo militar se cogitava a passagem para outra modalidade de luta armada, evoluindo de uma guerrilha para um exército popular revolucionário, que neste momento seria viável dentro de um domínio territorial estabelecido no Uruguai, ou em parte significativa do país.

Concepção de Nível Militar, a OPR-33

As formas que tomaram a atuação armada da FAU guardam relação direta com a forma como eles conceberam o desenlace revolucionário no Uruguai. No entanto, na maioria dos casos, a maneira de tratar a luta armada é bastante genérica e homogeneizante, encobrendo grandes diferenças de concepção. No caso da luta armada uma atitude maniqueísta foi adotada tanto pela direita quanto por setores da esquerda (Luce Fabbri, Comunidad del Sur, PCU). A força do modelo foquista cubano na América Latina também foi responsável por obscurecer estas distinções.

A atuação militar ou armada da FAU antecedeu à formulação precisa dos objetivos e da estratégia apresentada acima. Desde o início dos anos 60 registram-se ações armadas e ilegais protagonizadas por parte da militância da FAU. Com o tempo o trabalho neste

campo foi crescendo, se aprimorando e ganhando novas formas de organização. Para aprofundar este tipo de trabalho a FAU constituiu progressivamente um braço armado: A Organización Popular Revolucionario 33 Orientais – OPR-33:

“Paralelamente à atividade de massas, em determinada altura, atuará a OPR (Organización Popular Revolucionaria), aparato armado da FAU que levará adiante com relativo êxito uma série de ações (sabotagens, expropriações econômicas, sequestros de dirigentes políticos e patronais particularmente odiados pelo povo, apoio armado a greves e ocupações de fábricas, etc.)”²⁷

Estudos a respeito do que a FAU chamou das várias “modalidades de violência” procuraram detalhar as diferentes formas da mesma e definir as mais apropriadas para cada momento:

“Esquemáticamente podem se mencionar as seguintes variantes: 1) Ação direta de apoio a conflitos sindicais, em geral a movimentos de massas; 2) Operações comando com finalidade propagandística, econômicas, de equipamentos, etc.; 3) Operações com finalidade especificamente militar, colocadas já no campo técnico-militar, apontadas contra alvos ou forças inimigas para desgastá-las material e psicologicamente, impondo-lhes derrotas parciais.; 4) Operações militares de porte, encaminhadas à destruição parcial ou total do aparato repressivo inimigo, já na perspectiva concreta de liquidação, mais ou menos imediata do poder burguês.”²⁸

Até chegar a um enfrentamento decisivo o caminho previsto seria longo e bem difícil:

“A passagem de uma a outra forma de ação pode realizar-se de varias maneiras. As vezes se dá gradualmente (caso bem conhecido da transformação da guerrilha em exército) de maneira lenta ou mais ou menos rápida, por um processo ‘natural’, digamos, de crescimento, de incremento de forças. As vezes precipitadamente (formas muito desenvolvidas de ação direta de apoio e ações de tipo

²⁷ “Bosquejo historico de la FAU”. In: *Lucha Libertaria*. nº 5. Montevideu, Dezembro de 1996. p. 53.

²⁸ “La violencia como tarea del partido” In: *Cartas de FAU*. Montevideu, 22 de junho de 1970. p. 2.

comando, que passm n súbitamente à insurreição geral e guerra civil aberta, como na Espanha em 1936).”²⁹

A OPR-33, apesar de já existir de fato desde a década de 60, e já estar estruturada atuou durante algum tempo realizando ações em que não se identificava ou então assinava com outros nomes, de modo a não levantar suspeitas que pudessem colocar o aparato repressivo nos calcanhares da organização: “Estas ações são levadas a cabo pelo braço militar da organização, que todavia não registra nem nome nem sigla definitiva, são firmados ‘Mãos anônimas e braços companheiros, Grupos de Solidariedade Operária.’”³⁰ Em muitos casos, dependendo da modalidade de violência, nem mesmo foram firmados, procurando passar como delito comum.

A definição das modalidades de ação a exercer diante de cada conjuntura foi importante para se evitar uma escolha errada que colocasse a perder todo um trabalho; atraindo sobre a organização golpes repressivos para os quais ela não estivesse ainda estruturada para responder. Neste caso uma ação “radical” fora de hora poderia significar um imenso retrocesso. Evitar o enfrentamento era o objetivo em muitos casos:

“(…) uma operação do tipo ‘comando’ (o mesmo para as de ação direta de apoio por outra parte) ainda que tenha, obviamente, resultados e características de tipo militar, não supõe, todavia a intenção de destruir as forças armadas inimigas, impondo-lhes derrotas mais ou menos importantes. A finalidade segue sendo criar condições favoráveis para a ação armada propriamente militar. A captura de armas ou equipamentos, a ocupação transitória de certos objetivos (…) Não se busca às forças inimigas. Pelo contrário, em geral se evita este enfrentamento”³¹

No Uruguai daquele período as diversas organizações guerrilheiras estavam bastante ativas. No entanto, a FAU tinha absoluta consciência sobre o estágio das lutas, as

²⁹ “La violencia como tarea del partido” In: *Cartas de FAU*. Montevideu, 22 de junho de 1970. p. 2.

³⁰ “Surgimiento de la ROE” In: *La Subversión*. Montevideu, F.F.A.A., 1977. p. 299.

modalidades de ação que estavam sendo empregadas, a reação da direita e da própria esquerda:

“Em nosso país se desenvolvem, paralelamente e de forma crescente as modalidades de ação direta de apoio e as operações comando com finalidades de expropriação, propaganda e equipamentos (...) O desenvolvimento destas modalidades de ação violenta são uma necessidade imperiosa. Talvez por isso mesmo suscita os ataques da reação e do reformismo. Todos eles condenam, com palavras e ‘argumentos’ distintos, mas com a mesma ênfase, os ‘atentados’, o ‘terrorismo’, que assusta e endurece às ‘autoridades’ e ‘isola das massas’. Eles somente transigem com as formas mais ou menos pacíficas de luta, como manifestações, paralisações, greves e ocupações.”³²

A tática de apoiar um conflito do “nível de massas” (uma greve, uma ocupação ou uma manifestação) não era fortuita. Dentro de uma “ditadura constitucional”, onde era necessário romper o isolamento e o cerco de silêncio, uma ação direta deste porte poderia facilitar as coisas: “Quando a estratégia inimiga consiste em tentar nos afogar num mar de silêncio e ‘indiferença’ oficial, quando não com a repressão brutal, as mobilizações dos trabalhadores, estas somente podem emergir como algo importante, até a superfície da ‘consideração pública’, através do emprego de meios contundentes.”³³

Neste campo a linha de atuação e organização que a FAU desenvolveu para a OPR-33 recolheu muito da experiência histórica do movimento libertário espanhol: “A ação da FAU, através da OPR, tem bem mais parentesco com a dos companheiros dos grupos armados espanhóis vinculados à FAI (Federación Anarquista Ibérica) da década dos 20-30.”³⁴ A similitude da FAI espanhola é, segundo a FAU, com a OPR-33 e não com a própria FAU. É interessante marcar esta diferenciação, que pode ser obscurecida por uma

³¹ “La violencia como tarea del partido III” In: *Cartas de FAU*. Montevideo, 6 de julho de 1970. p. 2. Grifos no original.

³² “La violencia como tarea del partido” In: *Cartas de FAU*. Montevideo, 22 de junho de 1970. p. 2.

³³ “La violencia como tarea del partido II” In: *Cartas de FAU*. Montevideo, 29 de junho de 1970. p. 1.

questão de nomenclatura. Ela decorre de toda uma análise crítica sobre o anarquismo na Revolução Espanhola, onde a FAU apontou a ausência de uma organização revolucionária que coordenasse o nível de massas (CNT) com o nível militar (FAI), como uma das causas da derrota do anarquismo. Na medida em que a orientação política, a decisão das ações, vinham da FAU, a OPR-33 tinha uma atuação bem delimitada:

“Se estabelece para o aparato armado somente autonomia tática, todos os operativos político-sociais são decididos pela instância política global. Seu desenvolvimento e o tipo de violência devem guardar relação com o desenvolvimento da luta global do movimento operário-popular no país. Procura-se evitar níveis de violência que fiquem fora de contexto e isolem. Ao mesmo tempo se tomam uma série de medidas de funcionamento para prever e evitar deformações ‘militaristas’.”³⁵

Outra questão que nos interessa, que nos remete a discussão sobre a experiência histórica dos anarquistas neste campo, é a do individualismo. Alguns anarquistas que historicamente se envolveram com a ação direta violenta o fizeram de uma maneira individualista ou espontaneísta. São exemplos disso muitos anarquistas franceses do fim do século XIX e início do XX (Ravachol, Emile Henry, Bando de Bonnot, etc.), alguns anarquistas espanhóis, alguns grupos da FAI e alguns dos anarquistas expropriadores do Rio da Prata. Em grande parte dos casos era uma violência exercida individualmente, isolada do movimento social e sem nenhuma intenção *estratégica*. No caso da OPR-33 isso era totalmente diferente:

“Já passou o tempo das ações que se realizavam simplesmente como ‘respostas’, como ‘protesto’ pelas arbitrariedades e atropelos reacionários. Espontaneamente, no momento e forma determinados pela sensibilidade ou pela paixão revolucionárias, pessoal, individual, de seus executores. Muitas ações realizadas desta maneira, ações nas quais deram provas de coragem e heroísmo militantes revolucionários do passado,

³⁴ “Bosquejo histórico de la FAU”. In: *Lucha Libertaria*, nº 5. Montevideu, Dezembro de 1996. p. 53.

³⁵ “Bosquejo histórico de la FAU”. In: *Lucha Libertaria*, nº 5. Montevideu, Dezembro de 1996. p. 53.

constituíram, no entanto, flagrantes desacertos políticos. Ações inclusive plenamente justificadas, às vezes, pelas brutalidades monstruosas ou arbitrariedades evidentes das classes dominantes. Episódios tão ricos na história das lutas sociais do Rio da Prata. Atos sem dúvida válidos do ponto de vista ético e que no entanto resultaram negativos politicamente na medida em que eram respostas mais ou menos individuais, manifestações soltas de uma vontade de exercer a violência popular, (...) mas que somente adquirem eficácia quando são canalizadas através de uma ação coletiva-política, demarcada dentro de uma perspectiva de conjunto, estratégica."³⁶

Diante desta concepção não cabe mais margem ao espontaneísmo ou ao individualismo:

"(...) para que a ação direta de apoio possa cumprir cabalmente (...) seus objetivos, é imprescindível, também aqui, desterrar o espontaneísmo. Todo tipo de ação violenta de certa importância deve estar sob controle político, deve ser resultado de uma decisão da organização política (...) especialmente dentro de uma situação como a atual, quando devido às suas derivações e implicações possíveis ocasiona graves responsabilidades pessoais (para os executores materiais) e políticas (para a organização que as patrocine)"³⁷

Um aspecto interessante para entendermos a atuação armada da FAU é a forma de organização e critérios internos do braço armado, a OPR-33. Neste aspecto também os objetivos e a estratégia condicionaram as formas orgânicas adotadas e a própria dimensão quantitativa da OPR-33. Para cumprir as finalidades de levantamento de fundos e materiais, operativos de apoio a conflitos ou de tipo propagandístico a FAU avaliava que não se necessitava de um aparato armado muito grande, mas sobretudo de um aparato armado coeso, organizado, seguro, com experiência e razoável grau de formação política.

³⁶ "La violencia como tarea del partido II" In: *Cartas de FAU*. Montevideu, 29 de junho de 1970. p. 2. Grifo no original.

³⁷ "La violencia como tarea del partido II" In: *Cartas de FAU*. Montevideu, 29 de junho de 1970. p. 1. Grifo no original.

Participavam da OPR-33 algumas dezenas de militantes da FAU, uma quantidade que girou em torno de 60 pessoas.

Marcou uma diferença entre a OPR-33 e outras organizações guerrilheiras a sua composição. Um critério de seleção muito mais rígido garantiu uma maior margem de segurança. As pessoas que fizeram parte do aparato armado eram todas elas da FAU (embora a maioria dentro da FAU não participasse da OPR-33), não havia “recrutamento” de militantes, um dos critérios era que a própria pessoa demonstrasse interesse em participar. Além disso, o perfil social dos participantes também era diferente, ao contrário do MLN (Tupamaros), onde a proporção de estudantes e pessoas da classe média era grande, na OPR-33: “O aparato armado é composto por uma maioria de companheiros provenientes do meio operário.”³⁸

Um dos problemas que a FAU buscou evitar foi a autofagia da parte armada, ou seja, a OPR-33 deveria contribuir para o financiamento do restante da organização, seja para o setor especificamente política, seja para o setor de massas. Um crescimento numérico muito acentuado implicaria numa dinâmica onde a parte armada acabaria trabalhando continuamente para auto-sustentar sua infra-estrutura, sempre dispendiosa. Isso foi evitado e no período que se iniciou em 1967, com a organização na clandestinidade diante da acentuada dificuldade em obter sustentação econômica a OPR 33 cumpriu este papel, ajudando não apenas a “financiar” o próprio aparato armado, mas a própria FAU: “Os meios econômicos para o desenvolvimento do conjunto da FAU é proporcionado em 90% pela OPR através de diversas expropriações e alguns sequestros.”³⁹

Quanto à organização interna a OPR-33, chamada internamente de “Aguilar”, possuía 3 “unidades operativas” (“a 10”, “a 12”, e “a 8”) e 1 “unidade de informação” (“a

³⁸ “Bosquejo historico de la FAU”. In: *Lucha Libertaria*. nº 5. Montevideu, Dezembro de 1996. p. 52.

14”), além de uma equipe médica e psicológica. Cada unidade operativa era composta por sua vez por 3 equipes de 5 pessoas em média. Para cada unidade operativa existia um responsável que não tomava parte em nenhuma das equipes. Em cada equipe também existia um responsável. Para coordenar a unidade reuniam-se no que chamavam de “liga”, o responsável pela unidade e os responsáveis de cada equipe. O conjunto das unidades se coordenava numa instância de integração da “pata Aguilar”, da qual participavam os responsáveis de cada unidade e outros militantes pertencentes a Liga Federal da FAU, chamada internamente de “Fomento”, instância de decisão máxima da organização.

Do conjunto da militância saía a orientação geral da FAU, concretizada através do “Fomento”, as decisões passavam então para o “Aguilar” que tinha somente autonomia tática para colocar em prática as decisões tomadas pela Liga Federal. A circulação de informações era feita com critérios de segurança, quase sempre de maneira compartimentada, para evitar falhas. Esta foi a estrutura orgânica da parte armada da FAU, a OPR-33.

Concepção de Nível de Massas

Na estratégia da FAU o “trabalho de massas” era um dos níveis fundamentais e imprescindíveis para se alcançar uma ruptura revolucionária. Aquilo que a FAU concebeu como nível de massas, nada mais era do que atuação coordenada nos movimentos sociais, sindical, estudantil, de bairro, etc. Se a formação do nível militar da FAU encontrava antecedentes históricos no próprio anarquismo uruguaio, não era diferente em relação ao chamado nível de massas. A própria constituição da organização se deu majoritariamente com grupos já vinculados as atividades sindicais, estudantis e “barriales”. Desde o principio

³⁹ “Bosquejo historico de la FAU”. In: *Lucha Libertaria*. nº 5. Montevideu, Dezembro de 1996. p. 52.

a FAU trabalhava em dois círculos: o primeiro especificamente político e o segundo de tipo social. O empenho dos militantes da FAU na fundação da CNT demonstrou o quanto era valorizada a luta de massas pela organização anarquista.

A FAU sempre evitou considerar o nível militar como algo acima do “nível de massas”, deixando claro apenas que eles possuíam diferentes características e que exigiam diferentes critérios e formas de organização para que se complementassem:

“Não houve praticamente nenhum movimento revolucionário que tenha conseguido triunfar através da luta armada, sem um apoio organizado das massas, sem uma intensa mobilização destas, concretizada nas mais diversas formas (...) Até mesmo em situações de guerra aberta e mais ou menos prolongada, como no Vietnã, China e Cuba a ação militar foi acompanhada por ações do povo (agitação, manifestações, greves, etc.) em cuja organização e impulsionamento intervieram justamente os movimentos e partidos revolucionários que, ao mesmo tempo, protagonizavam o combate com as armas em mão.”⁴⁰

Este tipo de comentário era dirigido sobretudo à parcela de esquerda de orientação foquista, que menospreza o trabalho de massas, conferindo a este trabalho um papel muito limitado. Se no terreno da luta armada a FAU discrepava com a orientação do MLN, no campo da luta de massas a posição frontal era com o Partido Comunista Uruguaio. Para a FAU

“(...) O que estava claro é que a atividade política tinha que ser extra-eleitoral, que a relação com a população não era através do voto. E ao contrário do que muitos acreditavam, esta coerência não nos levou ao isolamento, porque estuvemos na Mesa pela Unidade do Povo, no Acordo Político de Época, no Congresso do Povo, na criação da CNT, e convocamos a reunião de Comitê da OLAS (...)”⁴¹

De acordo com os objetivos da FAU ...

“O problema central na atualidade, nas atividades de massas, não consiste em convencê-las que devem votar nas eleições

⁴⁰ “La violencia como tarea del partido” In: *Cartas de FAU*. Montevideo, 22 de junho de 1970. p. 1.

⁴¹ “La bandera es patrimonio del pueblo” In: *Mate Amargo*. Montevideo, 24 de abril de 1991. p. 8.

burguesas, nos candidatos de tal ou qual partido. O problema central, atualmente, consiste em unir na luta, pelo programa de soluções já proposto, à imensa maioria dos uruguaios (...)" ⁴²

Mas existia o PCU, um dos mais fortes partidos comunistas na América Latina, que era a força política majoritária na esquerda uruguaia. No entanto, sempre seguiu as orientações de Moscou, assim como a maioria dos PC's na América Latina. A URSS era a referência e o ponto de apoio em todas as questões, sobretudo no momento de se definir as estratégias e táticas e empregar. O secretário geral do PCU, Rodney Arismendi era a voz mais autorizada do partido e assim se expressou: "A URSS e o sistema socialista são os principais pontos de apoio dos povos que se libertam ou tomam o caminho da luta pela sua libertação (...)" ⁴³ A orientação prosseguia com os ditames de Moscou: "(...) À luz da experiência histórica justifica-se que o XX Congresso do PCUS e as Declarações de 1957-1960 assinalassem a ampliação das possibilidades de passagem pacífica para o socialismo."

44

É dentro deste quadro que podemos entender mais concretamente o rechaço à luta armada por parte do Partido Comunista e as tentativas de aliança de classe com setores progressistas e nacionalistas da burguesia, que tiveram como expressão política as Frentes Populares. O que se observa é que o PCU não apenas avaliava que havia uma "ampliação das possibilidades de passagem pacífica para o socialismo", mas sobretudo, que esta era a via por excelência para se chegar ao socialismo. A partir daí, evitar confrontos e enfrentamentos sociais seria uma consequência: "Claro está que seria absurdo menosprezar,

⁴² MECHOSO, Juan Carlos. *Op. Cit.* p. 96.

⁴³ ARISMENDI, Rodney. *A Revolução Latino Americana: antologia de textos (1970-1974)*. Lisboa: Editorial Avante!, 1977. p. 31.

⁴⁴ ARISMENDI, Rodney. *Op. Cit.* p. 75.

em atitude irresponsável, qualquer possibilidade real de avanço ‘pacífico’ da revolução, qualquer probabilidade de conquistar o Poder sem o duro preço da guerra civil.”⁴⁵

Chegamos enfim às últimas consequências destas avaliações: “A vitória eleitoral é, sem dúvida, a mais importante tarefa actual do movimento operário e popular em nosso país (...) é mister repeti-lo: é necessário ganhar as eleições.”⁴⁶ Estava desta forma determinada a posição do PCU, mesmo que o clima do país estivesse longe de ser pacífico. Os comunistas iam mais longe ainda e Arismendi ousava afirmar que a própria revolução podia se fazer pela via eleitoral: “Este processo rebenta, com formas particulares, no Peru, na Bolívia e dá a vitória no Chile por via eleitoral.”⁴⁷

Para a FAU os parâmetros de luta do PCU estavam superados pela conjuntura conflitiva e acentuadamente repressiva. Segundo a FAU a atuação do PCU se resumia a dois aspectos caracterizados desta forma:

- a. no nível econômico da luta de classes: atividade de massas, sindical, de conteúdo reivindicativo fundamentalmente salarial, desenvolvida pelos métodos tradicionais (paralisações, greves, atos, etc.) praticados dentro dos marcos da legalidade burguesa.
- b. no nível político da luta de classes: atividade de partidos legais com seus métodos tradicionais (sedes públicas, atos, propaganda, publicações, difusão ideológica, etc.) apontada decisivamente para obter resultados eleitorais.”⁴⁸

Somente levando em conta a estratégia eleitoral do PCU é que podemos entender as táticas sindicais decorrentes. O movimento sindical deveria deixar questões políticas de lado, canalizá-las de forma partidária, não transbordar os limites da legalidade para que não criar inconvenientes eleitorais ao PCU, e sobretudo evitar ações e protestos que pudessem tomar formas radicais e violentas:

⁴⁵ *Idem. Ibidem.* p. 37.

⁴⁶ *Ibidem.* p. 51.

⁴⁷ *Ibidem.* p. 62.

“A violência nos níveis tanto econômico como político da luta de classes – diziam – era negativa uma vez que implicava em obstáculos, “pretextar” obstáculos para a via eleitoral. Concebida esta como a única via possível para chegar ao “poder” e sendo este o problema cardeal da prática política, tudo devia contribuir para manter aberta esta via. Dito de outro modo: sendo a obtenção do poder o politicamente decisivo, chegando-se ao poder pela via eleitoral e sendo as eleições algo “legal”, haveria de se estar dentro de la lei para poder votar ... e assim chegar ao poder. Esta foi a medula da proposta política reformista, eleitoralista.”⁴⁸

Evidentemente eram duas linhas distintas e conflitantes para o trabalho de massas. Entre a FAU e o PCU a oposição foi muito dura. Um tipo de relação bem diferente da oposição aos Tupamaros, com estes havia um respeito pela entrega dos militantes e pela intenção revolucionária, já com o PCU o tratamento era como adversário político, um combate aberto.

Em meio a estes embates a FAU sempre buscou uma coordenação mais ampla no nível de massas, esta foi uma orientação permanente em sua atuação social. Alcançar este intento significava criar condições de aumentar sua influência no nível de massas, fundamentalmente na CNT, para se contrapor à influência dominante do PCU. Dentro da perspectiva de se alcançar uma insurreição popular urbana num dado momento da luta, seria de extrema importância possuir uma grande adesão dos trabalhadores organizados na CNT, e especialmente criar uma tendência de orientação combativa. A FAU avaliava que mesmo não sendo numericamente majoritários entre os sindicatos filiados à CNT ou não alcançando a maioria das funções de direção, o fundamental seria contar com as frações mais organizadas e combativas dos trabalhadores. Esta posição correspondia à forma como concebiam a insurreição popular.

⁴⁸ *El Copey*. Parte I. Montevideo, 1972. p. 6.

⁴⁹ *El Copey*. Parte I. Montevideo, 1972. p. 6.

A forma pela qual a FAU encarava o trabalho no “nível de massas” era bem distinta do trabalho do “nível militar”. Pelas suas características como organização política anarquista – ingresso selecionado, exigências de disciplina, de formação política, etc. –, a FAU não tinha em seu horizonte a perspectiva de se converter em organização de massas, mesmo que de tipo político, por exemplo uma federação anarquista com ingresso mais flexível e com número maior de integrantes. Este tipo de estrutura exigia alguma forma de articulação intermediária, a formação de alguma espécie de círculo de afinidade intermediário entre a organização política e o movimento social em si, ou seja, entre a FAU e o sindicato por exemplo. Seria uma forma de potencializar a linha política da organização para o “nível de massas” evitando que se caísse no isolamento político.

No princípio de 1968 a forma pela qual se concretizou este “2º círculo” foi a Tendência Combativa, ou simplesmente “La Tendencia”, que agrupou a militância sindical vinculada às organizações e partidos mais à esquerda nas lutas sindicais e compunha o bloco de oposição interna na CNT. Em linhas gerais esta era situação da FAU quando passou à ilegalidade em fins de 1967.

O giro da política econômica com Pacheco

A alteração do rumo político foi uma necessidade do sistema como um todo e por sua vez habilitou o giro de orientação na política econômica, que sofreu então sensíveis modificações. O modelo desenvolvimentista, de cunho nacionalista, que protegia a indústria nacional e dentro do qual muitas reformas sociais foram cabíveis, tornou-se

inviável. Isso determinou uma mudança de orientação no que se refere à condução da política econômica, consolidando o guinada para a linha do FMI.⁵⁰

A adoção dos ditames do FMI prejudicou algumas frações da burguesia nacional, que entraram em choque com o Estado, gerando uma crise interna na burguesia uruguaia. Os maiores beneficiados com este giro de orientação no novo contexto foram os burgueses ligados ao capital financeiro. Assim sendo, a mudança de política econômica expressava também a vontade de uma fração das classes dominantes identificadas com o capital financeiro no Uruguai de reverter os fundamentos ideológicos de um modelo de desenvolvimento econômico e social que de fato já estava substituindo-se através das políticas públicas adotadas desde o final dos anos 50.⁵¹ Durante o governo de Pacheco a crise se acentuou e a inflação chegou a 180%. Mesmo assim Pacheco decretou o congelamento dos salários de todos os trabalhadores.

A política econômica preconizada pelo FMI e aplicada no Uruguai, teve como estratégia a transferência de renda da classe trabalhadora para a burguesia. A tática utilizada para tal finalidade foi a corrosão dos salários através da inflação, o que diminuiu o poder de compra da massa de assalariados e fez o “ajuste” necessário. Para justificar o procedimento de contenção salarial e se negar a dar aumentos que restabelecessem o poder de compra, o governo sempre insistiu numa justificativa que invertia a realidade, pois o discurso político transformou em causas da crise econômica (o salário foi considerado a causa da inflação) e inflación).⁵²

⁵⁰ CAETANO, Gerardo; RILLA, José. *Breve Historia de la Dictadura*. Montevideo, CLAEH/Ediciones de la Banda Oriental, 1987. p. 150.

⁵¹ RICO, Álvaro. *Del librerismo democrático al liberalismo conservador: el discurso ideológico desde el Estado en la emergencia del 68*. Montevideo, Banda Oriental, 1989. p. 14.

⁵² RICO, Álvaro. *Op. Cit.* p. 36.

Observada à luz desta situação é possível valorar melhor a importância fundamental da fundação da CNT em 1964. Ao mesmo tempo que ela é fruto de uma necessidade da classe trabalhadora em se defender diante de progressivos ataques, ela possibilita uma resistência unificada ao processo de corrosão salarial e no final das contas, à política econômica que estava sendo implementada.

O que ocorreu na verdade foi que o processo de luta de classes determinou também os rumos da política, na medida em que dificultou a implantação do modelo econômico do FMI. Ao mesmo tempo, esta reorientação de rumo não era simplesmente um ato de “vontade” do governo, e sim resposta a uma dada situação que estava colocada na sociedade uruguaia. Por isso mesmo, o governo tentou quebrar a resistência dos trabalhadores regulamentando os sindicatos. No caso do movimento obrero organizado na Convenção Nacional dos Trabalhadores (CNT) é fácil constatar que todas as mudanças econômicas del governo entre 1967 e 1968, foram precedidos, sempre, por intentos de Regulamentação Sindical como forma de “estabilizar”, a longo prazo a demanda social e disciplinar as condutas do movimento.⁵³

Diante da impossibilidade de levar a cabo tal regulamentação o governo acabou instaurando as “Medidas Prontas de Seguridad”.⁵⁴ A preocupação do Estado com a CNT e o movimento sindical era evidente. A própria implementação, da já “amadurecida”, Doutrina de Segurança Nacional (DSN)“, que não têm sua primeira aplicação em virtude da ação do MLN, mas antes, motivada por mobilizações do movimento operário organizado na CNT.⁵⁵

⁵³ *Idem. Ibidem.* p. 25.

⁵⁴ CAETANO, Gerardo; RILLA, José. *Historia Contemporanea del Uruguay: de la colonia al mercosur.* Montevideu, Fin de Siglo, 1988. p. 151.

⁵⁵ RICO, Álvaro. *Op. Cit.* p. 57.

As soluções de sempre não ofereciam mais resposta para a nova conjuntura e abriu-se uma nova perspectiva política. Desde meados dos anos sesenta o crescimento incontrolável da crise, em suas diferentes dimensões, projeva perspectivas de ruptura no horizonte político do país. O abalo da ordem institucional se evidenciava às claras, por exemplo, no êxito crescente de certas prédicas rupturistas (de direita e de esquerda, de dentro e de fora do sistema de partidos) e na expansão de um sentimento cada vez mais generalizado de ceticismo e desencanto em torno da eficácia das regras do jogo democrático. A crise de governabilidade tendia então a confundir-se cada vez mais com a crise dos partidos e, mais ainda, com a partidocracia uruguaia.⁵⁶

Os partidos tradicionais apesar de criticarem o governo de Pacheco - na medida em que eram, também eles vítimas de sua política em diversos momentos - não pestanejaram quando se tratou de medidas repressoras ao movimento social que impedissem um ascenso de lutas ameaçador aos seus interesses. A “Reforma Laranja” da constituição, que aprofundou e legalizou o caráter autoritário⁵⁷ do governo pachequista já fora aplaudida pela maioria dos setores dos partidos tradicionais. Jorge Batlle, líder máximo da fração reformista nacionalista assim posicionou-se sobre a reforma:

“(...) Com a convicção de que tudo que tenha que se reformar no país é possível fazê-lo através da luta política, (...) como se mudou inclusive a Constituição não faz muito tempo para obter instrumentos institucionais que afirmaram o poder do Estado e o salvaram da desintegração que estava experimentando.”⁵⁸

Jorge Pacheco demonstrou desde o início de sua atuação à frente do Estado uma característica típica dos ditadores em regimes autoritários: colocar-se acima da sociedade,

⁵⁶ CAETANO, Gerardo; RILLA, José. *Op. Cit.* p. 149.

⁵⁷ DE SIERRA, Gerónimo. “Consolidação e crise do ‘capitalismo democrático’ no Uruguai”. In: *América Latina: história de meio século*. Brasília, EdUNB, 1988. p. 291.

numa posição superior que supostamente lhe conferia uma condição de autoridade diferenciada. Para afirmar o projeto autoritário Pacheco buscou apresentar-se como uma figura de fora do sistema político, que apelava para uma relação direta com o povo, ignorando por completo todo o tradicional jogo de intermediações do sistema de partidos e abandonando de forma explícita o objetivo de um consenso passivo organizado a partir do Estado.⁵⁹

Além disso, Pacheco se autoproclamou investido de uma “missão salvadora” no país. A subversão foi o grande inimigo interno e isso já evidenciava a forte influência da Doutrina de Segurança Nacional no Estado uruguaio. Ao mesmo tempo esta “missão” salvadora servia de justificativa para uma série de abusos de poder cometidos pelo executivo. Em seus discursos Pacheco se situava como o líder de uma luta sem trégua contra as ações guerrilheiras, entrando assim numa lógica de guerra que buscava legitimar sua proposta de restauração autoritária das relações políticas.”⁶⁰

Apenas para termos uma idéia quantitativa entre 1968 e 1973 os efetivos militares subiram de 37 mil para 50 mil; o orçamento militar multiplicou-se por 12, o policial em 9,6 vezes. Em 1968 a educação tinha 24,34% das verbas do orçamento, já em 1973 tinha apenas 16,6%; enquanto isso a Defesa Nacional que tinha apenas 13,9 em 1968, passou a 26,2% em 1973.⁶¹

⁵⁸ BATLLE, Jorge. “Una escalada cívica en todo el país, un ejército civil salvará la república” In: *?Tiempo de lucha, tiempo de elecciones?* Montevideo, 4 e 5 de agosto de 1970. p. 32.

⁵⁹ CAETANO, Gerardo; RILLA, José. *Op. Cit.* p. 150.

⁶⁰ *Idem. Ibidem.* p. 150.

⁶¹ QUIJANO, Carlos. *Marcha*. Montevideo. 22/09/1972.

Funcionando e crescendo na clandestinidade

Apesar dos problemas a encarar com a repressão, a FAU obteve relativo sucesso em suas atividades e conseguiu o que para muitas organizações parecia impossível: “(...) neste período, a Organização tem um importante crescimento.”⁶² Com a clandestinidade iniciou-se a publicação semanal das chamadas *Cartas de FAU*, publicação que se revelou muito rica para esta pesquisa. Nas *Cartas de FAU* estão contidas - além das informações sobre os acontecimentos da época - todo o desenvolvimento teórico essencial do pensamento político da FAU de forma bastante clara, sintética e precisa: “(...) durante 1969, 70 e 71, a FAU, na clandestinidade, se posicionará através de sua Carta Semanal. Nestas Cartas se farão avaliações da conjuntura e se tratará de temas político-estratégicos, também alguns conceitos fundamentais serão tratados.”⁶³ As fontes oficiais (militares no caso) também atestam esta informação:

“É neste período que a FAU começa a publicação das chamadas ‘Cartas de FAU’, de periodicidade semanal. Durante dois anos e meio, estas são impressas e distribuídas clandestinamente em sindicatos e grêmios estudantis. É através dela que esta organização faz propaganda de seus postulados subversivos (...)”⁶⁴

A publicação, justamente pelo seu caráter clandestino e restrito, nos oferece a oportunidade de vislumbrar com mais proximidade o pensamento político da organização. A publicação era clandestina e a circulação das *Cartas de FAU* se fazia de acordo com procedimentos bem definidos. Em diversos números haviam orientações deste tipo ao final:

⁶² “Bosquejo histórico de la FAU”. In: *Lucha Libertaria*. nº 5. Montevideo, Dezembro de 1996. p. 52.

⁶³ “Acto 35 aniversario de la Federación Anarquista Uruguaya”. In: *Solidaridad*. Montevideo, setembro de 1991. p. 16.

⁶⁴ “Período 1968-1970. Desde la ilegalización hasta la aparición del aparato armado de la FAU. La Organización Popular Revolucionaria 33 (OPR 33)” In: *La Subversión*. Montevideo, F.F.A.A., 1977. p. 297-298.

“A QUALQUER UM NÃO

Escolha entre seus companheiros. Perceba quem está realmente interessado, quem pode dar utilidade ao que se propõe aqui. A este companheiro entregue a Carta. E não se limite a isso. Discuta-a com ele. Se das conversações surgem acordos com a linha sustentada, veja a maneira de colocá-la em prática. De nada valem os acordos verbais ou as adesões mais ou menos teóricas. De compromisso é que se trata. E se há disposição séria, há sempre uma tarefa para se realizar (...)”⁶⁵

Nas *Cartas de FAU*, além das análises de conjuntura e discussões teóricas, foi constante a presença de orientações sobre a segurança para os militantes. Avisos como estes eram freqüentes: “Companheiro: não fique com a CARTA. Passe-a uma vez lida.”⁶⁶ Informações sobre o aparato repressivo também eram coletadas pelo serviço de informação da FAU e repassadas pelas cartas. Regularmente publicavam-se as chamadas “Listas Negras”, onde constavam nomes, telefones, endereços, função e local de trabalho de policiais, militares, agentes da CIA e de embaixadas estrangeiras. Abaixo transcrevemos alguns exemplos deste tipo de informação:

“Faz um bom tempo que a estamos publicando. São muitos, por isso vai demorar para terminar. Convém que tire cópia desta e também das anteriores. E que divulgue estes nomes e os endereços também. Por que convém que todos os companheiros saibam quem são e onde vivem os que trabalham aqui para a embaixada ianqui.”⁶⁷

Também constava a orientação sobre o que se poderia fazer a respeito de tais pessoas:

“Temos de localizá-los. Qualquer um deles é um delator potencial, seja qual for a tarefa central que desempenhe. Por isso, desde já, nós vamos nos ocupar deste assunto. Vamos proporcionar a você uma lista detalhada com nomes, domicílios e dependências, de centenas de funcionários que trabalham aqui, para a embaixada dos Estados Unidos.”⁶⁸

⁶⁵ “La violencia como tarea del partido” In: *Cartas de FAU*. Montevideu, 22 de junho de 1970. p. 4.

⁶⁶ “¿Por todas las vías?” In: *Cartas de FAU*. Montevideu, 21 de setembro de 1970. p. 4.

⁶⁷ “Tareas para ahora” In: *Cartas de FAU*. Montevideu, 16 de março de 1970. p. 3.

⁶⁸ “La justicia real no es cosa que pueda esperarse de los de arriba” In: *Cartas de FAU*. Montevideu, 14 de abril de 1969. p. 6.

As cartas também serviam para comunicar sobre a situação de militantes presos pela ditadura e denunciar torturas acontecidas na cadeia. Transcrevemos aqui o relato contido numa delas

“Um dia apareceu uma “Carta de FAU” distinta, original, fora de série (...) Ela continha muita dor e carinho. Vinha da cadeia, mandada por uma companheira que havia sido brutalmente torturada. Uma companheira exemplar que bancou a difícil. Fomos à carta. Ao lê-la mais de um tiveram que assoar o nariz porque escorriam as lágrimas (...):

“Tuas cartas me dão vida. Você sabe que te quero muito e que lhe tenho confiança ... Te conto o que me passa: acontece que Molaguero veio falar comigo e me acusou. Assim como vês (ou como lês)... o tempo corre contra nós ... não vou dizer que sim por temor à tortura ...

Agora vou te contar ... No outro quartel eu passei pior ... aqui todos se enfurecem comigo porque dizem que eu os ironizo, porque não reclamo nos interrogatórios nem choro. Te conto como é o “submarino”. Te amarram de cabeça para baixo numa tábua, com correntes e arames. Esta tábua está sobre dois cavaletes e na ponta, onde está sua cabeça, está um tanque com água. Então começam a levantar a tábua por trás (pelos pés) e te vão metendo na água devagar. Logicamente que ver a água negra que chega e odor que têm já é o bastante.

Começar a enfiar-lhe na água é o segundo passo. E quando comesas a se afogar, quando se arrebatam os pulmões, comesas a se debater como louco e te machucas mais ainda nos arames ... Ah, e além disso existem algumas sutilezas tais como apertar-te a garganta quando estás dentro da água ...

No outro quartel: o cavalete, o alicate, o telefone ... Não esperes más notícias ... Não podem haver más notícias nunca se a moral se mantém firme. A tropa por aqui faz uma idéia de que uma mulher que não chora, não se põe histérica e tudo mais é porque é sediciosa e eles acreditam que eu sou uma sediciosa ...

Aprendi a tecer e vou fazer uma blusa ou cachecol, não sei, o que saia ...

... Olho vivo com o telefone, como dizia o companheiro. Olhe que é certo que sim ... Estou defronte à tumba de Heber Nieto ...

Antes de por o cabeçalho já se encham meus olhos de lágrimas. Estou bem. Estou serena e te quero. Acabamos de sair para o “recreio”... o dia é bonito. Me deitei com o rosto para o sol, o céu azul, mais azul de verdade, e não celeste com nuvenzinhas, e as árvores já na primavera.

Vou aguentar o que quer que seja e a prisão também.
De mim têm bronca (os oficiais) e quando entram na cela me dizem
“bom dia flor anarquista na prisão” ...

Saúde para todos. R.S.”⁶⁹

A postura dos anarquistas diante da repressão e especificamente da tortura é algo que merece destaque. Não registrou um caso sequer de delação e a organização se orgulha de afirmar que “Los anarquistas no hablan”.⁷⁰ Por conter relatos deste tipo, discussões políticas, informes sobre os movimentos sociais as cartas eram importantes, no entanto a importância política da publicação das *Cartas de FAU* transcendia em muito o seu conteúdo. Era sobretudo a afirmação concreta de que era possível realizar um trabalho militante e regular, dentro das condições de clandestinidade em que estava o país, ou seja, era afirmação concreta de uma linha de trabalho.

1968

Entre os muitos episódios que nos chamam atenção em 1968, dois em especial destacaremos. O primeiro deles foi a chamada “marcha cañera”, dos trabalhadores rurais uruguaios, que partiu de Bella Unión em Artigas no dia 14 de fevereiro. Organizada conjuntamente pela FAU e MLN, teve uma polêmica palavra ordem naquela época: “Basta ya de dialogar, hay que armarse para luchar”, logicamente o termo “armarse” adquiriria múltiplos sentidos numa conjuntura de lutas sindicais e de luta armada. A marcha foi duramente combatida pela militância do PCU, sobretudo pela palavra de ordem que

⁶⁹ “Cuando la entereza vence la bestialidad” In: *Lucha Libertaria*. n° 4. Montevideu, Setembro de 1996. p. 67-68.

⁷⁰ “Os Anarquistas não falam”. Falando da resistência do militante Federico Gerner preso pela polícia “(...) mais do que a dor, um lutador social não trai nunca nem a suas idéias nem a seus companheiros. Com ele não puderam.” Citado em “Los anarquistas no hablan” In: *Cartas de FAU*. Montevideu, 28 de outubro de 1968. p. 4.

veiculava. A propaganda de rua da marcha era refeita cotidianamente uma vez que era sempre coberta pela militância do PCU, fato que ocasionou diversos conflitos de rua entre a militância da FAU, MLN e Tendencia Combativa de um lado e a do PCU de outro.⁷¹

Os “cañeros” acamparam no bairro do Cerro, por várias semanas e participaram junto às colunas da Tendência Combativa no 1º de Maio de 1968. O 1º de Maio de 1968 foi marcado por uma grande participação e por uma elevação de nível político no movimento popular. A repressão também se acentuava.⁷² A solidariedade internacional com países em luta contra o imperialismo norte-americano foi manifestada: “(...) As palavras de ordem solidárias com Cuba e Vietnam percorreram a Avenida Agraciada até a tribuna levantada à altura de Colonia com um grande cartaz que dizia: ‘Primeiro de Maio de Unidade e Luta - CNT’”⁷³

No mês de julho ocorreu outro fato que comoveu o país. Durante um protesto estudantil em 12 de julho, na Faculdade de Veterinária, caiu ferido a bala um estudante da Juventude Comunista, internado em estado grave, morreu dois dias depois. Seu nome: Liber Arce. Uma trágica e extrema coincidência, que lembrava a palavra de ordem de “liberación nacional”, remetia ao nome da frente de centro-esquerda da qual participava o PCU, a FideL (Frente Izquierda de Liberación) e o próprio MLN (Movimiento de Liberación Nacional). Seu nome imediatamente converteu-se na palavra de ordem “LiberArce!” e o enterro transformou-se numa gigantesca manifestação contra a ditadura.⁷⁴ O fato de um jovem estudante ter morrido sensibilizou muitos setores da classe média uruguaia até então pouco afetados pela ditadura e distantes das mobilizações populares.

⁷¹ MECHOSO, Juan Carlos. *Op. Cit.* p. 93-94.

⁷² “La represión há castigado muchas veces las celebraciones de los trabajadores” In: *La República*. Montevideo, 30 de abril de 1990. p. 18.

⁷³ “La represión há castigado muchas veces las celebraciones de los trabajadores” In: *La República*. Montevideo, 30 de abril de 1990. p. 18.

Quanto à parte de massas da FAU durante período entre 1968 e 1973 manteve-se ativa a Tendência Combativa, porém funcionando basicamente no plano sindical, mais do que no plano político, o que constituía uma limitação. Outro limite era a ausência de uma estrutura orgânica mais ampla e própria, uma vez que a Tendência Combativa não era uma forma orgânica adequada para expressar opiniões políticas que fugiam ao âmbito sindical. Todas estas características, somadas ao fato de que a FAU estava na clandestinidade desde o final de 1967, acabaram levando a organização a decidir pela criação de um outro organismo de massas, com um grau de compromisso maior do que a Tendência Combativa, porém sem definições ideológicas de tipo anarquista, possibilitando a aliança entre diversas organizações de esquerda. Mesmo assim a Tendência continuou bastante atuante na CNT, catalisando em torno de si um movimento de contestação à linha majoritária na central:

“(...) também se acentuava a diferenciação de duas concepções bem marcadas: a protagonizada pelo Partido Comunista, força hegemônica do movimento popular, e aquela impulsionada pelo que se denominava Tendência Combativa que nucleava a maioria das organizaciones de esquerda não comunistas (...)”⁷⁵

Procurando ao mesmo tempo um canal de expressão política pública, uma articulação que fosse além do plano sindical e uma forma orgânica capaz de aglutinar em seu seio diversas organizações de esquerda de tom mais radical a FAU discutiu a criação de um organismo próprio para atuar no nível de massas. No entanto, este empreendimento exigia uma infra-estrutura que não custaria pouco, não se tratava apenas de uma decisão política, mas de criar condições concretas para que a decisão política fosse viável e o novo organismo tivesse realmente expressão. Em suma, faltava dinheiro para este projeto. O

⁷⁴ MECHOSO, Juan Carlos. *Op. Cit.* p. 111.

⁷⁵ CHAGAS, Jorge.; TONARELLI, Mario. *El Sindicalismo Uruguayo Bajo de la Dictadura 1973-1984*. Montevideo, Ediciones del Nuevo Mundo, 1989. p. 28.

aparato armado da FAU levava esta situação em consideração e trabalhou muito para levantar informações que viabilizassem alguma ação concreta. Depois de algum tempo se alcançou um bom resultado. Na verdade foram duas expropriações de bancos feitas pela OPR-33. A primeira delas “Em fins de março se fez a expropriação do Banco de la Teja. Havia uma boa grana.”; a segunda realizada no final de 1968, no Banco de La Paz.⁷⁶

Formação da ROE

Diante desta nova situação a FAU concretizou uma organização que respondesse pelo nível de massas: “Em 1968, já na clandestinidade, depois de uma decisão orgânica que previamente realizou avaliações estratégicas, por iniciativa de nossos militantes, distintos grupos operários e estudantis darão vida à ROE (Resistência Operário-Estudantil) que atuará como frente externa e de ‘massas’ da proscrita FAU.”⁷⁷ A ROE permitiu à FAU resolver as duas problemáticas já mencionadas: por um lado criou-se uma organização que podia atuar publicamente e de certa forma “driblar” a repressão; e por outro lado, permitiu à FAU aglutinar em torno de si um amplo leque de forças políticas de caráter combativo que se encontravam dispersas e sem uma orientação política definida. Isso potencializou a atuação da FAU dentro do movimento popular, sobretudo no campo sindical:

“Na ROE atuam militantes da FAU com diferente grau de responsabilidade na direção dos sindicatos tais como indústria de pneus, gráficos, bancários, gás, porto, indústria metalúrgica, têxteis, indústria química, refinarias de petróleo, transporte, saneamento, indústria alimentícia, ferroviários, etc. Os estudantes são fortes fundamentalmente no Instituto de Magistério, entre os estudantes de ensino secundário, mas débeis na universidade, onde só estão presentes em poucas Faculdades (Humanidades e Medicina).”⁷⁸

⁷⁶ MECHOSO, Juan Carlos. *Op. Cit.* p. 120.

⁷⁷ “Bosquejo historico de la FAU”. In: *Lucha Libertaria*. n° 5. Montevideu, Dezembro de 1996. p. 52.

⁷⁸ “Bosquejo historico de la FAU”. In: *Lucha Libertaria*. n° 5. Montevideu, Dezembro de 1996. p. 52.

O trabalho no “nível de massas” para a FAU não deveria ser espontaneísta, mas ao contrário, ser feito de forma organizada e coletiva, por isso mesmo enxergavam muitas limitações na forma de atuar da Tendência Combativa. Numa situação de repressão estar isolado poderia ser fatal e isso se convertia em mais um fator para se combater o espontaneísmo:

“Se algo ficou claro agora, é a crise da concepção mais ou menos espontaneísta que vem animando as ações de amplos setores do movimento estudantil e sindical. Para o espontaneísmo do militante independente isolado, ou ainda de uma agrupação de tipo exclusivamente sindical, a mobilização (...) marca os limites de sua perspectiva e de suas possibilidades.”⁷⁹

Agindo através da ROE, a FAU aumentou sua penetração social e ganhou em poder de influência: “O peso da Organização no movimento operário e popular cresce de importância. Marca uma linha de trabalho combativo e questionador do sistema.”⁸⁰ Os militares perceberiam esta relação entre FAU e ROE algum tempo depois: “(...) todo o trabalho subversivo a nível de massas, e inclusive a responsabilidade pela edição do diário ‘Compañero’, a FAU canaliza através da ROE. Isso converte a ROE num movimento político que somente na aparência é independente, pois está dirigido e infiltrado pela FAU.”

⁸¹ Num ato público da ROE Gerardo Gatti, fez um discurso bastante representativo sobre as posições e concepções da organização, no qual podemos notar bem claramente como se estabelecem os vários níveis de ação direta:

“Temos claro, os militantes da Resistência, que na luta existem vários níveis e que é importante ter claro quais são estes níveis. Não é uma luta que se possa solucionar somente no plano sindical e de massas; não é uma luta que se possa resolver somente

⁷⁹ “La estrategia es una, solo la tactica varía en los periodos de reflujo” In: *Cartas de FAU*. Montevideu, 28 de outubro de 1968. p. 1.

⁸⁰ “Bosquejo historico de la FAU”. In: *Lucha Libertaria*. n° 5. Montevideu, Dezembro de 1996. p. 52.

⁸¹ “Año 1971 – la nueva ROE. Aparición de la O.P.R. “33”.” In: *La Subversión*. Montevideu, F.F.A.A., 1977. p. 301.

no plano do combate ideológico; não é uma luta que possa resolver-se somente no plano do combate propagandístico; não é uma luta que possa resolver-se somente no plano da ação militar. Esta luta popular, revolucionária, pela mudança das estruturas deve livrar-se simultaneamente, em todos os níveis. É o que chamamos de ação direta em todos os níveis.”⁸²

A existência da ROE conseguiu inclusive potencializar a atuação sindical da Tendência Combativa, que desde esse momento ganhou em unidade e força:

“A existência destas agrupações conforma de fato dentro da CNT, uma tendência oposta ao Partido Comunista. Por razões expostas anteriormente a FAU tenta organizar e colocar-se à cabeça desta corrente, a qual se chamava de ‘tendência’. É por isso que no princípio a ROE nuclea gente de distintas origens políticas, e não se propõe nestes momentos a conformar-se como grupo específico.”⁸³

No entanto a ROE não substituiu a Tendência Combativa, esta continuou existindo como um anel mais amplo:

“A tendência esteve composta principalmente por militantes sindicais socialistas, democrata-cristãos (até o ano de 1971), da Resistência Operário-Estudantil (ROE), do Movimento 26 de Março, maoístas dos Grupos de Ação Unificadora (GAU), da Federação Anarquista Uruguiaia (FAU) e independentes. A ROE em particular chegou a ter uma considerável influência no plano sindical e estudantil.”⁸⁴

A influência da Tendência Combativa foi bastante ampla, muito embora nunca superasse o Partido Comunista. No entanto, através da prática, muitas vezes a Tendência se fez direção real do movimento operário, uma vez que a estratégia do PCU esteve fora de sintonia com os interesses da classe trabalhadora:

“Dentro da dinâmica interna do próprio movimento sindical, esta luta de tendências adquiriu ao final dos anos sessenta um novo

⁸² “El llamamiento de enero: acto del 4 de enero de 1972” In: *Lucha Libertaria*. n° 4. Montevideo, Setembro de 1996. p. 10.

⁸³ “Surgimiento de la ROE” In: *La Subversión*. Montevideo, F.F.A.A., 1977. p. 298.

⁸⁴ CHAGAS, Jorge.; TONARELLI, Mario. *Op. Cit.* p. 36.

impulso, ao constituir-se uma corrente radical e crítica do na sua avaliação era uma estratégia imediatista e moderada, imposta pela maioria comunista. Esta nova corrente (a Tendência Combativa) chegou a controlar três importantes federações integrantes da CNT como eram a Federação Uruguaia da Saúde (FUS), a Federação de Operário e Empregados da Bebida (FOEB) e os trabalhadores das fábricas de pneus; além disso, conseguiram ser maioria na poderosa Associação dos Bancários (AEBU), estando representada de forma minoritária na maioria dos outros sindicatos.”

A linha de atuação da FAU no nível de massas perseguia um objetivo claro, desde a FAU-ROE se impulsionou durante os cinco anos que vão de junho de 1968 a junho de 1973, a proposta de enfrentar a escalada repressiva com um plano de luta do conjunto do movimento operário, plano de luta que quase inevitavelmente conduzia à greve geral.⁸⁵ Na verdade este plano havia sido aprovado no congresso de fundação da CNT, renovado no Congresso do Povo e em distintas ocasiões por instâncias da própria CNT. No entanto, era sempre muito genérico, ficando sempre em segundo plano sua definição concreta e sobretudo a implementação do mesmo. A linha majoritária da CNT sempre criou obstáculos para levá-lo adiante, porque em verdade o plano do PCU era outro.

O processo de estruturação da FAU para o “nível de massas”, através da ROE e da Tendência Combativa ocorreu paralelamente a um ascenso de combatividade no movimento social. O ano de 1968 foi especialmente conflituoso. O movimento estudantil protagonizou uma série de lutas e foi entre os estudantes que o regime fez suas primeiras vítimas, sendo que alguns deles eram militantes da FAU. No mês de julho de 68 o governo apelou para a intervenção dos militares nos conflitos sindicais, vários sindicatos foram invadidos e ocupados por soldados, para a FAU: “(...) a repressão crescente não evidenciava solidez mas a debilidade por parte do regime.”⁸⁶

⁸⁵ CORES, Hugo. *Op. Cit.* p. 15.

⁸⁶ “Una escalada sin disfraz” In: *Cartas de FAU*, Montevideu, 23 de setembro de 1968. p. 1.

Paralelamente ao ascenso das lutas intensificaram-se as disputas internas na CNT, foi se consolidando uma corrente de opinião de oposição à linha do Partido Comunista dentro da central, uma corrente de opinião que transbordou em muito os limites da Tendência Combativa. Os anarquistas da FAU fizeram duras críticas a maioria da direção da CNT ⁸⁷:

“(…) foi posta em evidência a crise profunda em que se debate a maioria reformista da direção da CNT. As posições de retrocesso e os nefastos métodos de trabalho que a partir destas posições se adotam, demonstram seu fracasso, especialmente em conjunturas como a atual (...) essa direção abdicou, realmente, de seu papel como tal. Sua função se limita, quase a uma atitude de espera, em inventariar passivamente as alternativas de luta que seria seu dever impulsionar com decisão (...) a maioria da direção da CNT adota uma vacilante atitude de espera.” ⁸⁸

A CNT em seu conjunto alcançou índices de filiação nunca vistos na história uruguaia, sua importância transcendeu em muito os limites do movimento operário: “A extensão, com uma amplitude sem precedentes na vida do país, da sindicalização. O sindicalismo deixou de ser um fenômeno exclusivamente operário, para ser um fenômeno de todos os assalariados.” ⁸⁹ Em meio a um ascenso das lutas e às ameaças de golpe militar, a CNT reafirmou sua tática de combate a um possível golpe: “Em junho de 1968 a Mesa Representativa da C.N.T. resolve, por unanimidade ‘a ocupação de todos os locais de trabalho e greve geral em caso de golpe de estado ou situação equivalente.’” ⁹⁰

Em 1969 a repressão se repetiu na greve dos bancários e nos conflitos na zona dos frigoríficos, nos bairros do Cerro e La Teja. Neste período entraram em ação grupos e

⁸⁷ A FAU também fazia parte da direção, porém em minoria.

⁸⁸ “Lo que no cambia” In: *Cartas de FAU*. Montevideu, 7 de julho de 1969. p. 1-2.

⁸⁹ “El golpe: la violencia de los de arriba un pueblo que luchó y no olvida” In: *Solidaridad*. Montevideu, junho de 1990. p. 9.

⁹⁰ “El golpe: la violencia de los de arriba un pueblo que luchó y no olvida” In: *Solidaridad*. Montevideu, junho de 1990. p. 9.

esquadrões da JUP (Juventud Uruguaya de Pié), organização de extrema direita e fascistóide. Estes grupos agiam sem nenhum constrangimento por parte do governo, espancando e matando vários estudantes.⁹¹ A FAU comentava desta forma a situação tumultuada do Uruguai:

“Não faz muito tempo, fatos e coisas deste pedaço da América Latina, começaram a preocupar (...) as agências noticiosas irradiavam para todo o mundo o que sucedia no Uruguai: lutas de rua e tropas na Universidade; regulamentação sindical, congelamento de salários, petardos contra domicílios e propriedades de homens do governo; manifestantes mortos e sequestro de um íntimo conselheiro do Presidente; centenas de presos políticos, censura de imprensa e expropriações de armas e dinheiro. O mito chegava ao fim.”⁹²

Entre estas ações aludidas acima contaram-se muitas protagonizadas pelos anarquistas da FAU. Neste momento a OPR-33 ainda não aparecia publicamente, apesar de já estar estruturada. Algumas ações foram realizadas em coordenação com outras organizações de combate, como o MLN por exemplo: “Motivados pela greve bancária de 1969, a FAU e o MLN coordenam a realização de pequenos atentados firmados pelos ‘Comandos de Apoio Popular (CAP)’”⁹³ Dentro desta “modalidade” de apoio conflitos sindicais a FAU operou diversas vezes em 1969: “(...) a FAU nos conflitos Gráficos, Frigoríficos e Bancários, que esta organização havia ajudado a provocar, resolve a realização de uma gama muito diversa de atentados (bombas de explosão, bombas incendiárias, petardos, etc.)”⁹⁴ Como a organização não queria se expor naquele momento, decidiu não assinar as ações: “Estas ações são levadas a cabo pelo braço militar da

⁹¹ “El pueblo no olvida Pacheco” In: *Solidaridad*. Montevideu, julho de 1989. p.16.

⁹² “¿La Cuba del Sur?” In: *Cartas de FAU*. Montevideu, 21 de abril de 1969. p.1.

⁹³ “Surgimiento de la ROE” In: *La Subversión*. Montevideu, F.F.A.A., 1977. p. 298.

⁹⁴ “Surgimiento de la ROE ” In: *La Subversión*. Montevideu, F.F.A.A., 1977. p. 298-299.

organização, que, como todavia não registra nem nome nem sigla definitiva são firmados ‘Mãos anônimas e braços companheiros, Grupos de Solidariedade Operária.’⁹⁵

As ações prosseguiram durante todo o ano, quase sempre na modalidade de apoio a conflitos no nível de massas: “Tendo como desculpa o conflito bancário, o aparato armado da FAU realiza um atentado contra o cérebro eletrônico pertencente à Sucursal Cordon do Banco Comercial situada entre as ruas Constituyente e Vásquez, em 16 de julho de 1969 (...)”⁹⁶

Esta greve teve como pano de fundo a mudança de direção sindical, que havia passado ao controle da Tendencia Combativa devido à insatisfação com a antiga direção, vinculada ao PCU⁹⁷ A greve aconteceu motivada por uma série de medidas de ataque ao sindicato e quebra de direitos conquistados. Tratou-se de uma greve longa e muito dura, com demissões massivas (depois revistas), ocupação militar dos locais de trabalho em diversos momentos, ocupação por parte dos trabalhadores, bloqueio dos fundos dos patrões da indústria da carne, cujos trabalhadores estavam em greve (medida rechaçada pela direção sindical do PCU) e 285 agências atacadas e depredadas num total de 303 existentes em Montevideu.⁹⁸

Este sindicato contava com a presença militante da ROE, através da Tendencia Combativa, e a FAU seguindo sua política de “ação direta a todos os níveis”, acionou sua parte armada objetivando apoiar o conflito dos bancários:

“Era meia-noite de 16 de julio, um operativo da Organização estava em marcha. O objetivo era o Banco Comercial. Estávamos inseridos na greve bancária. Uma greve longa e combativa. A repressão policial e a intransigência patronal se haviam unido

⁹⁵ “Surgimiento de la ROE ” In: *La Subversión*. Montevideu, F.F.A.A., 1977. p. 299.

⁹⁶ “Surgimiento de la ROE” In: *La Subversión*. Montevideu, F.F.A.A., 1977. p. 299.

⁹⁷ CORES, Hugo. *Op. Cit.* p. 28-29.

⁹⁸ *Idem. Ibidem.* p. 35-38.

estritamente para quebrá-la. Desde o governo a queriam morta. A solidariedade devia aprofundar-se (...)”

Um comando adentrou o edificio sede de um poderoso banco e explodiu o computador central, cujo valor estimado era de 500 mil dólares. Ao mesmo tempo deixaram um manifesto:

“NÃO FICARÃO IMPUNES

Os oligarcas do Banco Comercial, cúmplices das cúpulas estrangeiras entre os quais se encontram o Chase Manhattan norte-americano, roubam milhões do povo (...) O despotismo servil do títere Pacheco, encobre estes vorazes ladrões do povo atuando de banqueiros e juntos, buscam submeter os trabalhadores ameaçando com demissões aos empregados bancários. Toda força de terror, cárcere e garrote nas mãos da Polícia e do Exército estão a seu serviço. Com a força de nossa justiça, que é a justiça do povo, hoje descarregamos nosso golpe contra o maquinário norte-americano que calcula a sangria que fazem no país.”

Unidade Operária de Ação: Arturo Recalde.”⁹⁹

Na mesma data, a organização realizou uma operação de caráter propagandístico que teve uma imensa repercussão no país: “(...) Neste mesmo dia é roubada a Bandeira dos Trinta e Três Orientais, do Museu Histórico Nacional situado em Zabala, nº 1469, por integrantes desta mesma organização. Ambas ações são assinadas ‘R 33’ ”¹⁰⁰. O comando que realizou a ação deixou um manifesto no local:

“DESAGRAVO À BANDEIRA

Pretendem enganar ao povo os fariseus, parodiando uma homenagem aos ensinamentos de Nossa Patria! O povo responde. Recuperando a custódia da bandeira que flamejou na Agraciada. Debaixo de seu lema se conquistou a primeira independência. Liberdade ou Morte. (...) É hora da bandeira deixar de ser peça de museu em insultante posse dos *vendepatrias*. Agora, aa Bandeira dos 33 tremulará novamente no topo das lutas populares. “LOS 33”

¹⁰¹

⁹⁹ MECHOSO, Juan Carlos. *Op. Cit.* p. 272.

¹⁰⁰ “Surgimiento de la ROE ” In: *La Subversión*. Montevideu, F.F.A.A., 1977. p. 299.

Para entendermos a dimensão deste ato é necessário agregar alguns dados relevantes. A bandeira dos “33 Orientales” foi uma das primeiras bandeiras uruguaias, originária do período de independência do país. A independência uruguaia revestiu-se de um teor totalmente diferente da brasileira. Seu caráter popular e combativo fez com que se desenvolvesse uma identidade popular em relação a ela. Os ‘33 orientais’ foram os uruguaios que declararam a independência do país após derrotarem tropas brasileiras quando desembarcaram na praia de Agraciada em 1825.

Assim sendo, a bandeira tem uma carga simbólica e popular muito forte. No momento em que o país atravessava uma “ditadura constitucional”, na qual o presidente Pacheco invocava invariavelmente o nacionalismo, o patriotismo e fazia referência à tradição dos “33 orientais”, estava instaurada uma disputa ideológica pelo próprio conceito de pátria e nacionalidade. Neste quadro, a expropriação da bandeira teve o sentido de se resgatar para o lado do povo a própria história do Uruguai.

Há que se agregar a este ponto já mencionado o fato de que se faziam muitas relações no imaginário popular entre o desembarque na praia de Agraciada e o desembarque dos revolucionários cubanos em Playa Girón. Além disso, o lema da bandeira era bastante sugestivo para o momento: “Libertad o Muerte!”, que por coincidência era o mesmo da bandeira do exército makhnovista, dos anarquistas ucranianos, à época da revolução russa. Todas estas identificações fizeram com que a expropriação da bandeira tivesse uma grande repercussão, causando ao mesmo tempo, a ira dos militares uruguaios.

Vários militantes da FAU sofreram bastante na tortura para revelar o destino da bandeira. No entanto, nada se descobriu e ela permanece incógnita atualmente. Até os dias de hoje, sempre que se aproxima a data de 25 de abril, data do desembarque dos ‘33

¹⁰¹ MECHOSO, Juan Carlos. *Op. Cit.* p. 270.

orientais', a FAU recebe ameaças e telefonemas anônimos. Em 1993, na data de aniversário da bandeira, o jornal *El Día*, um dos que mais circulam no país se lamentava: "(...) Símbolo histórico de incalculável valor, a bandeira dos '33 Orientais' dificilmente voltará a aparecer."¹⁰² Um militante da FAU de longa trajetória na organização ao ser entrevistado por um jornal em 24 de abril de 1991 foi questionado sobre o destino da bandeira, respondeu:

"- Sempre estive bem cuidada, desde o começo ficou sob a responsabilidade política de companheiros de máxima representatividade que contavam com a total confiança do coletivo. Por tudo o que sabemos é de presumir que esto tenha sido assim até o final (...)"¹⁰³

Todos os conflitos sindicais e mudanças de direção em alguns sindicatos se traduziram no congresso da CNT realizado neste ano: cerca de um terço dos delegados se alinharam com as propostas da ROE e da Tendência, formalizadas num documento do sindicato dos Bancários AEBU.¹⁰⁴ Também o sindicato de FUNSA expressava a linha política de massas da FAU e convertia-se cada vez mais numa "direção informal" para amplos setores sindicais da CNT:

"Não há um só dos conflitos importantes dos anos entre 68 e 74 no qual o sindicato de FUNSA não tenha intervido solidariamente. À frente do sindicato atuava uma direção experiente, hábil nas negociações com as empresas e o governo e adepta de uma ideologia solidária e classista. Uma equipe numerosa de dirigentes, encabeçados por León Duarte, Whashington Pérez, Miguel Gromaz (...) sempre encontrava tempo para orientar aos companheiros de outros grêmios que chegavam ao sindicato buscando assessoramento. Ações solidárias, até as mais combativas, com os grêmios em luta. Desde UTAA a TEM, passando por SERAL, Pepsi Cola, BP Color, etc. Todas as causas justas encontraram apoio

¹⁰² "Hace 25 años un comando de la OPR 33 'expropiaba' la bandera de los 33" In: *La República*. Montevideo, 16 de julho de 1994. p. 8.

¹⁰³ "La bandera es patrimonio del pueblo". In: *Mate Amargo*. Montevideo, 24 de abril de 1991. p. 8.

¹⁰⁴ MECHOSO, Juan Carlos. *Op. Cit.* p. 137.

econômico por parte do sindicato, em particular quando começaram a crescer as listas de presos e demitidos.”¹⁰⁵

O trabalho em “dos patas” seguia paralelamente. Ainda neste ano a FAU também realizou ações visando financiar a produção das *Cartas de FAU*: “Com a intenção de melhorar as oficinas onde se editava clandestinamente a ‘Carta de FAU’ em 9 de dezembro de 1969, esta organização sediciosa rapina da casa Orbis, situada na rua Santiago de Chile 1294, 3 mimeógrafos elétricos.”¹⁰⁶

Em 1970, para tentar apagar o movimento estudantil secundarista, o governo fechou os Liceus, suspendeu as aulas e destituiu professores. Nesta ocasião grupos da JUP espancaram e mataram vários estudantes.¹⁰⁷ Neste ano a FAU adquiriu um razoável grau de inserção junto ao movimento estudantil secundarista e participou impulsionando várias lutas, fato visto dessa forma pelos militares: “Durante todo o ano de 1970 a FAU desenvolveu uma intensa atividade entre os jovens estudantes secundaristas promovendo distúrbios e tratando de semear o caos neste nível de ensino”¹⁰⁸ Uma experiência interessante na luta dos estudantes secundaristas foram os “liceus populares autônomos”, que mantiveram o funcionamento das escolas mesmo diante da intervenção do Estado.¹⁰⁹ No campo estudantil existiam duas tendências principais. A FER (Frente Estudiantil Revolucionária), mais radicalizada e se articulando com a ROE e a Tendencia no plano sindical, e a UJC (Unión de la Juventud Comunista) vinculada ao PCU.

¹⁰⁵ CORES, Hugo. *Op. Cit.* p. 49.

¹⁰⁶ “Surgimiento de la ROE” In: *La Subversión*. Montevideo, F.F.A.A., 1977. p. 299.

¹⁰⁷ “El pueblo no olvida Pacheco” In: *Solidaridad*. Montevideo, julho de 1989. p.16.

¹⁰⁸ “Surgimiento de la ROE” In: *La Subversión*. Montevideo, F.F.A.A., 1977. p. 299.

¹⁰⁹ CORES, Hugo. *Op. Cit.* p. 56.

A FAU também permanecia ativa no movimento sindical e o seu aparato armado sempre apoiando as greves e conflitos. Novamente temos a visão dos militares sobre o assunto:

“No meio operário também durante o ano de 70, esta organização dirige o conflito na fábrica TEM e participa ativamente no conflito do diário BP Color. Nestes dois conflitos, esta organização põe em prática seus habituais métodos violentos pretendendo ‘apoia-los’ culminando com a ocupação da Catedral de Montevideo enquanto acontecia uma missa, e lançando do púlpito, uma manifesto subversivo.”¹¹⁰

Entretanto, neste ano a orientação fundamental da OPR-33 era a de conseguir fundos para a sustentação econômica da organização: “Durante todo o ano de 1970, seu aparato armado se dedica a realizar ações de ‘arrecadação econômica’.”¹¹¹ É seguindo esta linha que a FAU preparou operações de fim de ano:

“Para 29 de dezembro deste ano, o aparato armado da FAU, prepara a realização simultânea de uma série de operações que eles chamam de ‘Apertos’. Estes consistiam em obrigar uma pessoa, que sabiam contar com uma vultuosa soma de dinheiro no banco, a que assinasse um cheque; enquanto alguns sediciosos o mantinham privado de sua liberdade em seu próprio domicílio o escritório, outros cobravam o cheque. Neste dia realizam três.”¹¹²

As eleições de 1971 e o advento da Frente Ampla

1971 foi um ano fundamental para definições políticas. O decreto que tomou ilegais quase todos os partidos e organizações políticas, exceto o PCU, de 1967 foi anulado. Aparentemente seria uma abertura do regime, um recuo do autoritarismo, mas só aparentemente. Pacheco buscou em 1967 quebrar a unidade conseguida na esquerda através do acordo de *Epoca*, do qual se excluiu o Partido Comunista. A expectativa era que as

¹¹⁰ “Surgimiento de la ROE ” In: *La Subversión*. Montevideo, F.F.A.A., 1977. p. 300.

¹¹¹ “Surgimiento de la ROE ” In: *La Subversión*. Montevideo, F.F.A.A., 1977. p. 300.

¹¹² “Surgimiento de la ROE ” In: *La Subversión*. Montevideo, F.F.A.A., 1977. p. 300.

organizações mais moderadas se aproximassem do PCU procurando manter-se dentro de uma atividade legal e isolando a esquerda revolucionária. Esta política de fato não teve sucesso. Pelo contrário, a maior parte das organizações proscritas se aglutinou na ROE e sobretudo na Tendência Combativa. Neste período a repressão não deixou de fazer vítimas na organização, do final de 1967:

“(…) até 1971 a FAU realizou sua atividade numa situação de clandestinidade. Neste período alguns de seus locais clandestinos caíram e alguns de seus militantes tiveram que atuar totalmente na clandestinidade, pois apareciam publicamente procurados. Por momentos teve mais da metade dos companheiros com responsabilidades gerais detidos em quartéis.”¹¹³

Em 1971 o governo fez o inverso objetivando o mesmo: convocou eleições, medida através da qual pretendeu novamente isolar a esquerda mais combativa, trazendo para o campo eleitoral e legal a maior parte das organizações. Para isso foi suspensa, a ilegalidade da esquerda decretada em fins de 1967, ficando todas as organizações de esquerda habilitadas a participar do processo eleitoral. Para a FAU a avaliação era de que:

“O decreto do Executivo se inscreve na linha de tentar promover uma distensão favorável à burguesia, impulsionando a canalização eleitoral da resistência e a luta do povo. Neste sentido, o decreto se dita com a intenção de que os ‘sete grupos políticos dissolvidos’ funcionem dentro da estrutura legal vigente nas eleições, fazendo-os cúmplices, então da escalada cívica lançada pela burguesia.”¹¹⁴

No início de 1971 a FAU avaliou a situação que se desenhava no horizonte, percebendo a tentativa de isolá-la pelo recurso eleitoral e os riscos decorrentes:

“1971 será um ano muito especial. A abertura que busca a oligarquia, o clima pré-eleitoral confunde e distorce a perspectiva de importantes setores populares, as expectativas que dentro deles pode gerar a chamada Frente Ampla, são fatores condicionantes das

¹¹³ “Bosquejo histórico de la FAU”. In: *Lucha Libertaria*. n° 5. Montevideo, Dezembro de 1996. p. 52.

¹¹⁴ “La situación de la organización a partir del 1° de enero de 1971” In: *Cartas de FAU*. Montevideo, 1° de enero de 1971. p. 1.

lutas de massas e de nosso trabalho neste nível. Persiste a vigência das mesmas circunstâncias sócio-econômicas, em cujo marco condicionante se desenvolvia desde 1968 a resposta popular a nível sindical, estudantil e a ação de organizações de combate. Dentro destas coordenadas se desenvolverá a atividade do aparato repressivo do estado, apontada seletivamente contra as organizações revolucionárias e os setores populares mais combativos, os quais a política de distensão e canalização eleitoral trata de isolar.”¹¹⁵

Neste cenário um fato novo na conjuntura internacional começou a pesar no sentido oposto à Revolução Cubana: “Entre 1970 e 1973 “a via chilena ao socialismo” e as possíveis analogias com o processo uruguaio se incorporaram ao debate sobre o futuro do país e as possibilidades da esquerda.”¹¹⁶ Neste cenário o PCU retomou muito da hegemonia posta em questão com desde a Revolução Cubana e mais acentuadamente depois da OLAS. Para a FAU era absurda a esperança de redemocratização diante de um cenário repressivo vigente, por isso mesmo rejeitou a participação eleitoral na Frente Ampla:

“Quando a ideologia liberal, em síntese, começa a ser abandonada nos fatos pela própria burguesia que a criou e usou em seu próprio benefício, os reformistas recolhem suas formas vazias para construir com elas obstáculos à formação de uma real consciência revolucionária.”¹¹⁷

Devido a esta avaliação a FAU não voltou a ser pública e manteve sua atuação no “nível de massas”, através da ROE. Documentos dos militares, produzidos posteriormente, descobriram este procedimento: “A partir deste momento se dá a seguinte situação: há uma organização sediciosa ‘sem nome’ (a FAU) que tem, para seu trabalho ‘de massas’ um

¹¹⁵ “La situación de la organización a partir del 1º de enero de 1971” In: *Cartas de FAU*. Montevideu, 1º de enero de 1971. p. 3.

¹¹⁶ CORES, Hugo. *Op. Cit.* p. 10.

¹¹⁷ *Cartas de FAU*. Montevideu, 19 de Outubro de 1970. p. 2

Movimento que dirige e controla, a ROE e que tem um aparato armado, a OPR 33.”¹¹⁸ Ao mesmo tempo, a FAU aproveitou a oportunidade para fazer um balanço da organização nos últimos 3 anos de clandestinidade:

- “A situação da Organização é caracterizada por:
- um sólido crescimento nos últimos tres anos;
 - ampliação e diversificação das frentes de trabalho;
 - aumento do volume e acentuada complexidade das tarefas;
 - a Organização se mostrou capaz de resistir às novas condições repressivas no meio delas assumiu novas responsabilidades e cresceu;
 - nestas condições se foi elaborando a concepção estratégico-táctica que sustentamos e os elementos para uma definição ideológica mais ampla e precisa;
 - ao mesmo tempo se forjaram os instrumentos para chegar regularmente com nossas posições a amplos setores militantes de diversos sindicatos e ambientes populares da Capital e do Interior;
 - por procedimentos adequados, se conseguiram os meios materiais para garantir a continuidade das tarefas mencionadas, para impulsionar o desenvolvimento de outras, ao mesmo tempo que se levavam adiante o apoio às mobilizações e lutas. De tudo isso, derivou um apreciável caudal de conhecimentos e experiência.”¹¹⁹

A posição da FAU de se negar a entrar no jogo eleitoral, não era alicerçada em nenhuma espécie de ‘purismo’ dos anarquistas. Havia muitas evidências de que as eleições interessavam somente ao governo:

“(…) pela primeira vez se fez efetiva (mediante sanções) a obrigatoriedade do voto; também pela primeira vez puderam votar os soldados rasos; e junto com a eleição de autoridades nacionais e departamentais se plebiscitou um novo projeto de reforma constitucional que habilitava a reeleição presidencial (projeto impulsionado fundamentalmente pelas frações pachequistas).”¹²⁰

¹¹⁸ “Año 71 – La nueva ROE. Aparición de la O.P.R. “33” ” In: *La Subversión*. Montevideo, F.F.A.A., 1977. p. 301.

¹¹⁹ “La situación de la organización a partir del 1º de enero de 1971” In: *Cartas de FAU*. Montevideo, 1º de enero de 1971. p. 5-6.

¹²⁰ CAETANO, Gerardo; RILLA, José. *Op. Cit.* p. 153.

A obrigatoriedade do voto inscrevia-se como um elemento a mais para alcançar a necessária legitimidade ao poder estabelecido, uma vez que a popularidade de Pacheco já estava fortemente abalada. Paralelamente a esta tentativa de “volta a normalidade” o governo patrocinou ações que faziam apenas desacreditar suas anunciadas intenções. No dia 8 de janeiro suspendeu as garantias individuais por 40 dias; no dia 16 do mesmo mês a polícia invadiu 3 igrejas para revistar pessoas; no dia 28 de janeiro o governo uruguaio proibiu a Cruz Vermelha Internacional de analisar situação dois presos políticos para verificar denúncias de tortura; no dia 29, ainda em janeiro, a polícia e o exército cercaram e metralharam um hospital no qual haviam militantes refugiados.¹²¹

No plano sindical a ROE se envolveu em todos os grandes conflitos: jornal *BP Color* quando os trabalhadores gráficos tomaram as instalações e o colocaram para funcionar sobre controle operário, greve do Diário *Ya*, greves dos trabalhadores têxteis, etc. Neste momento se encontravam presos boa parte dos militantes da direção da FAU: Gerardo Gatti, Washington “Perro” Perez, Hugo Cores e Raul Cariboni. Também aconteceu o assassinato de um estudante militante da FAU e da ROE, Heber Nieto. A exemplo do assassinato de Liber Arce o fato parou o Uruguai e o enterro de Heber transformou-se numa manifestação que levou às ruas 200 mil pessoas.¹²² Militantes da ROE realizaram greve de fome pela liberdade dos presos políticos (Gerardo Gatti, Ruben Prieto, Washington Pérez, Lilián Celiberti, etc.)¹²³ Ainda neste ano aconteceu a histórica fuga do presídio de Punta Carretas, com nada menos do que 111 presos políticos saindo, entre eles Santa Romero, Roger Julián e Idilio de León militantes da FAU.¹²⁴

¹²¹ “El golpe: la violencia de los de arriba un pueblo que luchó y no olvida” In: *Solidaridad*. Montevideo, junho de 1990, p. 11.

¹²² MECHOSO, Juan Carlos. *Op. Cit.* p. 213-214.

¹²³ CORES, Hugo. *Op. Cit.* p. 110.

¹²⁴ MECHOSO, Juan Carlos. *Op. Cit.* p. 215.

Esta foi a chamada “volta a normalidade”, que prosseguiu ano adentro. No dia 5 de fevereiro a polícia prendeu pessoas na saída de uma missa na catedral de Montevideu; no mês de março foi fechado o jornal “*Ya*” por fazer críticas ao governo; no dia 2 de abril o ministro do interior De Brum Carvajal negou o direito constitucional dos presos políticos abandonarem o país, temendo repercussões internacionais. Tudo isso em meio ao ‘clima democrático’ que antecedia as eleições.

Neste momento as polêmicas na esquerda pareciam atingir seu ponto máximo. A questão parecia bem simples: Participar ou não das eleições? Por detrás dela outras questões mais complexas para serem respondidas: A quem interessavam as eleições? A convocação das eleições se fez pela pressão popular ou pela vontade do governo? De que maneira se encaixavam as eleições dentro da estratégia de cada força política? Havia possibilidade de vitória para a esquerda? Dependendo de como avaliaram estas questões as forças políticas tomaram suas posições. O Partido Comunista Uruguayo teve um papel de fundamental importância neste momento. Optou pela participação nas eleições e impulsionou a formação da Frente Ampla com outros partidos de esquerda e setores mais moderados. Para os demais partidos a eleição era esperança de mudar pelas urnas ‘civicamente’ a situação. J.P. Tierra, o líder democrata-critão, expôs assim as expectativas do PDC:

“Provavelmente (...) as condições vão obrigar Pacheco a voltar ao marco democrático em 1970 ... A respeito da ação de massas, estimo que deve ser de firmeza, de luta ... mas ao mesmo tempo cuidadosa para não cair em precipitações ou em conflitos sem saída, que agudizariam mais ainda as condições negativas para o regresso à situação democrática.”¹²⁵

¹²⁵ TIERRA, J.P. “Un frente amplio popular” In: *?Tiempo de lucha, tiempo de elecciones?* Montevideu, 12 de dezembro de 1971. p. 13.

Notamos dois elementos de importância nesta declaração. Primeiro é que para o PDC as eleições foram impostas ao governo e não concedidas. A segundo, é de que para preservar esta ‘conquista’ deve-se evitar o que ele chamou de “precipitações” e “conflitos sem saída”. Por aí podemos notar como a prática eleitoral condicionou a atuação do movimento social. Vale ressaltar que haviam muitos militantes democrata-cristãos na Tendência Combativa e na ROE, mais adiante veremos as implicações da eleição nestas organizações.

Os batllistas permaneceram acalentando a esperança de retornar ao “velho Uruguai de sempre” por meio das eleições. O maior líder desta fração, Jorge Batlle, manifestou a seguinte posição:

“(…) disposição para a luta, a luta cívica, a luta que enalteceu o país, a luta cívica de todos os Partidos, do Partido Colorado, tanto como do Partido Blanco, do Partido Comunista (...) Aí está o país. Aí está o país de sempre, o país que não vamos perder, o país que queremos (...)”¹²⁶

Para a FAU a avaliação era outra e a posição política também:

“(…) São eleições com ditadura constitucional. Não são, todavia, eleições com ditadura às secas. As razões que determinaram a abertura da via eleitoral são similares às que antes determinaram a instauração da ditadura de fato num marco ‘constitucional’. Explicar isso é imprescindível para compreender a realidade política atual. A especificidade, se assim se quer, do processo uruguaio (...) configura assim uma realidade com duas caras, com dois níveis, que habilita por um lado o intento de fazer perdurar a velha ficção liberal - Constituição, Parlamento, Eleições - e por outro a repressão.”¹²⁷

¹²⁶ BATLLE, Jorge. “Una escalada cívica en todo el país, un ejército civil salvará la república” In: *?Tiempo de lucha, tiempo de elecciones?* Montevideo, 4 e 5 de agosto de 1970. p. 30.

¹²⁷ “Contra la escalada cívica de la burguesía, acción directa a todos los niveles” In: *?Tiempo de lucha, tiempo de elecciones?* Montevideo, Maio de 1971. p. 77.

Por isso mesmo a FAU não se integrou à Frente Ampla. A mesma orientação acabou prevalecendo na ROE, mas isso teve como consequência um esvaziamento considerável desta última e também da Tendência Combativa, pois muitos setores se integraram a Frente Ampla:

“No ano de 1971 a ROE que, surgida no período anterior, se havia consolidado realmente no ano de 1970 como uma coordenação de agrupações operárias e estudantis chamadas por eles ‘combativas’, frente à posição adotada pela FAU de se negar a integrar a Frente Ampla, perde todos os integrantes que pertenciam ou eram próximos dos demais grupos políticos. Desta maneira a ROE ficou formada por gente próxima ou periférica da FAU e por integrantes da FAU.”¹²⁸

Os setores da ROE e da Tendência que entraram para a FA (Frente Ampla) seguiram trabalhando juntos e se aglutinaram no que se chamou Corrente da FA. O resultado eleitoral foi bastante amargo para a Frente Ampla: atingiu 18% dos votos.¹²⁹ A fração pachequista venceu com Bordaberry, assumindo a presidência e dando continuidade à política de Pacheco, agora com maior “legitimidade” proporcionada em grande parte pela esquerda. O Partido Comunista, alguns dias antes da eleição afirmava que a “(...) possibilidade de romper os fraudulentas oposições bipartidaristas com a frente popular são já expressões de uma tendência inexorável.”¹³⁰ Diante da derrota acusou de fraude os vencedores, como se isso não fosse absolutamente previsível diante de tal conjuntura.

¹²⁸ “Año 71 – La nueva ROE. Aparición de la O.P.R. “33” ” In: *La Subversión*. Montevideo, F.F.A.A., 1977. p. 301.

¹²⁹ DE SIERRA, Gerónimo. *Op. Cit.* p. 291.

¹³⁰ ARISMENDI, Rodney. *Op. Cit.* p. 46.

Ações da OPR-33 em 1971

No final de janeiro deste ano a FAU criou uma outra estrutura de ação direta, desvinculada da pata armada propriamente dita:

“(…) um trabalho de tipo “apoio” que internamente se denomina “Violência FAI”. Esta denominação é dada com base nas recordações da FAI espanhola e sua ação vinculada diretamente às lutas do movimento operário-popular. Se trata de uma violência intermediária, não o tipo de operação de comando clássico, e que tem como objetivo a resposta rápida, ágil, direta sobre problemas sindicais e populares em geral.”¹³¹

Era um trabalho específico de apoio às lutas de massa, cada vez mais violentas à medida em que o regime endurecia. Enquanto isso, a FAU manteve seu aparato armado ativo em 1971. Não temos como examinar caso a caso as ações, apenas reproduzimos o inventário de operativos, feitos pelos militares, que nos dá uma idéia aproximada do volume de ações:

- Roubo de Perucas e Apliques em ‘Peinados Marta’, situada na Rua Minas 1584, em 14 de abril de 1971;
- Entre 19 e 20 de abril de 1971 a OPR-33 realiza uma série de operações de aparelhamento de armas com prejuízos para: Capitão Mario Mutte De los Reyes com domicílio na Rua Siria 6159; Javier Pietropinto Bernini com domicílio na Rua Ramón Massini 3338 Apto. 201; Dr. Ricardo Rimini com domicílio na Rua Canelones 1285; Guarda Noturna da Fábrica FUNSA, na Rua Corrales 3086;
- Em 10 de maio de 1971 fazem circular um panfleto informando que haviam levado a cabo 21 atentados;
- Em 23 de junho de 1971 esta organização sediciosa sequestra o Dr. Alfredo Cambón Porto, em meio ao conflito na fábrica de papel CICSSA. Foi libertado 2 dias depois;
- Em 4 de agosto de 1971 atentam contra o local da União Colorada e Batllista, situado na Rua Mercedes 1319, destruindo-o com bombas;
- Em 6 de agosto de 1971 ocupam a fábrica de jogos Plastilit na Rua Daniel Muñoz 1994, roubam sacos de brinquedos que posteriormente distribuem nas periferias;
- Sequestram Luis Fernández Lladó, integrante da Diretoria de FUNSA e Presidente do Frigorífico Modelo, em 18 de agosto de

¹³¹ MECHOSO, Juan Carlos. *Op. Cit.* p. 159.

1971. O sequestro tem como objetivo cobrar dinheiro como resgate. Foi libertado em 8 de outubro, depois de se pagar 120 milhões de resgate;

- Sequestram a José Pereyra González, redator chefe do Diário *El Día*, em 23 de outubro de 1971. *El Día* havia feito uma intensa propaganda contra a OPR-33 quando do sequestro de Fernández Lladó. O objetivo deste novo sequestro era conseguir que *El Día* retificasse suas afirmações. Libertado em 28 de outubro.

- Sequestram a jornalista Michele Ray, francesa, em 29 de novembro de 1971. O objetivo era fazer conhecer nacional e internacionalmente as posições da organização sediciosa, foi libertada em 1º de dezembro de 1971 (auto-sequestro).

- Pixações no escritório do advogado Estévez Paulós, em dezembro de 1971 devido ao conflito de Seral

- Em 28 de dezembro de 1971 fuge da Penintenciária de Punta Carretas Herbert Mejías Collazo.”¹³²

Em dezembro de 1971 foram soltos militantes da FAU que pertenciam à direção da organização: Gerardo Gatti, Hugo Cores, Mauricio Gatti e Raul Cariboni. A direção, novamente completa, reuniu-se entre o final de 1971 e o início de 1972 para considerar uma densa pauta: avaliação da situação interna, reorganização das atividades, efeitos da criação da Frente Ampla, avaliação da situação política e social, medidas a tomar diante do previsível incremento da repressão, etc.¹³³

A escalada repressiva de 1972 e a queda do MLN (Tupamaros)

Este ano talvez tenha sido mais feroz do que os anos da própria ditadura militar em termos de repressão. O ataque brutal ao MLN foi o ponto principal, mas jamais o único deste período. Os ataques da extrema direita em 1972 tornaram-se rotina, oficialmente foram 54 atentados entre novembro de 71 e março de 72.¹³⁴ Extra-oficialmente fala-se em

¹³² “Año 71 – La nueva ROE. Aparición de la O.P.R. “33” ” In: *La Subversión*. Montevideo, F.F.A.A., 1977. p. 302.

¹³³ MECHOSO, Juan Carlos. *Op. Cit.* p. 409.

¹³⁴ CORES, Hugo. *Op. Cit.* p. 122.

cerca de 500 atentados durante o transcorrer do ano todo.¹³⁵ Entre as vítimas estavam o médico legista que fizera a autópsia do militante anarquista Heber Nieto, comprovando que a morte fora causada por uma arma de uso exclusivo da polícia; também sofreu atentado o advogado Alfredo Cambón, que declarara ter sido bem tratado pelo comando da OPR-33 que o sequestrou.¹³⁶ Estes grupos paramilitares de extrema direita, entre eles a JUP como principal força, se expressavam livremente através do semanário *Azul e Blanco*, cujo editor responsável era José González, um ex-jesuíta espanhol, ex-falangista¹³⁷, amigo íntimo de membros das FFAA.¹³⁸

1972 foi período em que a repressão atingiu o seu auge, estabeleceu-se uma verdadeira guerra entre as organizações guerrilheiras, sobretudo entre o MLN e o aparato repressivo:

“(...) o processo golpista ingressava em suas etapas decisivas, aprofundando-se a espiral de violência. Uma ofensiva tupamara iniciada nos primeiros meses de 1972 foi respondida com extrema dureza por parte do governo e dos militares – a quem desde 1971 se havia confiado a condução da luta anti-subversiva –, estabelecendo-se um feroz enfrentamento que terminou com uma completa derrota guerrilheira antes do fim do ano. O êxito da repressão anti-tupamara reforçou a autonomização militar e o giro inocultavelmente golpista da estratégia política das Forças Armadas (...)”¹³⁹

O fato da repressão ter atingido seu auge antes do advento da ditadura militar é importante porque revela que existiu uma estratégia seletiva por parte do aparato de Estado, em que a aniquilação das organizações de combate da esquerda ocorreu num momento diferente do ataque a outros setores da esquerda. Os enfrentamentos foram bastante

¹³⁵ MECHOSO, Juan Carlos. *Op. Cit.* p. 415.

¹³⁶ CORES, Hugo. *Op. Cit.* p. 122.

¹³⁷ A Falange era um partido fascista espanhol, que dera apoio a Franco desde o golpe de 1936 até aqueles dias.

¹³⁸ CORES, Hugo. *Op. Cit.* p. 123.

violentos e tiveram um impacto que não se restringiu apenas a militantes das organizações, a população em geral percebeu o avanço nítido da repressão: “O ano de 72 passou à memória de todos os uruguaios como o do terror repressivo desatado contra o movimento armado.”¹⁴⁰ A queda dos Tupamaros gerou medo e paralisia em amplos setores. O MLN (Tupamaros) era a maior organização guerrilheira do Uruguai e ganhou fama internacional por protagonizar vários episódios, como por exemplo o justicamento de Dan Mitrione, acusado de pertencer a CIA. Os Tupamaros sofreram consideráveis baixas e a organização praticamente se desmantelou: “(...) em 1972 haviam acertado fortes golpes à organização guerrilheira mais importante (...)”¹⁴¹

No momento de crise do MLN, que era uma organização que se definia pela teoria do “foco urbano” afloraram muitas discussões sobre a viabilidade ou não da luta armada, das guerrilhas e do foquismo. O debate foi bastante nebuloso na medida em que se misturam muito estes conceitos e normalmente o debate se resumiu em ser a favor ou contra o foquismo, a favor ou contra a luta armada.

A FAU já tinha definições estratégicas e este respeito, que ganharam mais campo devido ao debate que se instaurou dentro da esquerda. As correntes mais reformistas aproveitaram-se das derrotas do foquismo para condenar junto a ele toda e qualquer forma de luta armada. A FAU também tinha suas críticas ao foco, mas nunca abandonou a perspectiva de luta armada devido a esta posição, considerando que:

“A derrota de hoje não é tampouco o fim da luta armada. Esta existe e existirá como um nível da luta de classes enquanto o processo econômico-social e político de nosso país siga dentro dos termos

¹³⁹ CAETANO, Gerardo; RILLA, José. *Op. Cit.* p. 156.

¹⁴⁰ CHAGAS, Jorge; TONARELLI, Mario. *Op. Cit.* p. 15.

¹⁴¹ “Presentación”, “Introducción” In: *Documentos de la Huelga General: 73*. Montevideo, Novembro de 1984. p. 8.

atuais (...) O que está em crise - confiemos que definitivamente - é a concepção foquista...”¹⁴²

A estratégia revolucionária da FAU não era imediatista e não contava com a vitória rápida, por um caminho direto. A linha foquista apontava para um caminho mais curto, “menos trabalhoso”:

“(…) A atividade da guerrilha, a resposta repressiva que ela inevitavelmente produziria, fecharia diante das massas todas as portas, todas as vias que não fossem a via da luta armada, voltando-se necessariamente o povo todo para o lado da revolução. Assim se procederia por um caminho curto, simples e direto, à ‘politização das massas’, seu nucleamento atrás da vanguarda guerrilheira. A partir desta proposta se caía na subestimação da importância de toda atividade de massas (gremial, propagandística, política pública) que não fosse apontada de maneira direta a favorecer o esforço bélico.”¹⁴³

Esta subestimação do trabalho de massas de que fala a FAU foi um dos fatores responsáveis pelas derrotas do foco urbano tupamaro. Assim como em muitos outros casos, a falta de vínculo da guerrilha com a população, deixou seus integrantes isolados nos momentos em que a repressão atacou. Apesar de uma considerável simpatia pela guerrilha experimentada por alguns setores da população, havia uma grande incompreensão a respeito do sentido das ações, uma vez que elas eram decididas pelo própria guerrilha, muitas vezes em descompasso com a realidade social. No caso da FAU, como as ações eram decididas na instância política, estavam sempre respondendo a uma demanda do movimento social. Isso garantiu apoio, respaldo popular e uma margem de segurança maior para os integrantes da OPR-33.

¹⁴² “El Copey: posición sobre la lucha armada” In: *Lucha Libertaria*. n° 4. Montevideo, Setembro de 1996. p. 51.

¹⁴³ “El Copey: posición sobre la lucha armada” In: *Lucha Libertaria*. n° 4. Montevideo, Setembro de 1996. p. 52.

A crítica da FAU ao foquismo, se fez de um ângulo completamente oposto às críticas do Partido Comunista, faziam questão de ressaltar o valor do MLN como organização revolucionária:

“(...) E o que parece ser o dismantelamento do aparato do M.L.N. é, digamo-lo com toda clareza e pesando bem as palavras, uma grave derrota para a revolução uruguaia. É uma importante batalha perdida (...) Estes mortos são nossos mortos, estes torturados são nossos torturados. Tão nossos como os companheiros da Organização que hoje, que agora mesmo, estão suportando as mais selvagens torturas (...)”¹⁴⁴

Para o PCU, condenar a guerrilha era uma forma de condenar a luta armada em si. Para a FAU era justamente o oposto. Criticar o foquismo objetivava mostrar suas insuficiências, justamente para evitar que junto ao foquismo fosse desacreditada a luta armada em geral. Por isso mesmo a FAU entendia que: “à influência da concepção foquista pode imputar-se a maioria dos fracassos experimentados nos anos posteriores ao triunfo da Revolução Cubana (...)”¹⁴⁵ Para a FAU: “A luta armada como a concebemos, como aspecto fundamental da prática política de um partido clandestino que atua também, baseado numa estratégia armônica e global, a nível de massas.”¹⁴⁶ Além disso, a FAU deixava bem claro que guerrilha não era sinônimo de luta armada. Já observamos que os anarquistas concebiam várias modalidades dentro da luta armada. Portanto a guerrilha era uma das várias modalidades de luta armada dentro de uma estratégia global de longo prazo:

“A guerrilha urbana, acreditamos portanto, somente é legítima como preâmbulo e preparação necessária e imprescindível da insurreição. Processo insurrecional que, (...) implica sempre uma participação de setores de massa de certo volume (...) Não é necessário esperar que a metade mais um dos habitantes de uma

¹⁴⁴ *El Copey*. Parte II. Montevideu, 1972. p. 2.

¹⁴⁵ “El Copey: posición sobre la lucha armada” In: *Lucha Libertaria*. nº 4. Montevideu, Setembro de 1996. p. 52.

¹⁴⁶ “El Copey: posición sobre la lucha armada” In: *Lucha Libertaria*. nº 4. Montevideu, Setembro de 1996. p. 52.

cidade decidam levantar-se em armas para fazer uma insurreição.”¹⁴⁷

Uma vez mais a FAU reafirmava a necessidade de uma organização política comandando a guerrilha. Mais do que isso, estabelecia com firmeza que a guerrilha se origina a partir da instância política e não o inverso:

“Esta concepção da insurreição armada conduz, uma vez mais, à conclusão de que a estruturação do partido é a meta fundamental na etapa de desenvolvimento das condições para a insurreição e não o inverso. Ou seja, que se processa a ação armada através de um centro político e não se processa o centro político através da ação armada.”¹⁴⁸

O aparato armado da FAU, a OPR-33, continuou ativo em 1972. A composição, a estrutura de funcionamento e estratégia geral conferiram a OPR-33 um maior grau de segurança e longevidade. Apesar de contar com um número menor de integrantes, a qualidade da organização se mostrou bastante superior e ela se manteve ativa até 1976, com desdobramentos no PVP¹⁴⁹ que seguiu até os anos 80, enquanto os Tupamaros praticamente acabaram no ano de 1972, antes mesmo do golpe militar:

“Em dois ou três meses a repressão praticamente desmantela o MLN (Tupamaros). Nos anos que precedem à ditadura, a FAU também recebe alguns golpes: companheiros mortos, presos e torturados. Apesar disso a sua estrutura fundamental não é afetada de forma considerável.”¹⁵⁰

No mês de abril, dia 14, embora ofensiva militar contra a guerrilha já estivesse a todo vapor desde janeiro, o governo declarou “Estado de Guerra Interno”, dispositivo mais

¹⁴⁷ “El Copey: posición sobre la lucha armada” In: *Lucha Libertaria*. n° 4. Montevideo, Setembro de 1996. p. 54.

¹⁴⁸ “El Copey: posición sobre la lucha armada” In: *Lucha Libertaria*. n° 4. Montevideo, Setembro de 1996. p. 54.

¹⁴⁹ Partido pela Vitória do Povo (PVP), construído a partir da FAU já na Argentina. Falaremos deste tema no capítulo 4.

¹⁵⁰ “Bosquejo historico de la FAU”. In: *Lucha Libertaria*. n° 5. Montevideo, Dezembro de 1996. p. 54.

rígido ainda do que as corriqueiras “Medidas Prontas de Seguridad”. O clima de terror passava a dominar o Uruguai, vejamos o relato de um militante da FAU:

“Eram dias sombrios, as noites mais ainda. Vinha a musiquinha das Forças Armadas e depois rostos e comentários sobre diversos companheiros caídos. Isso dia após dia (...) Deixava a impressão de uma procissão permanente. Junho, Julho e Agosto foram sinistros, caíam companheiros do MLN em todo país (...)”¹⁵¹

Internamente a FAU viveu momentos difíceis com alguns militantes presos e mais de 20 procurados pela polícia e a esta altura também pelo exército. Cobrir os riscos e casas para abrigar militantes tornava-se cada vez mais difícil e o dinheiro arrecadado com o último sequestro (200 mil dólares de Fernandez Lladó) não duraria muito tempo. Mesmo assim o aparato armado, OPR-33, seguiu atuando. Em parte pela necessidade, em parte para dar uma demonstração de força e recobrar o ânimo daqueles que julgavam tudo acabado em termos de luta armada. Documentos elaborados pelas Forças Armadas na segunda metade da década de 70, relacionam algumas ações da OPR-33 neste ano:

“Em 29 de abril do ano de 1972, um comando da OPR ocupa as oficinas da firma MANPOWER, situada na rua Colonia 857 piso 3, provocando destroços e roubando documentação. Em 11 de maio deste ano sequestram a Sergio Hugo Molaguero, filho do dono da fábrica Seral de Santa Lucia, Canelones. O objetivo do sequestro é pressionar no conflito que havia nesta fábrica há um ano. Exigem ao mesmo tempo, um resgate de 20 milhões de pesos. É libertado em 19 julio de 1972. Em 28 de julio de 1972, a OPR sequestra o jornalista Héctor Menoni Escanilla, gerente da Agência United Press Internacional (UPI) no Uruguai. É libertado no dia seguinte.”¹⁵²

Também no campo de massas a FAU seguiu atuando. Destacamos neste período o 1º encontro nacional de comitês de base da CNT em 12, 13 e 14 de maio. Cerca de 600

¹⁵¹ MECHOSO, Juan Carlos. *Op. Cit.* p. 427.

¹⁵² “Año 71 – La nueva ROE. Aparición de la O.P.R. “33” ” In: *La Subversión*. Montevideo, F.F.A.A., 1977. p. 302.

organizações de base e 1900 delegados ¹⁵³ participaram do encontro, que possuía caráter apenas consultivo. Como as delegações eram mais flexíveis que a representação da mesa da CNT o encontro foi marcado por uma maior participação da base sindical e isso fez triunfar as posições da Tendencia Combativa sobre as do PCU. A proposta aprovada foi a de um plano de lutas, que em resumo fazia uma série de exigências ao governo dando prazos para o seu cumprimento, caso contrário a CNT decretaria greve geral. O PCU nas reuniões seguintes da CNT foi contrário a proposta. ¹⁵⁴

Porém, havia uma questão de fundo, de concepção, que colocava em campos opostos os anarquistas da FAU e os comunistas do PCU. O tema fundamental era sobre quem deveria ser o protagonizar a revolução uruguaia? Que classes e que organismos deveriam capitanear a luta central? Para a FAU, muito embora jamais negasse o papel de importância que jogava o partido, tratava-se de construir o protagonismo da classe através de seus próprios organismos, no caso a CNT, por isso o intento, permanente nestes anos, de dotá-la de um plano de lutas em conjunto. Para o PCU a questão era outra e nas disputas internas da CNT:

“(...) aflora uma das chaves da concepção então majoritária: a idéia de que a mobilização da classe operária não era suficientemente forte para liderar, ao menos nesta etapa, ao conjunto das classes populares no caminho das transformações avançadas. Isto se complementava com a idéia da preponderância do partido, destacamento uruguaio de uma revolução socialista mundial com epicentro na União Soviética. O “sujeito” do processo revolucionário é o Partido, representante histórico da classe operária, e não os trabalhadores desde suas organizações. O partido, como “vanguarda” não pode perder seu papel de condução (...) Esta estratégia repousava sobre outra tese (que os fatos demonstrariam que era equivocada) que dizia que haviam condições para que a fração “nacional” da burguesia encabeçasse as lutas contra a oligarquia e o imperialismo.” ¹⁵⁵

¹⁵³ *El Popular*. Montevideu, 15/05/1972. p. 8. (periódico do *Partido Comunista Uruguaio*)

¹⁵⁴ CORES, Hugo. *Op. Cit.* p. 147.

¹⁵⁵ *Idem. Ibidem.* p. 148.

A insistência em algumas teses clássicas por parte do PCU – sobretudo a de aliança com a burguesia nacional, a que afirmava o papel progressista e o caráter nacionalista de amplos setores militares - faria o partido cometer graves erros de avaliação mais adiante, às vésperas do golpe militar (examinaremos este assunto no capítulo 4).

Nas lutas sindicais a FAU não conseguiu neste anos constituir-se em maioria na direção da CNT e na maioria dos sindicatos. Entretanto, quando examinamos as diversas mobilizações da classe trabalhadora uruguaia, não há uma em que não esteja presente a Tendencia Combativa, e portanto a ROE e a FAU. Podemos afirmar que se a FAU não alcançou ser a força majoritária no conjunto da CNT, foi certamente majoritária entre os sindicatos que se mobilizaram. O sindicato de FUNSA exerceu na prática o papel de instância coordenadora entre os vários sindicatos da Tendência Combativa e mesmo entre aqueles que sem pertencer à Tendência estiveram em luta:

“(...) a fábrica Funsa será um ponto de referência para todas as denúncias e a resistência aos atropelos da repressão. Ao lugar chegavam diariamente dezenas de delegações estudantis, dos comitês de base da FA animados pela Corrente, militantes do Movimento 26 de marzo, da ROE, dos GAU, etc. Permanentemente haviam reuniões, os mimeógrafos não paravam: um fervilhamento de troca de notícias, de preparação de panfletagens, pixações e manifestações de todos os sindicatos em conflito (...) Naqueles dias de julho a planta de FUNSA ocupada era o primeiro grande bastião de liberdade no país (...)”¹⁵⁶

Internamente a FAU avaliava a conjuntura na reunião de “Fomento” (direção). Em agosto deste ano a organização colocou em pauta a transferência de parte da militância para operar desde Buenos Aires:

¹⁵⁶ *Ibidem.* p. 150-151.

“A ditadura vem e temos que nos preparar para uma longa luta, há que se as forças para poder realizá-la. Política e racionalmente a análise era correta, mas ir-se pesa e entristece. Não só de racionalidade vive o homem.”¹⁵⁷ Depois de mais algumas reuniões finalmente a FAU decidiu transferir parte da direção e o conjunto de “Aguilar” (OPR-33) para a Argentina, especificamente Buenos Aires. A militância aceitou a proposta, com exceção de um militante, Idílio de León, que cairia diante da repressão uruguaia tempos depois e continuou merecendo o respeito dos demais, em que pese sua discordância com a transferência para Buenos Aires. Antes da partida rumo a Buenos Aires a organização redigiu um documento de orientação aos militantes do qual transcrevemos um trecho abaixo (o documento é cifrado):

“Para os empregados que vão ao Chile (Argentina, obviamente).

1) A perspectiva imediata é conseguir trabalho. Desta forma contará com uma adequada Aguirre, (segurança) já que adquirirá hábitos não chamativos e sim naturais. Por outro lado se estará desta forma de acordo com o caráter operário e de long prazo da Empresa.

2) Enquanto não consigam trabalho será repassado uma ‘renda’ correspondente ao modesto nível de vida operário. Quer dizer: pensão modesta, comida em lugares baratos e transporte imprescindível para mover-se. Estes cálculos de renda já foram feitos em função do nível de vida lá e não podem ser modificados (...)

4) Sua estada no Chile será totalmente discreta. Somente será do conhecimento do encarregado da Seção ou da pessoa que se comunique com ele. Não se informará a este respeito aos demais integrantes da Seção, assim como os familiares (...)

9) Virá cada vez que o convoque a Empresa. Esta o fará saber pelo meio estrutural regular.”¹⁵⁸

Tempos depois Alberto “Pocho” Mechoso - que conseguira fugir da cadeia em Montevideu e estava muito procurado na cidade¹⁵⁹ - foi transferido a Buenos Aires com a

¹⁵⁷ MECHOSO, Juan Carlos. *Op. Cit.* p. 427.

¹⁵⁸ *Idem. Ibidem.* p. 430.

missão de coordenar um sequestro, cujas informações iniciais já estavam sendo levantadas pela militância na Argentina.

No final de 72, estava prevista uma instância geral da FAU, espécie de congresso na situação de clandestinidade. Tratava-se naquele momento de eleger os responsáveis por alguns setores da organização, especialmente “Fomento” (direção) e “Aguilar” (setor armado). Cada militante foi consultado e deu seu voto, obrigatoriamente acompanhado de uma justificativa positiva ou negativa sobre um ou outro militante indicado. A partir do número de votos contabilizados podemos ter uma idéia do número total de militantes da FAU neste período, cerca de 150. Todavia, deve-se demarcar que os militantes com direito a voto correspondiam a um determinado nível de comprometimento dentro dos critérios de ingresso da organização e que ainda restavam outros companheiros, chamados de pré-militantes, que não possuíam direito a voto naquela conjuntura. O que nos chama a atenção é o imenso esforço realizado pela FAU para realizar debates envolvendo o conjunto de sua militância mesmo em condições adversas: “Esta instância (...) sem dúvida marca com clareza uma vocação da Organização, da militância: a participação, a democracia interna, a vida coletiva.”¹⁶⁰

Terminava desta forma o ano de 1972 para a FAU. Parte da militância na Argentina, muitas lutas e agitações sociais mantidas no Uruguai, alguns militantes da organização presos, conflitos de linha com o PCU dentro da CNT, e a escalada repressiva que no ano seguinte redundaria no golpe militar de junho.

¹⁵⁹ A fuga de Alberto “Pocho” Cecilio Mechoso foi um fato grande repercussão no Uruguai. Dias depois a FAU conversa com Eduardo Galeano que aceita entrevistá-lo. A entrevista de Galeano com Pocho Mechoso é divulgada restritamente nos meios militantes, e gerou um efeito animador intenso naqueles tempos.

¹⁶⁰ MECHOSO, Juan Carlos. *Op. Cit.* p. 436.

Capítulo 4

A FAU diante da ditadura militar, o refluxo da organização e o exílio: 1973-1976

“Estes dias temos visto que os meios de comunicação têm recuperado parte daqueles episódios. Porém, a maioria dos fatos lembrados têm estado à serviço de uma história que se faz através de personagens. Se ressalta fundamentalmente o que fizeram e disseram as personalidades políticas do momento. Existem algumas menções de passagem à CNT e a greve operária. Quase não existem a Tendência Combativa, a ROE, a resistência consciente e espontânea da população. Há uma outra história, a história verdadeira. Nela os personagens contam menos. Milhares de lutas e episódios anônimos contam mais. História onde tanta gente do povo e organizações de combate acalentaram sonhos de mudança e lutaram por eles. O sangue, a dor e a esperança estiveram deste da trincheira. Tempos formosamente revoltos, onde tantos acariciavam com amor, a idéia de um futuro sem fome e solidário.”

Texto da FAU sobre os 20 anos do golpe militar (1993)

Primeiros meses de 1973: esperando os “militares nacionalistas”, Papai Noel ...

O ano de 1973 se iniciou sob fortes rumores de golpe militar. A aparição do exército na cena política e as responsabilidades que o executivo delegou aos militares reafirmaram estas suspeitas. Os rumores também não eram novos, de forma que o golpe militar era algo previsível no horizonte político uruguaio. Entretanto a esquerda uruguaia permaneceu dividida entre duas posturas, uma fundamentada pelo PCU e outra aglutinada em torno da Tendência e da ROE. O setor reformista argumentava contra os “excessos” que poderiam provocar um golpe. Buscavam, por pior que a situação já estivesse com o “pachequismo”, preservar os espaços políticos remanescentes. A interpretação era de que não havia golpe militar algum em andamento e portanto, preparar-se para uma eventual resistência não fazia sentido. A maior ameaça estaria

dentro da própria esquerda, localizada em setores “radicais” que poderiam provocar uma guinada mais autoritária do Estado uruguaio.

O setor mais combativo interpretava a realidade de outra forma, avaliava que existia um processo progressivo de endurecimento do regime e que um golpe militar estava sendo preparado para possibilitar um “salto de qualidade” na escalada autoritária. Como decorrência desta análise buscava uma postura de maior firmeza do movimento social, que possibilitasse uma vitória definitiva contra a “ditadura constitucional” antes que as condições piorassem e o golpe militar chegasse. Como se vê para o setor aglutinado na Tendencia Combativa a colocação em prática de um plano de lutas por parte da CNT seria uma maneira de se evitar o golpe militar, enquanto para os comunistas deflagrar um plano de lutas seria uma espécie de provocação, que ao invés de evitar o golpe, contribuiria para sua efetivação. Conforme um comunicado da CNT de 9 de fevereiro, a oposição dos sindicatos à ofensiva militar era um falso enfrentamento, expressava uma falsa alternativa. O antagonismo, insistiam, não era entre civis e militares, mas ‘oligarquia-pueblo’.¹

O único consenso entre a classe trabalhadora uruguaia era que algo tinha que ser feito em caso de golpe militar. Diferentes acontecimentos ocorridos na América Latina entre os anos de 1961 e 1964 golpearam com muita força a consciência dos trabalhadores uruguaios. Em nosso país por sua vez desde 1955 vinha se acentuando a crise econômica e a dinâmica de luta social e política. Neste contexto internacional e nesta situação nacional em 1964, logo depois do golpe de estado no Brasil e do fracasso de uma declaração de greve geral realizada pelos sindicatos brasileiros, o movimento operário uruguaio começou a estudar que medidas de resistência se poderiam tomar em caso de uma tentativa golpista. Pouco a pouco se afirmou no pensamento dos

¹ CORES, Hugo. *Uruguay hacia la dictadura: 1968-1973*. Montevideu, Banda Oriental, 1999. p. 139.

trabalhadores, no correr deste ano de 1964, a idéia de que os sindicatos deviam enfrentar qualquer tentativa de golpe de estado com a greve geral e com a ocupação dos locais de trabalho.²

Toda esta discussão acontecera ainda no processo de formação da CNT e no seu estatuto de fundação se estipulou à título de exceção que em caso de ataques graves às liberdades públicas, as autoridades da CNT ficavam autorizadas a declarar paralisações automaticamente, e inclusive a greve geral.³ Esta resolução foi confirmada alguns anos depois, quando em junho de 1968 a Mesa Representativa da CNT resolveu por unanimidade a ocupação dos locais de trabajo e greve geral em caso de golpe de estado ou situação equivalente.⁴

A resistência sindical que marcou o final dos 60 e o início dos 70 aconteceu devido a um processo de conscientização dos trabalhadores uruguaios, onde incidiram fatores bastante “objetivos”. A partir de meados da década de 60 começou ficar claro para todos que o advento de um regime de força seria uma medida necessária para a imposição da política econômica necessária à classe dominante uruguia. Todavia, esta política era extremamente danosa para os trabalhadores na medida em diminuía drasticamente o poder aquisitivo:

“Desde 1960 se busca aplicar as receitas do F.M.I. (congelamento de salários) como forma de manter a margem de lucros do latifúndio, dos grandes industriais, banqueiros e exportadores às custas do sacrifício dos trabalhadores assalariados e dos pequenos produtores da cidade e do campo.”⁵

² “Introducción”. In: *Documentos de la Huelga General: 1973*. Montevideo, Centro Uruguay Independiente, 1984. p. 5.

³ “Introducción”. In: *Documentos de la Huelga General: 1973*. Montevideo, Centro Uruguay Independiente, 1984. p. 6.

⁴ “El Golpe: la violencia de los de arriba un pueblo que luchó y no olvida” In: *Solidaridad*. Montevideo, Junho de 1990. p. 9.

⁵ “Posición de FUS, FOEB, FUNSA y Textiles como conclusión de la huelga” In: *Documentos de la Huelga General: 1973*. Montevideo, Centro Uruguay Independiente, 1984. p. 60.

O mecanismo utilizado foi a transferência de renda dos salários para os capitalistas, cuja via foi a inflação e o congelamento salarial.⁶ Esta atitude do governo foi a sua maneira de responder à crise. A evolução desta política acentuou a corrosão dos salários cada vez mais:

“(…) o poder de compra do salário atual é o mais baixo dos últimos vinte e cinco anos. O processo de diminuição drástica do salário real começou em 1968 e se fez mais acentuado e aparentemente sem volta atrás, a partir de 1972; quer dizer, imediatamente depois das eleições.”⁷

Mas havia a necessidade de aprofundar mais ainda este processo, e a única forma de impedir que os trabalhadores reagissem a esta política era através da repressão:

“(…) Nos anos posteriores se aprofundou a evolução do país rumo ao autoritarismo. Esse autoritarismo tomaria primeiro uma forma civil e depois uma forma militar. Em seu avanço iria quebrando a institucionalidade democrática fundamentalmente durante o pachequismo e o bordaberrismo inicial (fim de 1967 a meados de 1973). Este gradualismo golpista, este avanço autoritário, deu um salto qualitativo em 27 de junho de 1973. Desta forma culminou um processo no qual se utilizaram de forma discricional as ‘Medidas Prontas de Seguridad’ para reprimir os trabalhadores e o povo, foram se concentrando as decisões no Poder Executivo (reforma constitucional de 1967) e numa nova fase da escalada, se militarizou o poder político do estado.”⁸

A ameaça de golpe militar que pairava sobre a cabeça do uruguaio condicionou em grande medida as ações do movimento social. Para a FAU “(…) Em janeiro foi notório o avanço militar nas instituições chaves. Para isso contaram com a cumplicidade ou concordância de setores políticos. Então a situação “ditadura constitucional” havia dado um passo a mais, e decisivo, rumo à ditadura às secas.”⁹ No início de 1973 veio à tona a crise que existia entre os militares e o governo. As forças armadas exigiram uma nova reforma constitucional que sancionasse suas

⁶ “A los trabajadores en lucha – Boletín nº 9” In: *Documentos de la Huelga General: 1973*. Montevideo, Centro Uruguay Independiente, 1984. p. 35.

⁷ “A los trabajadores en lucha – Boletín nº 9” In: *Documentos de la Huelga General: 1973*. Montevideo, Centro Uruguay Independiente, 1984. p. 34.

⁸ “Introducción” In: *Documentos de la Huelga General: 1973*. Montevideo, Centro Uruguay Independiente, 1984. p. 7.

pretensões de estender o poderio militar. Isso produziu uma crise política devido à impossibilidade de uma reforma constitucional, a seguir os militares dobraram os civis do governo criando o Conselho de Segurança Nacional (COSENA) como órgão do Poder Executivo em 23 de fevereiro de 1973.¹⁰

Outro passo neste sentido foi um pronunciamento em cadeia nacional dos militares do exército e da força aérea afirmando que “(...) decidiram desconhecer as ordens do Ministro da Defesa Nacional, Gral. Francese ao mesmo tempo que sugeriam ao senhor Presidente da República que relevasse esta decisão.”¹¹ No bojo desta crise, os militares procuraram desgastar o governo e os políticos, emitindo vários comunicados públicos. Dois deles tornaram-se famosos: os de número 4 e número 7, publicados respectivamente em 9 e 10 de fevereiro. O seu conteúdo recolhia habilmente algumas reivindicações do movimento popular, encampando um ou outro ponto do “Programa de Soluciones para la Crisis” da CNT. Evidentemente tratava-se uma manobra para melhorar a popularidade das Forças Armadas. Ao mesmo tempo em que desgastavam a imagem dos políticos – fazendo críticas à ocupação - e anulavam alguns setores da esquerda:

“Para justificar seu desacato à autoridade presidencial, as Fuerzas Armadas lançaram uma série de comunicados de corte programático (...), num dos quais se recolhiam velhas reivindicações do movimento popular. Por esa vía, o setor que comandava o processo e concentrava a iniciativa golpista, buscava encobrir e justificar a intervenção das Forças Armadas no campo político; ou, o que é o mesmo, o movimento de aproximação ao golpe de Estado. Este movimento táctico deslocou algunas tendencias do movimento popular, em que pese o fato de que o próprio comunicado n° 4 terminava com ameaças de repressão.”¹²

⁹ MECHOSO, Juan Carlos. *Acción directa anarquista: una historia de FAU*. Montevideo, Recortes, 2002. p. 474.

¹⁰ SIERRA, Yamandú Gonzalez. *Cronologia Histórica del Movimiento Sindical Uruguayo: hechos, resoluciones políticas y eventos sindicales 1870-1984*. Montevideo, CIEDUR (Centro Interdisciplinar de Estudios sobre el Desarrollo del Uruguay), 1988. p. 68.

¹¹ MECHOSO, Juan Carlos. *Op. Cit.* p. 476.

O Partido Comunista enxergou nestes comunicados uma manifestação dos militares “progressistas”, “nacionalistas” ou como se dizia na época “peruanistas”. A realidade parecia confirmar as teses do Partido Comunista Uruguaio, finalmente se expressavam publicamente as tão faladas frações nacionalistas do exército uruguaio. Isso deu margens para se acreditar que seria possível contar com uma fração nacionalista das forças armadas que impediria um golpe militar: “(...) Nós já dissemos que o problema não é entre poder civil e poder militar; que o divisor de águas é entre oligarquia e povo, e que dentro deste campo cabem indubitavelmente todos os militares patriotas que estão com a causa do pueblo (...)”¹³ E mais ainda, seria possível encontrar aliados militares que ajudassem a implementar as reformas necessárias para avançar uma etapa, confirmando a tese de avanço pacífico para o socialismo, onde se poderia contar com estes militares:

“No dia seguinte à tomada do poder, os militares hão de se perguntar: e agora? O quê? O Exército se assenhorou do país. Já não depende dos “políticos” (...) através de seus atos concretos, tomam um rumo que interpreta os interesses de umas classes e contradiz os interesses de outras. E os militares no poder se acharam cedo ou tarde no dilema: ?capitalismo o socialismo?”¹⁴

As críticas a esta postura procedentes da ROE e da Tendencia Combativa foram classificadas de “alarmistas” e estas organizações acusadas de não saberem avaliar a conjuntura. Por tudo isso o PCU, majoritário na direção da CNT, não demorou em se manifestar sobre os comunicados 4 e 7: “(...) nunca pensamos que somos os únicos que desejamos a felicidade de nosso povo e nos satisfaz muito que outros setores que não são da classe operária manifestem essas inquietudes.”¹⁵

¹² “Introducción” In: *Documentos de la Huelga General: 1973*. Montevideu, Centro Uruguay Independiente, 1984. p. 8.

¹³ *El Popular*. (periódico do PCU). Montevideu, 11 de fevereiro de 1973.

¹⁴ ARISMENDI, Rodney. *Lenin, la revolución y América Latina*. Montevideu, Sol, 1975. p. 301.

¹⁵ SIERRA, Yamandú Gonzalez. *Op. Cit.* p. 68.

Chegou-se a celebrar inclusive uma reunião entre dirigentes da ala majoritária da CNT e militares responsáveis pelos comunicados citados. Os dirigentes da CNT que foram à reunião afirmaram que “Da troca de idéias que se prolongou pelo espaço de uma hora aproximadamente, este Conselho Central (do sindicato AEBU) extraiu uma avaliação muito positiva, não obstante comprovar diferenças de opinião acerca de como proceder no ‘que fazer’ nacional (...)”¹⁶ O curioso é que os próprios militares rejeitaram a suposta sintonia de programas que os militantes comunistas do PCU se esforçavam em procurar. Dias depois, em 13 de abril, eles próprios lançaram um esclarecimento público ao país sobre a reunião onde dizia:

“Havendo a CNT levado ao conhecimento público a versão da conversa mantida por sua solicitação com esta Junta de Comandantes em Chefe no dia 28 de março passado e comprovando-se omissões no comunicado a que nos referimos, reiteramos pela presente a opinião das Forças Armadas que na oportunidade se fez conhecer aos dirigentes da organização trabalhista (...)”

Tratou-se de um desmentido público sobre as pretensas coincidências, que ia mais longe ainda afirmando categoricamente que:

“(...) embora a CNT reconheça a identidade de seus objetivos com os expressados pelas Forças Armadas em seus Comunicados 4 e 7/73, estas entendem que os caminhos preconizados por ambas as instituições são irreconciliáveis (...)”¹⁷

Não obstante, os militares conseguiram outro efeito, gerar divisões no interior da Frente Ampla. O setor da burguesia nacional que se encontrava aliado ao PCU até então caracterizava-se por uma defesa da legalidade, da democracia, dos princípios constitucionais, etc. Ao se aproximar dos supostos “militares nacionalistas” o PCU acabou gerando grande discórdia na Frente Ampla, porque os comunicados 4 e 7 continham um forte sentido rupturista, de atropelo ao governo e à

¹⁶ MECHOSO, Juan Carlos. *Op. Cit.* p. 476.

¹⁷ *Idem. Ibidem.* p. 477.

constituição. Iludido com o conteúdo dos comunicados, de tom “anti-imperialista” para o PCU, se fez vista grossa sobre o viés autoritário dos comunicados e a maior consequência disso foi o afastamento das frações burguesas orientadas por uma histórica tradição civilista e democrática no Uruguai, desta forma os militares conseguiram isolar ainda mais o PCU, dividindo até mesmo a Frente Ampla.

Para o movimento popular esta crença depositada nos militares, reforçada pelos comunicados nº 4 e nº 7, foi perniciososa. A avaliação de que significativas frações entre os militares se posicionariam no sentido de impedir um golpe, fez com que a CNT se despreocupasse em planejar uma resposta ao golpe que se desenhava: “O indiscutível à luz dos acontecimentos é que se constituiu num erro a expectativa passiva com a qual o movimento popular encarou suas ações de fevereiro em diante.”¹⁸ A Tendência Combativa avaliava que:

“(…) se não se aproveitava a conjuntura propícia, se não se usava uma correlação de forças favorável para quebrar a política do pachequismo, se outorgaria o tempo histórico que o inimigo necessitava para acumular forças no aparato militar e dar, finalmente, a direção do processo aos golpistas.”¹⁹

Para a FAU era absurdo confiar nos comunicados militares porque partiam:

“(…) dos mesmos militares, que nas Forças Conjuntas levaram adiante a brutal repressão do movimento popular, da detenção e tortura por suspeita, que alimentou ou formou bandos paralelos, que torturou bestialmente e assassinou; que suas figuras chaves sustentavam uma ideologia fascizante; estes mesmos foram a expectativa, os que podiam apresentar uma solução para a crise para alguns setores de esquerda e alguns dirigentes sindicais.”²⁰

¹⁸ “Posición de FUS, FOEB, FUNSA y Textiles como conclusión de la huelga” In: *Documentos de la Huelga General: 1973*. Montevideo, Centro Uruguay Independiente, 1984. p. 61.

¹⁹ “Introducción”. In: *Documentos de la Huelga General: 1973*. Montevideo, Centro Uruguay Independiente, 1984. p. 7.

²⁰ MECHOSO, Juan Carlos. *Op. Cit.* p. 476.

Como as avaliações eram distintas, as propostas práticas também eram e as discussões não conseguiram chegar a um termo comum para que se pudesse definir mais detalhadamente um plano de ação, uma vez que apenas a decisão de greve geral já parecia ser algo insuficiente para aquele momento: “Não houve consenso na direção sindical para estruturar um plano de luta que potencializaria a força dos trabalhadores (...)”²¹

Enquanto isso, no início de 1973 a FAU se reorganizara internamente. Passado o ano de 1972, com a derrota dos Tupamaros, a OPR-33 estava mais isolada neste campo da luta armada e precisou redimensionar sua organização. Mas, neste momento, a organização sofre um outro duro golpe:

“No momento em que a organização levava adiante uma reestruturação interna, em março de 1973, é detidos um número importante de integrantes entre os quais se encontram alguns dirigentes do aparato armado e da direção central. Nesta situação, a direção da FAU resolve que se transladem o mais imediatamente possível à cidade de Buenos Aires todos os integrantes clandestinos da organização e o conjunto do aparato militar.”²²

Este duro golpe sofrido pela FAU obrigou a organização a fazer novos remanejamentos de funções internas e transferir uma nova leva de militantes para Buenos Aires.

27 de junho: golpe militar, a greve geral e a resistência popular

No dia 26 do mês de junho de 1973, com as Forças Armadas já de prontidão, ocorreu uma reunião fundamental para a decisão do golpe militar, assim como para o entendimento de suas motivações. Apenas um dia antes do golpe, um grupo de empresários e investidores estrangeiros da Business Internacional haviam mantido uma “reunião de trabalho” com representantes das

²¹ “Introducción”. In: *Documentos de la Huelga General: 1973*. Montevideu, Centro Uruguay Independiente, 1984. p. 7.

Forças Armadas (o Gral. Gregorio Alvarez, o Cap. da Marinha Hugo Márquez e o Cnel. Abdón Raimundez), colocando para estes a necessidade de “terminar com as greves, despolitizar os operários e privatizar o setor público”.²³

No dia 27 de junho os militares ocuparam o palácio legislativo e concretizaram o golpe militar. Um decreto do executivo dissolveu o parlamento e criou um novo organismo de poder: o conselho de estado dominado pelos militares.²⁴ O decreto que concretizou o golpe dizia que a realidade do país demonstra: “(...) um paulatino, ainda que certo e grave abandono das normas institucionais e legais que consagram direitos e conferem competência às autoridades estatais. Este proceso, iniciado tempos atrás, adquire hoje características extremas pela paralisação que cria na dinâmica das Instituições públicas e na própria vida do País.”²⁵ O texto ainda tem alguns pontos interessantes, as referências à legalidade são constantes, tudo é feito de maneira a demonstrar que se quer preservar a legalidade real contra aqueles que “abusam” da mesma:

“A rigor, este processo conduziu debaixo da aparência de legalidade, a frear a legítima ação dos Poderes representativos e a desvirtuar o legítimo exercício dos direitos individuais tais como os de liberdade, expressão do pensamento, associação, trabalho, propriedade, atentando assim contra as bases de nosso sistema democrático republicano, estabelecido pela vontade geral.”²⁶

O mais absurdo dos trechos do decreto é este:

“Proíbe-se a divulgação pela imprensa oral, escrita ou televisada de todo tipo de informação, comentário ou gravação que, direta ou indiretamente, mencione ou se refira ao disposto pelo presente Decreto, atribuindo

²² “Año 1972: Desde el acto de la universidad hasta el repliegue a Buenos Aires del aparato militar y los clandestinos del aparato de masas” In: *La Subversión*. Montevideo, F.F.A.A., 1977. p. 304.

²³ CAETANO, Gerardo. “El Ajuste Autoritario (1973-1976)”. In: *Las Brechas de la Historia*. Montevideo, Ediciones de Brecha, 1995. p. 17.

²⁴ SIERRA, Yamandú Gonzalez. *Op.Cit.* p. 68.

²⁵ “Decreto de disolución de las camaras” In: *Documentos de la Huelga General: 1973*. Montevideo, Centro Uruguay Independiente, 1984. p. 11.

²⁶ “Decreto de disolución de las camaras” In: *Documentos de la Huelga General: 1973*. Montevideo, Centro Uruguay Independiente, 1984. p. 12.

propósitos ditatoriais ao Poder Executivo, ou possa perturbar a tranquilidade e a ordem públicas.”²⁷

Na manhã do dia seguinte o jornal *Marcha* saíria com uma manchete ironizando o decreto: “NO ES DICTADURA”

Do outro lado os trabalhadores reagiram sem esperar a direção da CNT: “(...) em 27 de junho, na hora do golpe, às 6 da manhã, sem esperar nenhum tipo de comunicação da direção, as fábricas começaram a parar e a greve geral a estender-se de maneira formidável.”²⁸ Os trabalhadores uruguaios, e a população em geral, só tinham uma certeza: a greve precisava ter sucesso, alguns falavam em “(...) ganhar esta greve para impedir que em nosso país se instaure uma ditadura ao estilo brasileiro (...)”²⁹ Neste momento revelou-se a importância da existência da CNT. Mesmo com os problemas mencionados em sua direção, o simples fato de existir uma central unificada de trabalhadores forneceu a possibilidade histórica de politização para os trabalhadores uruguaios. No que diz respeito a reagir ao golpe ficou evidente que os trabalhadores só partiram para a greve “espontaneamente” devido ao acúmulo de anos de discussão sobre como resistir. O que para muitos parecia inacreditável aconteceu:

“Na madrugada mesma do golpe, cumprindo a resolução dos Congressos, sem deter-se a esperar uma ordem central, nem diante das vacilações que pudessem se produzir em algum nível, importantes centros de trabalho (especialmente fábricas) foram ocupadas. Ao meio-dia a ocupação era praticamente total (alcançando lugares com escassos antecedentes de mobilização sindical) De 27 de junho a 4 de julho, a greve foi quase total.”³⁰

²⁷ “Decreto de disolución de las cámaras” In: *Documentos de la Huelga General: 1973*. Montevideo, Centro Uruguay Independiente, 1984. p. 13.

²⁸ “Introducción”. In: *Documentos de la Huelga General: 1973*. Montevideo, Centro Uruguay Independiente, 1984. p. 7.

²⁹ CHAGAS, Jorge.; TONARELLI, Mario. *El Sindicalismo Uruguayo Bajo de la Dictadura 1973-1984*. Montevideo, Ediciones del Nuevo Mundo, 1989. p. 64.

³⁰ “El Golpe: la violencia de los de arriba un pueblo que luchó y no olvida” In: *Solidaridad*. Montevideo, ??, p. 9.

Neste momento a FAU abandonou uma série de atividades e centrou todos os seus esforços unicamente na greve geral: “A FAU volta todos seus esforços para a greve geral que durante quinze dias paralisará o país. Deve redobrar seus esforços já que a força majoritária, o PC, recua grande parte de sua força militante e procura diálogo com os militares.”³¹

Amplos setores da sociedade condenaram o golpe militar e apoiaram a greve geral da CNT. Até mesmo setores que não estavam tão presentes na cena política sensibilizaram-se diante da nova realidade. A Igreja Católica condenou golpe³²; as igrejas evangélicas criticam intolerância do governo e dos militares³³, a Universidad de la Republica, a mais importante de país, também manifestou apoio à CNT e aos pontos que esta reivindicava como solução para a crise: “(...) Para o cumplimiento deste programa a Universidad de la República compromete sua ação em estreita aliança com a classe operária organizada e os demais setores que lutam pelas verdaderas soluciones nacionales.”³⁴ A Federação dos Estudantes Universitários do Uruguai (FEUU) também demonstrou sua força de mobilização e criticou o governo que procedia, segundo ela: “(...) atacando os trabajadores e o povo por defender seus legítimos direitos e serem fieis à tradição libertária legada por Artigas (...)”, o texto terminou com uma citação de Artigas: “NADA PODEMOS ESPERAR SENÃO DE NÓS MESMOS”³⁵

A “Lista 15” (batllista) também se manifestou contra o golpe militar, muito embora pertencessem, ainda que como fração minoritária, ao mesmo partido do presidente golpista, o

³¹ “Bosquejo historico de la FAU” In: Lucha Libertaria. n° 5. Montevideu, Dezembro de 1996. p. 54.

³² “A los trabajadores enlucha: 8 días de huelga invencible – Boletín n° 11” In: *Documentos de la Huelga General: 1973*. Montevideu, Centro Uruguay Independiente, 1984. p. 42-43.

³³ “De la iglesia catolica de Montevideo: elementos para la reflexión cristiana” In: *Documentos de la Huelga General: 1973*. Montevideu, Centro Uruguay Independiente, 1984. p. p. 43-44.

³⁴ “Declaración de la asamblea general del claustro universitario” In: *Documentos de la Huelga General: 1973*. Montevideu, Centro Uruguay Independiente, 1984. p. 19.

³⁵ “Declaración de FEUU” In: *Documentos de la Huelga General: 1973*. Montevideu, Centro Uruguay Independiente, 1984. p. 22-23.

colorado. No seu texto os batllistas não especificam muito bem como fariam para se opor ao golpe, mas deixaram bem claro aquilo que não fariam:

“Nós *batllistas* estamos contra o golpe de estado e a ditadura e nos estamos organizando para derrotá-la. Não estamos preparados para o uso de armas, mas podemos e devemos resistir, e nesta luta nos uniremos com todos os uruguaios que estejam de acordo com a saída eleitoral (...) Os *batllistas* da ‘15’ estamos, como sempre, com a liberdade e com a democracia.”³⁶

O boletim da CNT afirmava que “O ditador e os militares *gorillas* que tentam entregar o Uruguai nas mãos dos *gorillas* brasileiros, poderão empreender golpes desesperados.”³⁷ A Frente Ampla criticou o presidente Bordaberry “Portavoz da classe dominante, ele mesmo um latifundista, admirador declarado da ditadura brasileira (...)”³⁸ ao mesmo tempo que reivindicava como saída para a crise política a volta do parlamento, a destituição do ditador e convocação de eleições gerais no país.³⁹

É interessante notar como a Frente Ampla (cuja direção majoritária pertencia ao PCU) não conseguiu vislumbrar nenhuma outra alternativa que não fosse a via eleitoral, mesmo após a vitória de 1971, segundo eles fraudulenta, dos mesmos que capitanearam o golpe militar. Não havia nenhum motivo para se crer que as novas eleições brindariam a esquerda com um resultado positivo, mesmo assim a Frente Ampla seguiu nesta linha: “Como Oúnica saída para esta gravíssima situação, a Frente Amplio reclama a realização da mais livre e autêntica consulta

³⁶ “Declaración de la lista 15: muera la dictadura” In: *Documentos de la Huelga General: 1973*. Montevideo, Centro Uruguay Independiente, 1984. p. 25.

³⁷ “Boletín nº 1 – A los trabajadores en lucha” In: *Documentos de la Huelga General: 1973*. Montevideo, Centro Uruguay Independiente, 1984. p. 24.

³⁸ “Declaración del Frente Amplio: Del Frente Amplio al pueblo oriental” In: *Documentos de la Huelga General: 1973*. Montevideo, Centro Uruguay Independiente, 1984. p. 26.

³⁹ “Decreto represivo de 4 de julio” In: *Documentos de la Huelga General: 1973*. Montevideo, Centro Uruguay Independiente, 1984. p. 15.

popular, levada a cabo com as máximas garantias.”⁴⁰ E depois que o golpe já era um fato e os “militares progressistas” se mostraram bem menos atuantes e em bem menor proporção do que se esperava, a direção majoritária da CNT choraria o leite derramado: “Lamentavelmente no golpe de 27 de junho, as Forças Armadas se alinharam em posições opostas às manifestadas nos comunicados (...)”⁴¹

A Frente Ampla, justamente por englobar frações burguesas consideradas progressistas, não podia fazer avaliações políticas que falassem em classe trabalhadora versus burguesia. Afinal de que lado estariam o Partido Nacional (blancos) e o Partido Demócrata Cristão (PDC) que faziam parte da frente? Por isso mesmo a situação para eles envolvia apenas: “A contradição OLIGARQUIA - POVO está agora desnudada.”⁴² Em alguns setores burgueses permanecia forte a pretensão de um retorno ao antigo Uruguai, um tempo onde os reformistas, de direita e de esquerda, ainda tinham espaço: “Como nos tempos da Pátria Velha, o Povo Oriental voltará a ser protagonista de sua própria história (...)”⁴³

Nestes primeiros dias os militares utilizaram uma tática que a tempos se mostrava eficaz ao lidar com a esquerda reformista: alimentar esperanças de mudanças graduais e negociadas. O ministro do interior manteve conversas com a CNT e produziu o efeito esperado, mantendo a central na expectativa de uma solução negociada. A CNT lhe apresentou suas reivindicações:

- “1 – Reiteração da vigência plena das garantias para a atividade sindical e política, e para a liberdade de expressão.
- 2 - Reestabelecimento de todas as garantias e direitos constitucionais.

⁴⁰ “Declaración del Frente Amplio: Del Frente Amplio al pueblo oriental” In: In: *Documentos de la Huelga General: 1973*. Montevideo, Centro Uruguay Independiente, 1984. p. 27.

⁴¹ “Declaración del Frente Amplio: Del Frente Amplio al pueblo oriental” In: In: *Documentos de la Huelga General: 1973*. Montevideo, Centro Uruguay Independiente, 1984. p. 27.

⁴² “Declaración del Frente Amplio: Del Frente Amplio al pueblo oriental” In: In: *Documentos de la Huelga General: 1973*. Montevideo, Centro Uruguay Independiente, 1984. p. 26.

⁴³ “Declaración del Frente Amplio: Del Frente Amplio al pueblo oriental” In: In: *Documentos de la Huelga General: 1973*. Montevideo, Centro Uruguay Independiente, 1984. p. 27.

3 - Medidas imediatas de saneamento econômico, cujas prioridades expomos no documento que no mês de abril enviaamos por solicitação à Junta de Comandantes em Chefe, especialmente: nacionalização dos bancos, do comércio exterior e da indústria frigorífica.

4 - Recuperação do poder aquisitivo dos salários, soldos e pensões; e contenção dos preços subsidiando os artigos de consumo popular.

5 - Erradicação dos bandos fascistas que atuam impunemente nas encolas e faculdades, e coordenação com professores, pais e alunos para mudanças necessárias a volta normal das aulas.”⁴⁴

Após algum tempo de conversas o canal existente mostrou-se inviável e os militares novamente avançaram mais, tomando medidas concretas para quebrar a resistência dos trabalhadores. O primeiro passo foi a dissolução da própria CNT com a qual se negociara:

“Ainda persistiram confusos espaços de negociação (o ministro do interior, Cnel. Néstor Bolentini, manteve no mesmo dia do golpe uma longa reunião com delegados da CNT), que se dissiparam rapidamente. Apenas três dias depois, o Poder Executivo decretava a dissolução da CNT, fechando suas sedes, procedendo o seqüestro e interdição de seus bens e valores e dispondo-se a prender e entregar à justiça seus dirigentes.”⁴⁵

O decreto de dissolução da CNT afirmava que a resistência:

“(…) configura uma vontade premeditada de violar a lei e um desafio ao Poder legítimo pretendendo impedir-lhe de exercer suas atribuições de origem constitucional e legal, como autêntica representação da soberania nacional (...) dirigentes interessados que pretendem utilizar as organizações sindicais para fins alheios e distintos dos que justificam sua existência na sociedade e determinam seu reconhecimento constitucional (...) Se busca assim um enfrentamento sistemático e artificial entre o poder político que é a legítima e autêntica representação da soberania, com as organizações sindicais que têm por natureza e essência, uma finalidade muito mais limitada (...)”

“(…) toda associação, qualquer que seja sua finalidade, se torna ilícita quando emprega para atingir seus objetivos a violência (...) e pode incorrer de forma contínua em delitos como os de ‘Rebelião’, ‘Sedição’, ‘Asonada’, ‘Instigação Pública da Delinquência’, ‘Apologia de fatos qualificados como delitos’, ‘Instigação a desobediência das leis e

⁴⁴ “Los cinco puntos de la CNT (carta al ministro Bolentini)” In: *Documentos de la Huelga General: 1973*. Montevideu, Centro Uruguay Independiente, 1984. p. 16-17.

⁴⁵ CAETANO, Gerardo. *Op. Cit.* p. 17.

promover o ódio de classes' e o 'Desacato'. (...) a Convenção Nacional dos Trabalhadores, associação carente de personalidade jurídica, ao adotar esta forma de conduta ilícita, configura presentemente o delito de 'Associação para Delinquir', tipificado no Art. 150 do Código Penal.”⁴⁶

O combate à greve geral avançou mais ainda no dia 4 de julho, com outro decreto: a permissão de que os patrões e o Estado demitissem grevistas sem nenhum tipo de indenização.⁴⁷ Foi o começo do fim da greve geral. Diante do recuo em muitos setores, começou-se a discutir as bases para saída da greve, procurando obter ao menos alguma coisa de vantajoso. Três federações de peso na CNT (FOEB, FUS e FUNSA), nas quais a Tendencia Combativa era dominante, elaboraram uma proposta de bases, exigências mínimas, para se sair da greve: “Sejam quais forem as resoluções que se adotem a respeito das medidas de luta, estas resoluções devem garantir que não se conceda à ditadura uma trégua para recompor suas forças e lança-las novamente contra o pueblo (...)”⁴⁸

A direção majoritária da CNT rechaçou a proposta, avaliando que os pontos eram demasiados exigentes para o momento. A esta altura já estava decidida a posição da CNT e do PCU sobre o fim da greve geral. Como a Tendencia Combativa era a oposição mais sólida a esta proposta o Gral. Liber Serigni, líder da Frente Ampla, foi até León Duarte (da Tendencia Combativa, ROE e FAU) para tentar convencê-lo a por fim a greve, uma vez que os trabalhadores de FUNSA seguiam ocupando a fábrica:

“A entrevista com Duarte foi excelente. Houve acordo na valoração dos fatos, mas Duarte entendia que havia capacidade de luta, de continuar (...) no âmbito em que Duarte atuava havia todavia uma real capacidade, expressava Serigni. FUNSA permanecia firme. Encravada no populoso bairro de Villa Española havia alcançado, mesmo diante dos

⁴⁶ “Decreto de disolución de la CNT” In: *Documentos de la Huelga General: 1973*. Montevideo, Centro Uruguay Independiente, 1984. p. 19-20.

⁴⁷ SIERRA, Yamandú Gonzalez. *Op.Cit.* p. 68.

⁴⁸ “Bases de salida de la huelga general propuestas por la FUS, la FOEB y el sindicato de FUNSA, rechazadas por la dirección mayoritaria de la CNT” In: *Documentos de la Huelga General: 1973*. Montevideo, Centro Uruguay Independiente, 1984. p. 44.

problemas inerentes da luta, manter um nível de organização e eficiência muito boas, que perduravam mesmo com o descenso da greve em outros setores.”⁴⁹

A investida não teve o sucesso esperado, mas as coisas já estavam decididas e a CNT decidiu terminar a greve geral incondicionalmente: “Finalmente, na quarta-feira 11 a Mesa Representativa suspende a greve incondicionalmente. Ficam como consequências: os demitidos, os presos, os procurados, os indiciados, os perseguidos.”⁵⁰ Entretanto, mesmo sem o respaldo da central, a greve seguiu em muitos locais de trabalho, especialmente nos sindicatos onde a presença da Tendencia Combativa era forte a greve havia sido bem organizada e mantinha a sustentação com forte adesão. FUNSA, era um sindicato histórico, numa fábrica de pneus de grande porte que ocupava vários quarteirões, que era estratégica e contava com trabalhadores cujo grau de especialização conferia grande importância e dificuldade de substituição imediata da força de trabalho.

A incidência anarquista ali vinha de longa data (o sindicato fundado no início dos anos 50) e os conflitos sempre adquiriam um alto grau de combatividade. O sindicato gozava de grande participação e respeito por parte dos trabalhadores e alcançava grandes vitórias. Na greve geral FUNSA foi o símbolo de uma das mais tenazes resistências da classe trabalhadora uruguaia. A ocupação do local de trabalho em FUNSA foi imediata e com o fim da greve geral as atenções dos militares se voltaram para os focos mais fortes de resistência; objetivando a desocupação e o reinício do trabalho. Para esta tarefa foi chamado o exército:

“Por alguns momentos o bairro de Villa Española pareceu um imenso campo de guerra. Destacamentos militares cercaram FUNSA com a decisão - ao menos aparente - de desocupar a fábrica a ‘qualquer preço’ (...) FUNSA deve ter umas seis quadras de largura por três de comprimento, estava cercada. Não havia maneira de entrar. Camionetes

⁴⁹ CHAGAS, Jorge.; TONARELLI, Mario. *Op. Cit.* p. 64-65

⁵⁰ “El Golpe: la violencia de los de arriba un pueblo que luchó y no olvida” In: *Solidaridad*. Montevideo, ??, p. 9.

militares, jipes, carros de bombeiros, tanques de guerra, soldados armados e metralhadoras apontadas haviam cercado FUNSA.”⁵¹

Os trabalhadores se negaram a sair e criou-se um impasse de horas. Depois de algum tempo os operários tomaram uma resolução para iniciar o “diálogo”, relatada assim por um dos participantes:

“(…) Nesse momento, nós fizemos apagar todas as luzes da empresa, prendemos as caldeiras e colocamos em funcionamento toda a fábrica. Como se a fábrica fosse trabalhar, sem que ninguém trabalhasse. O que decidimos ali mesmo é comunica-los que se entram: ‘nós nos iremos a fábrica terão que desligá-la vocês’, e com todos os riscos que se possa supor porque a planta tem um funcionamento especial e o que ‘explode’, explodirá, mas serão vocês os responsáveis. Essa é a primeira conversação (...)”⁵²

Assim se negociava em FUNSA. Depois de muita tensão os trabalhadores concordaram em sair, desde que nenhum fosse detido, o que foi aceito pelo exército. No dia seguinte, quando todos imaginavam a situação normalizada, os trabalhadores voltaram a ocupar as instalações e depois de um novo cerco foram retirados à força. Terminava mais um capítulo de greve geral. Apesar disso, estabeleceu-se neste conflito a abertura de um canal de negociação direta entre o sindicato de FUNSA e os militares, visando a libertação de presos políticos. Dessa forma FUNSA assumiu, à frente da direção da CNT, as negociações: “Este seria o início da negociação entre a Tendência Combativa e as Forças Armadas que é impossível compreender sem mencionar tudo o que havia ocorrido anteriormente em FUNSA.”⁵³ Isso terá, mais tarde, outras repercussões que examinaremos.

Apesar da CNT decretar o fim da greve geral o sindicato de FUNSA e a Tendência gaviaram conseguido uma vitória:

⁵¹ CHAGAS, Jorge.; TONARELLI, Mario. *Op. Cit.* p. 65.

⁵² *Idem. Ibidem.* p. 66.

“Ao final da greve geral de 1973, o sindicato está inteiro, não têm demitidos. No entanto, o pessoal de FUNSA cotizará com muitos milhões de pesos para os demitidos de outros sindicatos. E como se reconheceu no Secretariado Executivo da CNT naquela época, será fundamentalmente desde FUNSA e bancários que cubrirão os gastos da CNT nos meses difíceis que se seguiram à greve geral.”⁵⁴

CNT: avaliando a derrota

Os trabalhadores membros da CNT, as tendências e correntes internas começaram então a avaliar os motivos do golpe e as falhas da central. Para a Tendencia o golpe chegou porque:

“De fato, não se aproveitaram conjunturas em que o processo de acumulação de forças e as contradições no campo da oligarquia tornavam possível quebrar a política econômica de Pacheco; seguiu-se uma prática de luta dispersa - sem planificação - de resposta aos golpes da oligarquia, se debilitou o movimento popular e habilitou o fortalecimento da oligarquia na medida em que a classe operária não alcançou os objetivos políticos possíveis, impostos em diversas conjunturas do ‘pachecato’: agosto 1968 e junho 1969.”⁵⁵

Após o fim da greve geral iniciaram-se as avaliações para a definição de novos rumos:

“(…) os sindicatos onde primavam a Tendencia Combativa e a Corriente (…) elaboraram outro documento - conhecido popularmente como o das ‘Tres Efes’ - no qual serão sumamente críticos a respeito da orientação tático-estratégica da corrente comunista e também em relação ao balanço da Greve Geral.”⁵⁶ Para as “3 efes” a greve geral, apesar de derrotada, foi rica em ensinamentos e pôs à prova uma série de estratégias e táticas das diversas forças políticas. Eles retiraram as seguintes constatações:

“(…) - o papel protagônico da classe, que deu um salto qualitativo na condução política do movimento popular.
- la constatación de la importancia que têm os planos de luta, (critérios e objetivos; planificação, organização e previsão), para o desenvolvimento

⁵³ *Ibidem.* p. 69.

⁵⁴ CORES, Hugo. *Op. Cit.* p. 49.

⁵⁵ “Posición de FUS, FOEB, FUNSA y Textiles como conclusión de la huelga” In: *Documentos de la Huelga General: 1973*. Montevideo, Centro Uruguay Independiente, 1984. p. 60.

⁵⁶ CHAGAS, Jorge.; TONARELLI, Mario. *Op. Cit.* p. 67.

da luta. Sua ausência impede a utilização de todo potencial de luta disponível.

- No campo político, o regime se encontra praticamente isolado; as Forças Armadas são seu principal sustentáculo efetivo. Consciente de tal realidade, a ditadura busca construir sua base de apoio social. Dispõe do monopólio da informação para praticar a demagogia (...) dispõe de todo o poder, incluídas as FF.AA., do Estado; é apoiada pelo imperialismo e no terreno econômico não cabe prever, a médio prazo, nenhuma catástrofe nem queda o afete, mas apenas um estancamento, similar ao que o país venha suportando. Podemos concluir que a derrota da ditadura (na sua forma atual ou nas que possa adotar no futuro) depende, basicamente, da resistência e da luta que desenvolva o movimento popular. Os sindicatos e o pueblo têm pela frente uma luta prolongada, não de curto prazo.”⁵⁷ Para a Tendencia Combativa: “Nenhum sindicato foi derrotado, foi derrotado um estilo, um método, uma concepção de trabalho sindical.”⁵⁸

De fato, o término da greve geral constituiu uma vitória para os militares golpistas:

“O fim da greve aliviou sobremaneira a situação do regime, que temia que a prolongação de um movimento dessa envergadura acabasse de forma definitiva com seus já relativos apoios sociais. Decorre daí que de forma imediata o gobierno tenha empreendido uma forte ofensiva buscando a ‘normalização’ sindical, proclamando orgulhosamente a formação de ‘um novo sindicalismo’.”⁵⁹

As expectativas por parte do PCU e dos partidos tradicionais de uma “abertura” rápida do regime forma sucumbindo à medida em que o governo demonstrava com atos que não era este o caminho em que se ingressava, pois as definições foram carregando-se de um conteúdo mais autoritário, distanciando-se cada vez mais da expectativa em torno de uma improvável abertura.

⁶⁰ Uma destas demonstrações simbólicas foi o reconhecimento da ditadura de Pinochet no Chile, pois o Uruguai foi um dos primeiros países do mundo a reconhecer formalmente a junta militar chilena presidida por Pinochet, logo após a sangrenta derrocada de Allende.”⁶¹

⁵⁷ “Posición de FUS, FOEB, FUNSA y Textiles como conclusión de la huelga” In: *Documentos de la Huelga General: 1973*. Montevideo, Centro Uruguay Independiente, 1984. p. 63.

⁵⁸ “El Golpe: la violencia de los de arriba un pueblo que luchó y no olvida” In: *Solidaridad*. Montevideo, ??, p. 9.

⁵⁹ CAETANO, Gerardo. *Op. Cit.* p. 19.

⁶⁰ *Idem. Ibidem.* p. 21.

⁶¹ *Ibidem.* p. 21.

No final de 1973, no dia 28 de novembro, as forças políticas de esquerda que ainda estavam em situação regular foram colocadas fora das margens legais por um decreto do executivo. Juntavam-se aos que já estavam na ilegalidade a partir de então o Partido Comunista Uruguaio (depois de mais de seis décadas de legalidade), o Partido Socialista, a Unión Popular, GAU, a ROE, e o Movimiento 26 de Marzo.⁶²

A tentativa de cooptação sindical: um anarquista da FAU ministro do trabalho?

Após a greve geral o governo recobrou novo fôlego e rapidamente se articulou partindo para a ofensiva. O alvo principal identificado era óbvio: o movimento sindical, reponsável pelos maiores “incômodos” pelos quais passaram os militares. O projeto retomou uma velha tentativa: regulamentar e estatizar o movimento sindical, fato inédito na história uruguaia. Entretanto, desta vez, a primeira tática que se tentou aplicar foi a criação de uma “central oficial” que dividisse a CNT e retirasse parte significativa de sua força. Conhecendo os conflitos existentes entre a corrente comunista e a Tendencia Combativa o governo buscou explorá-los em proveito próprio.

O Ministro do Interior sabia perfeitamente que na CNT haviam - desde muito tempo atrás - diferenças profundas em matéria tático-estratégica, entre a corrente sindical comunista e a Tendência Combativa. Estes últimos eram para Bolentini “aliados potenciais” em seu plano para criar um sindicalismo aderido à ditadura. Falar com eles, convencê-los, aprofundar suas discrepâncias com os comunistas, em outras palavras dividir a CNT, e tentá-los com a possibilidade de controlar o movimento sindical se aceitassem as regras do jogo.”⁶³

Neste plano o sindicato mais visado foi FUNSA, referência forte no meio da classe trabalhadora, que dificilmente poderia ser desmoralizado como “pelego”. Sonhava-se com que

⁶² SIERRA, Yamandú Gonzalez. *Op. Cit.* p. 69.

⁶³ CHAGAS, Jorge.; TONARELLI, Mario. *Op. Cit.* p. 111.

FUNSA, na medida em que tinha toda uma tradição de discussão aberta, de crítica à condução central, fosse ‘a cabeça’ para montar uma organização sindical não-comunista, que era a aspiração de alguns setores das FF.AA.⁶⁴ A única explicação para esta atitude dos militares é a de que eles acreditavam na possibilidade de que a Tendencia se “vendessem”, mas esta intenção chegou a ser até mesmo ingênua. Os militares faziam uma confusão tremenda com o sindicato de FUNSA (...) pelo seguinte: ainda que existissem várias correntes que atuavam no sindicato, inclusive os comunistas, o secretário geral León Duarte era de filiação anarquista e tinha suas lutas internas com os comunistas. Duarte sempre ganhava nas eleições do sindicato por seu carisma e personalidade, as pessoas sentiam verdadeira admiração por ele. Então pensaram que o sindicato de FUNSA era anti-comunista até a morte. Por isso os militares acreditaram que podiam chegar a entender-se com seus dirigentes.⁶⁵

O sindicato de FUNSA comunicou as iniciativas à CNT, e passou a comparecer às reuniões aparentando disposição ao diálogo, com o objetivo de mapear melhor as intenções do governo e, talvez, conseguir a libertação de presos políticos. A proposta para FUNSA era bem clara: “esta é a grande oportunidade para que se convertessem nos donos do movimento sindical, erradicando os comunistas’ (...)”⁶⁶ As coisas caminharam por algum tempo até que foi agendada uma reunião entre os representantes da Tendência (FUNSA) sindicalistas “amarelos” e o ministro do interior, para o Cnel. Bolentini este encontro tinha que converter-se na fundação - uma espécie de Congresso Constitutivo - da ‘nova central’.”⁶⁷

⁶⁴ *Idem. Ibidem. Op. Cit. p. 111.*

⁶⁵ *Ibidem. p. 111.*

⁶⁶ *Ibidem. p. 111.*

⁶⁷ *Ibidem. p. 112.*

A reunião ocorreu e foi transmitida ao vivo para todo país, conseguiu-se gerar um fato político bastante relevante para aquele momento, onde a censura era total. Falou o ministro Bolentini, depois os “amarelos” e finalmente FUNSA:

“A rádio realizava uma transmissão ao vivo deste encontro e os *amarillos* aplaudiam as falas dos ministros. Por outro lado, muitos sindicatos do interior do país estavam na expectativa quando Miguel ‘Gallego’ Gromáz - dirigente do sindicato de FUNSA - pediu a palavra, houve um silêncio cortante. Todas os olhares se voltaram para ele, sua voz retumbou na sala: ‘O que vocês querem é formar uma central de pelegos e puxa-sacos!’ – gritou na cara da Bolentini e cia – mas conosco não vão contar (...)! Nós pertencemos à CNT e não vamos entrar nessa! A transmissão pelo rádio foi cortada abruptamente, houve um notório desconcerto entre os animadores do encontro, a aparente calma se rompeu em pedaços e a Sala Verdi tornou-se um caos (...) A reunião terminou de repente: caíam por terra os planos do regime de formar uma possível aliança com a Tendência e controlar o movimento sindical.”⁶⁸

Paralelamente a isso a FAU permanecia ativa no “nível de massas” através da ROE:

“Durante o mês de julho de 1973, o setor ‘de massas’ da FAU determina que seja realizado por integrantes da ROE, uma série de atentados contra donos de fábricas e trabalhadores que, exercendo sua liberdade de trabalho, não haviam participado das paralisações e ocupações organizadas pela C.N.T. Estas ações foram firmadas com a frase ‘La Resistencia Vencerá’.”⁶⁹

No ano de 1974 o governo militar ainda manteve o intuito de criar uma central oficial. Por isso foram feitas novas investidas sobre a Tendencia Combativa: “Persistem as intenções do governo militar de criar uma central não comunista. Oferecem ao dirigente de FUNSA L. Duarte um posto no Ministerio del Trabajo.”⁷⁰ A proposta é obviamente recusada pelo sindicalista, militante e dirigente da FAU. No mês de setembro deste ano a ROE levou a cabo 4 atentados a bomba em prédios do governo, entre eles Ministério de Relações Exteriores, Ministério do

⁶⁸ *Ibidem*. p. 113.

⁶⁹ “Marzo 1973 – Setiembre 1974: Desde el repliegue hasta el comienzo del congreso” In: *La Subversión*. Montevideo, F.F.A.A., 1977. p. 305.

Trabalho e Previdência Social e COPRIN.⁷¹ Neste momento a FAU, através da ROE, nucleou os sindicatos combativos, muitos pertencentes anteriormente à Tendencia, e editou em nome deles o Boletín de los Sindicatos Combativos até junho de 1975.

Neo-liberalismo, apoio a Franco, Pinochet, Arpartheid e “nacionalismo” como ideologia

Na economia assumiu o ministro Vegh Villegas que começava instrumentalizar uma política econômica de corte neoliberal. A base teórica deste modelo (o professor norte-americano Milton Fridman e seus “Chicago Boys” serão os luminosos inspiradores de Villegas), se apóia nas “livre ação das forças do mercado” (...)”⁷² Assim como o golpe militar definiu o caráter autortário do governo, a entrada de Vegh Villegas como comandante da economia também sacramentou a orientação da política econômica do Uruguai nos rumos neoliberais.⁷³ A relação entre a nova conformação do estado uruguaio e a política econômica aplicada é direta. A condição essencial que viabilizou o modelo neoliberal no Uruguai estava no “amparo político” criado para isso.

Como consequência, o país promoveu uma abertura da economia através de uma diminuição generalizada e progressiva das restrições ao comércio importador - que incluiu a eliminação de quotas de compra no exterior e a chamada “proteção redundante”⁷⁴ Houve uma reconversão industrial para mercado externo e não mais interno, além do achatamento do salário real - verdadeira coluna de sustentação de toda política - assim como a deterioração do poder aquisitivo das pensões e aposentadorias, contituíram os caminhos fundamentais para conseguir a

⁷⁰ SIERRA, Yamandú Gonzalez. *Op. Cit.* p. 71.

⁷¹ COPRIN significava Comisión de Productividad Precios y Ingresos, órgão criado para ser o responsável pelas negociações entre patrões e trabalhadores. *Informe Completo: Partido por la Victoria del Pueblo, P.V.P.* DOPS, 1979. p. 14.

⁷² CHAGAS, Jorge.; TONARELLI, Mario. p. 96.

⁷³ ASTORI, Danilo. *Op. Cit.* p. 120.

⁷⁴ *Idem. Ibidem.* p. 122.

concentração de renda ainda maior.⁷⁵ O Estado progressivamente deixou de atuar como protagonista do processo econômico, muito embora ressaltemos que o Estado não deixou de intervir na economia, em especial na administração dos salários e do câmbio.⁷⁶

Quanto às ilusões de uma volta à normalidade relativamente rápida os próprios militares tratavam de afastá-las, através dos discursos do seu porta-voz, o presidente Bordaberry: “Estamos no tempo da Nação e não no dos partidos políticos (...) Por isso todos os que invocam o prazo constitucional de novembro de 1976, sonhando com a volta da caça aos votos, (...) que hoje, esta noite, percam toda esperança.”⁷⁷

O próprio exército passou por mudanças. Os parques militares “progressistas” foram definitivamente eliminados das posições mais importantes. Uma reorganização interna foi necessária para que o exército se adaptasse a seu novo papel, processo feito em colaboração estreita com militares afinados com o novo regime uruguaio, culminando um longo processo de elaboração, dentro do qual existiram diversas consultas no exterior, concretamente contatos e conversas com militares da então declinante Espanha franquista.⁷⁸ Num discurso do presidente Bordaberry em 19 de abril de 1975 o governo reafirmou a linha sustentada até então, e descartou qualquer possibilidade de retrocesso ou abertura, afirmando que tinha:

“(...) a grande responsabilidade de não regressar jamais ao estado de coisas que colocou a República nos limites do caos e da dissolução, que não se retrocederia a uma democracia formal e oca como antes de 1973. Finalmente, sua viagem ao Chile em outubro, foi a ocasião propícia para expressar suas ‘plenas coincidencias’ com Pinochet na busca de uma ‘nova democracia’.”⁷⁹

⁷⁵ *Ibidem.* p. 122.

⁷⁶ *Ibidem.* p. 122.

⁷⁷ CAETANO, Gerardo. *Op. Cit.* p. 25.

⁷⁸ *Idem. Ibidem.* p. 25.

⁷⁹ *Ibidem.* p. 26.

Mas não foi apenas com a ditadura chilena que o Uruguai demonstrou simpatias e se aproximou. A política exterior seguiu sendo uma fiel tradução da linha reacionária mantida internamente. Seguiu aprofundando-se a solidariedade militante do regime uruguayo com as outras ditaduras do Cone Sul, ao que se somou um profuso relacionamento com o regime racista da África do Sul, que mereceu a reprovação expressa da Comissão Especial da ONU sobre Apartheid em fevereiro de 1975.⁸⁰

O recém instalado regime militar buscou resgatar para si conceito de pátria e de nacionalidade, que era reivindicado por amplos setores da esquerda. Havia entre a população a idéia fortemente difundida – e confirmada pela política econômica e diplomática do governo - de que o governo militar estava a serviço de interesses estrangeiros do imperialismo e era comum qualificá-los de “vendepatria”. Para reverter esta imagem o governo usou e abusou de uma máquina de propaganda muito forte. Somou-se a isso a euforia historicista do regime na celebração dos 150 anos dos fatos históricos de 1825, aniversário que buscou - de forma inocultável e com êxito muito relativo - associar com suas finalidades políticas. Essa ofensiva começou designando 1975 como “Ano da Orientalidade”, passando por episódios tão infelizes como decretar a nomenclatura oficial dos “Trinta e Três Orientais”, criar a condecoração “Protetor dos Povos Livres Gral. José Artigas” (cujos primeiros agraciados foram nada menos que Strossner e Pinochet).⁸¹ Dentro deste cenário a simples existência da OPR-33 constituía um insulto para os militares.

Tratava-se da tentativa de tomar de volta a identidade com os “33 orientales”, abalada desde a expropriação da bandeira. Nos relata um militante da *FAU* que se encontrava preso naquele período:

⁸⁰ *Ibidem*. p. 27.

⁸¹ *Ibidem*. p. 28.

“É 1975, o Uruguai está em plena ditadura, fazem 150 anos do histórico fato dos 33 Orientais, os militares querem recuperar a Bandeira para exibí-la num ato programado ‘reafirmación patriótica’. São tirados da Penitenciária Libertad para os quartéis, para ficar a disposição da tortura, um grupo de companheiros, dentre os quais estou eu. O operativo dos militares é levado adiante pela OCOA e tem como base o quartel de “La Paloma” no Cerro de Montevideu. Não obtêm nenhum êxito em seu objetivo. Vem a ameaça ‘isso vocês vão pagar, vamos tira-los todos os anos e vão passar mal’ nos dizem. No ano seguinte, novamente perto da data do 19 de abril, somos retirados da Penitenciária de Libertad. Vamos parar com Cariboni no chamado ‘Infierno’. Da cadeia central trazem a este mesmo lugar Santa Romero. Nesta segunda oportunidade, os companheiros realizam uma campanha internacional de denúncia e na madrugada somos trazidos depressa e aos empurrões novamente à penitenciária para sermos mostrados a imprensa internacional intactos. Dali em diante não fomos mais incomodados por este motivo (...) A Bandeira nunca foi recuperada pela repressão. Companheiros assassinados na Argentina levaram seu segredo para a tumba. Pelo visto, ela seguirá tremulando através dos tempos no imaginário popular.”⁸²

A FAU operando desde Buenos Aires e golpe militar de 1976

Enquanto estes fatos se desenrolavam no Uruguai, outro setor da organização operava a partir de Buenos Aires desde 1972. A partir de 1973 também a direção da ROE se deslocou para a Argentina: “Em parte do ano de 73 e durante 74 e 75 a Organização desenvolve um importante trabalhoh labor desde a Argentina, apontando para o trabalho no Uruguai, conseguindo os meios necessários para sustentar uma longa resistencia.”⁸³

Neste ponto somos obrigados a retomar um pouco no tempo para tratar da vida interna da FAU desde 1973. Àquele momento a luta no Uruguai tomava outros rumos, pois a maioria das organizações de esquerda estava desmantelada ou atuando em precárias condições enquanto a ditadura militar dava mostras de se fortalecer. A FAU se encontrava numa situação melhor em comparação com o conjunto das organizações de esquerda, mas também havia sofrido duros

⁸² MECHOSO, Juan Carlos. *Op. Cit.* p. 270. Ver também “Presentaron las Fuerzas Conjuntas a reclusos imaginariamente desaparecidos” In: *El Dia*. Montevideu, 23 de maio de 1976. p. 13.

⁸³ “Bosquejo historico de la FAU” In: *Lucha Libertaria*. n.º 5. Montevideu, Dezembro de 1996. p. 54.

golpes. No Uruguai vários militantes se encontravam presos há tempos e uma importante parte de sua direção fora presa em março de 1973, inclusive alguns militantes que estavam coordenado o trabalho em Buenos Aires e se deslocando constantemente entre os dois países. Mesmo com todos estes pontos negativos a FAU havia conseguido se estabelecer solidamente em Buenos Aires desde fins de 1972, previamente ao golpe, através da transferência de vários militantes do aparato armado.

No decorrer de 1973 algumas mudanças importantes aconteceram na FAU. Resolve-se manter como objetivo fundamental para o aparato armado, agora chamado internamente de “bancada”, a obtenção de meios econômicos. Paralelamente se criou um grupo específico dentro da organização dedicado ao trabalho “teórico-político” chamado internamente de “cosina”, coordenado por Gerardo Gatti e funcionando a partir de junho de 1973. Este grupo desenvolveu suas atividades com vistas a preparar um novo congresso da organização.⁸⁴ No campo das alianças se avaliou a necessidade de estabelecer a partir da Argentina uma frente contra a ditadura, uma coordenação, com o mais amplo espectro de forças políticas possíveis. A alternativa parecia viável na medida em que todos estavam numa situação de ilegalidade:

“(…) Por esta época (julho de 73) através do ‘Boletín de la ROE’ e do diário ‘Compañero’, esta organização sediciosa convoca todos os grupos de esquerda e o grupo ‘Por la Patria’ do Partido Nacional, para conformar uma ‘Frente Nacional de Resistencia’ (FNR). Através desta iniciativa mantêm em nome da ROE, durante a segunda metade do ano de 1973, conversações com: Movimento 26 de Marzo, MLN, PCR, GARU, Erro, Michelini, Partido Comunista e Wilson Ferreria Aldunate. Estas conversações que se realizam tanto em Buenos Aires como em Montevideo, não conduziram a nenhum fim concreto.”⁸⁵

⁸⁴ *Informe Completo: Partido por la Victoria del Pueblo, P.V.P.* DOPS, 1979. p. 11-12.

⁸⁵ “Marzo 1973 – Setiembre 1974: Desde el repliegue hasta el comienzo del congreso” In: *La Subversión*. Montevideu, F.F.A.A., 1977. p. 305.

Nesta nova conjuntura, chama a atenção a ampliação do espectro de forças políticas, incluindo o Partido Comunista e setores do Partido Nacional por exemplo, o que correspondia à nova orientação política, o intento de uma frente caracterizada pelo combate à ditadura. Em relação as ações práticas para se conseguir fundos o setor responsável, a OPR-33, realizou algumas ações, como em julho de 1973 ...

“(...) o aparato armado da FAU sequestra na cidade de Buenos Aires a Nelson Laurino, Gerente Geral da fábrica ‘Martin Colorado’ da PEPSI-COLA. Depois de duas tentativas frustradas de cobrar o resgate, no último dos quais foram detidos os sediciosos Pablo Farias Lebduska e Aníbal Griot Avondet, Laurino é libertado no mês de novembro.”⁸⁶

O operativo fracassou, militantes acabaram “caindo” e muito dinheiro foi gasto nos preparativos do sequestro. Todavia, a prioridade da organização seguia sendo levantar recursos financeiros para a continuidade da luta no Uruguai e a sustentação da militância operando na Argentina. No final do ano a direção da FAU se reuniu para considerar vários temas:

“Em novembro de 1973, se reúne a Junta Geral Representativa desta organização (...) a atividade central para toda a organização desde este momento em diante seria a obtenção de meios econômicos, ainda que o peso desta atividade recaísse nas mãos do aparato armado, a OPR-33 e parte da direção da organização.”⁸⁷

O primeiro operativo de sequestro em Buenos Aires fracassara e a obtenção de dinheiro seguia sendo um objetivo a atingir. Por outro lado, ingressam na organização militantes oriundos do FRT (Frente Revolucionario de los Trabajadores) e ao mesmo tempo se integraram à ROE militantes da FER (Frente Estudiantil Revolucionario) ligado ao FRT. Estes foram os primeiros ingressos na FAU neste período, demonstrando uma tendência que se aprofundaria pouco tempo

⁸⁶ “Marzo 1973 – Setiembre 1974: Desde el repliegue hasta el comienzo del congreso” In: *La Subversión*. Montevideo, F.F.A.A., 1977. p. 305-306.

⁸⁷ “Marzo 1973 – Setiembre 1974: Desde el repliegue hasta el comienzo del congreso” In: *La Subversión*. Montevideo, F.F.A.A., 1977. p. 306.

mais tarde. Afinal, depois do golpe militar muitos uruguaios se refugiaram às pressas em Buenos Aires e a esquerda uruguaia começou a desenvolver contatos entre si, na condição de exílio, precariedade e dispersão provocada pelo golpe. Também em dezembro de 1973, a ROE junto com outras organizações foram ilegalizadas, o que obrigou a FAU a cessar a edição pública do diário *Compañero* (da ROE), que estava sendo editado desde 1969.

No mês de março de 1974 o aparato armado em Buenos Aires conseguiu importantes resultados em seu trabalho. Depois de vários levantamentos de informação e de uma detalhada preparação “em 16 de março de 1974 é sequestrado na Cidade de Buenos Aires um importante produtor de lã pela OPR. Depois de cobrar um resgate, é libertado no mês de setembro de 1974”

⁸⁸ Foram mais de 6 meses de sequestro e o maior resgate pago até então: 10 milhões de dólares em notas de U\$100,00 ou dito de outra forma, 46 quilos de dólares. Finanças suficientes para impulsionar as atividades da organização.⁸⁹

Durante este período a FAU continuou perseguindo o objetivo de formar a “frente nacional de resistência” e convocou uma reunião no mês de abril. Dentro da nova orientação a FAU convidou organizações pertencentes a um amplo espectro de forças políticas:

“Em 19 de abril de 1974, esta organização sediciosa, em nome de um ‘comité 19 de abril’, realiza na Cidade de Buenos Aires (...) um acto. Falam: Enrique Erro, Enrique Rodriguez pelo Partido Comunista, Jorge Gomensoro pelo PCR (antigo MIR) e Hugo Cores em nome da ROE. Concorre e não fala Zelmar Michelini. São convidados e não comparecem: o MLN, Movimiento 26 de Marzo, os GAU e Wilson Ferreira Aldunate. O fato de esta organização ter convidado não somente aos clássicos grupos subversivos, mas também o P.C. considerado por eles ‘reformista’, e a Wilson Ferreira Aldunate (do Partido Nacional), está em harmonia com a iniciativa da F.N.R. que esta organização havia proposto. Neste ato fazem um chamado para formar um ‘Comite 19 de Abril’, nucleador da ‘colonia uruguaia’ residente em Buenos Aires.”⁹⁰

⁸⁸ “Marzo 1973 – Setiembre 1974: Desde el repliegue hasta el comienzo del congreso” In: *La Subversión*. Montevideu, F.F.A.A., 1977. p. 306.

⁸⁹ MECHOSO, Juan Carlos. *Op. Cit.* p. 489-497.

⁹⁰ “Marzo 1973 – Setiembre 1974: Desde el repliegue hasta el comienzo del congreso” In: *La Subversión*. Montevideu, F.F.A.A., 1977. p. 306.

No mês de maio numa das reuniões deste comitê foram presos 101 uruguaios presentes, que acabaram soltos um mês depois. Ainda dentro desta linha a FAU editou desde Buenos Aires e distribuiu clandestinamente no Uruguai um periódico chamado *Boletín de Resistencia Oriental*.⁹¹ No mês de setembro de 1974 a situação da FAU mudara bastante. Politicamente a FAU havia conseguido nuclear a chamada “colônia uruguaya” em Buenos Aires em torno de uma frente que se esboçava; internamente haviam acontecido ingressos de militantes oriundos outras organizações desmanteladas ou auto-dissolvidas; no campo financeiro havia se conseguido um grande levantamento de fundos para custear as atividades; no Uruguai a ROE conseguira aglutinar a resistência sindical que se mantinha ativa, a ponto dos militares tentarem cooptar León Duarte convidando-o para o ministério do trabalho. No mês de setembro de 1974 o grupo responsável pela preparação do “congresso” da FAU concluiu seus trabalhos e fez circular nos meios da organização um documento base e a pauta do congresso, composta dos seguintes pontos:

- Trajetória da Organização
- O Partido e seus problemas organizativos
- Aparição do Partido
- Situação do Governo
- Situação do movimento popular
- Que fazer: Trabalho de massas
- Que fazer: atividade militar
- Que fazer: trabalho teórico-político
- Programa para promover agora
- Nome da organização”⁹²

A partir de setembro de 1974, até meados de junho de 1975, a organização permaneceu em “congresso”, e neste caso é preciso compreender o que significou este congresso na situação

⁹¹ *Informe Completo: Partido por la Victoria del Pueblo, P.V.P.* DOPS, 1979. p. 15.

⁹² *Informe Completo: Partido por la Victoria del Pueblo, P.V.P.* DOPS, 1979. p. 15.

de clandestinidade da FAU. Tratou-se de um amplo processo de discussão, realizado através de pequenos grupos, cujas posições eram levadas de um para outro pelos canais orgânicos da FAU. Todo este tempo dispendido derivava dos necessários cuidados com aspectos de segurança que um “congresso” em situação de clandestinidade exigia. Tempos depois, já na década de 90 a FAU afirmava que naquele tempo “(...) começa nestes anos um processo interno que possibilitou o ingresso de uma militância que não vinha do anarquismo (...) de qualquer maneira ... se manteve uma estratégia de intenção revolucionária, anti-eleitoralista e de matiz libertária.”⁹³ Isto porque uma das decisões do “congresso” foi a mudança de nome de FAU para PVP, Partido de la Victoria del Pueblo.⁹⁴

O “congresso” reorganizou a FAU, agora PVP, dividiu os setores de trabalho e compôs uma nova direção, conhecida internamente como “misiones”, faziam parte da direção nesta ocasião: Gerado Gatti, Mauricio Gatti, León Duarte, Alberto Cecilio Mechoso, além de dois delegados do PVP no exterior, Hugo Cores e Luis Alberto Presno.⁹⁵ A FAU permaneceu atuando em vários níveis via Argentina até que “(...) em março de 1976 aconteceu o golpe de Estado na Argentina. Isabel Perón é derrubada pelo Gral. Videla e se desata a ‘Guerra Sucia’. Começa a coordenação repressiva entre Argentina, Chile, Brasil e Uruguay. A noite cai sobre o Cone Sul.”

⁹⁶ Este golpe de estado atingiu em cheio a FAU:

“Em setembro de 1976 os militares tomam o poder e instauram ali sua ditadura. Encurralados pela repressão dos serviços especiais do exército argentino e do uruguaio, cerca de cinquenta companheiros caem assassinados e ‘desaparecidos’ depois de suportar indescritíveis torturas, outros tantos são condenados a longas penas de prisão. Dentre os assassinados se encontram companheiros velhos, de decisiva importância para as ações do conjunto da organização. Companheiros de formação

⁹³ “Bosquejo histórico de la FAU” In: *Lucha Libertaria*. n.º 5. Montevideo, Dezembro de 1996. p. 54.

⁹⁴ Foge dos limites deste trabalho nos aprofundar nas questões relativas à mudança de FAU para PVP, assim como acompanhar a atuação do PVP que prosseguiu até meados dos anos 80. O tema é rico e denso, demandando uma pesquisa específica.

⁹⁵ *Informe Completo: Partido por la Victoria del Pueblo, P.V.P.* DOPS, 1979. p. 17.

⁹⁶ CHAGAS, Jorge.; TONARELLI, Mario. *Op. Cit.* p. 99.

intelectual e emotiva anarquista. O grande golpe sofrido gera dispersão, confusão e sensação de derrota. A partir dali, como expressão política a organização deixa de existir.”⁹⁷

Mas não seria o fim da FAU. Muitos militantes permaneceram na luta dentro do Uruguai, outros se exilaram pela América do Sul e Europa e a partir de lá tentaram rearticular suas lutas contra a ditadura. Vamos reencontrar estes anarquistas até mesmo em documentos da polícia gaúcha de 1979, que nos falam de uma ...

“(...) organização de tendência anarquista uruguaia ‘Partido Pela Vitória do Povo PVP’(...)”, cuja direção “(...) na Europa, tem recebido dos brasileiros, banidos, asilados e auto asilados, a garantia - dentro da ‘solidariedade internacional’ - de que havendo maior espaço político para as esquerdas, no BRASIL, estas lutarão para criar condições de estabelecê-la em território brasileiro, com vistas a criar a um trabalho político, mais objetivo, em direção ao seu país de origem (URUGUAI).”

Mesmo diante de inúmeras dificuldades a FAU (como nome de PVP) permaneceu atuando e o Brasil não foi alheio a sua história:

“Presentemente , o ‘Partido Pela Vitória do Povo - PVP’, possui uma sucursal em PARIS, dirigida por PABLO RODRIGUES. O líder militar da Organização, de nome MECHOSO, fugiu da prisão no URUGUAI deslocando-se para PARIS e dali para a SUÉCIA. Em 1977, em SÃO PAULO, no BRASIL, instalou-se uma base da Organização.”⁹⁸

Em 1978, as Forças Conjuntas do Uruguai fizeram um comunicado público para o Brasil motivado pela questão do sequestro em Porto Alegre de um casal uruguaio (Liliam Celiberti e Universind Diaz) pertencentes ao PVP, onde procuravam caracterizar a organização:

“(...) Recorde-se à população, ademais, que o Partido pela Vitória do Povo (P.V.P.) é uma organização clandestina anarquista que surgiu em 1975 como consequência de uma troca e orientação do que era o OPR-33

⁹⁷ “Bosquejo histórico de la FAU” In: *Lucha Libertaria*. n° 5. Montevideu, Dezembro de 1996. p. 55.

⁹⁸ *Informe nº 01-098/79 do Departamento Central de Informações da Secretaria de Segurança Pública do Estado do Rio Grande do Sul*. DOPS, Arquivo do Estado do Rio Grande do Sul. 1979, p. 2.

(Organização Revolucionária – 33), a qual atingiu nosso país, anos atrás. Dado o caráter internacional deste movimento sedicioso e conhecendo-se a estrutura que possui em território brasileiro, se procurou dar conhecimento às autoridades desse país as ações de referência e documentação ampliada.”⁹⁹

Algum tempo depois, por volta de 1984, quando terminou o regime militar uruguaio e aconteceu a anistia, muitos militantes retomaram ao país e outros recobram a liberdade saindo da prisão. Estes militantes se reorganizaram e refundaram a FAU em 1986, que permanece ativa até os dias de hoje.

⁹⁹ *Zero Hora*. 5 de dezembro de 1978. p. 22.

Conclusão

Este trabalho tinha alguns objetivos bem claros em seu princípio. Evidentemente que inúmeras questões novas surgiram no decorrer da pesquisa, temas que se desdobravam em outros e tópicos para desenvolver demandariam novas pesquisas. A questão fundamental que este trabalho buscou responder é porque no Uruguai o anarquismo conseguiu se manter socialmente vivo ao contrário de Brasil e Argentina?

Pois chegou o momento de sintetizar a conclusão, que certamente está presente ao longo deste trabalho, mas que entendo merecer uma menção destacada. É muito comum que as dissertações e teses terminem levantando novas questões, formulando novas hipóteses e sugerindo novas pesquisas. Neste trabalho isso também acontece, uma variedade de sub-temas e novos eixos para futuras pesquisas se abriram, como por exemplo a concepção de luta armada da FAU, a concepção de Poder Popular, a transição de FAU para PVP e os desdobramentos desta mudança. No entanto, observo que as questões iniciais levantadas no início da pesquisa muitas vezes desaparecem em meio a uma névoa de novas hipóteses e sugestões, e muitas vezes não fica nada claro qual ou quais as conclusões do autor do trabalho depois de alguns anos de pesquisa.

Parece existir um certo medo de afirmar. Formulam-se então hipóteses ao final da pesquisa. Aparentemente isso parece constituir uma atitude mais modesta, o autor apenas sugere, não afirmando nada. Mas ao que parece levantar hipóteses e fugir das conclusões é apenas um meio de se evitar a crítica direta, de anunciar antecipadamente que o trabalho tem lacunas, insuficiências, que novas pesquisas precisam complementá-lo, etc. Caso o trabalho sofra críticas ou se mostre inconsistente em algum aspecto, uma espécie de defesa prévia já foi feita, normalmente na introdução que funciona como anteparo às críticas. Eis que a postura aparentemente modesta, revela-se um artifício para isentar o trabalho do diálogo crítico. Mesmo

porque, sejamos francos, as hipóteses na verdade são apenas um eufemismo para as afirmações, que no íntimo, cada autor defende e crê como corretas. No caso deste trabalho buscamos conclusões desde o início, afirmações. E como o sentido da pesquisa não visa proteger o ego do autor, ele se expõe franca e modestamente às críticas.

Voltemos então à questão fundamental desta pesquisa concluímos que distintos fatores determinaram a permanência da FAU como organização anarquista e socialmente atuante nos anos 60 e 70. Este conjunto de fatores, e não um ou outro isoladamente, é que explica a permanência do anarquismo no Uruguai, especificamente da FAU.

A formação social do Uruguai tem algumas características bem demarcadas. Uma delas é a precoce urbanização, diretamente ligada ao tipo de atividade econômica desenvolvida no campo (a criação de gado), com baixa absorção de mão de obra, este processo foi mais acentuado ainda pelo cercamento dos campos, que expulsou para cidade um grande contingente populacional. Isso fez do Uruguai um país predominantemente urbano ainda no final do século XIX.

Esta urbanização precoce, gerada pelo êxodo rural proletarizou um amplo setor da população, que se tomou ao mesmo tempo força de trabalho disponível nas cidades e consumidores potenciais para a formação de um mercado interno. No campo econômico este processo facilitou um certo grau de industrialização do país, tornando o Uruguai o país com o terceiro maior PIB industrial da América Latina no princípio do século XX. Neste processo formou-se a classe trabalhadora uruguaia.

Outro dado importante para se levar em conta é imigração européia. Além de ser quantitativamente expressiva (em certos momentos chegaram a ser quase a metade da população uruguaia) a chegada dos imigrantes europeus coincidiu com a chegada dos migrantes do campo para a cidade de Montevideu. Levando em conta a origem rural de ambos os contingentes, a chegada simultânea à metrópole, a imediata convivência nos locais de moradia e trabalho, o

ínfimo percentual da população indígena remanescente e a pequena proporção de ex-escravos no conjunto da população podemos explicar a facilidade com que se constituiu a identidade de classe no Uruguai. Identidade esta que reduziu significativamente a margem de manobra do Estado no manejo do nacionalismo como instrumento de segregação da militância de origem européia, tal como sucedeu no Brasil e na Argentina.

O processo de formação da classe trabalhadora uruguaia deu origem a um sólido movimento sindical que encontrou no battlismo um espaço político de afirmação muito mais propício do que o movimento sindical argentino e brasileiro por exemplo. Sem pretender que Battle tenha sido um apoiador do movimento operário, seu governo adotou medidas inconcebíveis na realidade brasileira e argentina, tais como direito de greve, intermediação de conflitos operários, envio ao parlamento de projetos trabalhistas, etc. Isso décadas antes dos governos de Getúlio Vargas no Brasil e Perón na Argentina, com os quais Battle é muitas vezes comparado erroneamente, uma vez que nunca foi um ditador, jamais apelou para golpes, governou dentro da forma democrática de dominação burguesa e antecedeu Vargas e Perón em cerca de três décadas.

O processo político uruguaio a partir de Batlle teve a marca da continuidade, com raras quebras institucionais como aconteceu com Brasil e Argentina. Mesmo o golpe de estado de Gabriel Terra teve características civis, durou menos no tempo e não alterou de forma marcante a vida política subsequente do país.

No plano específico da história do anarquismo no Uruguai também encontramos fatores que contribuem para a explicação da perenidade. As primeiras correntes anarquistas chegam ao Uruguai ainda em 1860, com proudhonianos. Mas no que se refere a presença operária do anarquismo ela se inicia com militantes bakuninistas, ligados a AIT e a Aliança. Situação bem distinta do Brasil, seja em relação à época de chegada, seja em relação ao tipo de corrente

predominante. Mesmo depois desta fase, as correntes que ganharam influência são de orientação malatestiana, marcadas pelo caráter organizador. Cerca de uma década depois passou a predominar o anarco-sindicalismo e o sindicalismo revolucionário. Mas se o anarco-comunismo organicista de Malatesta não permaneceu como proposta de organização e como estratégia viva no movimento social, ao menos um de seus elementos centrais, o organicismo, teve longa permanência e vai caracterizar o anarquismo platense, especialmente o uruguaio. Este organicismo perpassou o movimento operário, inclusive o anarco-sindicalismo e o sindicalismo revolucionário. Dessa forma as organizações sindicais argentinas e uruguaias adquiriram muito mais solidez e estabilidade do que no Brasil, onde as correntes espontaneístas comparativamente tiveram mais força.

Neste aspecto entra um ponto fundamental que a nosso ver explica a perenidade do movimento sindical e do anarquismo: a não estatização sindical. Também neste caso, ao contrário de Brasil e Argentina, o estado uruguaio jamais conseguiu controlar os sindicatos do país e não se passou no Uruguai a brutal e destruidora repressão sobre as principais lideranças sindicais e anarquistas. O vazio de gerações que existe até os dias de hoje no movimento anarquista argentino e brasileiro, causado principalmente pela destruição do sindicalismo não se verificou entre os uruguaios.

Dessa forma o anarquismo uruguaio chegou à década de 50 disperso, porém vinculado ao movimento operário. Ainda nos anos 50, antes mesmo do processo de formação da FAU, já se ensejava uma crítica ao anarco-sindicalismo clássico, através de uma parcela da militância sindical anarquista que rejeitou o anarco-sindicalismo sem rejeitar o trabalho sindical, falamos aqui da experiência dos sindicatos autônomos.

Outro elemento de peso é chegada de um expressivo contingente de militantes anarquistas espanhóis participantes da Revolução de 36. Estes militantes encontraram um ambiente ativo no

Uruguai e realizaram diversos balanços sobre as causas da derrota na Espanha, fugindo ao sectarismo de atribuir a culpa somente aos “outros”, avaliaram os erros e insuficiências do movimento anarquista e a FAU nasceu marcada por esta atitude de colocar em dia o anarquismo, de não se manter teoricamente purista e concretamente inútil.

Esta corajosa atitude de auto-crítica em relação à trajetória do próprio anarquismo é um elemento de primeira ordem para explicar a permanência do anarquismo no Uruguai. Mesmo levando em conta os diversos fatores já mencionados anteriormente, sem esta atitude dificilmente os anarquistas uruguaios conseguiriam sair do isolamento, analisar a conjuntura que lhes foi contemporânea e pensar formas de atuação em sintonia com os tempos que viviam. São inúmeros os exemplos de setores do anarquismo no Brasil, na Argentina e mesmo no Uruguai, que ficaram durante anos tentando reeditar estratégias e táticas totalmente fora de sintonia com uma realidade que havia se alterado e que exigia novas formas de atuação. O preço pago foi alto, traduzido em isolamento e sectarismo crescente, e a histórica não se compadeceu destes erros.

Esta continuidade do anarquismo uruaio, que teve na FAU o seu principal expoente, colocou os uruguaios em descompasso com o destino histórico do anarquismo na América Latina. Na maioria dos outros países, especialmente Brasil e Argentina, formou-se um vazio histórico de décadas, preenchido apenas por intermitentes trabalhos de Centros de Cultura e bibliotecas bastante isolados do movimento real da classe trabalhadora, guardadas as devidas exceções. O anarquismo retornou ao cenário social em 1968, partindo da Europa, um anarquismo que já caracterizamos na introdução, e que tinha pouco a ver com o anarquismo militante das primeiras décadas do século XX. Este anarquismo tornou-se o “anarquismo oficial” para a parcela majoritária daqueles de se identificavam enquanto libertários.

Quando se depararam frente a frente o anarquismo uruaio da FAU e o “anarquismo maio de 68” uma grande diferença se verificou. Enquanto o “anarquismo maio de 68” estava

envolto num momento de negação, de crítica ao marxismo ortodoxo, com poucas raízes sociais; o anarquismo da FAU já constituía a afirmação de um projeto, já em andamento e ligado às lutas populares.

O não entendimento deste processo fez com que muitos criticassem com furor a FAU, levantando críticas em muitos momentos e acusações totalmente infundadas em outros. O resultado deste processo foi o isolamento político da FAU no meio anarquista latino-americano. Um silêncio absoluto reinou sobre a organização anarquista uruguaia, chamada à boca pequena de “anarco-bolchevique” ou “anarco-leninista”.

Por isso mesmo nos causou tanto interesse a existência de uma federação anarquista tão antiga, de tão forte expressão social, com atuação até os dias de hoje e da qual nada se falava, mesmo estando localizada num país vizinho ao nosso. No entanto a própria FAU tem uma parcela de culpa neste desconhecimento. A opção por não rebater críticas e acusações e a priorização dos trabalhos políticos locais deixaram o campo livre para as críticas e distorções.

Além disso, a FAU sempre levou em conta dois critérios que também contribuíram para deixar na sombra sua própria história: segurança e modéstia. Segurança porque não seria inteligente reivindicar ações em momentos de perseguição policial e militar; modéstia porque do muito que a FAU fez pouco falaram. Inúmeras ações realizadas pela FAU foram atribuídas a outros grupos de esquerda sem que a FAU os reivindicasse. Apenas recentemente a história desta organização começou a se abrir publicamente, e ao invés de se concluir, continua.

Fontes e Arquivos

I – Periódicos e Publicações da FAU

A – Periódicos publicados entre 1952-1976

Voluntad, periódico mensal entre 1952 e 1957

Lucha Libertaria, periódico mensal entre 1957 a 1966

Epoca, publicado em conjunto com outras organizações até dezembro de 1967

Cartas de FAU, editadas entre 1968 e 1971

Royo y Negro, revista editada entre 1968 e 1969

Compañero, publicado pela ROE entre maio de 1971 e dezembro de 1973

Boletín de los Sindicatos Combativos, publicado entre setembro de 1974

Boletín de Resistência Oriental, publicado em julho de 1974

En Pocas Palabras, boletim publicado em julho de 1974

B – Outras publicações do período 1952-1976

Esboço biográfico de León Duarte

Tiempo de Lucha, Tiempo de Elecciones? editado em 1971

C – Publicações do PVP

Compañero (Revista e Cadernos) (PVP), 1983

Compañero (Informe Uruguayo para Solidariedade) (PVP) 1983

Compañero (2ª época) (PVP) 1978 a 1983

D – Publicações da FAU no período recente

Solidaridad, periódico editado em 1987-1989

Royo y Negro, n.º 1, 1989, n.º 2, 1990

Lucha Libertaria, revista editada desde a década de noventa, atual publicação da FAU

II – Outras publicações libertárias do Uruguai

Solidaridad (da FORU), de 1935 a 1968

Comunidad, 1967 (da Comunidad del Sur)

Juventudes Libertarias, de 1951

Lucha Social (anarco-comunista), de 1945-1946

Luz e Vida, de 1929

Opción Libertaria, de 1989 a 1998

Studi Sociali, de 1930 a 1946

III – Sindicatos, Movimentos Populares e Partidos Políticos

A – Periódicos

El Obrero Gráfico, de 1923 a 1934

Unión Sindical, de 1923 a 1937

Justicia (PCU) de 1929 a 1944

Nuestro Tiempo, de 1955 a 1957

El Popular (PCU), de 1961 a 1970

Marcha, de 1941 a 1967

Cuadernos de Marcha, de junho de 1967 a fevereiro de 1972

El Popular, 1967

Tribuna Universitaria (FEUU), de 1958

Revista Marxista Latinoamericana, de 1954 a 1959

Mate Amargo, 1990 a 1998

Tupamaros, 1964-1969

B – Documentos da eleição de 1971

- *Um Frente Amplio Popular*, J.P. Tierra, Deputado do *Partido Demócrata Cristão* (12/12/1969)
- *Se abre la salida política, forjar un esquema electoral*, E. Rodríguez, senador do PCU, (30/1/1970)
- *Un instrumento político que aliente la esperanza de cambio*, Oscar Bruschera, PDC (13/03/1970)
- *Una escalada cívica en todo el país, un ejército civil salvará la república*, Jorge Batlle en *Acción*, lista *Unidad e Reforma* (4/8/1973)
- *El alineamiento en un frente conduce a pacificar el país*, L.P. Bonavita, deputado e presidente da FideL (7/8/1970)
- *Elecciones, pese a quien pese*, Jorge Pacheco Areco (25/8/70)
- *Una salida racional y sencilla*, O. M. Bruschera, do PDC em *Marcha* (28/8/70)
- *Para salvar al país*, de *El Popular* do PCU
- *Una conocida posición reformista*, Niko Shvarrz, sub-diretor de “El Popular” em *Marcha* (4 e 5/9/1970)
- *El camino de Chile*, B.P. Color, diário portavoz de grupos empresariais católicos (8/9/1973)
- *Usar las armas que los enemigos amartillaron*, Oscar Bruschera do PDC em *Marcha* (25/9/1970)

- *Una salida a todos los males...sin tabúes antielectoralistas*, Unión de la Juventud Comunista, em *El Popular* (26/09/1970)
- *Inviabilidad de una estrategia de lucha armada*, Juventud Democrata Cristiana (setembro de 1970)
- *La ley de voto obligatorio*, Acción (16/9), B.P. Color (9/10), *El Popular* (20/11)
- *Declaración del 7 de octubre (aprovada na asamblea)*, Frente Amplio, em *Marcha* (7/10/1970)
- *Tiempo Político: gestiones frentistas*, partidos adherentes (9-11/1970)
- *Concreción del Frente*, partidos da FA (dezembro de 1970/janeiro de 1971)

B – Documentos da Greve Geral de 1973

- *Decreto de dissolução das câmaras* (27/6/1973)
- *Mensagem do General Liber Seregni a militância da Frente Amplio* (28/6/1973)
- *Os cinco pontos da CNT: carta da CNT ao ministro do trabalho* (28/6/1973)
- *Declaração da assembléia geral universitária* (29/6/1973)
- *Decreto de dissolução da CNT* (30/6/73)
- *Declaração conjunta da Frente Amplio e Partido Nacional* (30/6/73)
- *Declaração da FEUU* (30/6/1973)
- *Boletim da CNT aos trabalhadores em luta* (30/6/1973)
- *Declaração da lista 15: muera la dictadura* (30/6/1973)
- *Declaração da frente amplio: del frente amplio al pueblo oriental* (1º/7/1973)
- *Declaração do conselho diretivo central da Universidad de la Republica* (3/7/1973)
- *Decreto repressivo de 4 de julho*
- *Aos trabalhadores em luta – Boletín nº 9 da CNT* (4/7/1973)
- *Declaração da frente amplio e partido nacional: bases para saída da atual situação* (5/7/1973)

- *Aos trabalhadores em luta: 8 dias de greve invencível* (5/7/1973)
- *Da Igreja Católica de Montevideu: elementos para reflexão cristã* (5/7/1973)
- *Das igrejas evangélicas* (5/7/1973)
- *Das tres F: bases para saída da greve geral propostas por FUS, FOEB e FUNSA, rechaçadas pela Direção majoritária da CNT* (10/7/1973)
- *Mensagem da CNT aos trabalhadores uruguaiois* (11/7/1973)
- *Das frentes de luta contra ditadura: digam a verdade senhores chefes* (11/7/1973)
- *Declaração da frente amplio* (12/7/1973)
- *Declaração da corrente: a luta continua* (12/7/1973)
- *Do comitê de resistência do partido nacional: al partido nacional e aos cidadãos de todo país* (4/7/1973)
- *Posição da FUS, FOEB, FUNSA e Têxteis como conclusão da greve* (1973)

C- Outros documentos e publicações

Verdad sobre la Organizacion latinoamericana de solidaridad, PSU

Algunas ideas sobre la lucha armada en el Uruguay, Junta Central del MRO

IV - Imprensa

El Dia

La Republica

V – Estado

- *Mês Político nº 9, setembro de 1952, politica interna.* Ofícios da Embaixada Brasileira em Montevideu.

- *La Subversión*. Montevideu. Forças Armadas Uruguaias, 1977.
- *Informe Completo: Partido por la Victoria del Pueblo P.V.P.* São Paulo, DOSP/SP, 1979.
- *Informe Confidencial do CENIMAR (28/4/1980)*
- *Organograma do PVP*. DOPS/RJ, setor confidencial, fl. 581.
- *Informe nº 01-098/79/DCI/SSP/RS*. DOPS/RS, 1979.
- *Informe nº 0243*. Ministério da Marinha, maio de 1979.

Arquivos pesquisados

Arquivos da Federação Anarquista Uruguiaia

Facultad de la República del Uruguay (Facultad de Humanidades y Ciencias)

Arquivo Nacional do Rio de Janeiro

Arquivo Público do Estado do Rio de Janeiro (Documentos/Fichas do DEOPS)

Arquivo Público do Estado de São Paulo (Documentos/Fichas do DEOPS)

Arquivo Edgard Leuenroth - Unicamp

Biblioteca Nacional

Arquivo Público do Estado do Rio Grande do Sul

Memorial Político da Ditadura de Porto Alegre (Documentos/Fichas do DEOPS)

Arquivo do Itamaraty – Rio de Janeiro

Arquivo Ana Lagoa, Departamento de Ciências Sociais da Universidade Federal de São Carlos

Bibliografia

- ARCHINOV, Peter. *História do Movimento Mackhnovista*. Lisboa, Assírio e Alvim, 1978. (Cad. Peninsulares)
- ARISMENDI, Rodney. *A Revolução Latino-Americana: antologia de textos (1970-1974)*. Lisboa, Editorial Avante!, 1977.
- ARROYO, Raimundo. *Situação da Classe Trabalhadora na América Latina*. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1978.
- ARTOLA, Miguel. *Partidos, Programas y Políticas: 1808-1936*. Madrid, Aguilar, 1974
- ARVON, Henri. *A Revolta de Cronstadt*. São Paulo, Brasiliense, 1984.
- AVRICH, Paul. *Los Anarquistas Rusos*. Madrid, Alianza Editorial, 1974.
- ASTORI, Danilo. *La Política Económica de la Dictadura*. Montevideu, Banda Oriental, 1989.
- BAKUNIN, Mikhail. "A reação na Alemanha". In: BARRUÉ, J. *O Anarquismo Hoje*. Lisboa, Assírio e Alvim, 1976.
- _____. *Escrito Contra Marx: conflitos na Internacional*. Brasília, Novos Tempos, 1989.
- _____. *Estatismo y Anarquía*. In: Obras Completas. Madrid, La Piqueta, 1977.
- _____. *Confesión al Zar Nicolas I*. Barcelona, Labor, 1976.
- _____. *Federalismo, Socialismo, Antiteologismo*. São Paulo, Cortez, 1988.
- _____. *O Socialismo Libertário*. São Paulo, Global, 1979.
- _____. *Deus e o Estado*. São Paulo, Cortez, 1988.
- _____. *Textos Escolhidos*. Porto Alegre, L&PM, 1983.
- _____. *Socialismo e Liberdade*. São Paulo, Luta Libertária, 2002.
- BANDEIRA, Moniz. *O expansionismo brasileiro: o papel do Brasil na Bacia do Prata : da colonização ao Império*. São Paulo, Ensaio, 1995.
- _____. *Estado Nacional e Política Internacional da América Latina*. São Paulo, Ensaio, 1993.

- BAR, Antonio. *La CNT en los años rojos: del sindicalismo revolucionario al anarcosindicalismo, 1910-1926*. Madrid, Akal, 1981.
- BARRÁN, José Pedro. "Discurso Historiográfico". In: *Las Brechas de la Historia*. Montevideo, Brecha, 1995.
- BARSOTI, Paulo (org.). *América Latina: história, idéias e revolução*. São Paulo, Xamã, 1999.
- BATALHA, Claudio H. de Moraes. "Uma outra consciência de classe?: o sindicalismo reformista na Primeira República". *Ciências Sociais Hoje*, 1990, São Paulo, 1990.
- _____. "A Historiografia da classe operária no Brasil: trajetória e tendências". In: FREITAS, Marcos Cezar de. *Historiografia brasileira em perspectiva*. 2ª ed. São Paulo/Bragança Paulista, Contexto/USF, 1998.
- BAYER, Osvaldo. *Los Anarquistas Expropiadores*. Montevideo, Recortes, 1992.
- BELLONI, Alberto. *Del Anarquismo al Peronismo*. Buenos Aires, Peña Lello, 1960.
- BROUÉ, Pierre. *A Revolução Espanhola: 1931-1939*. São Paulo, Perspectiva, 1973.
- CAETANO, Gerardo; RILLA, José. "El 'ajuste autoritario' y el pachecato". In: *Las Brechas de la Historia*. Montevideo, Ediciones de Brecha, 1995.
- _____. *Historia Contemporanea del Uruguay: de la colonia al mercosur*. Montevideo, Fin de Siglo, 1988.
- CAETANO, Gerardo. "El ODEM Autoritario (1973-1976)". In: *Breve Historia de la Dictadura Uruguaya*. Montevideo, CLAEH/Ediciones de la Banda Oriental, 1987.
- CAPPELLETTI, Angel J. *El Pensamiento de Malatesta: idealismo ético y socialismo libertario*. Montevideo, Recortes, 1990.
- CARDOSO, Eliana; HELWEGE, Ann. *A Economia da América Latina*. São Paulo, Ática, 1993.
- CARRAL, Emilio Cortavirta. "El Sindicalismo Revolucionario: Auge y Decadencia (1890-1945)". In: CGT. *Escuela de Militantes: las ponencias*. Madrid, Pensamiento Libre, 1999.
- CARONE, Edgard. *Socialismo e Anarquismo no início do século*. Petrópolis, Vozes, 1996.
- CARR, E.H. *Bakunin*. Barcelona, Grijalbo, 1970.
- CASANOVA, Julian. *Anarquismo y Revolución en la Sociedad Rural Aragonesa, 1936-1938*. Madrid,

Siglo Veintiuno, 1985.

CASTAGNOLA, José Luis; MIERES, Pablo. *La Ideología Política de la Dictadura*. Montevideo, Ediciones de la Banda Oriental, 1989.

CASTORIADIS, Cornelius. *A Instituição Imaginária da Sociedade*. São Paulo, Paz e Terra, 1982.

_____. *A Experiência do Movimento Operário*. São Paulo, Brasiliense, 1984.

CENTRO DE INTEGRACIÓN CULTURAL. *La Narrativa de los presos políticos: primeira recompilación*. Montevideo, CIC, 1988.

CHAGAS, Jorge.; TONARELLI, Mario. *El Sindicalismo Uruguayo Bajo de la Dictadura 1973-1984*. Montevideo, Ediciones del Nuevo Mundo, 1989.

CHERESSKY, Isidoro. "Sindicatos y Fuerzas Políticas en la Argentina Preperonista (1939-1943)". In: CASANOVA, Pablo Gonzalez. *Historia del Movimiento Obrero en America Latina*. v.4. México D.F., Siglo Veintiuno/UNAM, 1989.

CHOMSKY, Noam. *Ano 501: A conquista Continua*. São Paulo, Scritta, 1993.

_____. *Novas e Velhas Ordens Mundiais*. São Paulo, Scritta, 1996.

CLAPS, Manuel A. "Luchas Sociales y Políticas en el Campo Uruguayo" In: CASANOVA, Pablo Gonzalez (org.). *Historia Política de los Campesinos Latinoamericanos*. México, D.F., Siglo Veintiuno, 1984-1985.

CLASTRES, Pierre. *A Sociedade Contra o Estado*. 5ª ed., São Paulo, Francisco Alves, 1990.

COGGIOLA, Osvaldo. "Historiografia do movimento operário latino-americano". In: *Revista Brasileira de História*, vol. 15, nº 28. São Paulo, ANPUH/Marco Zero, 1995.

COLE, G.H.D. *Historia del Pensamiento Socialista: los precursores, 1789-1850*. México, Fondo de Cultura Económica, 1958, v.1.

_____. *Historia del Pensamiento Socialista: marxismo e anarquismo, 1850-1890*. México, Fondo de Cultura Económica, 1958, v.2.

CORES, Hugo. *La Lucha de los Gremios Solidarios (1947-1952)*. Montevideo, Editorial Compañero/Ediciones de la Banda Oriental, 1989.

CORES, Hugo. *Uruguay Hacia la Dictadura: 1968-1973*. Montevideo, Ediciones de la Banda Oriental,

1999.

COSTA, Emília Viotti da. "Estruturas versus experiência. Novas tendências na história do movimento operário e das classes trabalhadoras na América Latina: O que se perde e o que se ganha", *BIB Boletim Informativo e Bibliográfico de Ciências Sociais*, Rio de Janeiro (29), 1º semestre de 1990.

_____. "A Dialética Invertida". In: *Revista Brasileira de História*, vol. 14, nº 27. São Paulo, ANPUH/Marco Zero, 1994.

_____. A Nova Face do Movimento Operário na Primeira República. In: *Revista Brasileira de História*, 2 (4), setembro de 1982

DE JONG, Rudolf. "El Anarquismo en España". In: *El Movimiento Libertario Español. Pasado, presente y futuro*. Paris, Ruedo Ibérico, 1974.

DE SIERRA, Gerônimo. "Consolidação e crise do 'capitalismo democrático' no Uruguai". In: CASANOVA, Pablo Gonzalez (or.). *América Latina: história de meio século*. Brasília, EdUNB, 1988.

_____. *Uruguay: desarrollo dependiente, democracia representativa y ditadura*. México D.F., Siglo Veintiuno, 1977.

ENZENSBERGER, Hans Magnus. *O Curto Verão da Anarquia: Buenaventura Durruti e a guerra civil espanhola*. São Paulo, Cia. Das Letras, 1987.

FABBRI, Luigi. *Dictadura y Revolución*. Buenos Aires, Proyección, 1967.

FERNÁNDEZ HUIDOBRO, Eleuterio. *Historia de los Tupamaros, tomo II (El nacimiento)*. Montevideu, Banda Oriental, 1999.

FERRI, Omar. *Seqüestro cone sul: o caso Liliam e Universindo*. Porto Alegre, Mercado Aberto, 1981.

FREDDY y ALICIA. "Apuntes sobre el anarquismo histórico y el neoanarquismo en España". In: *El Movimiento Libertario Español*. Paris, Ruedo Ibérico, 1974.

GEORGES, Rude. "Ideologia e consciência de classe". In: *Ideologia e Protesto Popular*. Rio de Janeiro, Zahar, 1981.

GOMES CASAS, Juan. *Historia de la FAI*. Bilbao, Zero, 1977.

- GORENDER, Jacob. *Combate nas Trevas*. 5ª edição. São Paulo, Ática, 1998.
- GRAEL, Dickson M. "A ameaça de invasão do uruguai, aventura no Governo Medici 1971" In: *Aventura, Corrupção e Terrorismo*. São Paulo, Vozes, 1985.
- GUÉRIN, Daniel. *Marxismo e Socialismo Libertário*. Buenos Aires, Proyección, 1964.
- HALL, Michael M., PINHEIRO, Paulo Sérgio. "Alargando a história da classe operária: organização, lutas e controle". *Remate de Males*, Campinas, (5), 1985.
- _____. (orgs.) "Introdução". In: *Classe Operária no Brasil 1889-1930*, vol. 1. São Paulo, Brasiliense, 1979.
- HAUPT, Georges. "Por que a história do movimento operário?". In: *Revista Brasileira de História*, v.5, nº 10, 1985.
- HEGEL, G. W. F. *Filosofia da História*. Brasília, EdUNB, 1995.
- _____. *Fenomenologia del Espiritu*. Madrid, Fondo de Cultura Económica, 1993.
- HOBBSBAWN, Eric. "História Operária e Ideologia". In: *Mundos do Trabalho: novos estudos sobre a história do operariado*. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1981.
- _____. "Notas sobre Consciência de Classe". In: *Mundos do Trabalho: novos estudos sobre a história do operariado*. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1981.
- _____. "O Fazer-se da Classe Operária, 1870-1914". In: *Mundos do Trabalho: novos estudos sobre a história do operariado*. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1981.
- _____. "Anarquistas". In: *Revolucionários: ensaios contemporâneos*. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1985.
- IASI, Mauro. *Processo de Consciência*. São Paulo, CPV, 2001.
- JOYEUX, Maurice. *Reflexões Sobre a Anarquia*. São Paulo, Terra Livre/Arquipélago, 1992.
- KROPOTKIN, Piotr. *A Conquista do Pão*. 3ª ed. Lisboa, Guimarães e Cia. Editores, 1975.
- _____. *El Apoyo Mútuo*. Buenos Aires, Proyección, 1992.
- LEFEBVRE, Henri. *Lógica Formal, Lógica Dialética*. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 1987.
- LOURENÇO Jr, Adhemar. "Anarquismo e Movimentos Sociais: uma tipologia das relações" In:

Cadernos do Cpg História Ufrgs, Porto Alegre, v.8. 1993.

_____. "O anarco-sindicalismo no Brasil: nota sobre a produção de um mito historiográfico" In: D'Angelo, Ana Lucia V. (org.) *Histórias de Trabalho*. Porto Alegre, 1995.

JABOC, Raúl. *Consecuencias sociales del alambramiento (1872-1880)*. Montevideu, Banda Oriental, 1969.

KAPLAN, Marcos. "Cinquenta anos de história argentina (1925-1975), o labirinto da frustração" In: *América Latina, história de meio século*. Brasília, EdUNB, 1988.

LANGUTH, A.J. *A Face Oculta do Terror*. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 1979.

LARA, Manuel Tuñon de Lara. *Tres Claves de la Segunda Republica*. Madrid, Alianza Universidad, 1985.

LENIN, Vladimir Ilich. *O Estado e a Revolução*. São Paulo, Hucitec, 1979.

LORENZO, César M. *Los Anarquistas Españoles y el Poder*. Paris, Ruedo Ibérico, 1969.

LOWY, Michael. *O Marxismo na América Latina: uma antologia de 1909 aos dias atuais*. São Paulo, Perseu Abramo, 1999.

MACHADO, Carlos. *Historia de los Orientales*. Montevideu, Banda Oriental, 1997.

MALATESTA, Errico. *Socialismo y Anarquía*. Madrid, Ayuso, 1977.

_____. *A Anarquia e Outros Escritos*. Brasília, Novos Tempos, 1987.

_____. *Escritos Revolucionários*. Brasília, Novos Tempos, 1989.

MAKHNO, Nestor. *Anarquia & Organização*. São Paulo, Luta Libertária, 2001.

MARX, Karl; ENGELS, Friedrich. *A Ideologia Alemã*. 4ª ed. Lisboa, Presença/Martins Fontes, 1980.

MELTZER, Albert. "CNT: lo que muere contra lo que nace". In: *El Movimiento Libertario Español*. Paris, Ruedo Ibérico, 1974.

NETTLAU, Max. *Miguel Bakunin, la Internacional y la Alianza en España: 1868-1973*. Madrid, La Piqueta, 1977.

_____. *La anarquia a traves de los tiempos*. Madri, Jucar, 1975.

NIN, Andrés. *A Guerra Civil Espanhola*. Rio de Janeiro, Laemmert, 1969.

NORTE, Sérgio. *Bakunin: sangue, suor e barricadas*. Campinas, Papirus, 1988.

- OLAIZOLA, José María; BERRO, Chema. *Sindicalismo y Transformación Social*. Madrid, Libre Pensamiento, 1993.
- O'NEILL, Fernando Cuesta. *Anarquistas de acción en Montevideo*. Montevideo, Recortes, 1992.
- PAOLI, Maria Célia; SADER, Edér; TELLES, Vera da Silva. "Pensando a classe operária: os Trabalhadores sujeitos ao imaginário acadêmico. *Revista Brasileira de História*, v.3, nº 6, 1983.
- PAZ, Abel. *O Povo em Armas: Buenaventura Durruti e o anarquismo espanhol*. Lisboa, Assírio e Alvim, 1976.
- PEREZ, Manolo Monereo. *Che Guevara: contribuição ao pensamento revolucionário*. São Paulo, Expressão Popular, 2001.
- PERICÁS, Luiz Bernardo. *Che Guevara e a Luta Revolucionária na Bolívia*. São Paulo, Xamã, 1997.
- PETRAS, James. *Armadilha Neoliberal*. São Paulo, Xamã, 1999.
- PINHEIRO, Paulo Sergio (org.). *O Estado na América Latina*. São Paulo, Paz e Terra, 1977.
- _____. "Trabalho Industrial no Brasil" In: *Estudos Cebrap*, nº 14, São Paulo, Brasiliense, 1975.
- RAGO, Margareth. *Entre a história e a liberdade: Luce Fabrí e o anarquismo contemporâneo*. São Paulo, Edunesp, 2000.
- RAMA, Carlos María. *Historia del movimiento obrero y social latinoamericano contemporaneo*. Buenos Aires/Montevideo, Palestra, 1967.
- RAMA, Carlos María; CAPPELLETTI, José Angel. *El Anarquismo en America Latina*. Caracas, Ayacucho, 1990.
- RICHARDS, Vernon. *Malatesta, vida e ideas*. Barcelona, Tusquets, 1977.
- RICO, Álvaro. *Del Liberalismo Democrático al Liberalismo Conservador: el discurso ideológico desde el Estado en la emergencia de 68*. Montevideo, Banda Oriental, 1989.
- RODRIGUES, Edgar. *Universo Ácrata*. Florianópolis, Insular, 1999.
- ROUQUIÉ, Alain. *Estado Militar da América*. São Paulo, Alfa e Ômega, 1984.
- RUIZ, Esther; PARIS, Juana. "Ser militante en los sesenta". In: BARRÁN, José Pedro; CAETANO, Gerardo; PORZECANSKI. *Historias de la vida privada en Uruguay*, vol 3. Montevideo, Santillana, 1996.

- SADER, Éder. *Um Rumor de Botas: a militarização do Estado na América Latina*. São Paulo, Polis, 1983.
- _____. *Quando novos personagens entraram em cena: experiências e lutas dos trabalhadores da grande São Paulo: 1970-1980*. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1988.
- SAINT-PIERRE, Hector Luis. *A Política Armada: fundamentos da guerra revolucionária*. São Paulo, UNESP, 1999.
- SCHILLING, Flávia. *Querida Família*. Porto Alegre, Coojornal, 1978.
- _____. *Querida Liberdade*. São Paulo, Global, 1980.
- SIERRA, Yamandú Gonzalez. "Domingos Obreros en los albores del siglo XX: itinerarios del tiempo libre". In: BARRÁN, José Pedro; CAETANO, Gerardo; PORZECANSKI. *Historias de la vida privada en Uruguay*, vol 2. Montevideu, Santillana, 1996.
- _____. *Cronologia Historica del Movimiento Sindical Uruguayo: hechos, resoluciones políticas y eventos sindicales 1870-1984*. Montevideu, CIEDUR (Centro Interdisciplinar de Estudios sobre el Desarrollo del Uruguay), 1988.
- SILVA Jr., Adhemar Lourenço da. "Anarquismo e movimentos sociais: uma tipologia de suas Relações" In: *Cadernos do Cpg História Ufrgs*. Porto Alegre, v.8, 1993.
- SOREL, Georges; et alli. *Sindicalismo Revolucionário*. Madrid, Jucar, 1977.
- SOUZA, Marcos Alves de. "O Reformismo 'Batllista' uruguaio e seu confronto com a elite conservadora (1903-1958)". In: *Estudos de História*. Franca, Olho D'Água/UNESP, v. 7, n. 2, 2000.
- SOUZA, Percival de. *Autópsia do Medo*. São Paulo, Globo, 2000.
- STIRNER, Max. *O Falso Princípio de Nossa Educação*. São Paulo, Imaginário, 2001.
- TAMANES, Ramón. *História de España Alafaguara VII – La Republica: la era de Franco*. Madrid, Alianza Editorial, 1983.
- THOMPSON, E.P. "La sociedad inglesa del siglo XVIII: ¿Lucha de clases sin clases?". In: THOMPSON, E.P. *Tradición, Revuelta y Consciencia de Clase: estudios sobre la crisis de la sociedad preindustrial*. Barcelona, Critica, 1989.

- TOURON, Lucia Sala de; LANDINELLI, Jorge E. "50 Años del Movimiento Obrero Uruguayo" In: CASANOVA, Pablo Gonzalez. *Historia del Movimiento Obrero en America Latina*. v.4.,1984.
- TOURON, Lúcia Sala de. *Artigas e su Revolución Agraria 1811-1820*. México, D.F., Siglo Veintiuno, 1978.
- TRAGTEMBERG, Mauricio. *Administração, Poder e Ideologia*. São Paulo, Cortez, 1989.
- TRINDADE, Francisco. *O essencial de Proudhon*. São Paulo, Imaginário, 2001.
- ZUBILLAGA, Carlos. "El Aporte de la Inmigración Italiana en la Conformación del Movimiento Sindical Uruguayo". In: DEVOTO, Fernando J.; MIGUEZ, Eduardo J. *Asociacionismo, Trabajo y Identidad Etnica: los italianos en la América Latina en una perspectiva comparada*. Buenos Aires, CEMLA/CSER/IEHS, 1992.
- VILAR, Pierre. *A Guerra da Espanha*. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1989.
- VOLINE. *La Revolución Desconocida*. Buenos Aires, Proyección, 1977.
- VIÑAR, Marcelo; GIL, Daniel. "La dictadura: una intrusión en la intimidad". In: BARRÁN, José Pedro; CAETANO, Gerardo; PORZECANSKI. *Historias de la vida privada en Uruguay*, vol 3. Montevideu, Santillana, 1996.
- WALLERSTEIN, Immanuel. *O Capitalismo Histórico*. São Paulo, Brasiliense, 1985.
- WESCHLER, Lawrence. *Um milagre, um universo: o acerto de contas com os torturadores*. São Paulo, Cia. das Letras, 1990.
- WOODCOCK, George. *Grandes Escritos Anarquistas*. Porto Alegre, LP&M, 1981.
- ZEA, Leopoldo. *A Filosofia Americana Como Filosofia*. São Paulo, Pensieri, 1993.